

República [Popular] de Moçambique

As Alterações Toponímicas e os Carimbos do Correio

Jorge Luis P. Fernandes



Autor: Jorge Luis P. Fernandes

Título: República [Popular] de Moçambique. As Alterações Toponímicas e os Carimbos do Correio

Editor: Edições Húmus Lda

Colecção: Biblioteca Electrónica de Filatelia (e-B)

Director de Colecção: Carlos Pimenta (pimenta@fep.up.pt)

Edição: 1ª (Set. 2006)

Composição: Papelmunde Lda.; Vila Nova de Famalicão (colaboração de Adélia Magalhães)

ISBN: 972-99937-6-9

ISBN (13 dígitos): 978-972-99937-6-3

Localização: <http://www.filatelicamente.online.pt>

<http://www.caleida.pt/filatelia>

Preço: gratuito na edição electrónica, acesso por *download*

Solicitação ao leitor: Transmita-nos (pimenta@fep.up.pt) a sua opinião sobre este livro electrónico e sobre a Biblioteca Electrónica de Filatelia.

© Edições Húmus Lda

É permitida a cópia deste e-livro, sem qualquer modificação, para utilização individual. Não é permitida qualquer utilização comercial. Não é permitida a sua disponibilização através de rede electrónica ou qualquer forma de partilha electrónica.

A reprodução de partes do seu conteúdo é permitida exclusivamente em documentos científicos e filatélicos, com indicação expressa da fonte.

Em caso de dúvida ou pedido de autorização contactar directamente o director de colecção.

Índice

PREFÁCIO	7
EM JEITO DE PRÓLOGO, NA PRIMEIRA PESSOA...	13
1: NOTAS PRELIMINARES	21
2: RELAÇÃO DAS TERRAS QUE MUDARAM DE NOME	23
3: AS CORRESPONDÊNCIAS REGISTADAS	28
4: AS FRANQUIAS MECÂNICAS	33
5: A DANÇA DOS TOPÓNIMOS: FONTESVILLA / VILA FONTES / VILA FONTES VELHA	39
HISTÓRIA POSTAL	42
NOTAS BIOGRÁFICAS DE FONTES GANHADO	44
BIBLIOGRAFIA	45
6: GENERAL MACHADO. UM INSIGNE PORTUGUÊS; TRÊS TOPÓNIMOS	46
NOTAS BIOGRÁFICAS	46
HISTÓRIA POSTAL	49
BIBLIOGRAFIA	52
7: CINCO TOPÓNIMOS; DUAS MUDANÇAS DE NOME	53
MABALANE/VILA PINTO TEIXEIRA	56
HISTÓRIA POSTAL	58
MALVÉRNIA/CHICUALACUALA	58
BIBLIOGRAFIA	61
8: MUDANÇAS E MAIS MUDANÇAS	62
HISTÓRIA POSTAL	64
AS ORIGENS DOS TOPÓNIMOS	66
BIBLIOGRAFIA	68
9: O FAMOSO CHÁ DO GURUÊ	69
BIBLIOGRAFIA	71
10: TRÊS MUDANÇAS TOPONIMICAS : DUAS NO NORTE, UMA NO SUL	72
MARECHAL GOMES DA COSTA	73
VILA CABRAL, CAPITAL DO NIASSA	75
HISTÓRIA POSTAL	76
CHAMOU-SE ANTES KUAMBA	78

BIBLIOGRAFIA	79
11: UMA «COLONIALISTA» CHAMADA AMÉLIA...	80
HISTÓRIA POSTAL	82
BREVE NOTA BIOGRÁFICA DA RAINHA D. AMÉLIA	84
BIBLIOGRAFIA	85
12: DO SULTANATO DE ANGOCHE À CIDADE DE ANTÓNIO ENES	87
NOTAS BIOGRÁFICAS	89
HISTÓRIA POSTAL	90
BIBLIOGRAFIA	93
13: A CIDADE DE JOÃO BELO, PRINCESA DO LIMPOPO...	94
HISTÓRIA POSTAL	95
NOTAS BIOGRÁFICAS	97
BIBLIOGRAFIA	99
14. GOUVEIA: UM TOPÓNIMO INTERESSANTE E CHEIO DE HISTÓRIA	100
BARUÉ: HISTÓRIA E FILATELIA	100
MASSARA/MASSARA GOUVEIA - KATANDICA (CATANDICA)/VILA GOUVEIA.	103
HISTÓRIA POSTAL	105
O “GOUVEIA”	107
BIBLIOGRAFIA	112
15: VILA COUTINHO OU UMA GRANDE CONFUSÃO DE TOPÓNIMOS	113
A DANÇA DOS TOPÓNIMOS	113
HISTÓRIA POSTAL	116
O HOMEM, O MILITAR, O ESTADISTA E A SUA OBRA	118
BIBLIOGRAFIA	120
16. NOVA LUSITÂNIA, OU A IMPORTÂNCIA DE UM NOME...	121
UMA (NOVA) LUSITÂNIA EM ÁFRICA	121
A COMPANHIA COLONIAL DO BÚZI	122
HISTÓRIA POSTAL	122
BIBLIOGRAFIA	126
17: PAIVA DE ANDRADA, O “MAFAMBISSA”	127
O “MAPA COR-DE-ROSA” E UM SONHO DA MESMA COR	127
HISTÓRIA POSTAL	130
PAIVA DE ANDRADA: BIOGRAFIA BREVE	133
BIBLIOGRAFIA	134

18: VASCO DA GAMA: UM TOPÓNIMO COMO QUALQUER OUTRO... OU TALVEZ NÃO!...	135
NOTA PRÉVIA	135
AS VICISSITUDES TOPONÍMICAS	136
VILA VASCO DA GAMA (MOÇAMBIQUE)	138
VASCO DA GAMA (ÍNDIA PORTUGUESA)	142
19: SALAZAR: UM TOPÓNIMO QUE DUROU POUCO	144
UMA MUDANÇA QUE SE IMPUNHA	144
ALGUMAS DATAS E UM POUCO DE HISTÓRIA POSTAL	147
A ORIGEM DOS DOIS TOPÓNIMOS	150
BIBLIOGRAFIA	153
20: DIVERSAS MUDANÇAS TOPONÍMICAS E MUITAS DÚVIDAS	154
UM ESCLARECIMENTO E UM PEDIDO	154
<i>BELÉM</i> NA ORDEM DO DIA	155
<i>CALDAS XAVIER</i> E O “MONTE CARECA”	157
A <i>OLIVENÇA</i> DE MOÇAMBIQUE	158
QUEM FOI <i>MIRANDA</i> ?	160
<i>S. MARTINHO</i> [DO BILENE]	161
BIBLIOGRAFIA	163
21: QUANDO VILA PERY PASSOU A CHAMAR-SE CHIMOIO OU UM BAPTIZADO AO MAIS ALTO NÍVEL!...	164
AS MUDANÇAS E AS DATAS	164
HISTÓRIA POSTAL	166
O HOMEM E A SUA OBRA	174
NOTA FINAL	175
BIBLIOGRAFIA	175
22: UMA MUDANÇA TOPONÍMICA CURIOSA: DE BENFICA (NOME DE CLUBE DESPORTIVO) A BAIRRO JORGE DIMITROV (UM POLÍTICO REVOLUCIONÁRIO)	176
UM TOPÓNIMO APARENTEMENTE COMO TANTOS OUTROS...	176
O NOME COLONIAL E A ALTERAÇÃO TOPONÍMICA REVOLUCIONÁRIA	177
A HISTÓRIA POSTAL	178
BIOGRAFIAS BREVES	181
23: METANGULA: UM TOPÓNIMO RICO DE TRADIÇÕES E DE HISTÓRIA OU COMO A HISTÓRIA POSTAL SE INTEGRA NA VERDADEIRA HISTÓRIA	182
1ª. PARTE	182
BREVES NOTAS HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS	182

A DIVISÃO ADMINISTRATIVA	188
HISTÓRIA POSTAL	190
AS VIAS DE TRANSPORTE POSTAL PARA O LAGO NIASSA	190
AS TRÊS ROTAS	193
1) A VIA TERRESTRE DE PORTO AMÉLIA ² AO LAGO/METANGULA	193
2) AS CORRESPONDÊNCIAS “VIA CHINDE”	194
3) AS CORRESPONDÊNCIAS “VIA BEIRA”	198
2ª. PARTE	201
HISTÓRIA POSTAL: OS DIVERSOS CARIMBOS	203
AS ORIGENS DOS TOPÓNIMOS “METANGULA” E “AUGUSTO CARDOSO”	207
BIBLIOGRAFIA	208
24: LOURENÇO MARQUES/MAPUTO E AS FRANQUIAS MECÂNICAS; UM ASPECTO PARADIGMÁTICO	209
MUDANÇAS DE NOME	209
AS FRANQUIAS MECÂNICAS COM O TOPÓNIMO LOURENÇO MARQUES RASPADO	210
BIBLIOGRAFIA	221
25: QUANDO SE CHAMAVA “DELAGOA BAY” A LOURENÇO MARQUES	222
1.ª PARTE	222
BREVES CONSIDERAÇÕES TOPONIMICAS E HISTÓRICAS	222
DELAGOA BAY UM TOPÓNIMO QUE TARDOU A DESAPARECER	227
QUANDO SE CHAMAVA XILUNGUÍNE E MAFUMO A LOURENÇO MARQUES.	
2.ª PARTE	230
NOTA PRÉVIA	230
HISTÓRIA; GEOGRAFIA E TOPONÍMIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	232
A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE MAFUMO E MAPUTO	233
MAFUMO, O AMIGO	236
MAPUTO, O INIMIGO	236
BIBLIOGRAFIA	238
Apontamentos do editor	241

PREFÁCIO

1. Estamos perante a obra de um filatelista que, para o ser em plenitude, também é historiador e parte envolvida nos processos sociais que se relatam nesta obra. O seu objecto de estudo interessa a todos que encontram no coleccionismo de selos, e sobretudo na História Postal, um acto de cultura e lazer, mas também interessa aos estudiosos de África e particularmente aos que se concentram o seu labor nos processos de independência e nas dinâmicas do desenvolvimento.

Pretendemos que este prefácio fizesse a ponte entre esses dois mundos quase sempre distantes: o da investigação solitária do filatelista (que a sociedade considera como de lazer e de importância secundária) e o da investigação universitária institucional (considerada como trabalho e de mediana importância).

Por isso este prefácio tem dois autores, pertencentes a esses diferentes contextos institucionais.

2. Ser prefaciador do livro República [Popular] de Moçambique – As alterações toponímicas e os carimbos do Correio constitui, para mim, uma honra e uma tarefa que faço com muita satisfação.

Por um lado, é preciso afirmar que estamos na presença de uma obra ímpar e valiosa, que reputo de muito interesse filatélico.

Da sua leitura, constatamos que é possível, com peças filatélicas normais e correntes, partir para um estudo sério de investigação histórica de Moçambique extremamente interessante. Aliás, estes estudos são uma das grandes paixões e virtudes que sempre pautaram este nosso querido amigo, Jorge Luís Pereira Fernandes.

Estou convicto de que este livro electrónico vai ter rapidamente um número de downloads notável.

Acrescentarei, assim, um grande obrigado ao Jorge Fernandes, por nos brindar com esta obra.

Por outro lado, não poderei deixar fugir esta oportunidade de afirmar o que penso, e felizmente não estou sozinho, sobre este filatelista.

Jorge Fernandes não é, sem margem para dúvidas, um simples escritor filatélico, mas sim um grande historiador filatélico. É seguramente alguém que, neste domínio, ombréia com os maiores.

É um filatelista que, quando escreve, o faz altamente documentado, com muita pesquisa e segurança. Posso afirmar que não é possível encontrar nenhum escrito com a assinatura de Jorge Fernandes que tenha sido concretizado sem pesquisa ou sem estudo.

Os seus textos reflectem o trabalho cuidadoso, meticoloso, só possível aos grandes historiadores, que nos dá o prazer de os ler e de aprender.

Este filatelista, no entanto, tem sido subestimado e pouco reconhecido.

Acresce ainda ter sido ofendido em muitas ocasiões, sem qualquer razão, por palavras e acções de pessoas responsáveis, que provocaram reduzir a sua intervenção no âmbito da filatelia organizada.

Além disto, que é grave, as amarguras e os dramas familiares que teve de enfrentar e suportar são chagas que não saram. Neste contexto, manter a lucidez para as investigações de que resultam os seus escritos só é possível a um grande Homem.

Ainda havemos de ver reconhecido por todos o seu real mérito.

Por mim, há muito tempo que dou valor aos seus trabalhos e aprecio as suas qualidades, morais e não só, que fazem deste filatelista um Homem Bom.

Porto, Setembro de 2006

António Alberto Fernandes de Sousa

3. Um trabalho recente sobre epistemologia do coleccionismo mostra inequivocamente a sua função cognitiva e cultural e a sua estreita relação com a ciência moderna. Justifica-se transcrever o início do editorial da revista em que se apresentam os resultados de uma conferencia que

tratou de muitos aspectos dessas problemáticas:

Poucas atividades cognitivas humanas têm a transversalidade e duração do colecionismo. Essa forma de selecionar coisas e estabelecer uma significação remonta à pré-história e, mesmo, ao processo de evolução da espécie humana. Como o paleantropólogo Richard Leakey e colaboradores [...] demonstraram, as espécies primordiais desenvolveram suas habilidades cognitivas, tecnológicas e culturais coletando rochas nas margens dos rios e lagos ou nas faldas de vulcões e planícies aluviais da região do Grande Vale em Rife da África. O desenvolvimento de artefatos a partir da seleção de materiais cada vez melhores, como a obsidiana, foram aumentando as condições de sobrevivência dos hominídeos primitivos. Não por acaso, os grupos primitivos de *Homo sapiens* modernos são chamados de coletores e caçadores. Coletando e diferenciando elementos, tornou-se possível estabelecer uma classificação das coisas, que precisa ser explicada, entendida.

Coletar e selecionar está entranhado no processo cognitivo humano não apenas em termos do reconhecimento das diferentes coisas que existem no mundo, como objetos e bens materiais. Para entender o mundo, o homem também colecionou os modos de entendimento e as cosmogonias que elaborava na forma de mitos. Lévi-Strauss, [...] um dos mais importantes antropólogos do século XX, refere-se ao mito como uma coleção de restos de fatos, restos de narrativas presentes na historicidade de um grupo. Explicações que vão sobrando na memória de um grupo e, assim, vão sendo acrescentadas ao mito, como uma colagem ou melhor, bricolagem. Isso constitui uma forma de pensar o mundo e as coisas que o constituem. Longe de ser uma forma primitiva de pensamento, que está colocada *in illo tempore*, Lévi-Strauss alerta que isso constitui o substrato da própria ciência. Ou seja, a ciência moderna não poderia surgir repentinamente nos séculos XVI e XVII, já plena de paradigmas revolucionários. Foi necessária, antes, uma longa caminhada de coleta, seleção de materiais e tentativas de explicar e entender o mundo que está antes do pensamento clássico e remonta à própria origem daquilo que chamamos de humano. Como diz Lévi-Strauss, toda classificação é melhor que o caos.

(Rualdo Menegat, 2005, “A Epistemologia e o Espírito do Colecionismo”, *Episteme*, Porto Alegre, nº 20, pag. 5/12 [http://www.ilea.ufrgs.br/episteme/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=46&Itemid=28])

Epistemologicamente não há diferença significativa entre a actividade de coleccionar – entendendo por tal uma actividade de apropriação, escolha, classificação e estudo de cada uma das peças e do conjunto, pois se não se verificar esta última situação estaremos perante um simples “ajuntador”, como se diz na gíria coleccionista – e do cientista, mas do ponto de vista social existe.

Porque as actividades se estruturam em instituições que

assumem uma certa posição na hierarquia do poder, porque o conhecimento corrente se rege por uma lógica dicotómica não contraditória que não permite captar os espaços de intercepção e conflito, porque a função primordial do trabalho na sociedade leva a uma falsa separação entre aquele e o lazer – entendido como sua negação –, porque estas separações tantas vezes artificiais criam estereótipos da actividade alheia – o coleccionador é o “ajuntador de coisinhas” e o cientista o “experimentador no laboratório” – o filatelista está num espaço social (do lazer, do isolamento, do irrelevante ou marginal) e o cientista está noutro (do trabalho, das redes, actuando nas catedrais da ciência).

É certo que os processos de validação dos conhecimentos adquiridos são totalmente diferentes – o cientista fá-lo pela publicação em revistas da especialidade, essencialmente na aceitação pela comunidade científica, pelo mediatismo dos seus resultados; o filatelista ou não se sujeita a uma validação social ou fá-lo por artigos em revistas “desconhecidas” e exposições, pelo reconhecimento por júris de seriedade duvidosa. É verdade que o coleccionador preocupa-se essencialmente pela posse dos bens coleccionados enquanto essa preocupação está ausente dos cientistas, mas estas diferenças ou são de relevância secundária ou já um produto das separações que a sociedade introduziu.

O Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto pretende, no seu objecto de estudo interdisciplinar, contribuir para a atenuação da dicotomia anteriormente referida. Por isso pretende promover academicamente estudos filatélicos sobre África que obedeçam às regras científicas. Logo, não podia deixar de apoiar esta iniciativa editorial.

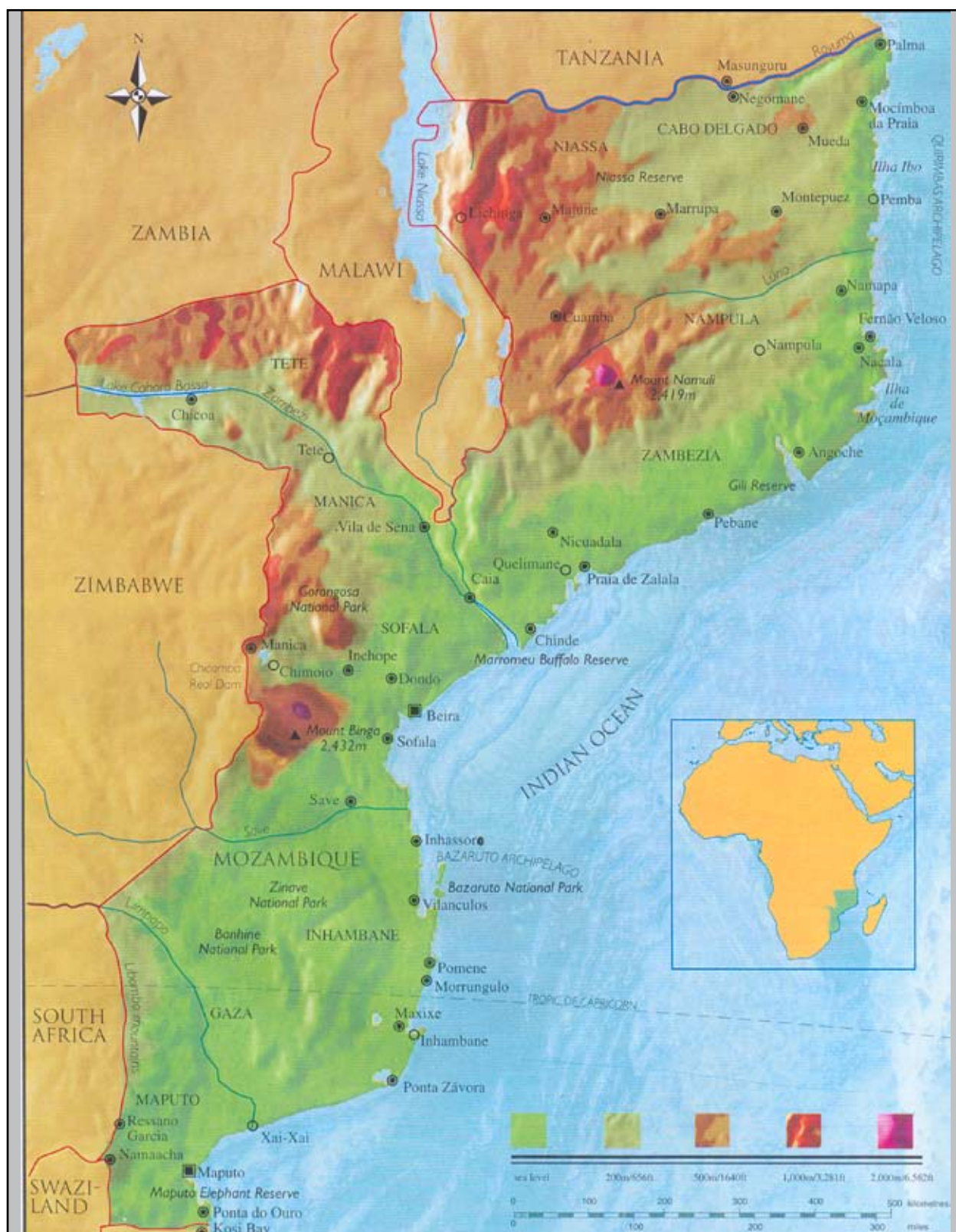
O estudo apresentado neste livro faz parte do que se costuma designar por História Postal – coleccionismo que se centra no estudo dos acontecimentos sociais, sincrónicos e diacrónicos, visíveis nas peças filatélicas – e por isso mesmo é parte da própria História de Moçambique. Integra-a pelo conteúdo e pelo método.

É História, mas lança pistas geográficas, antropológicas, semiológicas e políticas.

O CEAUP tomará iniciativas para a sua divulgação.

Setembro de 2006

Carlos José Gomes Pimenta



EM JEITO DE PRÓLOGO, NA PRIMEIRA PESSOA...

A RELAÇÃO TOPÓNIMOS/CARIMBOS DO CORREIO - ASPECTOS LINGUÍSTICOS, HISTÓRICOS, CULTURAIS E HUMANOS: UMA EXPERIÊNCIA PESSOAL

Devo confessar que tive algumas dificuldades em escolher o tema para esta palestra, que assinalará o meu eventual ingresso na categoria de académico titular desta Academia Filatélica de Portugal, em boa hora concretizada por alguns ilustres filatelistas portugueses. Poderia optar por um tema mais técnico, por ventura inédito (o que não seria fácil), ilustrado com diapositivos e tudo o mais, ou adaptar e actualizar um dos muitos trabalhos de que sou autor e que constituem parte importante da minha vida de filatelista, pois gosto de estudar e pesquisar. E digo que são muitos esses trabalhos, pela simples razão que não outra, de que já é muito longa esta carreira dedicada à colecção e estudo dos selos e do mais que lhes respeita...

Assim, optei por evocar uma experiência que me é muito cara, pois que marcou de maneira indelével não só o meu espírito de filatelista, mas também de homem comum, sensível às coisas da vida! E não é um tema fácil, ao contrário do que poderá à primeira vista, pensar-se!... Optei por abordar um tema que, para além das suas facetas muito humanas, mais uma vez revela o extraordinário valor da Filatelia, nos seus aspectos culturais.

E retomando o assunto, direi mais que a Filatelia, nos seus aspectos culturais - como em outros - é extraordinariamente abrangente, chegando a esmiuçar pormenores de natureza histórica ou linguística, que por vezes nos dão a ideia de que jámais tão pequenas nuances (filatelicamente falando) poderiam ter qualquer interesse para o nosso passatempo.

Quando fui para Moçambique, no rasto de uma tradição familiar que remontava aos fins do século XIX, era muito

jovem, tinha menos de vinte anos. Viviam-se então os tempos difíceis do após guerra... Em Inhamitanga, a terra que me acolheu e onde estive quase 25 dos melhores anos da minha vida e a cujo progresso dediquei muito esforço e trabalho, logo me ensinaram algumas curtas frases na língua que se fala na região, a língua de Sena ou Chissena. É uma das principais línguas de Moçambique, algo difícil, mas riquíssima. Note-se que refiro “língua” e não “dialecto” ou “crioulo”, como já tenho ouvido na Rádio e na Televisão, o que é um disparate. Em Moçambique independente há várias línguas nacionais, a par da língua oficial - portuguesa -, existindo de facto alguns dialectos, ou talvez melhor dizendo, variantes dessas línguas nacionais, mas não se fala “crioulo”! ...

A minha mente analítica e curiosa, rapidamente me levou a tentar compreender e falar aquela língua, para além das poucas palavras já assimiladas, e a apreender e aprofundar outras realidades culturais da vida do povo moçambicano. Assim, um dia, um jovem dactilógrafo, que trabalhava no meu escritório e que tinha estudado numa Missão religiosa, ensinou-me algo que me assombrou! Para mim, para a maioria de nós, mesmo para pessoas de alguma cultura (exceptuando-se, claro está, os entomologistas) existem moscas, vespas... Pois aquele jovem, que não tinha como instrução mais do que o 2º ano do Liceu daqueles tempos, sabia os nomes na sua língua, de dezenas dos tais insectos existentes no seu país, de espécies diferentes, que para mim eram simplesmente “vespas”. Este exemplo banal (será mesmo banal?) é bem significativo da enorme riqueza daquelas línguas e por ele bem se pode avaliar as dificuldades em aprendê-las.

Alguns estudos etnográficos, incluindo princípios linguísticos, embora elementares, levados a cabo com muito interesse e curiosidade, e que me deram imenso gosto, diga-se de passagem, apoiados por livros que, felizmente, pude reunir e trazer para Portugal, têm-se revelado preciosa ajuda para resolver alguns problemas de carácter filatélico, mais propriamente de História Postal. Este é o primeiro ponto do tema que me proponho tratar. O valor deste meus modestos conhecimentos, ainda não há muito tempo foram postos à prova; refiro-me à resolução de um problema que nos foi proposto, a mim e a um incansável investigador da nossa filatelia. Trabalhando separadamente, mas em perfeita sintonia, o que me deu muito prazer (e assim sempre deveria ser em Filatelia, mas muitas vezes tal não acontece), chegámos aos mesmos resultados. Donde se conclui que para

resolver problemas de História Postal, até são necessários alguns conhecimentos de estranhas línguas africanas, como o Chissena ou o Ronga de Moçambique.

Suponho que pelo menos alguns daqueles que me dão a honra de lerem os meus escritos, que o Dr. Manuel Portocarrero acolheu na revista do Clube Nacional de Filatelia - "A Filatelia Portuguesa" -, há longos anos, já se aperceberam que estou a referir-me nesta palestra aos topónimos de origem moçambicana e à sua relação com a Filatelia, objecto do estudo mencionado.

Gostaria de explicar, continuando, muito pela rama, a evolução das minhas pesquisas e as alterações do projecto, até chegar a um resultado definitivo.

Recordo que nos anos cinquenta li vários artigos do Dr. António Fragoso sobre este tema dos topónimos, tema por ele necessariamente transposto para a Filatelia através dos carimbos dos correios (quando aqui refiro, carimbos, falo das diversas marcas nominais, independentemente da sua função nos correios), li, dizia, especialmente um interessante e informativo trabalho, que me deixou deveras empolgado. Mas antes de prosseguir permitam que me afaste um pouco do assunto, para lembrar com uma palavra de muito apreço, a memória deste grande filatelista, Mestre de História Postal, com quem tive honra de, embora à distância, trabalhar e aprender. O Dr. António Fragoso foi, porventura, o filatelista que primeiro estudou a História Postal de forma sistemática e com métodos pioneiros; já está esquecido por muitos e, naturalmente, de certo, é desconhecido pelos mais novos.

O artigo que mais me impressionou, dentre vários que escreveu, com a sua fluente e primorosa prosa, sobre topónimos, intitulava-se "A Temerosa Guerra dos Topónimos" e nele o Autor evocava a expansão da Língua Portuguesa no mundo. Dizia-se no trabalho, a certa altura, que eram milhares nos Estados Unidos os topónimos com nomes que tinham como origem povoações mais ou menos importantes da Europa, incluindo muitas portuguesas; e salientava-se um interessante facto: havia naquele país 16 cidades com o nome de LISBOA, mais concretamente, em inglês, LISBON, cinco com o nome de NEW LISBON e uma NORTH LISBON! O que não deixa de ser deveras impressionante para nós, portugueses, e de certo não é muito conhecido.

É claro que o artigo também refere centenas de nomes de terras portuguesas existentes no Brasil.

E assim, inspirado e entusiasmado com esta ideia, imaginei, melhor dizendo sonhei com uma colecção de carimbos em que o ênfase seria dado aos topónimos (nos carimbos, entenda-se), agrupando os diversos exemplares com nomes da mesma origem. A par dos carimbos portugueses coleccionaria peças com carimbos de topónimos correspondentes, pertencentes a países estrangeiros. Para isso cheguei a fazer diversos estudos; verifiquei que muitas localidades poderiam fornecer material do período pré-adesivo, clássico, por conseguinte, e de alta qualidade, como por exemplo, LISBOA; outro exemplo: BELÉM de Portugal, a par de BELÉM na Terra Santa. Vem aqui a propósito dizer que existem inúmeras localidades, talvez centenas, com o nome inspirado na terra onde nasceu Jesus Cristo, com as suas variantes linguísticas, um pouco por todo o mundo. Este topónimo, só por si, formaria uma interessantíssima colecção, dado existirem peças importantes e valiosas, como é fácil imaginar, especialmente no que à BELÉM da Terra Santa diz respeito, devido às diversas administrações postais que ao longo dos anos funcionaram naquela conurbada região.

Dos antigos territórios portugueses do Ultramar também existem excelentes exemplos, como é o caso de NOVA LISBOA, em Angola.

É claro que uma colecção deste género, evidentemente muito ambiciosa, logo se mostrou impraticável, por várias razões óbvias, mas especialmente pela vastidão e dificuldades de aquisição de boas peças (pela sua raridade, e/ou altos preços). Morreu à nascença! Contudo, ficou arreigado em mim o interesse pelo estudo dos topónimos associados aos carimbos, que nunca esmoreceu. Interesse que rápida e naturalmente se circunscreveu aos carimbos de Moçambique, acabando por evoluir, como consequência da independência do país, também para o estudo das alterações toponímicas resultantes deste acontecimento histórico, tendo organizado uma colecção com documentos muito interessantes, de que dou alguns exemplos: ANGOCHE, a “capital” do sultanato do mesmo nome, no passado um conhecido centro do tráfico de escravos, passou a chamar-se ANTÓNIO ENES; após a independência reverteu ao antigo nome, com pouca propriedade a meu ver, dada a odiosa lembrança que tal nome sugeria. MATOLA, nome de um régulo com grandes tradições históricas, súbdito da Coroa portuguesa, passou a ser VILA SALAZAR, por “expressa vontade” da sua população, mas a terra nunca deixou de ser

conhecida por aquele nome, pelo que, naturalmente, voltou ao antigo topónimo. PEMBA em homenagem a D. Amélia, rainha de Portugal, chamava-se PORTO AMÉLIA, no tempo colonial. VILA GOUVEIA passou a chamar-se CATANDICA... E muitos exemplos poderíamos aqui referir, mas uma análise exaustiva não cabe no âmbito desta palestra.

Como todos se apercebem aflorei, em relação ao tema que venho tratando, aspectos culturais, de ordem histórica, linguística e outros. Com base no caso moçambicano, e passando à parte final desta já longa palestra, vou agora abordar este tema com ênfase para o calor humano por mim vivido na recolha de dados, de elementos para o meu estudo, tanto no período colonial, como após a independência, permitindo-me relatar brevemente dois ou três interessantes episódios. Um “dossier” que reuni, ao longo de muitos anos, documenta as minhas palavras: necessariamente terei que refrear a natural tendência para me alongar sobre este tema, para mim tão caro, já o disse antes...

Em Moçambique, como no passado acontecia em Portugal, as estações de menos categoria e os postos de correio estavam a cargo de particulares. Em alguns casos funcionavam nas estações ferroviárias, postos administrações e outras repartições públicas, mas não eram operadas por pessoal de carreira dos correios; casas comerciais, cantinas, missões religiosas, enfim, todos os locais onde pudesse encontrar-se uma pessoa idónea, serviam para instalar um posto de correio ou telefónico. Isto, como se infere, acontecia nos mais longínquos pontos do país e em povoações muito pequenas.

Imagine-se, portanto, as dificuldades em obter espécimes de carimbos destas localidades. Ao longo dos anos, antes e após a independência do país, estabeleci contactos com estes isolados correios: escrevi centenas de cartas a pessoas que, naquelas remotas paragens, lutavam por uma vida melhor e abnegadamente trabalhavam para ajudar o seu semelhante, pouco ou nada ganhando com isso, contribuindo para minimizar, de algum modo, o isolamento em que todos viviam, tarefa importante conseguida através dos correios!... Disto resultou um volumoso “dossier”, em que me revejo, não só pela valiosa informação que contém, como pelo enorme calor humano que emana do seu conteúdo.

O desejo de ajudar, de participar era uma constante dessa gente, brancos e negros; o cuidado que todos punham em

satisfazer o meu pedido de obliterarem com nitidez as cartas a mim endereçadas, era bem visível; muitos mostravam empenho em prestar esclarecimentos; os comerciantes escreviam a oferecer os seus préstimos; outros - e foram vários - enviaram selos (aliás não solicitados), arrancados das suas correspondências e que na maior parte dos casos nem sequer eram colecionáveis, mas o importante, era a intenção; um padre missionário respondia-me invocando Deus e falando-me das suas tarefas ingentes; o agricultor desabafava, contando-me os seus problemas, as secas e as cheias que não lhe davam tréguas; o administrativo, chefe de um posto mais do que isolado, lamentava-se por não ter condições para melhor atender os meus pedidos; o responsável do posto de correio de uma pequena e isolada povoação dizia-me que há muito tinha pedido um carimbo novo, porque aquele que possuía estava praticamente ilegível, estragado pelo uso e pelas condições climáticas, e que, portanto, lamentava não ter conseguido obter do seu carimbo mais do que um borrão...

Que riqueza humana! E tudo isto, como não podia deixar de ser, girando á volta da Filatelia...

E já agora não resisto á tentação de contar dois episódios, algo similares, mas ao mesmo tempo em sentido contrário, devido às circunstâncias temporais que os separam. Já em tempo de guerra, certa vez escrevi a um correio de uma localidade que eu nem sabia exactamente onde se situava: depois de uma espera de alguns meses, que estranhei por não ser habitual, sempre obtive uma resposta, ou melhor dizendo a carta foi-me devolvida, obviamente violada, com a informação de que o correio respectivo se encontrava fechado. Mas a carta foi-me devolvida por quem? Pela PIDE imagine-se!... Se calhar, sem eu saber, estive sob apertada vigilância, não fosse a carta ter qualquer oculto significado, que fizesse perigar o regime...

O outro caso aconteceu já no período pós independência. Um humilde empregado dos correios, auxiliar de guardafios, certamente promovido para suprir as dificuldades que se viviam, escrevia, sigilosamente e com imensos rodeios, em mau português é certo, mas perfeitamente consciente das suas responsabilidades, com grande sentido profissional - no espírito do verdadeiro postalista, que se preza -, dando-me conta, com mil desculpas, do destino da minha carta e justificando-se por não me ter respondido em tempo. Dizia ele que a carta estava retida no Partido e aconselha-

va-me o maior cuidado, pois que o camarada secretário do comité local, que não era de confiança (na sua opinião), tinha até pedido orientações à SNASP! Duas faces da mesma medalha, duas polícias políticas em acção..

Estes aspectos humanos, relacionados com a Filatelia, levar-nos-iam muito longe, mas é tempo de terminar.

Apenas mais algumas palavras e uns quantos exemplos, muito rapidamente explanados, para salientar o interesse do estudo dos topónimos que aparecem nos carimbos, estudo que às vezes nos traz algumas surpresas.

Já escrevi um artigo sobre BENFICA, que eu julgava ter origem no conhecido Bairro de Lisboa e que afinal revelou-se ser uma homenagem ao popular clube lisboeta - o Sport Lisboa e Benfica. E que dizer de uma pequena povoação, perdida algures no “mato”, chamada HELENE? Uma povoação fundada por cidadãos gregos (os Helenos da antiguidade clássica grega), de que havia em Moçambique uma importante colónia, pensei eu com toda a convicção! Puro engano... Afinal, depois de investigar o assunto, obtive a informação através de uma fonte oficial, o Centro de Informação e Turismo, de Lourenço Marques, que consultou os velhos da região (as tradições orais do país são muito profundas e importantes, diga-se de passagem), ficando a saber que a povoação tinha sido fundada em recuados tempos, antes da chegada dos portugueses, por um chefe de clã, de nome “Helene”, assim chamado por que “*tinha muito vício de fazer sexo*” e morreu com grande descendência.

E não posso terminar sem deixar de mencionar, apenas como exemplos, alguns curioso topónimos (que se relacionam directamente com as línguas e cultura de Moçambique), de terras que tiveram também nomes de origem portuguesa:-

- BÚZI, que significa “*cabrito*” em várias regiões, foi (e ainda é nalguns casos) nome de terra, de divisão administrativa (circunscrição/ concelho), de rio e de uma importante empresa colonial, a Companhia Colonial do Búzi; a povoação chamou-se BÚZI, depois NOVA LUZITÂNIA (os “padrinhos” eram certamente uns sonhadores...), revertendo ao primitivo nome, após a independência do país.
- CHAI-CHAI (também XAI-XAI), deriva da palavra zulu “*shaya*”, isto “*bater*”; logo: XAI-XAI (= “*bater. bater*”), no tempo colonial chamou-se VILA JOÃO BELO.

- ▶ GURÚE, segundo alguns especialistas tem a sua origem em “*curui-curui*”, onomatopeia do canto da perdiz; chamou-se também VILA JUNQUEIRO, voltando ao seu nome moçambicano, após a independência.
- ▶ CHICUALACUALA era o nome de um régulo (ainda será?), de que existem muitas referências históricas; a povoação (estação fronteiriça do Caminho de Ferro do Limpopo) foi baptizada de MARVÉNIA, homenageando Sir Godfrey Huggins, visconde de *Malvern*, antigo primeiro-ministro da Federação da Rodésia e Niassalândia, sendo óbvia a razão por que reverteu ao antigo nome do régulo; CHICUALACUALA não é exactamente vernáculo moçambicano mas sim corruptela portuguesa de “*xi-quadja-quadja*”, o mesmo que “*codorniz*”.
- ▶ Temos também o arrevezado CMBULATSITSI que é, nada mais nada menos, do que um “*morro careca*”, isto é sem qualquer vegetação. O nome português desta terra foi VILA CALDAS XAVIER.
- ▶ Lembro ainda VILA VASCO DA GAMA, nome ilustre que todos conhecemos, dado a uma pequena povoação sem história e sem futuro, que se transformou em TCHIPUTO, pois assim se chamava um chefe tribal da região.
- ▶ Ao contrário do exemplo anterior, um obscuro navegador da carreira da Índia deu o nome a uma das mais importantes cidades da África Austral - LOURENÇO MARQUES -, capital de Moçambique. Como se sabe este topónimo foi substituído por MAPUTO, mudança polémica: a cidade em vernáculo moçambicano chamava-se CHILUNGUÍNE, a terra dos brancos e do poder, topónimo á partida inviabilizado, como é evidente. Um nome possível seria CAMFUMO (ou mais correctamente KA-MPFUMO), lugar do governo dos naturais onde residia o régulo ou rei, já que esta situação era anterior á ocupação efectiva portuguesa; contudo preferiu-se MAPUTO, por obscuras razões de ordem politico-ideológica, suponho. E por aí fora...

1: NOTAS PRELIMINARES

A toponomástica de Moçambique, na época colonial, podia dividir-se em dois grandes grupos: topónimos gentílicos e topónimos de inspiração colonial. Estes, por sua vez, podiam classificar-se, grosso modo, em topónimos homenageando personalidades públicas portuguesas (p.e. Lourenço Marques, Vila Machado (fig. 1), Salazar, António Enes (fig. 2), João Belo) e nomes de localidades da antiga metrópole (p.e. Aldeia de Santa Comba, Nova Lusitânia, Nova Chaves, Nova Lousã, Aldeia da Madragoa). Raros eram os topónimos coloniais que tinham outras origens.

Ainda no chamado período de transição, antes da independência do país, portanto, que, como é sabido, se verificou em 25/6/1975, começou o dismantelamento de tudo quanto tinha conotações com o colonialismo português. Logo se tornou evidente que a toponomástica do novo país iria sofrer profundas alterações a curto prazo, dado que muitas eram as cidades, vilas, aldeias, povoações menores, acidentes geográficos ou outros que tinham nomes de origem colo-



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4

nial.

Assim, pelo Decreto-Lei n.º 10/76, de 13 de Março de 1976, publicado no Boletim da República n.º 30, I Série, da mesma data, foram alteradas as seguintes designações toponímicas: a capital, Lourenço Marques, passou a chamar-se Maputo; outras alterações foram: Porto Amélia passou a designar-se Pemba; Vila Cabral, Lichinga; António Enes, Angoché (fig. 2); João Belo, Xai-Xai; Trigo de Morais, Chókwè; Vila Alferes Chamusca, Guijá; Vila Gouveia, Catandica (fig. 3); Malvéria, Chicualacuala; Miranda, Macalogue (fig. 4); Valadim, Mavajo; foram ainda mudados os nomes de: Nova Freixo passou a ser Cuamba; Santa Comba; Mahalazene; Aldeia da Madragoa, Chilembene; Olivença, Lipilichi.

As alterações entraram em vigor a partir de 3 de Fevereiro daquele ano, data em que se comemora o aniversário da morte do Dr. Eduardo Mondlane, primeiro presidente da FRELIMO.

É relevante assinalar-se que este Decreto-Lei contempla apenas uma pequena parte dos topónimos considerados de inspiração colonial; posteriormente houve muitas mais alterações, sem que, até agora, tanto quanto sabemos, tivessem sido oficializadas as novas designações toponímicas.

Estas alterações toponímicas, em tão grande dimensão, causaram, como é evidente, sensíveis perturbações nos Correios e Telecomunicações. As marcas de correio das localidades pertinentes tiveram de ser (ou deviam ter sido) mudadas atempadamente, especialmente as marcas-dodia. Temos, assim, que uma interessantíssima colecção de história postal da República [Popular] de Moçambique pode formar-se com relativa facilidade, embora, certamente, muitos elementos filatélicos importantes se tenham perdido para sempre.

Nos capítulos seguintes analisaremos vários aspectos deste tão aliciente tema, focando casos curiosíssimos e muitas anomalias que arquivámos.

2: RELAÇÃO DAS TERRAS QUE MUDARAM DE NOME

Vimos, em número anterior de «A Filatelia Portuguesa», que apenas um limitado número de mudanças toponímicas na República Popular de Moçambique foi, até agora, oficializada. Legislação posterior ao já mencionado Decreto-Lei n.º 10/76 atribui a diversas entidades a responsabilidade de analisar os problemas toponímicos, a todos os níveis, cabendo aos Serviços Geográficos e Cadastrais centralizar as informações. Tanto quanto sabemos, ainda não foi publicada por estes Serviços qualquer relação dos novos topónimos, embora já poucos nomes de origem colonial subsistam.

Regra geral, os nomes coloniais foram substituídos por topónimos de origem local. Muitos destes nomes, bem conhecidos e usados oficialmente durante largos anos no tempo colonial, foram novamente adoptados. É o caso, por exemplo, de Matola (Salazar) (Fig. 5), Angoche (António Enes), Xai-Xai (João Belo) (Fig. 6), etc., povoações bastante antigas, que já no passado usaram carimbos do Correio com estes topónimos.

Escusado é salientar o enorme interesse, documental (e até histórico) e filatélico, das páginas de uma colecção de



Fig. 5



Fig. 6

história postal, onde é possível (e desejável) reunir os três carimbos: com a designação primitiva; com o topónimo de origem colonial; finalmente os novos carimbos, que revertem à primitiva designação.

Há também topónimos novos, de origem revolucionária (Fig.7).

Publicamos a seguir a lista das mudanças que registámos, que se refere exclusivamente a localidades que têm ou tiveram estações (ou simples postos) de correio. É claro que é uma lista provisória, necessariamente incompleta, pois certamente há muitas outras terras que mudaram de nome, e de que não temos conhecimento. Nunca conseguimos uma lista actualizada dos novos nomes das estações postais, apesar dos esforços que nesse sentido fizemos. Igualmente nunca nos foi possível saber as datas em que os novos carimbos, provisórios ou definitivos, foram postos em uso, por falta de registos adequados nos Correios. O que aliás não admira, dadas as dificuldades de vária ordem que o país sempre enfrentou.

Apelamos, por isso, aos leitores para que nos mandem aditamentos ou façam correcções de inevitáveis falhas; um primeiro trabalho sobre qualquer assunto (e supomos ser este o caso) é sempre deficiente.

Lista dos topónimos coloniais (por ordem alfabética) e seus correspondentes moçambicanos

- ▶ Aldeia da Madragoa - Chilembene
- ▶ Aldeia de Sta. Comba - Mahalazene
- ▶ António Enes - Angoche
- ▶ Augusto Cardoso - Metangula (ou M'Tangula)
- ▶ Bairro Choupal - Bairro 25 de Junho
- ▶ Belém - Mitande



Fig. 7

- ▶ Benfica - Bairro Jorge Dimitrov
- ▶ João Belo - Xai-Xai.
- ▶ Lourenço Marques - Maputo
- ▶ Malvéria - Chicualacuala
- ▶ Miranda - Macaloge
- ▶ Nova Freixo - Cuamba
- ▶ Nova Lusitânia - Búzi
- ▶ Olivença - Lipilichi
- ▶ Porto Amélia - Pemba
- ▶ Salazar - Matola
- ▶ S. Martinho do Bilene - Bilene

Figs. 8 e 9 rispettivamente





Figs. 10 (a,b)



- Trigo de Morais - Chokwé
- Valadim - Mavajo
- Vila Alferes Chamusca - Guijá
- Vila Cabral - Lichinga (ou Litchinga)
- Vila Caldas Xavier - Cambulaze (ou Cambulatze, Cambulatisse, Cambulatsitsi ?)
- Vila Coutinho - Ulongué (ou Ulongwé ?)
- Vila Fontes -Caia
- Vila Gomes da Costa - Alto Changane
- Vila Gouveia - Catandica (ou Katandica)
- Vila Junqueiro - Gurué
- Vila Machado - Nhamatanda
- Vila Paiva de Andrada -Vila de Gorongosa
- Vila Pery - Chimoio
- Vila Pinto Teixeira - Mabalane

► Vila Vasco da Gama - Chiputo

Para os seguintes nomes coloniais não conhecemos os seus correspondentes moçambicanos: Aldeia de Folgares; Aldeia de Freixiel; Aldeia de Ourique; Aldeia de Sagres; Aldeia da Senhora da Graça; Aldeia de S. José de Ribamar; Marão; Nova Chaves; Nova Gaia; Nova Lousã; Ressano Garcia; S. José do Limpopo; S. Paulo de Messano; Vila Franca do Save; Vila Gamito; Vila Nova de Montalegre; Vila Nova da Vidigueira.

Algumas localidades mais importantes, como por exemplo, Maputo, começaram desde logo a usar carimbos provisórios de borracha; outras usaram por longo tempo os carimbos com topónimos coloniais que, em certos casos, ainda subsistem (Fig. 8). É curioso mencionar-se que poucos correios rasparam os seus carimbos (Fig. 9), como medida de emergência, o que seria natural e fácil; e nunca vimos os nomes coloniais emendados nas correspondências, depois da aposição dos respectivos carimbos, como poderia acontecer em estações de pouco movimento. Já o mesmo não se verificou nas etiquetas de registo. É provável que alguns destes casos não tenham sido assinalados na altura, tendo-se perdido irremediavelmente para a Filatelia.

As etiquetas de registo (Fig. 10ab) e franquias mecânicas (Fig. 11) foram também, necessariamente, afectadas pelas mudanças toponímicas. Estes e outros casos pontuais, especificadamente referidos a determinados topónimos, serão analisados em futuros capítulos.



Fig. 11

3: AS CORRESPONDÊNCIAS REGISTRADAS

¹ Isto verifica-se ainda actualmente (1983).

Devido a não ter havido um controlado e oportuno fornecimento de marcas-do-dia e etiquetas de registo¹ às estações de correio com novos topónimos, originaram-se muitas e interessantes peças filatélicas, que devem ser procuradas e conservadas, pois, a nosso ver, constituem documentos interessantes e valiosos, não só sob o ponto de vista filatélico, mas até, de certo modo, histórico.

Aliás, consideramos que o interesse de peças filatélicas desta natureza, já por nós diversas vezes antes focado, não diz somente respeito a Moçambique, mas também às outras ex-províncias ultramarinas portuguesas.

Haja em vista a popularidade, cada vez maior, das colecções de história postal e o custo astronómico que algumas destas peças filatélicas atingem. E às vezes até são bem

Fig. 12





Fig. 13

recentes.

Neste campo, as correspondências registadas proporcionam curiosas peças filatélicas. Efectivamente, sendo mais fácil substituir as etiquetas de registo do que os carimbos, aquelas apareceram primeiro com os novos topónimos. É frequente encontrarem-se sobrescritos em que a etiqueta de registo apresenta já o novo topónimo, mas com a marca-do-dia colonial. O caso «Maputo/Lourenço Marques» é vulgar e foi o primeiro observado.

Mas também o inverso se verifica com frequência. Certos correios foram logo providos de novas marcas-do-dia, metálicas ou de borracha (provisórias), mantendo, por medida económica (?), as etiquetas de registo coloniais.

Por outro lado, correios houve que depois de terem usado etiquetas com os novos topónimos, posteriormente aproveitaram os «stocks», porventura grandes, de etiquetas coloniais, também por justificada medida económica.

Assim, teoricamente, de uma mesma localidade, é possível encontrarem-se peças filatélicas com as seguintes características:

1. Etiqueta de registo e carimbo, ambos com a antiga legenda toponímica (fig. 12 - notar que um dos dígitos da hora foi usado para formar o ano);
2. Etiqueta de registo com novo topónimo e carimbo colonial (fig. 13 - Alto Changane, antes Vila Gomes da Costa);

Fig. 14

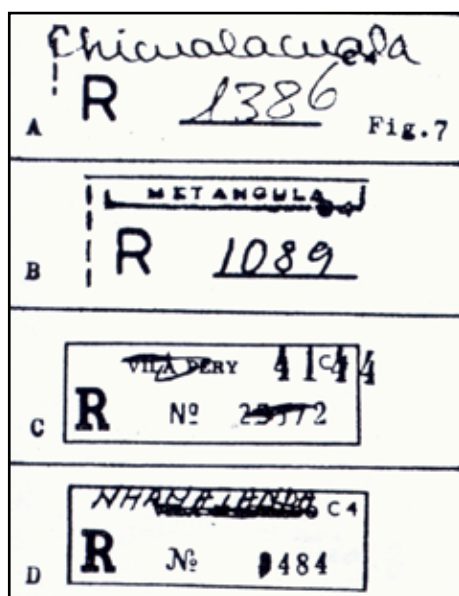




Fig. 15, em cima, e figs. 16 e 17, respectivamente, ao lado



Fig. 18



3. Etiqueta e carimbo, ambos com a nova legenda topográfica (fig. 14);
4. Etiqueta antiga, aproveitada, com nome colonial e carimbo com novo topónimo (fig. 15).

Pode haver duas hipóteses quanto ao aproveitamento das etiquetas: a) aproveitamento imediato, antes da sua substituição por outras com novo topónimo (fig. 15 e 16 - Vila Coutinho/Ulongué¹); aproveitamento posterior, depois de se ter esgotado uma primeira emissão já com a nova legenda (fig. 17).

¹ Pelo menos até 1983 Vila de Ulongué usou etiquetas de registo com o nome colonial; registámos outros casos idênticos nesta data.

Temos visto etiquetas de registo em branco, com os novos topónimos manuscritos (fig. 18a - Chicualacuala) ou apostos por meio de carimbo nominal linear (fig. 18b - Metangula),

mas não tanto como seria lógico verificar-se; por outro lado são raras as etiquetas impressas com topónimo colonial riscado (fig. 18c - Chimoio, antes Vila Pery) e/ou com novo topónimo acrescentado por carimbo ou manuscrito (fig. 18d - Nhamatanda, antes Vila Machado). Contudo, registámos um caso (Vila Junqueiro/Gurué) onde a nova marca de dia foi aposta sobre a etiqueta de registo colonial (fig. 19).

Peças muito curiosas são aquelas em que os topónimos coloniais foram raspados nas marcas-do-dia, como por exemplo Maputo (fig. 20) e Chimoio (fig. 21); neste caso a origem das correspondências é atestada pelas etiquetas de registo somente.



Fig. 19



Figs. 20 e 21, respectivamente

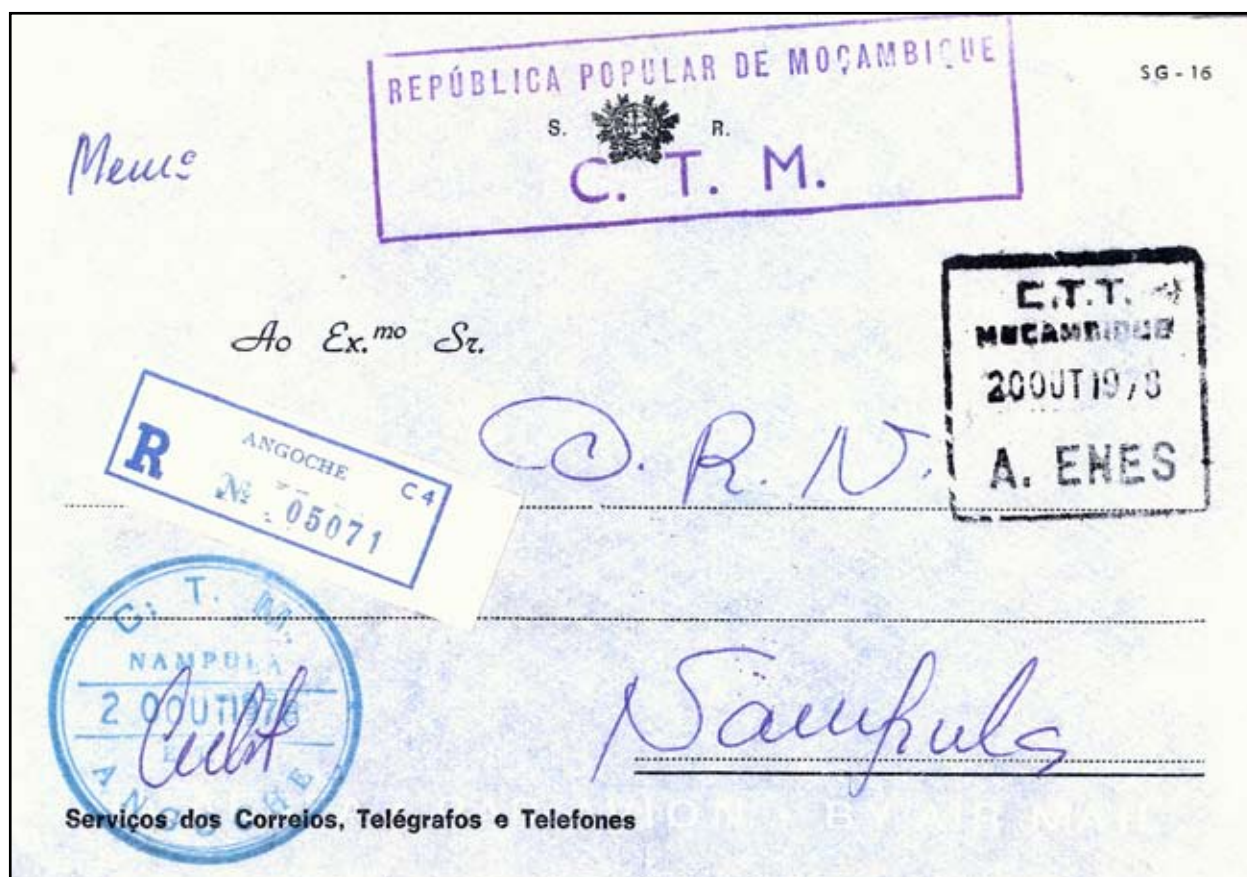


Fig. 22 E para fechar (com chave de ouro, acreditamos!) reproduzimos um magnífico documento na fig. 22.

Trata-se de uma carta oficial com o escudo português e as iniciais «S.R.» anulados com um carimbo assim legendado: «República Popular de Moçambique» e as iniciais «C.T.M.» (Correios e Telecomunicações de Moçambique); a etiqueta de registo tem o novo topónimo, ostentando ainda duas marcas-do-dia, uma com o novo topónimo (Angoche) e outra com o nome colonial (A. [António] Enes).

4: AS FRANQUIAS MECÂNICAS

Tanto quanto sabemos, após a independência de Moçambique e pelo menos até 1983, não foi publicada qualquer legislação sobre as máquinas de franquiar, mantendo-se em vigor o antigo regulamento do tempo colonial, aprovado pelo Decreto n.º 41 538 de 26/2/ 1958, publicado no B.O. n.º 11 - I Série, de 15/3/1958. Tão pouco temos conhecimento de instruções internas sobre o assunto.

Devido às alterações políticas que se verificaram, muitas firmas, entidades ou serviços desapareceram ou foram absorvidas, sendo canceladas as respectivas licenças; por outro lado, diversas empresas estatais surgiram, ficando, regra geral, na posse das máquinas utilizadas anteriormente nas firmas que lhes deram origem. Por isso, muitas vezes não foi seguida a norma que estabelece a obrigatoriedade de as franquias mecânicas somente poderem ser utiliza-

Fig. 23

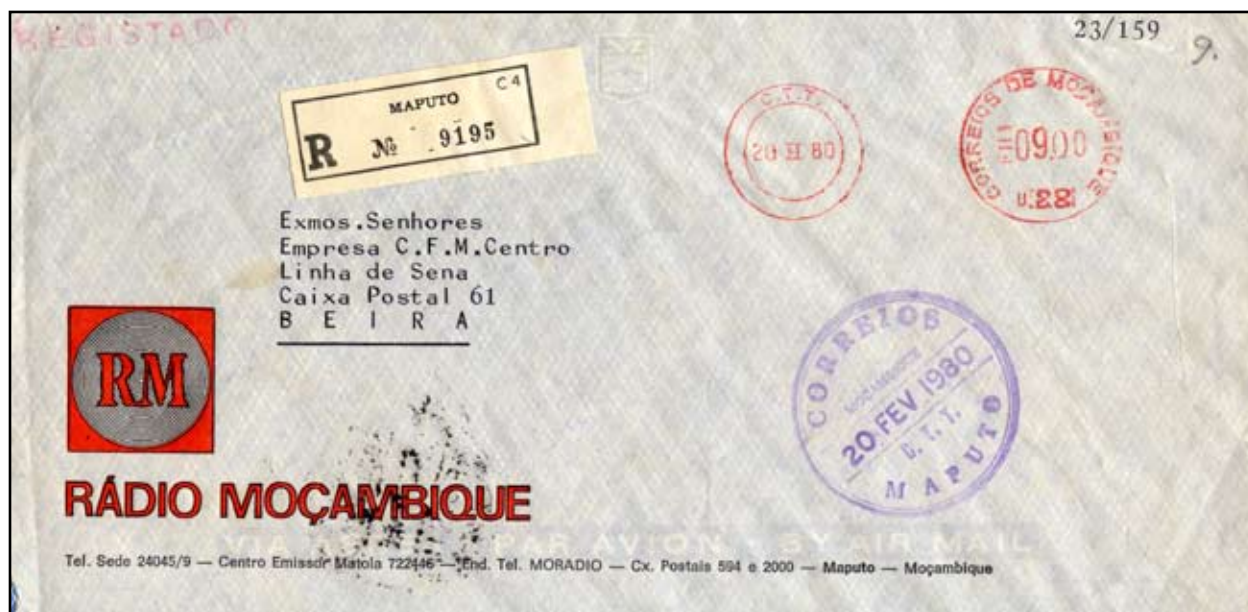




Fig. 24 (a,b)

¹ A marca PITNEY-BOWES é a antiga UNIVERSAL, dado que as firmas respectivas se fundiram.

² Nas máquinas utilizadas pelos Correios, das marcas PITNEY-BOWES/ UNIVERSAL e FRANCO TYP, o espaço destinado ao número da licença é preenchido pela legenda «C.T.T.» ou por um rectângulo a cheio, o que as caracteriza (fig. 24ab).

³ Existem diversos subtipos de todas as máquinas, mas o seu estudo não interessa para estes apontamentos

Figs. 25 e 26

das em sobrescrito timbrado do utente. Não sabemos o que se passa actualmente, pois é muito difícil obter dados concretos, mas na altura apurámos que as licenças nem sequer foram alteradas e registadas em nome dos novos utentes (1983).

As máquinas em uso na R. P. de Moçambique, também já utilizadas no tempo colonial, são: UNIVERSAL/ PITNEY BOWES¹ (fig. 23 e 24), que se distinguem por as suas impressões terem a letra «U», antes do número da licença²; FRANCO TYP (fig. 25, 26, 27, 28ab, 30), caracterizada por um «l» no mesmo local; BATAS (fig. 29), que não tem qualquer elemento identificativo, mas com um tipo de letra e outras características que permitem diferenciá-la das anteriores sem dificuldade.

Como se mostram gravuras de impressões dos três tipos de máquinas³ não julgamos necessários mais detalhes. Fazemos notar, contudo, que os elementos morfológicos básicos de todas estas franquias mecânicas não continham qualquer legendação que colidisse com a nova situação política do país, o que permitiu que as máquinas continuassem em uso após a independência. Excluindo, como é evidente, certas legendas publicitárias, facilmente substituíveis, e os topónimos de origem colonial posteriormente raspados estes e mudadas ou eliminadas aquelas.

Foi só em princípios de 1979, segundo o nosso registo, que começaram a aparecer, em Maputo, máquinas de franquiar,





Fig. 27

tanto dos Correios como particulares¹, com o nome colonial raspado (fig.23, 24ab, 25, 26, 28b, 30). Posteriormente foram raspados os nomes das máquinas de Porto Amélia, António Enes e João Belo; nas máquinas de Vila Pery (fig. 26) e Vila Cabral² só em 1981 foram eliminados. Anos depois, como é o caso de Maputo, subsistiam ainda máquinas, especialmente nos Correios, com o nome raspado. No entanto, havia já licenças com os novos topónimos (fig. 29).

Verifica-se, assim, que nos casos apontados, as correspondências circulavam (e circulam) sem indicação da localidade de origem. E se é fácil identificar, em muitos casos, a origem das correspondências que utilizavam franquias mecânicas particulares (e necessariamente sobrescritos timbrados), e ainda as localidades de onde provêm as correspondências registadas, por intermédio das respectivas etiquetas (fig. 23), o mesmo já não acontece no que respeita às correspondências ordinárias, franquizadas mecanicamente nos Correios (fig. 24).

¹ Os serviços/ entidades oficiais não gozam de isenção de franquia. Por isso classificamos de particulares todas as máquinas de franquiar usadas fora dos Correios.

² Veja-se no Cap. 2 os novos topónimos moçambicanos equivalentes.

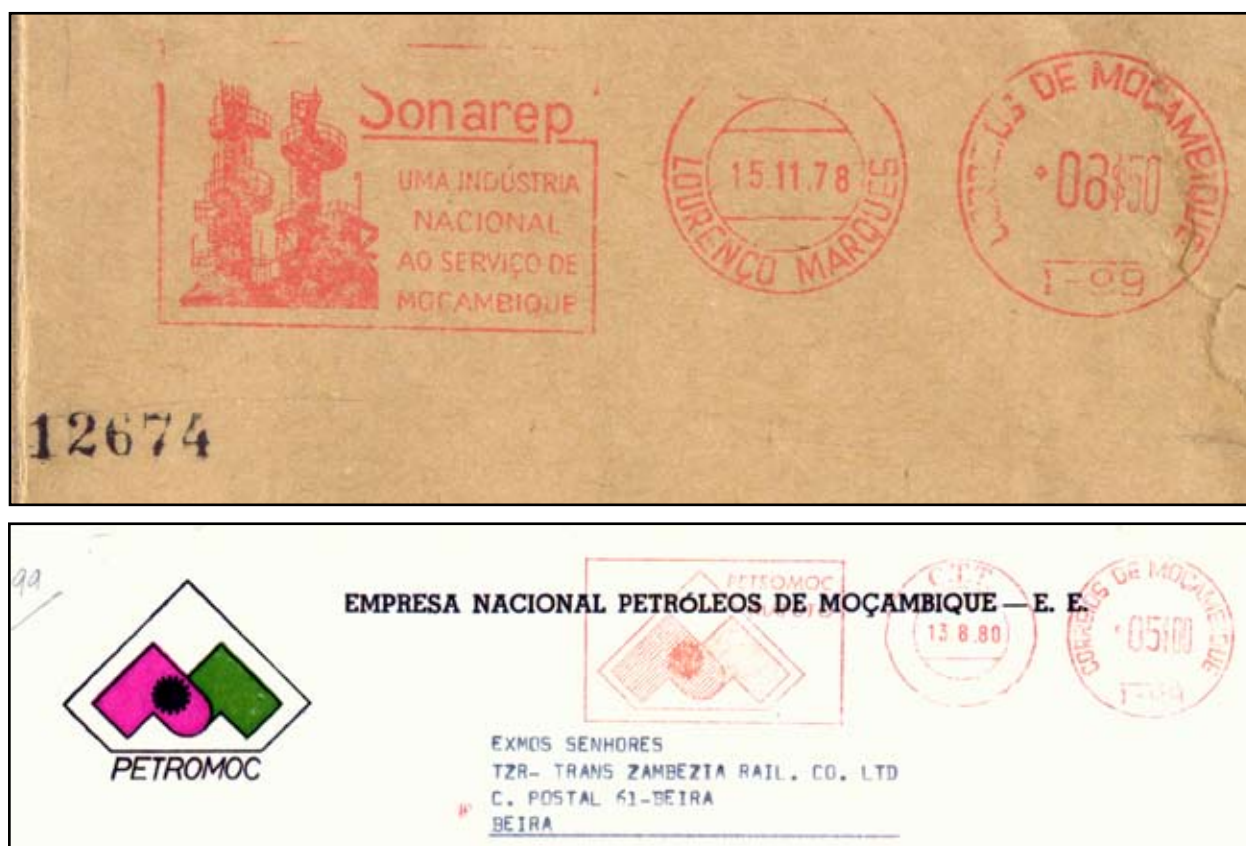


Fig. 28 (a,b) Em Maputo, nas correspondências registadas complementava-se a impressão das franquias mecânicas com a aposição da marca-do-dia normal (fig. 23 e 25), procedimento que não observámos nos Correios de outras localidades em casos idênticos. Curiosamente, em Maputo, usou-se para este efeito uma marca-do-dia por sua vez também com o topónimo raspado (fig. 25)!...

Interessantes são ainda as franquias mecânicas em que o cunho respectivo foi montado ao contrário, depois de retirado para a raspagem do topónimo, apresentando-se a legenda «C.T.T.» em posição invertida relativamente aos elementos da data e outros. Registámos diversos exemplos, reproduzindo-se a franquia referente à Companhia de Cimentos de Moçambique (fig. 25) e outra na fig. 30.

Quanto às legendas ou «slogans» de publicidade apontamos dois exemplos diferentes: no primeiro caso, a legenda colonial (escudo português - onde nem sequer faltam as iniciais «S.R.» - e «Província de Moçambique/Manica e Sofala/ Repartição de Fazenda/Beira») manteve-se pelo menos até 1983 (fig. 27). É um caso estranho este, pois não



Fig. 29

compreendemos como se permitiu que durante tantos anos fosse utilizada esta franquia mecânica, de tão acentuado cariz colonial.

O segundo exemplo é um caso típico de uma estrutura colonial que foi substituída por uma empresa estatal, após a independência do país. Na fig. 28a vê-se a franquia mecânica (licença n.º 89) da Sociedade Nacional de Petróleos de Moçambique - SONAREP, ainda com o nome «Lourenço Marques»; na fig. 28b a mesma franquia tem já o topónimo raspado e a legenda publicitária refere-se à Empresa Nacional de Petróleos de Moçambique, E.E. - PETROMOC, que substituiu a anterior. No SPM (Serviço Postal Militar) continuaram a usar-se as máquinas próprias deste serviço (FRACOTYP), do tempo colonial: pelo menos na EPM 4 assim aconteceu, como se comprova pelo interessante sobrescrito, incluindo as tiras usadas para as impressões, foram feitos de papel de embrulho, estas coladas de maneira assás precária. Note-se a indicação de registo, manuscrita e muito confusa (fig. 31).

Em três capítulos, publicados em números anteriores desta Revista (n.º 11 de Outubro de 1986 - «Notas Preliminares»; n.º 12 de Dezembro de 1986 - «Relação das Terras que Mudaram de Nome»; e n.º 14 de Abril de 1987 - «As Cor-

Fig. 30



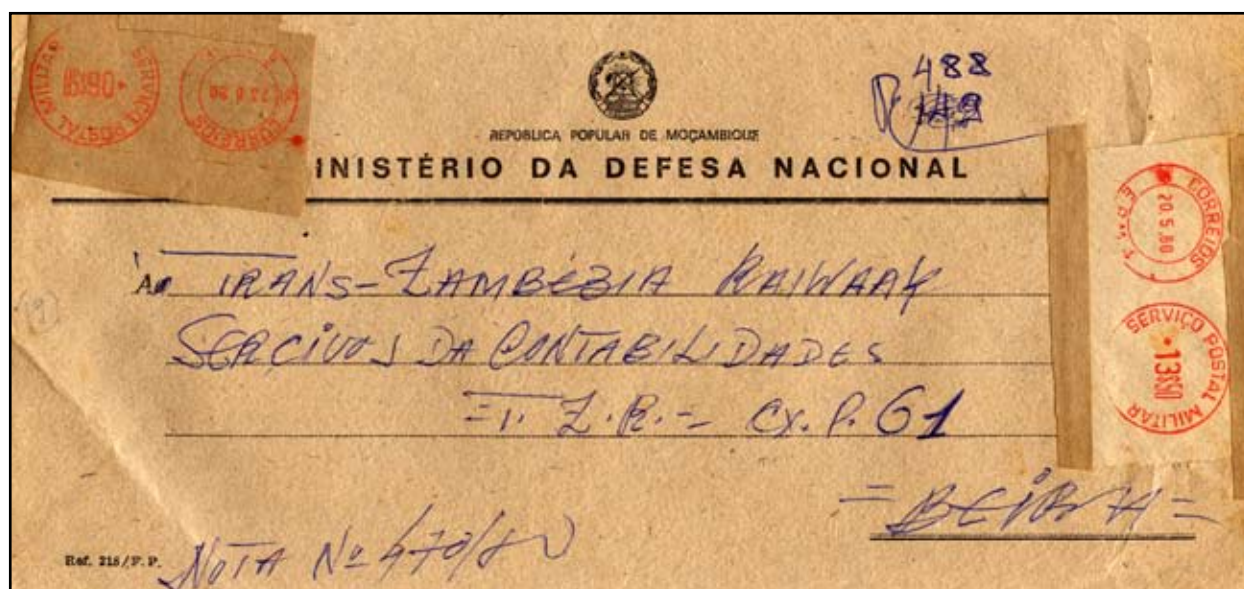


Fig. 31 correspondências Registadas») e ainda neste quarto capítulo, estudámos nos seus aspectos gerais e globais, sem grande pormenor, por conseguinte, as alterações toponímicas que ocorreram em Moçambique após a sua independência e os consequentes reflexos nos Correios.

Em próximos números de «A Filatelia Portuguesa» analisaremos casos pontuais, especificamente referidos a determinados topónimos.

5: A DANÇA DOS TOPÓNIMOS: FONTESVILLA / VILA FONTES / VILA FONTES VELHA

Por força do tratado Anglo-Português de 12 de Junho de 1891 o governo de Portugal obrigava-se a construir um porto na baía do Púnguè¹ e um caminho de ferro que ligasse o mar com a fronteira da Rodésia, para, assim, servir a região que se incluía na esfera de influência britânica ao Sul do Zambeze. A Magestática Companhia de Moçambique, entretanto criada, foi encarregada de pôr em execução os projectos.

A construção da via férrea iniciou-se em 1893, a partir de um ponto na margem direita do rio Púnguè, numa povoação antes criada para o efeito. De facto, FONTESVILA ou antes FONTESVILLA, como sempre lhe chamaram os ingleses e como aparece muitas vezes nas designações oficiais (nome híbrido, morfologicamente errado², o que aliás foi notado por António Enes), a primeira povoação com o nome de «Fontes», homenageando Fontes Ganhado, mais tarde Marquês de Fontes Pereira de Melo³, foi criada pela Ordem n.º 34, do Governador do Território, de 20/ 10/ 1892, publicada no Boletim da C.^a de Moçambique n.º 6, de 1/2/ 1893, que diz: - «Hei por conveniente declarar de primeira classe um terreno na margem direita do rio Pungue, situado a jusante de Neves Ferreira⁴, para n'ele se edificar uma povoação denominada Fontesvilla segundo plano já estudado e que se acha patente na Secretaria do Governo» .

Esta povoação, embora situada em local extremamente insalubre, como cabeça do caminho de ferro chegou a ser um centro ferroviário e comercial de certa importância; António Enes, nos seus famosos relatórios «Moçambique» (1891-1892) diz: ...«pois esse chão alagadiço, a que se deu

¹ Em 1877 foi estabelecido um Comando Militar no Aruângua, na margem esquerda do rio Púnguè, num local que foi denominado Beira, em homenagem a D. Luís Filipe, Príncipe da Beira; nascia assim a povoação da Beira, capital do Território de Manica e Sofala sob a administração da C.a de Moçambique, elevada a cidade em 29/6/1907.

² Se se pretendia que o nome fosse português teria de ser «Vila Fontes», pois na nossa língua «Fontesvilla» nada significa; se o nome era inglês, estamos na mesma, pois nesta língua «villa» é uma casa de campo, ou uma vivenda em zona suburbana ou rural.

³ António Cabral, in «Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique -Sua Origem».

⁴ A Circunscrição de Neves Ferreira foi mais tarde extinta, uma parte da mesma ficou integrada na Circunscrição do Chimoio. São conhecidos carimbos com os topónimos *Neves Ferreira*, mas não sabemos em que localidades foram usados; é o caso ainda, entre outros, de *Chimoio* e *Cheringoma*.

o nome híbrido de Fontesvilla foi aforado por exorbitantes preços». Contudo, com a construção do troço ferroviário Beira-Púnguè, inaugurado em 1897 (antes, a ligação do porto da Beira com Fontesvilla fazia-se por barças, pelo rio Púnguè, trajecto demorado e dispendioso), a sua importância declinou rapidamente. As instalações e serviços ferroviários foram transferidas para um local mais apropriado, entre o km 98 e 99 do caminho de ferro, onde para esse fim «foi traçada uma povoação denominada Nova Fontesvilla», conforme Ordem n.º 1254, de 30/10/1898, publicada no Boletim da Companhia de Moçambique n.º 125, de 1/11/1898, que a criou.

É curioso mencionar-se que os ingleses (que «mandavam e desmandavam» no território) chamavam «BAMBOO CREEK»¹ a Nova Fontesvilla, e com o seu à vontade de «donos e senhores» assim o continuaram a fazer. Com aquele nome figurava na lista das estações da «Beira and Mashonaland Railway»; foi preciso que um governador da C.a de Moçambique, já nos primeiros anos deste século, proibisse que se desse encaminhamento a todo o correio dirigido a «Bamboo Creek», para que assim se pusesse cobro a tão desprestigiante anomalia. (E como sonhar é fácil, atrevemo-nos a imaginar que existirá algures, preservada em ignorada colecção, uma carta endereçada à famigerada «Bamboo Creek», devolvida ao remetente; e com todos os carimbos e anotações da ordem!...).

Mas voltemos às andanças toponímicas da povoação.

Por Ordem da C.^a de Moçambique n.º 1247, de 15/9/1898, foi criada a povoação de VILA FONTES VELHA, que antes era conhecida por Chimbuè, na então Circunscrição (administrativa) de Sena.

Depois, pela Ordem n.º 2996, do Governador do Território, datada de 1 de Junho de 1909 e publicada no Boletim da C.^a de Moçambique n.º 11, da mesma data, foi determinado que Nova Fontesvilla passasse a chamar-se Vila Machado, em homenagem ao primeiro governador do Território, Conselheiro José Joaquim Machado e que a antiga Fontesvilla se chamasse Ponte do Púnguè²; a mesma Ordem também determinou que a Chimbuè fosse atribuído o nome de VILA FONTES, em homenagem ao Marquês Fontes Pereira de Melo, «saudoso Administrador Delegado da Companhia de Moçambique» e «remomerando os seus grandes serviços ao Território», como se diz na referida Ordem. Aliás, este estadista foi um dos fundadores da Companhia Magestá-

¹ «Bamboo Creek» seria em português «Riacho dos Bambus».

² Ponte do Púnguè é, na actualidade, povoação pouco importante, sem Correio.

tica, pois havia assinado a respectiva petição para a sua formação, juntamente com outras notáveis personalidades da época.

Chamamos a atenção para o facto de esta Ordem, datada de 1909, referir-se a Chimbuè e não mencionar Vila Fontes Velha, que substituiu aquele topónimo em 1898, como vimos (Ordem n.º 1247). Possivelmente toda esta confusão é que levou à clarificação dos topónimos pela Ordem de 1909 e isso explicaria o facto de não se ter, muito simplesmente, mudado Fontesvilla para Vila Fontes. Em resumo, preferiu-se chamar Vila Machado a Nova Fontesvilla, reservando-se Vila Fontes para Chimbuè/Vila Fontes Velha.

Mas não ficaram, por aqui as mudanças.

Vila Fontes, sede do Concelho de Caia, que substituiu a Circunscrição de Sena, agora já sob administração do Estado, mudou novamente de localização em 1954 (Portaria 10 541, de 11/9/1954). A antiga vila, que foi terra de bastante importância, situava-se em local muito sujeito às grandes e imprevisíveis cheias do rio Zambeze, espectáculo grandioso que algumas vezes admirámos (como mais do que uma vez observámos a «velha» Vila Fontes debaixo de água). Assim, foi construída uma «nova» Vila Fontes em local elevado, airoso, com moderna concepção urbanística. Vila Fontes Venha, a antiga Chimbuè, que havia sido criada pela Ordem da Companhia de Moçambique n.º 1247, de 15/9/1898, rebaptizada Vila Fontes em 1909, passou a denominar-se em 1954, mais uma vez, Vila Fontes Velha.

Finalmente, com a independência de Moçambique (25/6/1975), e de harmonia com as alterações toponomásticas verificadas, a que tivemos ocasião de fazer referência em números anteriores desta Revista, Vila Fontes passou a designar-se CAIA. Não sabemos a razão por que não foi adoptado o antigo topónimo gentílico - Chimbuè - , como tantas vezes aconteceu em casos semelhantes.

Mas antes de passarmos a analisar o reflexo nos Correios destas mudanças de nomes é oportuno resumir que o Marquês Fontes Pereira de Melo deu origem aos seguintes topónimos em Moçambique: FONTESVILLA ou FONTESVILA; NOVA FONTESVILLA ou NOVA FONTESVILA; VILA FONTES VELHA; VILLA FONTES ou VILA FONTES; e novamente VILA FONTES VELHA.

Fig. 32



HISTÓRIA POSTAL

É bastante rica e variada a história postal referente a esta autêntica «dança de topónimos». Deixando de lado Vila Machado, que estudaremos em separado, vamos seguir, no que respeita ao período da C^a. de Moçambique, o excelente estudo de Glen Carr, publicado na revista «PORTU-INFO» n.º 83 (1987), da ISPP, e também os nossos próprios apontamentos.

1 É estranha a toponímia deste carimbo; supomos, contudo, que foi usado em Vila Fontes.

Fig. 33



FONTESVILLA aparece nos carimbos do tipo mais antigo da C.a de Moçambique - duplo círculo com rectângulo para a data. A data mais antiga deste tipo é de 1892. Contudo, não é conhecido qualquer carimbo com a designação de NOVA FONTESVILLA.

Nos elegantes carimbos hexagonais com enquadramento irregular da data encontramos SENA/VILA FONTES¹, VILA FONTES (fig.32), e VILLA FONTES.

Temos depois VILA FONTES no carimbo, muito comum, mais moderno, de círculo único (fig. 33) e posteriormente o carimbo de duplo círculo. Note-se, desde já, que este trabalho não pretende ser um estudo exaustivo dos carimbos, pois que o ênfase é dado aos topónimos, por isso muitas vezes ignoramos algumas diferenças morfológicas dentro dos diversos tipos, cores das tintas usadas nas obliterações e outros pormenores.

Quanto a CHIMBUÊ (o topónimo no carimbo aparece grafado com acento agudo) existe apenas no tipo de duplo círculo com ornamentos. Tem as legendas: «Companhia de



Fig. 34

Moçambique/Correio de/Chimbué». Na colecção do falecido coronel Guedes de Magalhães existia um exemplar de 1907 (de que temos uma reprodução má, que não dá gravura, por a impressão ser a vermelho). Como não se conhece qualquer carimbo com o topónimo VILA FONTES VELHA, podemos considerar que foi este o único carimbo usado naquela localidade até à nova mudança de designação, em 1909, para VILA FONTES, quando passou a usar-se o tipo hexagonal.

Com a passagem da C.a de Moçambique para a administração do Estado Português, Vila Fontes passou a utilizar o carimbo hexagonal comum a todo o território, de que se conhecem os dois tipos: rectângulo grande com espaço para a hora (fig. 34a) e rectângulo pequeno, sem indicativo da hora, com pontos (fig. 34b). Também utilizou, depois, carimbos do tipo circular com rectângulo para a data e ornamentos em forma de «S» (de 1949) (fig. 34c).

Carimbos provisórios, de borracha, foram usados várias vezes em Vila Fontes, de que damos um exemplo na fig. 35

Finalmente, antes da independência era utilizado o carimbo circular que se mostra na figura 34d. E foi este o tipo de carimbo que continuou a usar-se após a independência, pelo menos até 1984. Efectivamente, Vila Fontes que passou a chamar-se CAIA, como vimos, continuou durante muitos anos a usar o carimbo com o topónimo colonial. Não foi raspado o topónimo, como fizeram alguns Correios, nem sequer os respectivos funcionários se davam ao trabalho de emendar as etiquetas de registo, como vimos em muitos casos. Na fig. 36 pode observar-se um exemplo do que acabamos de afirmar (29/5/1981). O carimbo, que é diferente daquele que se vê na fig. 34d, entre outros pormenores por ter as letras do topónimo mais pequenas, curiosamente apresenta-se com o ano composto com um

Fig. 35





Fig. 36 dos dígitos que pertencem à hora (fig. 36). Isto certamente por já ter ultrapassado os seus anos de vida.

No carimbo administrativo desta gravura pode ver-se o novo topónimo - CAIA. É curioso referir que existe um selo de D.Carlos, da Zambézia, emissão de 1903, com um carimbo linear de “Caia”. Desconhecemos a origem deste carimbo, que supomos ser administrativo; contudo, as aspas podem sugerir que se trata do nome de um dos barcos fluviais que navegavam no rio Zambeze (fig.37). Assim, poderá tratar-se de uma peça de correio fluvial.

Fig. 37



NOTAS BIOGRÁFICAS DE FONTES GANHADO

Finalizamos com alguns elementos biográficos de Fontes Ganhado. António Maria de Fontes Pereira de Melo Ganhado, 2.º Marquês de Fontes Pereira de Melo, nasceu em Cabo Verde a 28 de Dezembro de 1849 e faleceu em Paris no dia 22 de Maio de 1906. Foi Par do Reino e Moço Fidalgo.

Como tenente coronel do Estado Maior de Engenharia e bacharel em Matemática e Filosofia, desenvolveu acção notável em vários campos de actividade. Como engenheiro distinguiu-se na administração e direcção da Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses e

foi ainda Administrador Delegado da C.^a de Moçambique, por nomeação régia. Distinguiu-se como estadista, tendo sido várias vezes deputado. Era possuidor de inúmeras e importantes condecorações portuguesas e estrangeiras.

BIBLIOGRAFIA

(além da já referenciada)

- «Steel Highway -The Story of the Rhodesia Railways, 1897-1957» - Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.
- Jornal «Diário de Moçambique» (número especial do Cinquentenário da Cidade da Beira -20/8/1957).
- Boletim do Clube Filatélico de Portugal, nº409 - Setembro de 2005, artigo “Obliteraões da Companhia de Moçambique”, por Paulo Sequeira.



Fig. 38: A imponente figura do Conselheiro Joaquim José Machado, aqui retratado no posto de major.

6: GENERAL MACHADO. UM INSIGNE PORTUGUÊS; TRÊS TOPÓNIMOS

Como vimos anteriormente, Nova Fontesvila passou a chamar-se VILA MACHADO em 1909, homenageando o Conselheiro José Joaquim Machado, primeiro Governador do Território da Companhia de Moçambique¹

Figura ilustre, o General Machado «foi engenheiro, comandante militar, financeiro, economista, técnico marítimo, diplomata e administrador ultramarino, deixando em qualquer destas actividades fortemente vincada, a sua personalidade e o seu desinteresse material»² Contudo, lamentavelmente, este notável português nunca mereceu a homenagem do selo do Correio. Mas, facto importante e que não será vulgar em Portugal, três topónimos são memória perene nos álbuns dos filatelistas, através dos respectivos carimbos do Correio: VILA MACHADO em Moçambique; VILA GENERAL MACHADO em Angola; e MACHADODORP na África do Sul.

Em face disto, e para que mais facilmente se compreenda a razão de ser dos três topónimos, julgamos conveniente começar este estudo com uma necessariamente resumida biografia do General Machado³.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Joaquim José Machado nasceu em Lagos, a 24 de Setembro de 1847; morreu em Lisboa a 22 de Fevereiro de 1925. Era de origem modesta, filho segundo de uma numerosa família de poucos recursos e foi com dificuldades materiais que cursou a Escola Politécnica, onde se revelou aluno brilhante.

Iniciou a carreira ultramarina no posto de Major de Enge-

¹ Veja-se o capítulo anterior.

² In BOLETIM dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique, suplemento de Julho de 1970.

³ Resumida, bastante resumida mesmo, mas não tão breve como seria desejável num trabalho desta natureza; não pudemos fazer por menos.

nharia, em 1877, data em que chegou a Lourenço Marques chefiando a memorável expedição de obras públicas, iniciativa do Ministro Andrade Corvo, que tanto contribuiu para o desenvolvimento da cidade.

Mas foi no estudo e planificação do caminho de ferro ligando o porto de Lourenço Marques a Pretória, no Transval, ideia arrojada por muitos julgada de impossível execução com os recursos da época, que o então Major Machado revelou todas as suas grandes qualidades de notabilíssimo engenheiro. Stephanus Johannes Paulus Kruger, Presidente da República do Transval, era o grande impulsionador da ideia, interessado como estava em dotar o seu país, recém-independente, com uma saída para o mar. O que aliás seria factor - ontem como hoje - de enorme riqueza para Lourenço Marques.

Estudado o traçado até à fronteira do Transval e iniciada a construção da linha, havia que vencer o percurso em território transvaliano, bastante montanhoso e portanto bem mais difícil. O Presidente Kruger, fascinado pelo talento e capacidade de organização do Engenheiro Machado, convidou-o para prosseguir o trabalho também no seu país. Grandes dificuldades foram vencidas, até que em 10 de Junho de 1894 o caminho de ferro atingiu o local que depois havia de chamar-se Machadodorp, em homenagem ao distinto engenheiro português.

Desde então estabeleceu-se uma sólida amizade entre os dois grandes homens, que viria a ficar bem patente nas cerimónias de inauguração do caminho de ferro, que com grande imponência se realizaram de 8 a 10 de Julho de 1895 em Pretória e de 14 a 17 do mesmo mês em Lourenço Marques¹; cerimónias que em Moçambique tiveram a presença do Presidente Kruger, que se deslocou propositadamente a Lourenço Marques para assim prestar o seu tributo à capacidade realizadora dos portugueses e manifestar pessoalmente a admiração e amizade que nutria pelo distinto técnico, amizade que havia de manter-se, mesmo até em momentos difíceis.

O Conselheiro Joaquim José Machado viria a ser o primeiro Governador do Território da C.^a de Moçambique (1892/1897), como já dissemos; foi ainda por três vezes Governador Geral de Moçambique, a última das quais já com o posto de general, após a implantação da República, em 1914. Foi também Governador Geral da Índia durante três anos. Como Governador da C.^a de Moçambique e Go-



Fig. 39

¹ O 75.º aniversário desta linha foi assinalado em Moçambique (1970) com um carimbo comemorativo; aliás, selos e outras peças filatélicas (p.e. um selo de 1955 da África do Sul, com a efígie do Presidente Kruger) podem ser conotados, tematicamente, com este trabalho.

vernador Geral de Moçambique, o Conselheiro Machado teve ocasião de demonstrar a sua capacidade de estadista e evidenciar altos sentimentos patrióticos em período conturbado da nossa História Ultramarina. Durante a invasão de Manica (1890/91), quando os ingleses tudo faziam para nos humilhar e Cecil Rhodes tanto cobiçava o importante «corredor da Beira», tomou enérgicas decisões, na eminência de conflito armado, obrigando tropas inglesas a retirarem para o seu navio, fundeado no porto da Beira, quando se preparavam para desembarcar nesta cidade.

Foi pela segunda vez Governador Geral de Moçambique em 1900, portanto em plena Guerra Anglo-Boer; nessa altura a população branca de Lourenço Marques, aburguesada, não escondia os seus sentimentos republicanos, apoiando os «boers». Os ideais republicanos e uma forte implantação maçónica (a Maçonaria Moçambicana estava ligada ao Grande Oriente Lusitano Unido) conheciam momentos altos e Joaquim José Machado, maçónico e certamente republicano, era muito estimado. Teve nessa altura de recorrer a todas as suas habilidades de diplomata; quando se tornou evidente a derrota dos «boers», compelido pelo Governo de Lisboa (os dúbios «malabarismos» caracterizavam a política da época) e sob pressão do famigerado cônsul inglês em Lourenço Marques, que era quem mandava na cidade, teve que recorrer a todas as subtilezas, dizíamos, para conduzir os negócios de Estado. Com muita mágoa foi obrigado a manter virtualmente prisioneiro o Presidente Kruger, seu grande amigo de sempre, quando este se demorou alguns dias em Lourenço Marques, a caminho do exílio. Entretanto, desgostoso, pediu a demissão do seu alto cargo.

Fig. 40a. A Fig. 40b encontra-se na página seguinte

Este Homem, de múltiplas capacidades, esteve também em Angola; ali foi responsável pela fiscalização do Caminho



de Ferro de Ambaca e dirigiu a construção do Caminho de Ferro de Moçâmedes, com a sua proficiência de sempre. Foi ainda administrador-delegado do Caminho de Ferro de Benguela.

Possuía altas condecorações e a vasta bibliografia a seu crédito, sobre assuntos técnicos e outros, é valiosíssima.

Explicada a razão por que surgiram os três topónimos, vamos analisá-los no contexto de História Postal.

HISTÓRIA POSTAL

No que se refere a Angola, apenas conhecemos o carimbo da fig. 39, com a legenda VILA GENERAL MACHADO, de um tipo comum a todo o território. Certamente outros carimbos existem desta localidade, mas o seu estudo não cabe no âmbito destas notas¹.

Vila General Machado chamou-se anteriormente CAMACUPA; não sabemos a data em que lhe foi atribuído o topónimo português, mas aventamos a hipótese de ter sido em 1937, já que em 27 de Fevereiro desse ano (D.L. 873) foi criado o Concelho de Camacupa, com sede em Vila General Machado. Também desconhecemos se após a independência de Angola o topónimo foi novamente alterado e se retomou o antigo nome. É de crer que tenha havido alteração, pois que

¹ A nossa atenção centra-se, como é evidente, no âmbito da História Postal de Moçambique. Note-se que «dorp» significa vila.

Fig. 40b

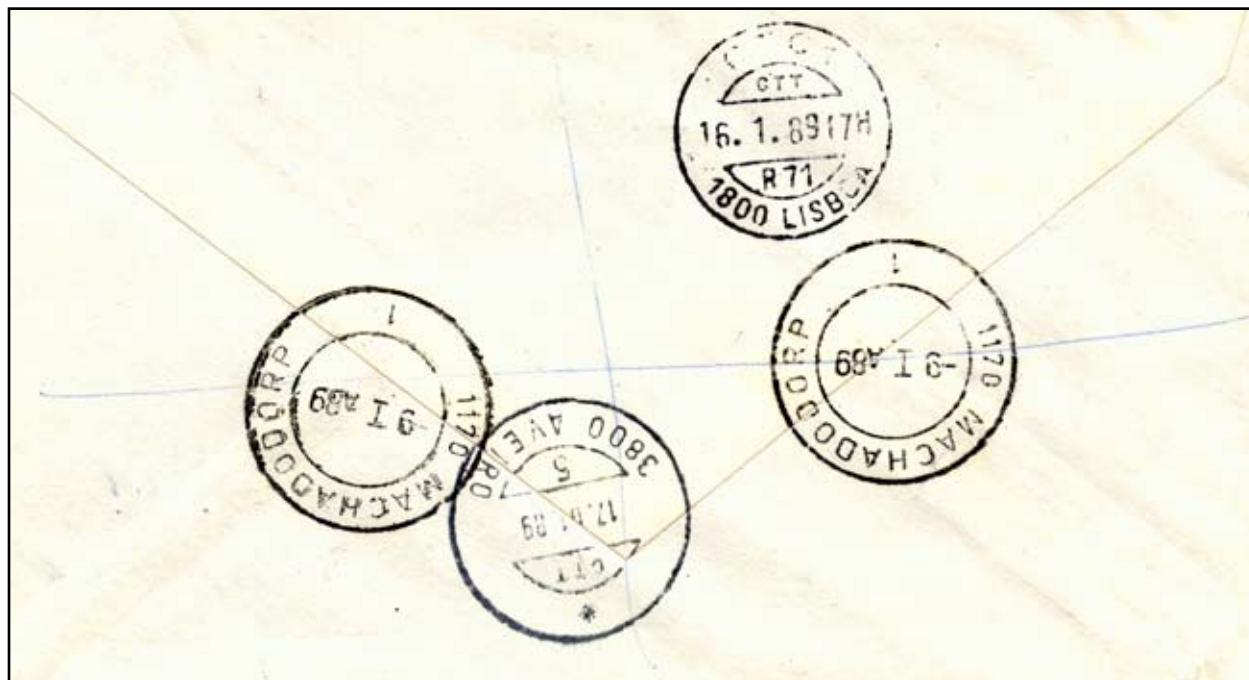




Fig. 41 (a,b,c)

¹ Veja-se no capítulo anterior a fig. 33,

a maioria dos nomes de origem portuguesa, especialmente aqueles com conotações colonialistas, foram suprimidos em Angola e Moçambique.

O Dicionário Corográfico de Angola «Antonito» (1.^a edição - 1946) classifica Vila Machado assim: - Terra de 3.^a ordem, sede do concelho de Camacupa; distrito, província e comarca do Bié; diocese de Silva Porto; estação do Caminho de Ferro de Benguela ao quilómetro 702; altitude 1460 metros; estação telégrafo-postal de 1.^a classe, com todos os serviços de correios e telégrafos, servida pela ambulância postal do comboio.

Quanto a MACHADODORP, que como vimos se situa no Transval, República da África do Sul, conhecemos vários carimbos, de que reproduzimos um exemplo recente, aposto em carta registada (fig. 40).

Não sabemos qual era o nome da povoação antes de 1894 e se nessa altura tinha correio.

É curioso referir que no brasão de armas de Machadodorp figura o escudo português, em virtude de aquele brasão ter sido baseado nas armas da cidade de Lagos, terra natal do General Machado.

Resta a VILAMACHADO moçambicana, que vamos analisar mais detalhadamente.

Criada pela Ordem n.º 2996, do Governador do Território, datada de 1 de Junho de 1909 e publicada no Boletim da C.a de Moçambique n.º 11, da mesma data, conhecemos de Vila Machado, no tempo da Companhia Magestática, os seguintes carimbos:

1. Tipo hexagonal, com enquadramento irregular da data, legenda VILLA MACHADO;
2. Idem, com a legenda VILA MACHADO (fig. 41a);
3. Tipo de círculo único, mais moderno, legenda "CORREIOS"¹

Depois, com a passagem da C.^a de Moçambique para a administração portuguesa, Vila Machado passou a utilizar o carimbo hexagonal (fig. 41b) comum a todo Moçambique e mais tarde (ou simultaneamente, como em muitos casos aconteceu) usou o carimbo do tipo circular com rectângulo para a data e ornatos em forma de «S» (criado em 1949) (fig. 41c).

Este correio utilizou ainda um carimbo circular, maior do que o anteriormente descrito (diâmetro 35 mm); conhecem-se



dois tipos que se distinguem pelo tamanho das letras da legenda toponímica (fig. 42ab).

Finalmente, antes da independência era utilizado o carimbo quadrado de tipo que não chegou a estender-se a todos os correios. Este carimbo continuou em serviço após a independência, conforme se comprova pela fig. 43, segundo cremos até 1982, quando foi substituído pelo extraordinário carimbo de borracha da fig. 446.

A data da independência de Moçambique, Vila Machado era uma estação telégrafo-postal de 2.^a classe.

Como já referimos em escritos anteriores, nesta Revista, o Decreto-Lei n.º 10/76, de 13 de Março de 1976, da R. P. Moçambique, alterou diversas designações toponímicas de inspiração colonial. Vila Machado não figura nesse Decreto-Lei, mas posteriormente houve muitas mais alterações. Assim, esta vila passou a chamar-se NHAMATANDA.

A «Primeira Relação de Nomes Geográficos da Província de Moçambique» (1962) relaciona cerca de 400 nomes com o prefixo «nhama». Esta palavra significa em todas as línguas moçambicanas caça ou animal e carne. Sabendo-se que a área de Vila Machado era (é?) muitíssimo rica em caça, podemos deduzir que Nhamatanda significa local onde existe caça (nhama=caça +tando/a (?)=planície).

A carta que se reproduz na fig. 44 é interessante, não só pelo «espectacular» carimbo gigante, mas ainda por na etiqueta



Figs. anteriores: 42 (a,b), Fig. seguinte, 43



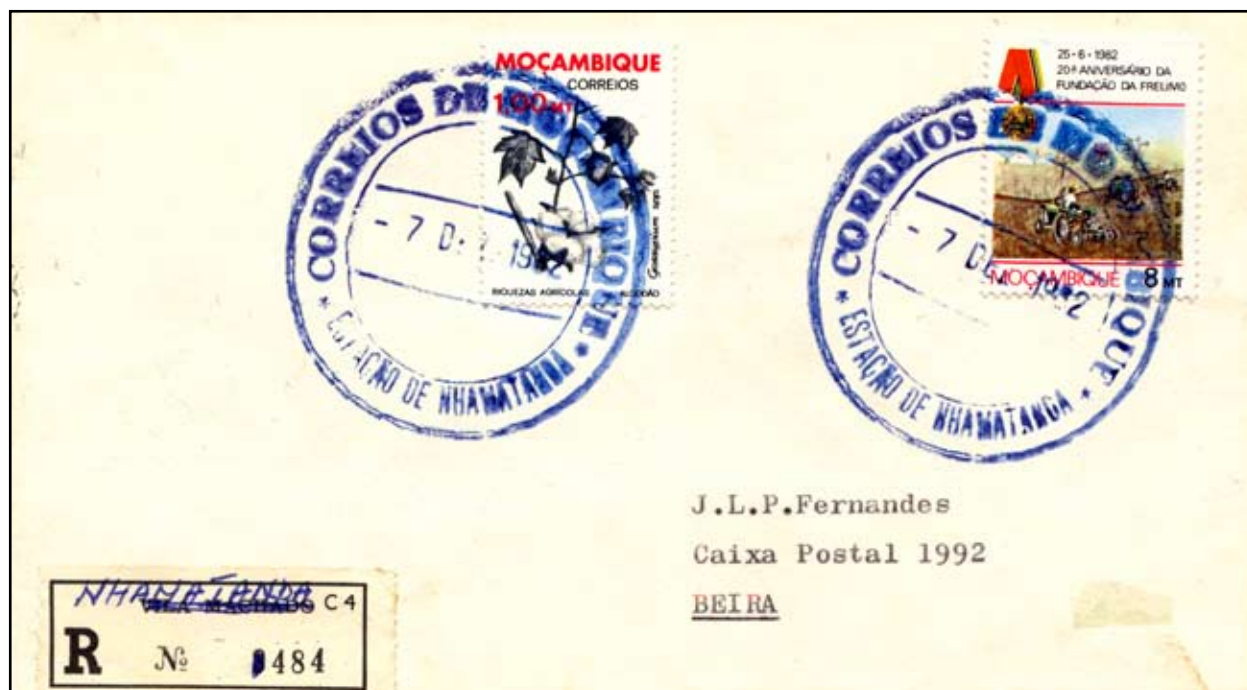


Fig. 44 de registo o nome «Vila Machado» ter sido emendado para «Nhamatanda». Toda a história da mudança toponímica se condensa, portanto, neste magnífico documento filatélico (e não só ...).

O carimbo está impresso a tinta azul e tem o diâmetro de aproximadamente 48 mm (para comparação referimos que o carimbo da fig. 41c tem um diâmetro de 30 mm). É natural que tenha sido substituído já há muito, dada a precária duração dos carimbos de borracha (provisórios) sendo, por conseguinte, raro. Não temos elementos que o confirmem; mas não nos admiraria nada, como noutros casos aconteceu, que Nhamatanda revertisse aos «velhos» carimbos coloniais metálicos.

BIBLIOGRAFIA

- BOLETIM dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique, Suplemento, Julho de 1970.
- «Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique- Sua Origem», por António Cabral.
- «Lourenço Marques e a Guerra Anglo-Boer», por Ilídio Rocha, in HISTÓRIA n.º 103, Dezembro de 1987.
- «Dicionário Corográfico-Comercial de Angola -ANTONIO-TO», por António Coxito Granado.

7: CINCO TOPÓNIMOS; DUAS MUDANÇAS DE NOME

O interessante sobrescrito (espalmado) que se mostra na fig. 49 serve de «mote» ao nosso trabalho para este capítulo. Efectivamente, nele aparecem quatro topónimos, moçambicanos ou de origem colonial, e, implicitamente, podemos «adivinhar» mais três.

A carta saiu da BEIRA em 27/6/80, com destino a CHICUALACUALA (localidade que no tempo colonial se chamou MALVÉRNIA), tendo sido devolvida ao remetente por a estação se encontrar encerrada; passou por CHOKWÉ (que antes teve o nome de VILA TRIGO DE MORAIS) em 8 Julho e por MABALANE em 17 também de Julho (no sobrescrito vê-se o carimbo deste correio ainda com o topónimo colonial de VILA PINTO TEIXEIRA); regressou ao Chokwé em 22 de Julho (o respectivo carimbo, por engano, tem a data de 22 de Agosto) e finalmente chegou à Beira, devolvida, em 29 do mesmo mês.

Resumindo, temos: - BEIRA - VILA TRIGO DE MORAIS / CHOKWÉ - VILA PINTO TEIXEIRA / MABALANE - MALVÉRNIA / CHICUALACUALA.

Fig. 45. VILLA DA BEIRA (Agosto de 1891). VISTA GERAL TIRADA DO COMMANDO MILITAR. Seg. phot. do ten. Veiga da Cunha

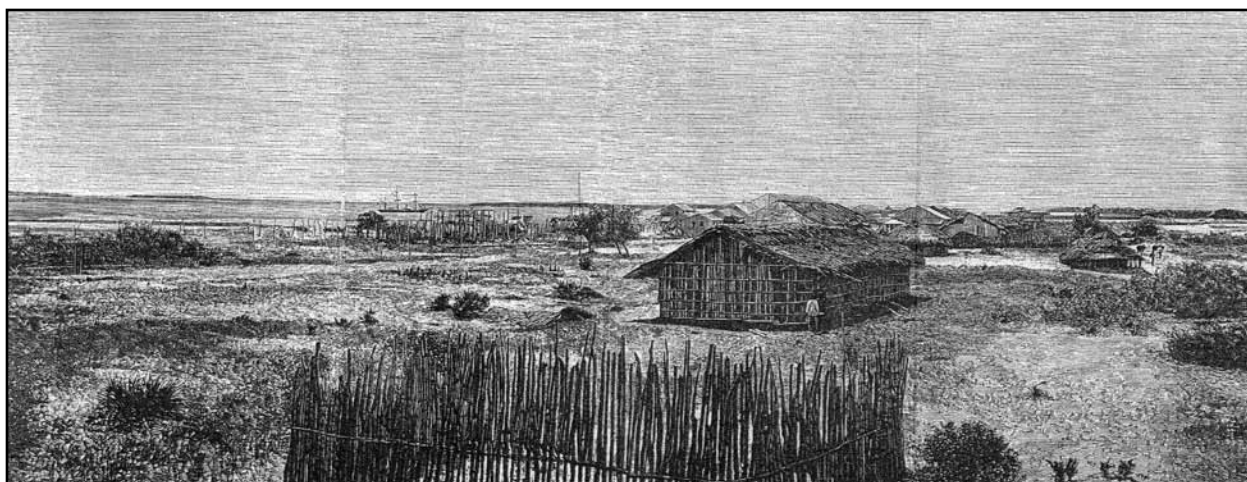




Fig. 46: Brasão da C^a de Moçambique. No primitivo brasão, até 1910, existia uma coroa real que encimava o escudo português, entre as trombas e presas dos elefantes.

Fig. 47: C^a. de Moçambique - Ensaio para um selo mostrando o porto da Beira. Note-se a legenda em inglês, certamente desenhada para preencher o espaço eventualmente destinado a uma legenda similar na língua portuguesa. Uma vista aérea da cidade pode ver-se no selo de correio aéreo da fig. 50b.

Nada menos do que sete topónimos, dos quais vamos analisar cinco neste escrito: BEIRA, VILAPINTO TEIXEIRA/MABALANE e MALVÉRNIA/CHICUALACUALA; os outros dois levam-nos longe e ficam para uma próxima oportunidade.

Beira, magnífico porto de mar, a segunda cidade mais importante de Moçambique, com um impressionante ritmo de progresso antes de 1975, teve a sua origem no Posto Militar do Aruângua (Ponta do Chiveve, na região do Bâugué, Prazo de Cheringoma), que foi solenemente inaugurado em 20 de Agosto de 1887; houve hastear da bandeira portuguesa, tiros de peça, discurso com inflamadas palavras dirigido a brancos e negros e o auto da praxe, assinado por todos que sabiam escrever. No local existia apenas uma única palhota, propriedade de João Eduardo Coelho Barata, arrendatário do Prazo.

Logo depois o local passou a denominar-se BEIRA; na verdade, um relatório do tenente Luís Inácio, que estabeleceu o Posto Militar e foi seu primeiro comandante, termina com o local e data: «Secretaria do Posto Militar do Aruângua na Beira, 1 de Outubro de 1877».

O topónimo homenageou o inditoso herdeiro do trono, Príncipe Real D. Luís Filipe, que ostentava o título nobiliárquico de Príncipe da Beira, e que havia nascido no mesmo ano da fundação do Posto Militar. D. Luís Filipe visitou a Beira em Agosto de 1907 e a povoação, já capital do Território de Manica e Sofala sob administração da Companhia de Moçambique, foi elevada a cidade em 29 de Junho, em comemoração da visita. Na sequência das alterações toponomásticas que se seguiram à independência





Fig. 49

de Moçambique, a Beira não mudou de nome (e ainda bem que assim aconteceu, diga-se de passagem). Isto não obstante o topónimo ter fortes conotações coloniais, não só por ser o nome de uma região de Portugal, como por desde sempre designar a capital da magestática Companhia de Moçambique; e não só por isso, mas principalmente por ter origem num título nobiliárquico, o que está pouco de harmonia com as ideologias de uma república popular. Explicaram-nos certa vez que se entendia o topónimo não como tendo a conhecida origem, mas sim tomava-se a palavra «Beira» pela sua significação literal: bordo, margem, riba, orla, ribanceira; ourela de mar, rio ou lago¹ o que, de facto, se adaptava perfeitamente ao caso. Assim, o topónimo seria (significaria) «Beira do Aruângua». A verdade é que nunca vimos qualquer documento que oficialmente confirmasse esta asserção², nem tão pouco alguma vez encontrámos o topónimo assim grafado.

É claro que a história postal da Beira, pela sua extensão, não cabe no âmbito destas notas; limitamo-nos a reproduzir nas fig. 50ab interessantes e diversificados carimbos, do

¹ In «Novo Dicionário Completo da Língua Portuguesa», de António de Moraes Silva.

² Procurámos, várias vezes, sem resultado, confirmar este aspecto.

Fig. 48 (pág. anterior): Visita a Moçambique de D. Luís Filipe, príncipe da Beira, em 1907

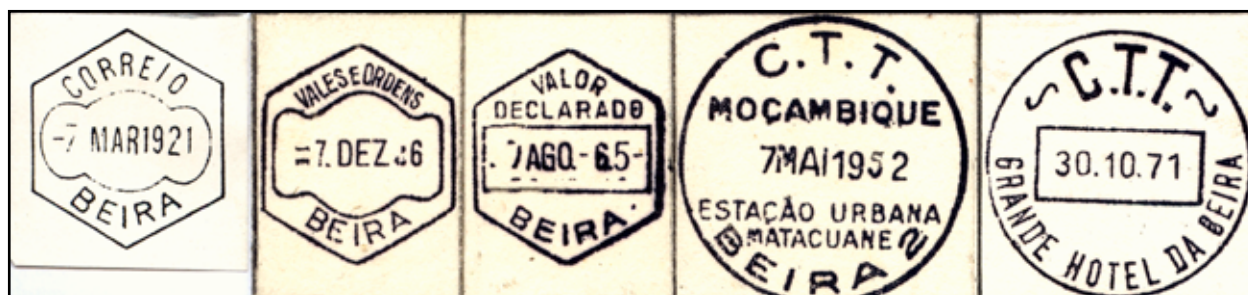


Fig. 50 (a,b)



tempo da C.^a de Moçambique e posteriores. E passamos adiante.

MABALANE/VILA PINTO TEIXEIRA

É muito mais recente a história de MABALANE/VILA PINTO TEIXEIRA.

Com a construção do Caminho de Ferro do Limpopo foram surgindo ao longo da linha núcleos populacionais, que se



desenvolveram mais ou menos rapidamente¹. Mabalane foi criada em 1956; em 1964 era já um centro ferroviário de certa importância. Nesta data a sua população dirigiu uma petição às autoridades competentes para que o nome fosse mudado para VILA PINTO TEIXEIRA. Sugerindo-se o antropónimo, pretendia-se assim homenagear o major de engenharia Francisco dos Santos Pinto Teixeira, inspector superior e antigo director-geral dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique, lugares que exerceu durante largos anos.

Homenagem justa, sem dúvida, concretizada oficialmente pela Portaria n.º 18455, de 13/3/1965. O major engenheiro Pinto Teixeira realizou em Moçambique uma obra notabilíssima no campo dos transportes ferroviários e aéreos. A DETA² (Divisão de Exploração dos Transportes Aéreos) empresa pioneira, criada em 1937, foi obra sua. Homem muito respeitado por gentes de todas as raças e cores políticas, era de uma honestidade e probidade a toda a prova; enérgico e trabalhador incansável, o engenheiro Pinto Teixeira, que conhecemos e muito admirámos, impunha a si próprio o mesmo ritmo de trabalho e o extremo rigor de conduta que exigia aos outros. Nasceu em Lisboa a 18 de Outubro de 1887; foi para Moçambique em 1928 e só regressou a Portugal alguns anos após a independência



Fig. 51 (a,b)

¹ Este Caminho de Ferro foi fundamental na importante obra de colonização portuguesa do Vale do Limpopo.

² A DETA foi uma das primeiras companhias de aviação comercial em Portugal, fazendo parte das dez mais antigas empresas filiadas na IATA



Fig. 52

daquele país, já com idade muito avançada.

A alteração deste topónimo não foi oficializada pelo Decreto-Lei n.º 10/76, de 13 de Março de 1976, já várias vezes referido noutros apontamentos. Talvez por respeito ao velho pioneiro. No entanto, na prática, como aliás noutros casos aconteceu, Vila Pinto Teixeira logo reverteu à antiga denominação de MABALANE que, em nosso entender, não tem qualquer significado Mabalane era o nome de um obscuro regulado da região¹ e a palavra quer dizer apontador ou intérprete; segundo A.A. Pereira Cabral (1975)² «Mabalane significa intérprete, sendo a corrupção do verbo *gubaleka-bala* (contar). São em geral os intérpretes que contam os homens para o serviço» (isto é, intérpretes moçambicanos servidores do colonialismo).

Como se vê, não parece que a escolha do novo topónimo tenha sido muito feliz!...

HISTÓRIA POSTAL

No que ao correio concerne, Mabalane começou como posto postal, em data que desconhecemos, mas que supomos poder situar-se por volta de 1956. Deste período é conhecido um carimbo provisório de borracha. Com a designação de Vila Pinto Teixeira registámos vários carimbos, também provisórios, de que se mostram exemplos nas fig. 49 e 51ab. E não nos consta que tenha sido usado qualquer carimbo metálico, o que não é fácil de explicar.

À data da independência Vila Pinto Teixeira era uma estação telégrafo-postal de 2.ª classe.

Depois da independência, possivelmente em 1981, Mabalane passou a utilizar o carimbo metálico do tipo que na altura se estendeu a muitos correios do país. Na fig. 52 mostra-se parte de uma curiosa carta com os dois topónimos: o colonial na etiqueta de registo e o actual, no carimbo. A «convivência em boa harmonia» de dois topónimos diferentes, aliás, viria a acontecer em muitos casos³, oferecendo ao coleccionador atento interessantes documentos de História Postal.

MALVÉRNIA/CHICUALACUALA

Foi o engenheiro Pinto Teixeira um grande impulsionador do importante Caminho de Ferro do Limpopo, linha que,

¹ Grande número dos topónimos de Moçambique são baseados nos nomes dos regulados das respectivas regiões.

² Citado por António Cabral; in «Dicionário dos Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem».

³ É frequente encontrarem-se, par a par, etiquetas de registo com os nomes coloniais e carimbos com os novos topónimos; e vice-versa

com os seus 533 km, proporcionava à Rodésia do Sul nova saída para o mar, através do porto de Lourenço Marques. O primeiro comboio de mercadorias circulou nesta linha em 31 de Julho/ 1 de Agosto de 1955.

Às estações de fronteira foi dado o nome de MALVÉRNIA e MALVERN, respectivamente no lado moçambicano e rodésiano. Os topónimos homenagearam Sir Godfrey Huggins, Visconde de *Malvern*, antigo primeiro ministro da Federação da Rodésia e Niassalândia que, no âmbito da política colonial da época, muito trabalhou para que esta ligação ferroviária entre os dois países se tornasse uma realidade.

Temos, pois, para já, dois topónimos em África da mesma origem: - MALVERN, na Inglaterra. Como curiosidade mencionamos ainda que existe uma terceira localidade, mas na África do Sul (fig. 53), com este nome; e parece-nos que há uma outra Malvern no Canadá ou na Austrália. A povoação moçambicana foi criada pela Portaria n.º 11356, de 18/2/1956; em 1974 Malvéria era uma estação telégrafo-postal de 1.ª classe. Usou o carimbo que se mostra na fig. 54.

Depois da independência e de harmonia com o Decreto-Lei 10/76, já mencionado, Malvéria passou a chamar-se CHICUALACUALA. A estação postal esteve encerrada



Fig. 53



Fig. 54



Fig. 55 algum tempo, tendo sido reaberta em 1981 ou 1982 com o carimbo que se reproduz na fig. 55.

No tempo colonial já existia um apeadeiro na linha do Limpopo com o nome de Chicualacuala, mas que nada tinha a ver com Malvéria, salvo a proximidade. O topónimo foi tomado de um regulado da região, já mencionado, em crónicas antigas; significa codorniz, e é corrupção de *xiquadja* (segundo Werner Alvensleben)¹.

Diocleciano Fernandes das Neves, notável figura de sertanejo moçambicano, comerciante e grande caçador de elefantes, querido e respeitado por muitos potentados negros, deixou-nos um interessantíssimo livro - *Itinerário de uma Viagem à Caça dos Elefantes* - publicado pela primeira vez em 1878. Relato fiel de uma época (e importante por isso), este verdadeiro livro de aventuras, que bem merecia ser mais conhecido², relata-nos um curioso episódio que o autor viveu com o Chicualacuala, um dos régulos mais ricos da região, que governava imensas terras entre Pafúri e Mapai, na margem esquerda do rio Limpopo, episódio que vamos referir.

Chegou Diocleciano Fernandes das Neves, o *Mafambatchéca* (aquele que caminha a rir), às terras do Chicualacuala em Dezembro de 1860, para negociar marfim. Terminadas as demoradas e difíceis negociações (como era hábito), ao amanhecer do dia 6, com um calor abrasador, notou o arrojado caçador de elefantes que na povoação apenas se encontrava ele, o seu caçador negro de confiança, e o régulo que dormia, nu, estendido numa esteira, em palhota contígua à sua. Não estranhou grandemente o facto - relata

¹ Citado por António Cabral; in «Dicionário dos Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem».

² Em Maio de 1987, na colecção *Memória Portuguesa* n.º 1, da editora Dom Quixote, foi publicado o livro «Das Terras do Império Vátua às Praças da República Boer», por Diocleciano Fernandes das Neves e Ilídio Rocha, onde se inclui o «Itinerário de uma viagem à Caça dos Elefantes».

- , mas a verdade é que pouco depois apareceu furtivamente na povoação um outro caçador negro que trabalhava para um seu amigo, avisando que se aproximava uma «guerra» do Maueva, composta de cerca de 800 homens, com o intuito de matar o *Mafambatchéca*. Sem demora e sob violenta tempestade, que entretanto se desencadeou, Diocleciano Fernandes das Neves fugiu, atravessando o rio Bembe; com tanta oportunidade o fez que passou o rio com água pelo peito e meia hora depois, com as chuvas torrenciais que caíam, era já impossível a passagem a vau. Logo a seguir, do outro lado do rio, apareceram os homens do Maueva, que estacaram perante a corrente impetuosa, com grande alarido.

Maueva, que ficou célebre como chefe despótico e cruel, estava em guerra com seu irmão Muzila¹, que viria a ser o pai do famoso Gungunhana; o caçador (aliás como fizeram os portugueses de Lourenço Marques) ajudou Muzila a vencer o seu irmão. Ficariam para sempre grandes amigos. Não admira, por isso, que Maueva tivesse preparado a emboscada (certamente de conivência com o régulo Chicualacuala), que o aviso de um negro leal e uma providencial tempestade tropical fizeram malograr.

¹ Eram filhos do Manicusse, avó do Gungunhana; Manicusse, potentado do Império de Gaza, depois de submeter diversos regulados numa grande área do Moçambique actual, estabeleceu um governo próspero e estável. Após a sua morte os diversos filhos lutaram longamente pelo poder total, em terríveis guerras que assolaram aqueles sertões.

BIBLIOGRAFIA

(além da já citada)

- Diversos números do Boletim dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique.

- Diário de Moçambique, número especial comemorativo do cinquentenário da cidade da Beira, de 20/8/1957 (Suplemento).

8: MUDANÇAS E MAIS MUDANÇAS

No número 31 de «A Filatelia Portuguesa» estudámos um banal sobrescrito - à primeira vista-que afinal se revelou cheio de interesse devido aos diversos carimbos que ostenta. Ficou por analisar o carimbo de CHOKWÉ que, através de insuspeitadas interligações, nos vai conduzir a nada menos de quatro outros topónimos... e ao mais que adiante se verá!

Chokwé (ou Chocué, como se escrevia no tempo colonial) chamou-se antes TRIGO DE MORAIS; mas não foi este o primeiro nome da terra. Vejamos a evolução: CHOCUÉ passou a chamar-se GUIJÁ em data que não nos foi dado averiguar. Em 19/3/1960 o nome foi novamente mudado,

Fig. 56



agora para VILA ALFERES CHAMUSCA. Por Portaria 17781, de 25/4/1964, Vila Alferes Chamusca passou a denominar-se VILA TRIGO DE MORAIS. Por sua vez, e conforme determinou a Portaria antes mencionada, o antropónimo [Alferes] Chamusca foi atribuído à povoação de CANIÇADO (povoação criada pela Portaria 292, de 6/12/1916), mas num concelho diferente (Caniçado). Finalmente, após a independência de Moçambique, TRIGO DE MORAIS, já cidade (P. 713, de 17/8/1971), reverteu ao antigo nome - CHOKWÉ - , mas escrito com KW, à maneira moçambicana. Por outro lado, Vila Alferes Chamusca passou a chamar-se GUIJÁ, mas neste caso o local da povoação nada tem a ver com a Guijá anteriormente referida.

As duas últimas alterações verificaram-se por força do Decreto-Lei n.º 10/76, de 13/3/1976, já mencionado mais do que uma vez em anteriores trabalhos desta série.

Todas estas mudanças, à primeira vista parecem um pouco confusas; por isso aconselhamos o leitor a fazer um esquema simples. Podemos, contudo, adiantar algumas conclusões. Assim: 1) Chocué (Chokwé) reverteu ao seu primitivo nome, embora com diferente grafia; 2) O mesmo não aconteceu com Guijá; efectivamente a primitiva povoação de Guijá situava-se no Concelho do Baixo Limpopo, enquanto que a nova povoação, com o mesmo nome, após a independência de Moçambique, situa-se no Concelho do Caniçado; 3) Vila Alferes Chamusca, no Concelho do Limpopo, teve este topónimo de 19/3/1960 a 25/4/1964. A povoação com o mesmo nome, no Concelho do Caniçado, teve essa designação de 25/4/1964 até 3 de Março de 1976 (Decreto-Lei n.º 10/76, de 13/3/1976).



Fig. 57

Fig. 58



HISTÓRIA POSTAL

No que à História Postal respeita, estas sucessivas alterações toponímicas certamente proporcionaram interessantes documentos; mas duvidamos que na altura alguém tivesse tido o cuidado de os preservar e estudar em profundidade. Desta maneira, não nos é possível, em alguns casos, mostrar aos leitores bons documentos, como desejaríamos.

Apenas como exemplo salientamos o caso de Vila Alferes Chamusca, com o mesmo topónimo em datas e localizações diferentes, o que obviamente teve reflexos nas marcas do correio. Desta localidade mostramos na fig. 56 um carimbo datado de 14/3/1968, correspondendo, portanto, à segunda localização da terra (Concelho do Caniçado). Este correio, em 1974, era uma estação telégrafo-postal de 1ª classe. Temos pena de não podermos mostrar um carimbo referente à primitiva localização de Vila Alferes Chamusca (do período de 19/3/60 a 25/4/64, portanto). Do Caniçado reproduzimos dois carimbos (fig.57a): um do tipo hexagonal (4/1/49); outro, circular, com ornamentos em forma de “S”, datado de 5/5/56. Na fig. 57b mostramos um carimbo circular de Aldeia do Guijá, datado de 17/2/58. As datas destes carimbos enquadram-se perfeitamente nas mudanças toponímicas que descrevemos. De Vila Trigo de Morais (ou simplesmente Trigo de Morais), estação telégrafo-postal de 1.ª classe, com grande movimento à data da independência, conhecemos diversos carimbos, certamente usados em simultâneo, de que se mostram na fig. 58 três tipos bem diferenciados. Ainda deste correio, podemos ver na fig. 59 um carimbo provisório de borracha.

Fig. 59



Na fig. 60 reproduzimos um sobrescrito registado do Chokwé, com o correspondente carimbo e etiqueta de registo, topónimo este que substituiu Trigo de Morais, como vimos. E não resistimos à tentação de mostrar ainda um outro sobrescrito registado, oficial, dos correios, de grande



Fig. 60

formato, também proveniente desta localidade (fig. 61). É uma peça notável, muitíssimo interessante, por duas razões: em primeiro lugar, a etiqueta de registo aparece com o topónimo Trigo de Morais, enquanto que o carimbo é de Chokwé; se notarmos que a data do carimbo que se vê no sobrescrito da fig. 60 é 2/4/1980 e que a do carimbo deste sobrescrito é 5/9/1981, posterior, portanto, podemos concluir, sem margem para dúvidas, que se verificou aqui um aproveitamento das velhas etiquetas de registo do tempo colonial, certamente por se terem esgotado as etiquetas com a nova designação.

Mas este sobrescrito é ainda deveras importante, sob outro aspecto. Os seus dizeres são em francês, obedecendo às regras da U.P.U. Assim, no cimo pode ver-se o escudo de armas da República [Popular] de Moçambique e a legenda «Service des Postes, Télégraphes et Téléphones». Em baixo destaca-se a insólita e a muitos títulos estranha legenda: «de l'Administration des Postes et des Télégraphes de l'état Portugaise de Moçambique à Maputo»; que podemos traduzir por: «Da Administração dos Correios e Telégrafos do estado Português de Moçambique em Maputo».

Contudo, a explicação para esta aparente incongruência é simples. Segundo exigências dos regulamentos da União Postal Universal a República [Popular] de Moçambique,

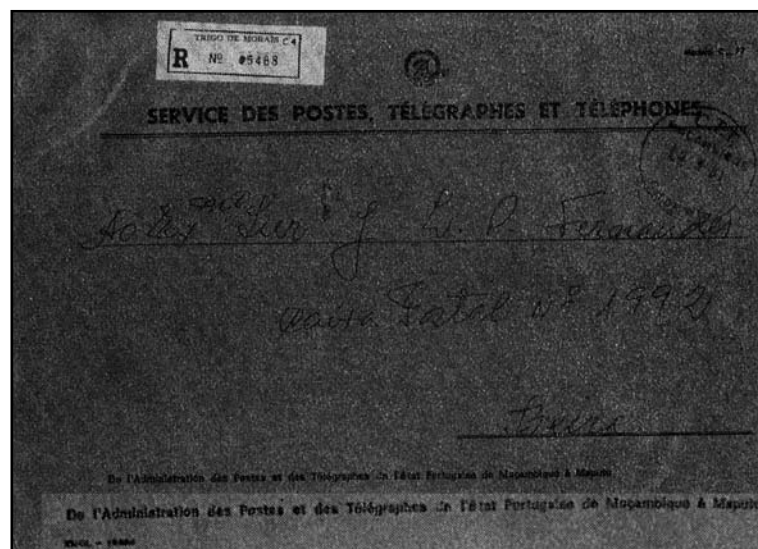


Fig. 61

enquanto não fosse admitida como membro de pleno direito desta organização¹, teria de ser considerada, para efeitos de correios e telégrafos, como é evidente, como estando integrada no Estado Português. Daí a necessidade de tal legenda nos sobrescritos oficiais e certamente também no papel timbrado.

Finalmente, na fig. 62 mostra-se um carimbo circular de Guijá-Gare, datado de 27/12/54. Na na fig. 63 podemos ver um carimbo com este topónimo, já do período pós-independência.

AS ORIGENS DOS TOPÓNIMOS

Como habitualmente faremos uma breve referência às origens dos topónimos anteriormente referenciados.

Guijá era o nome de um induna que viveu na margem esquerda do rio Limpopo, numa região que também era conhecida por Chokwé; desconhecemos o significado desta última palavra, que não é referido por António Cabral na sua útil e interessante obra «Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem». Guijá deu o nome a uma circunscrição administrativa, posteriormente concelho². É topónimo com tradições históricas, muitas vezes citado em escritos antigos.

No que respeita a Caniçado, o mesmo António Cabral refere, com muitas reservas, que o topónimo poderá ter origem no nome de um comerciante indiano, o *Kanissa*, que durante

¹ Segundo julgamos saber os novos países são eleitos membros de pleno direito nos congressos da U.P.U., que se realizam a intervalos regulares.

² O Decreto-Lei n.º 6/75, de 18/1/1975, do Governo de Transição de Moçambique, determinou que na divisão administrativa do país os distritos passassem a designar-se províncias e os concelhos distritos.



Fig. 62

muitos anos teria sido o único cantineiro da região. Não temos outros elementos.

Resta-nos falar dos antropónimos Trigo de Moraes e Chamusca.

A importante obra de colonização e fomento do vale do Limpopo muito ficou a dever ao engenheiro António Trigo de Moraes, técnico de renome internacional, autor deste projecto hidroagrícola e seu principal impulsionador. O Eng. Trigo de Moraes nasceu em 1895 e morreu em 1966; por expressa vontade sua foi sepultado na terra que tinha o seu nome e que tanto amava.

É de interesse mencionar-se que o selo de 5\$00 da série do correio aéreo de Moçambique, de 1963, dedicada a obras de fomento, reproduz uma ponte-açude a que também foi dado o nome de Engenheiro Trigo de Moraes. Este selo foi sobrecarregado em 1975 para uso na República Popular de Moçambique (fig. 64).

Fig. 63





Fig. 64

A antiga Vila Alferes Chamusca tornou-se rapidamente um centro nevrálgico no contexto do projecto do vale do Limpopo, sendo a mais importante das inúmeras povoações que surgiram na região. Daí a mudança de nome, para homenagear o Eng. Trigo de Moraes. Alferes Chamusca, um mártir algarvio das guerras de ocupação de Moçambique, passou a ter o seu nome ligado a outra localidade.

Conforme nos conta o Gen. Teixeira Botelho, o Alferes Manuel dos Anjos Chamusca foi nomeado comandante do posto militar de Palule, numa região revoltada na altura, que apoiava Maguigwana, o mais famoso e valente dos chefes guerreiros de Gungunhana. Sob o seu comando, o Alferes Chamusca tinha nove homens, cada um deles com apenas 40 cartuchos! Na iminência de um desastre resolveu retirar para Chibuto, em meados de Março de 1897, mas foi atacado perto da lagoa de Nafucué por duas mangas de revoltosos. Tentou resistir valente e desesperadamente; contudo, não tardou que o Alferes Chamusca e os seus homens fossem envolvidos por milhares de negros, tendo sido de imediato todos trucidados.

BIBLIOGRAFIA

- «História Militar e Política dos Portugueses em Moçambique», pelo Gen. Teixeira Botelho.
- «Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique-Sua Origem», por António Cabral.
- Diversos números do Boletim dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique.
- Jornal «Notícias», edição especial do Natal de 1971.

9: O FAMOSO CHÁ DO GURUÊ

Certamente muitos leitores ainda se recordam do magnífico chá que tinha como marca o nome da região de onde provinha — o chá Guruê. Efectivamente os melhores chás de Moçambique eram cultivados nesta bela região da Zambézia, junto aos montes Namúli, na margem esquerda do rio Licungo.

Recuemos no tempo e analisemos a origem e evolução do topónimo. Nos fins do século passado GURUÊ era uma estação do Prazo Lomuê, que pertencia à Empresa

Fig. 65. A beleza de um campo de chá da região do Guruê, expressa num postal máximo com excelente concordância





Fig. 66 (a,b)

Agrícola do Lugela. Antes tinha sido um posto do antigo comando militar dos Anguros. A povoação do Guruê foi criada pela portaria 2714, de 15/4/1936; pela portaria 6756, de 18/1/1947, passou a denominar-se VILA JUNQUEIRO, homenageando Manuel Saraiva Junqueiro, importante agricultor e um dos pioneiros da cultura do chá na região.

Segundo António Cabral esta homenagem foi um acto de flagrante injustiça, «pois a ideia inicial era homenagear o administrador de circunscrição Vaz de Sá, o verdadeiro e indiscutível impulsor da cultura do chá em Moçambique, mormente no Guruê»¹. A morte trágica de Manuel Saraiva Junqueiro num desastre de aviação teria criado o clima emocional, propício à atribuição do antropónimo à localidade.

Quanto à origem do topónimo Guruê, e segundo o autor acima referido, existem algumas versões : na região viveu um famoso caçador, alcunhado de *curui-curui*, onomatopeia do canto da perdiz; por outro lado diz-se que o topónimo deriva de *Eguruê*, nome de um homem muito conhecido pela sua força excepcional; finalmente, a versão que parece mais consistente diz que Guruê deriva de *guluê*, *eculuê* ou *nguluê*² que significa porco do mato ou porco bravo em várias línguas moçambicanas.

Resumindo, temos: Guruê³, povoação criada em 1936, tomou o nome da região onde se inseria; em 1947 passou a denominar-se Vila Junqueiro em homenagem a um pioneiro da cultura do chá⁴; após a independência de Moçambique, Vila Junqueiro reverteu ao antigo nome de Guruê⁵.

Compulsando o anuário «Estatística dos Correios e Telégrafos», de Moçambique, referente a 1943, podemos concluir que Guruê, centro de uma rica região agrícola tinha já naquela data uma importante estação dos C.T.T., executando todos os serviços. A permuta de malas fazia-se com Quelimane e naquela altura era bi-semanal, aproveitando as ligações aéreas que escalavam esta cidade. À data da independência Vila Junqueiro era uma estação telégrafo-postal de 1.^a classe.

Existem carimbos com o topónimo Guruê, do tempo colonial, mas infelizmente não nos é possível reproduzir qualquer exemplar; com o nome de Vila Junqueiro mostra-se na fig. 66a um carimbo de tipo usado em alguns correios, mas que não se vulgarizou, e ainda um carimbo do serviço de vales (fig.66b). Após a independência de Moçambique foi criado o carimbo que se mostra na fig. 67, novamente com

¹ In «Dicionário dos Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem» - por António Cabral.

² No «Abecedário dos Mamíferos Selvagens de Moçambique», da autoria de Travassos Dias, registam-se, entre outros, mais as seguintes versões vernaculares para porco bravo: *guruvé*, *n'guluê*, *eculuê*, *iculuê*. Note-se que na fala corrente, em muitas regiões de Moçambique, o «l» soa como «r».

³ Guruê manteve-se como nome de concelho, posteriormente distrito.



o topónimo Guruê, de tipo comum a muitos correios do novo país⁶.

A carta que se reproduz nesta última gravura é interessante por mostrar a co-existência «pacífica» do topónimo moçambicano no carimbo e do nome colonial na etiqueta de registo, aproveitada, com o antigo número emendado. Este caso aconteceu muitas vezes, como já tivemos ocasião de referir noutros trabalhos desta série, publicados nesta revista. Carta que é também curiosa e invulgar por ostentar uma marca-do-dia adicional sobre a etiqueta de registo, anulando assim o nome colonial.

BIBLIOGRAFIA

(Além daquela já mencionada no texto ou notas)

- Dicionário Corográfico da Província de Moçambique, 3º. Fascículo, Zambézia (distritos de Quelimane e Tete); Coimbra. Imprensa da Universidade, 1926.

Fig. 67

⁴ A atribuição de nomes de personalidades portuguesas às diversas localidades moçambicanas, principalmente no que se refere a novos núcleos populacionais, foi prática muito comum no tempo colonial prática errada, a nosso ver, em muitos casos.

⁵ Esta mudança toponímica não foi oficializada pelo Decreto-Lei 10/76, de 13/3/1976, o que aliás aconteceu em muitos outros casos, como foi anteriormente referido noutros trabalhos.

⁶ Note-se que a grafia oficial do topónimo, tal como este se encontra registado na «Primeira relação de nomes geográficos da Província de Moçambique» (Portaria 15964, de 19/3/62), é com acento grave, e não com acento agudo, como se verifica no carimbo e como muitas vezes se encontra em publicações antigas e modernas.

10: TRÊS MUDANÇAS TOPONIMICAS : DUAS NO NORTE, UMA NO SUL

Fig. 68. Inteiro postal de Moçambique
- uma vista da Praça dos Heróis, em
Lichinga.

Vamos analisar três mudanças toponímicas: de uma localidade do sul de Moçambique (Gaza) e duas do norte (Niassa). Para não fugir à regra, o que aliás já foi antes focado nesta série de artigos, duas das referidas localidades homenageavam personalidades portuguesas e a terceira tinha o nome de uma terra da Metrópole, homenageando,



também, indirectamente, uma personalidade. Assim: VILA GOMES DA COSTA / ALTO CHANGANE, VILA CABRAL / LICHINGA, NOVA FREIXO / CUAMBA.

MARECHAL GOMES DA COSTA

Manuel de Oliveira Gomes da Costa, militar distinto, serviu em todo o Ultramar Português durante a sua brilhante carreira. Não admira, por isso, que o seu nome tenha sido dado a uma povoação moçambicana, como era hábito e como já referimos.

VILA GOMES DA COSTA foi criada pela portaria 10130, de 19/12/1953, segundo a «Lista das povoações criadas até 31 de Dezembro de 1967 e sua situação legal» (Suplemento ao B.O. de Moçambique n.º 31, de 5/8/1968). Não compreendemos esta data, na medida em que por despacho do Governador-Geral de Moçambique datado de 9 de Julho de 1943 «foi aberta ao serviço público a estação postal de Vila Gomes da Costa»¹. Será que os CTT abriram a estação antes da oficialização do topónimo? Faltam-nos elementos para o confirmar. Contudo, a localização da povoação confere, em ambos os casos. Vila Gomes da Costa não teve grande progresso e à data da independência era servida por uma estação telégrafo-postal de 3ª. classe. Não conhecemos qualquer carimbo da década de quarenta, e disso temos muita pena. Dos anos sessenta conhecemos



Fig. 69 (a,b)

¹ In «Estatística dos Correios e Telégrafos- Ano de 1943», Moçambique.



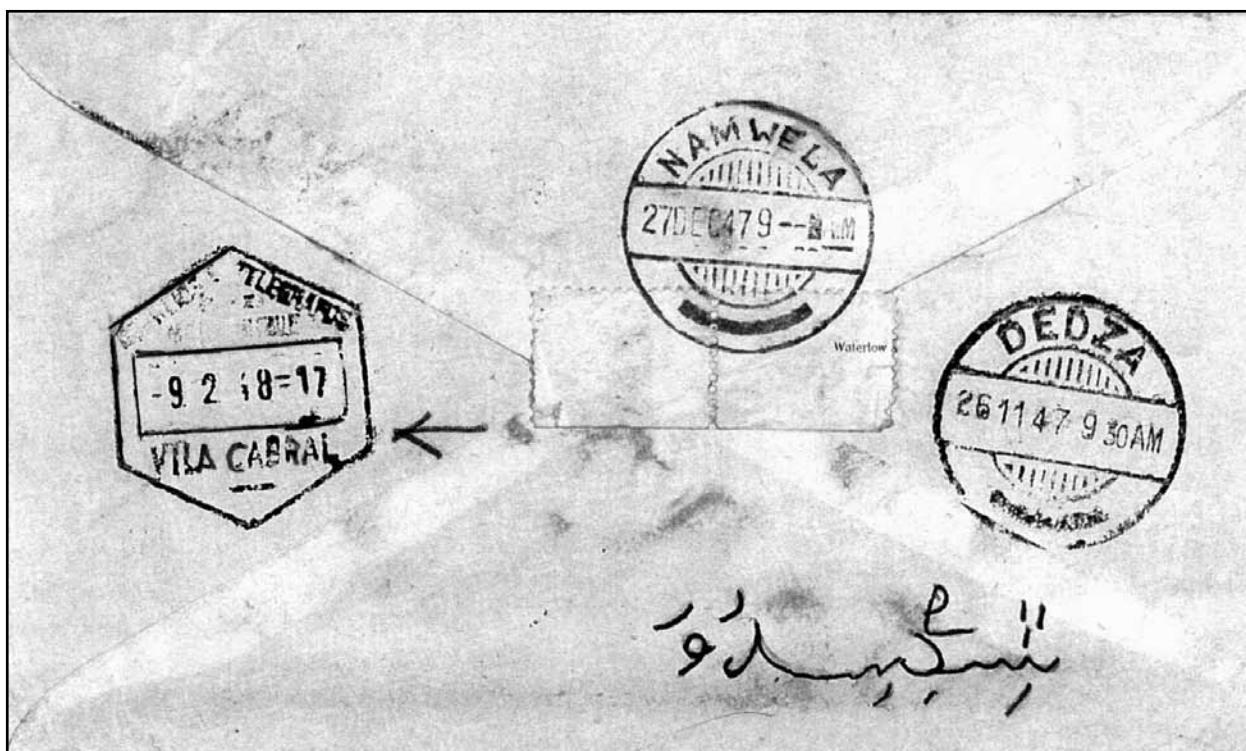


Fig. 70 (a,b)

um carimbo circular metálico (fig.69a), do tipo de 1949, mas com diâmetro muito maior (39 m/m em comparação com os 30 m/m habituais); possivelmente a extensão da legenda toponímica condicionou o tamanho deste carimbo.

Depois usou um carimbo provisório de borracha que ainda subsistiu após a independência, pelo menos até fins de 1981. No sobrescrito que se mostra parcialmente na fig. 69b, muito curioso, vê-se esse carimbo com a data de 28/9/81 em conjunto com uma etiqueta de registo com o topónimo manuscrito A. [Alto] Changane. O nome que passou a designar a povoação, foi, pois, ALTO CHANGANE. «Changane» significa caniço.

O Marechal Gomes da Costa, que deu o nome a esta povoação, como vimos, nasceu em 1863 e morreu em 1929. Foi político, escritor e militar. Serviu longos anos no Ultramar Português e como militar distinguiu-se pelo seu espírito de iniciativa e organização. Combateu em França, na 1ª. Grande Guerra. Chefiou o movimento militar de 28 de Maio de 1926, que deu origem à ditadura do Estado Novo; acabando por ser destituído, foi-lhe fixada residência nos Açores. Antes tinha sido promovido a marechal, o mais alto posto da hierarquia militar portuguesa.



VILA CABRAL, CAPITAL DO NIASSA

Fig. 71

A cidade de VILA CABRAL / LICHINGA é de criação relativamente recente. Efectivamente, estabelecido o distrito do Niassa em 1929, logo em 1931 foi criada uma povoação que, pela portaria 1666, de 21 de Maio de 1932, foi elevada à categoria de sede do distrito com a designação de Vila Cabral, em homenagem ao então Governador-Geral Coronel José Ricardo Pereira Cabral. Povoação muito progressiva, tornou-se cidade apenas 30 anos depois, em 1962.

Vila Cabral/Lichinga (ao km 800) é término do Caminho de Ferro de Nacala, que atingiu a cidade em Dezembro de 1969, e situa-se a uma distância de aproximadamente 50 km do Lago Niassa, objectivo final desta importante e extensa via férrea, que não chegou a concretizar-se.

A povoação foi implantada no planalto de Lichinga, a 1358 m de altitude e o local goza de clima fresco e agradável.

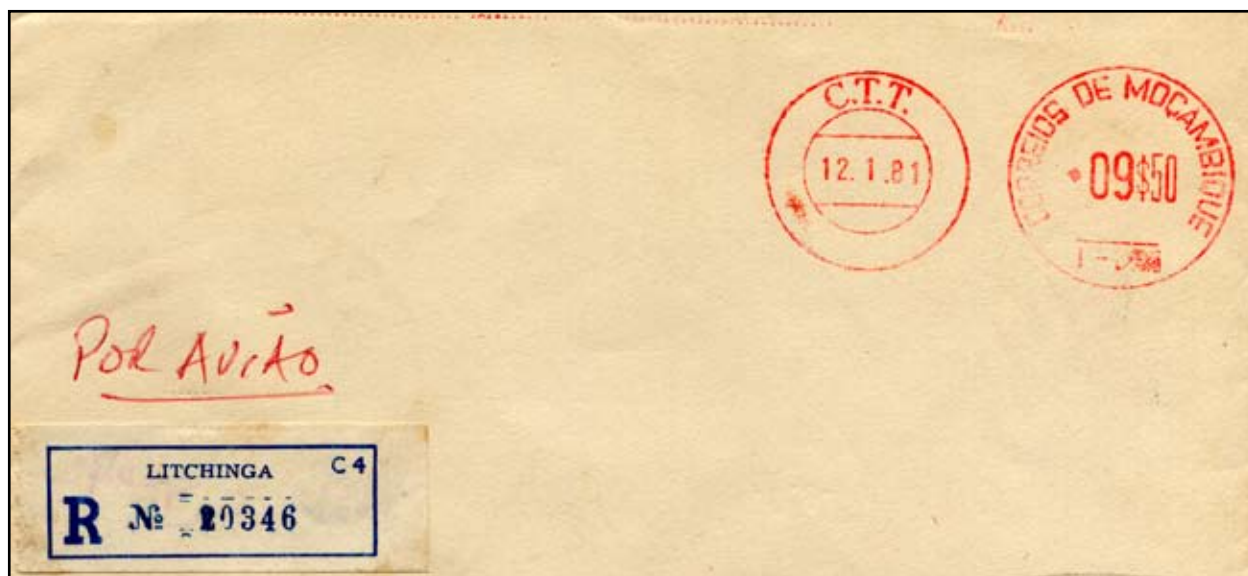
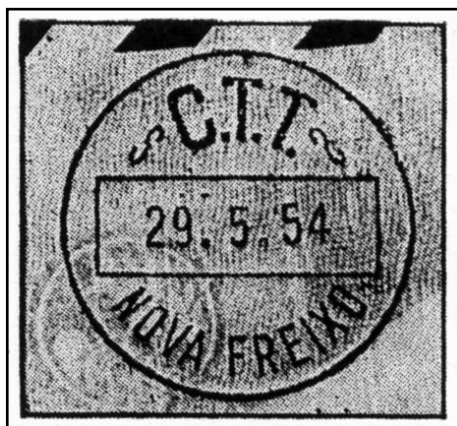


Fig. 72 O monte Lichinga, ou Lichingo como regista o Dicionário Corográfico da Província de Moçambique, ou Lichenga como é grafado em publicações antigas, ou ainda *Litchinga* como se lê na etiqueta de registo que se vê na fig. 71, veio a dar o nome à cidade, eliminados como foram os topónimos de origem colonial após a independência de Moçambique (decreto-lei 10/76, de 13/3/1976). Na língua dos povos Ajáuas, Lichinga significa «parede» e «muro», isto é, as pessoas que se aproximam do monte, vindas de determinada direcção, encontram pela frente um obstáculo.

O Coronel José Ricardo Pereira Cabral foi Governador-Geral de Moçambique de 1926 a 1938; antes, a partir de 1905, tinha ocupado diversos cargos na administração da Colónia. Foi também Governador do Estado da Índia de 1938 a 1945. Conhecido como republicano liberal, sem filiação partidária, era muito estimado em Moçambique, distinguindo-se no seu governo pela competência e probidade. Nasceu em Lamego em 10/7/1879 e faleceu em Lisboa em 1/7/1956.

Fig. 73



HISTÓRIA POSTAL

Sob o ponto de vista dos Correios, Vila Cabral era em 1975 uma estação postal de 1ª. classe. Utilizou o carimbo hexagonal (fig. 70a) muito comum em Moçambique e posteriormente, durante largos anos, serviu-se do carimbo circular do tipo criado em 1949, de que se conhecem duas

variantes: com pontos antes e depois do nome e sem pontos (fig. 70B). Após a independência, com o novo topónimo moçambicano, conhecemos o carimbo que se mostra no sobrescrito registado da fig. 71 e ainda um outro com a legenda “Correios de Moçambique” e o logotipo “CM”. De notar que no carimbo se lê *Lichinga*, enquanto na etiqueta de registo se grafou *Litchinga*, como atrás foi mencionado. Na fig. 72 reproduzimos ainda, na parte que interessa, um sobrescrito registado em 12/1/1981 em Lichinga (carimbo de trânsito da Beira de 15/1), com a franquia mecânica dos correios apresentando o topónimo raspado. A eliminação dos topónimos, nesta e noutras franquias mecânicas, segundo a confirmação que obtivemos na altura, aconteceu muito tardiamente, bastantes anos após a independência de Moçambique. É óbvio que, na falta de quaisquer outras marcas, somente pela etiqueta de registo podemos saber que a carta é oriunda desta localidade; como também se torna óbvio o facto de, em relação a correspondências ordinárias, franquizadas nestas condições, ser impossível saber-se a sua origem.

Fig. 74



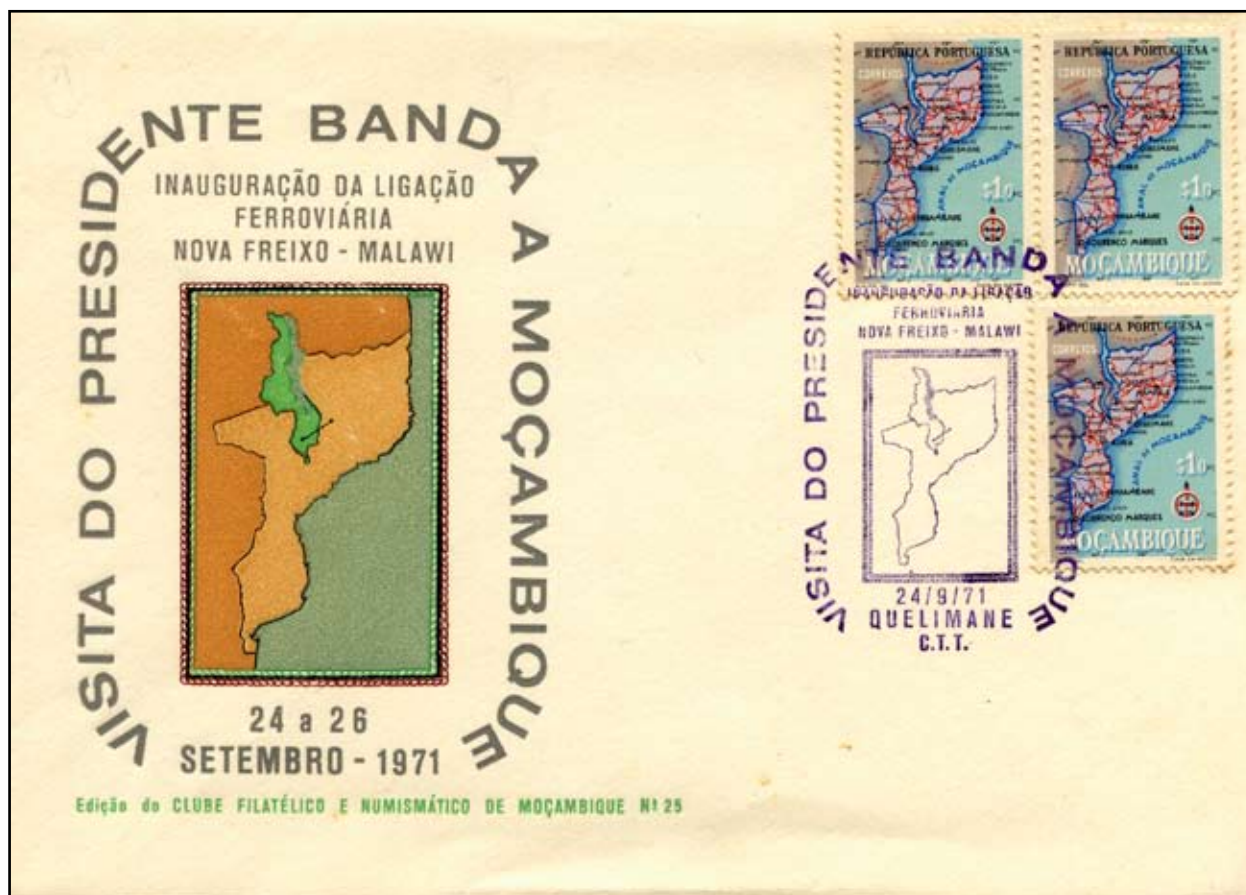


Fig. 75

CHAMOU-SE ANTES KUAMBA

O Dicionário Corográfico da Província de Moçambique regista o nome de Kuamba para um posto militar ao sul do então território da Companhia do Niassa, na margem do rio Maracotera. O local, bem no interior de Moçambique, era já conhecido dos portugueses desde o século XVI, altura em que João de Jesus Maria, com uma expedição que partiu de Quelimane tomou posse daquelas terras em nome do Rei de Portugal. Muluco Otela, expressão que os portugueses deturparam¹ para Malacotela (depois para Maracotera) designava a região onde se situava o regulado Cuamba (segundo a ortografia actual), que deu o nome à povoação, criada pela portaria 3210, de 24/11/1937.

CUAMBA passou a designar-se NOVA FREIXO pela portaria 9361, de 30/5/1952. Este topónimo deriva de Freixo de Espada à Cinta, e homenageou o Almirante Sarmiento Rodrigues, nascido nesta localidade. A ideia partiu de naturais de Freixo de Espada à Cinta, residentes em

¹ A deturpação de nomes (geográficos ou outros), palavras ou expressões das línguas vernáculas moçambicanas aconteceu frequentemente em toda a História

Cuamba. Sarmiento Rodrigues foi Ministro do Ultramar e posteriormente Governador-Geral de Moçambique, onde se destacou pelo seu trabalho honesto.

Com a independência, o decreto-lei 10/76, de 13/3/76, fez reverter o topónimo de Nova Freixo para a antiga designação de Cuamba. O que é documentado pelo sobrescrito que se reproduz na fig. 74; são conhecidos dois carimbos: um com a legenda “Correio de Moçambique” e o logotipo “CM” e outro com os dizeres “Correios/Moçambique”.

Na década de quarenta Cuamba tinha já um razoável movimento postal, existindo carimbos com este topónimo. Com o nome de Nova Freixo mostra-se na fig. 73 o carimbo circular do tipo criado em 1949, comum a todo o Moçambique. Em 1975 Nova Freixo era uma estação telégrafo-postal de 1.^a classe.

Terminamos reproduzindo um interessante carimbo comemorativo da inauguração do ramal ferroviário Nova Freixo-Malawi (fig. 75) - 24/9/1971. Com este ramal de 78 km, foi proporcionada ao Malawi uma nova e importante saída para o mar, através do Caminho de Ferro de Nacala, que referimos acima, como testa no magnífico porto de Nacala.

BIBLIOGRAFIA

- Dicionário Corográfico da Província de Moçambique, 1º. Fascículo, Territórios de Cabo Delgado (Companhia do Niassa), 1919.
- Estatística dos Correios e Telégrafos-Ano de 1943, Moçambique.
- Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem, por António Cabral.
- Recortes diversos de jornais moçambicanos.
- Publicações da Secção de Publicidade da Direcção dos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes, Lourenço Marques.

11: UMA «COLONIALISTA» CHAMADA AMÉLIA...

«Aquela terra não é Porto Amélia. É Pemba. É ou não é? Vai sair essa coisa de Porto Amélia... Amélia não conhecemos.

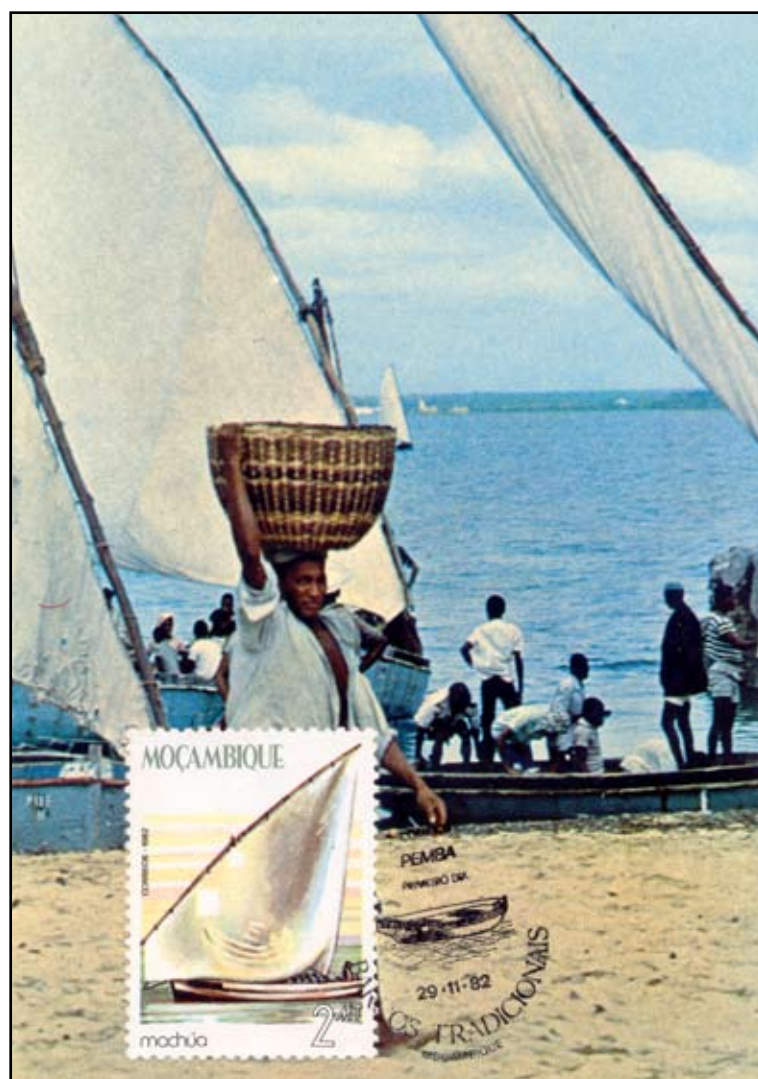


Fig. 76. Um postal máximo de belo efeito, carimbado em PEMBA. Refira-se que há uma Ilha de Pemba (e um canal com o mesmo nome), na costa da Tanzânia e que pertence a este país.

Eu não conheço Amélia. Quem foi ela? Talvez tivesse sido uma colonialista. Por isso deram o nome de Porto Amélia...»¹.

A «colonialista» (embora com o benefício da dúvida) era nem mais nem menos do que a mulher do Rei D. Carlos, D. Amélia de Orléans e Bragança, Rainha de Portugal. E foi nestes precisos termos que, em Maio de 1975, Samora Machel, futuro Presidente da República Popular de Moçambique «rebaptizou» a bela cidade, capital de Cabo Delgado... Aliás, a mudança de nome de PORTO AMÉLIA para PEMBA viria a ser oficializada pelo Decreto-Lei 10/76, de 3/2/1976, já antes várias vezes mencionado nesta série de artigos.

A magnífica baía de Pemba, de águas profundas e bem abrigada, «com a capacidade de receber muitas esquadras»², era de há muito conhecida dos navegadores e comerciantes portugueses, mas só adquiriu importância com a criação da Companhia do Niassa, em 1891. Antes, em 1857, tinha já havido uma tentativa de colonização da região por Jerónimo Romero, governador do distrito de Cabo Delgado, que fracassou completamente, por razões várias.

Junto à antiga praia de Pampira, numa pequena localidade denominada «Monhé Amade», onde existiam restos da antiga colónia agrícola fundada pelo infeliz governador Jerónimo Romero, formou-se a povoação de Pemba, adoptando, portanto, o nome de baía, povoação esta criada com a intenção de vir a ser a futura capital (então localizada na ilha do Ibo) do território da Companhia do Niassa, o que viria a concretizar-se, na prática, em fins de 1901. Com um sector ao longo da praia reservado para Alfândega, estabelecimentos comerciais, edifícios destinados aos serviços da Companhia e habitações particulares, a planta primitiva estava dividida em 396 talhões (1899).

Pouco durou a designação de Pemba, pois logo em fins daquele ano a povoação passou a chamar-se Porto Amélia, homenageando a Rainha de Portugal, conforme se lê na Ordem publicada no Boletim da Companhia n.º 23, de 13 de Janeiro de 1900:

ORDEM N.º 230

Tendo o Exmo. Conselho de Administração da Companhia do Nyassa deliberado dar o nome de Sua Magestade a Rainha Senhora Dona Amélia à nova povoação de Pemba, que deve ser a futura capital dos territórios, prestando assim um preito

¹ Extractos de um discurso de Samora Machel, publicados no jornal moçambicano «Notícias da Beira», de 31/5/1975.

² In «Dicionário Corográfico da Província de Moçambique», 1.º Fascículo, Territórios de Cabo Delgado (Companhia do Niassa), 1919

de homenagem, respeito e sympathia a tão Excelsa Senhora, e tendo Sua Magestade auctorizado tal deliberação: HEI POR CONVENIENTE ORDENAR QUE ESSA POVOAÇÃO NA BAHIA DE PEMBA, E FUTURA CAPITAL DOS TERRITÓRIOS DA COMPANHIA DO NYASSA, SE DENOMINE - PORTO AMÉLIA. Secretaria do governo dos territórios de Cabo Delgado, no Ibo, 30 de Dezembro de 1899.

O GOVERNADOR J.A.A. Mesquita Guimarães

Porto Amélia foi elevada à categoria de cidade por portaria de 18 de Outubro de 1958.



Fig. 77

HISTÓRIA POSTAL

Segundo um estudo publicado em 1935¹ foi aberta uma estação postal em Pemba no mês de Novembro de 1899; certamente não foi utilizado qualquer carimbo com este topónimo, já que logo em Dezembro daquele ano a povoação passou a designar-se Porto Amélia. Durante a vigência da C.^a do Niassa, estabelecida em 1891², como vimos, e cujos poderes terminaram em 27/10/1927, foram utilizados diversos carimbos, sendo comuns as oblitações de tipo circular (duplo círculo) e hexagonal, esta com as legendas: «COMP.A DO NYASSA/CORREIO/ [data] / [ornamento] /PORTO AMÉLIA» (fig. 77).

Depois da passagem da Companhia para a administração do Estado Português, Porto Amélia usou os carimbos comuns a todo o Moçambique, nomeadamente: 1) hexagonal (os dois

¹In «Porto Amélia», Moçambique: Documentário Trimestral - 1935. Citado por John K. Cross in «Companhia do Niassa: Postal History Aspects» (PORTU-INFO).

²A C.^a do Niassa só foi autorizada a usar selos privativos por decreto de 22/11/1894.



Fig. 78 (frente, verso)

tipos: rectângulo para a data pequeno e rectângulo grande, i.e. sem e com indicativo da hora) (fig. 78); 2) tipo circular com ornamentos em forma de «S» criado em 1949 (fig. 79); 3) idem, com a legenda «CORREIO AÉREO» e as letras «CTT» em tamanho grande, parcialmente tapadas pelo rectângulo da data; 4) carimbo circular de tamanho grande (34 mm), que continuou a ser usado depois da independência, de que se conhecem dois tipos (fig. 80ab).

Na fig. 81 vê-se uma franquia mecânica dos correios de Pemba, datada de 8/8/1975, ainda com o topónimo colonial; contudo, o remetente teve o cuidado de indicar o novo nome, no seu endereço.

Por último mostra-se uma carta registada (fig. 82) em que se vê o novo topónimo - Pemba - em carimbo que entrou ao serviço algum tempo após a independência de Moçambique. Tem as legendas: «C.T.T./MOÇAMBIQUE/[data] / E. [ESTAÇÃO] POSTAL/pemba».

Fig. 79





Fig. 80 (a, b)

BREVE NOTA BIOGRÁFICA DA RAINHA D. AMÉLIA

Como se impõe finalizamos com uma breve nota biográfica da última Rainha de Portugal.

D. Maria Amélia Luíza Helena de Bourbon Orléans e Bragança, filha mais velha do Conde de Paris, herdeiro do trono de França, nasceu em 28/9/1865. Casou em 1886 com D. Carlos, de quem teve três filhos: o primogénito, D. Luís Filipe, assassinado em 1908; uma menina que morreu à nascença; e D. Manuel que viria a ser o último Rei de

Fig. 81





Fig. 82

Portugal. A infeliz Rainha sofreu o enorme desgosto de ver seu marido, o Rei D. Carlos I, e seu filho, o Príncipe Herdeiro D. Luís Filipe, assassinados no fatídico dia 1 de Fevereiro de 1908. Viria ainda a chorar a morte prematura do seu último filho, D. Manuel II, deposto pela revolução de 5 de Outubro de 1910, quando ambos se encontravam no exílio.

Senhora de esmerada educação, possuidora de elevados dotes intelectuais, muito virtuosa, a Rainha D. Amélia dedicou-se sempre a obras de caridade.

Faleceu em 25/10/1951 com a avançada idade de 86 anos.

BIBLIOGRAFIA

(Além da já citada em «Notas»)

-PORTU-INFO, jornal da I.S.P.P., nºs 85 (Julho/1987) e 86 (Outubro/1987).

- Notícias Históricas dos Trabalhos de Evangelização dos Territórios do Niassa, Pelo Padre Santana Sebastião da Cunha, 1934.
- Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem, Por António Cabral, 1975.
- Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.
- Publicações da Secção de Publicidade da Direcção dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique, Lourenço Marques

12: DO SULTANATO DE ANGOCHE À CIDADE DE ANTÓNIO ENES

A região de Angoche, de acordo com antigos documentos árabes, é conhecida desde o século VIII da era de Cristo. Contudo, somente no século XV a região começou a tornar-se notada como centro de islamismo na costa oriental de África.



Fig. 83. Como curiosidade referimos que o desenho dos selos comemorativos do centenário do nascimento de António Enes foi baseado na gravura que se mostra, assinada por "D. Netto". Manuel Diogo Netto (N.27/4/1862 - F.10/6/1914) foi um notável gravador; colaborador de sempre da conhecida revista "O Ocidente" produziu ainda muitos trabalhos da especialidade, como por exemplo abridor de chapas para notas do Banco de Portugal. Gravou vários selos para Portugal e Colónias.

Segundo a tradição, já em 1450 vivia um asiático na ilha de Angoche. Por essa altura dois influentes e ricos indianos, de nome Hassani e Mussá, fugidos de Quilua por dissidências políticas e religiosas, estabeleceram-se na ilha de Moçambique com suas famílias e escravos; progredindo para sul, Hassani, ainda de acordo com a tradição, viria a fundar Quelimane. Entretanto falecido, um seu filho, de nome Xosa ou Xossa foi instalado por Mussá como sultão de Angoche, iniciando-se - ou continuando-se - uma islamização que viria a ter grande influência nos povos do continente.

À chegada dos portugueses, quando em 1498 Vasco da Gama descobriu o caminho marítimo para a Índia, Angoche era sede de um importante sultanato afro-islâmico. Durante séculos o sultanato dominou o comércio do ouro e marfim na região, atingindo o seu maior poder nos séculos XVIII e XIX, quando o tráfico de escravos sobrepujou tudo o mais.

Conflitos de interesses surgiram, naturalmente, com os portugueses. Hassan Issufo era, em 1855, senhor absoluto da ilha de Angoche e de vastos territórios vizinhos, no continente, sendo reconhecido como sultão por algumas nações. O conflito estalou entre o sultão de Angoche e o afro-português João Bonifácio Alves da Silva, potentado possuidor de um enorme exército, conhecido como “Rei” de Maganja da Costa, ele próprio negociante de escravos.

A luta durou vários anos, com vitórias e derrotas de ambas as partes. João Bonifácio ocupou a ilha de Angoche em 1860 com o auxílio militar do governo geral de Moçambique, interessado em acabar com essa importante base do infamante comércio. A paz foi estabelecida em 16 de Maio de 1877 com a derrota de Mussá-Quanto, o último sultão.

Contudo, só a partir de 1905 ou 1910 se pode considerar a região de Angoche efectivamente pacificada e controlada por Portugal.

Segundo António Cabral¹, o topónimo ANGOCHE, que mais tarde viria a ser substituído pelo antropónimo ANTÓNIO ENES², deriva do primitivo nome da Ilha -Coti- e dos seus habitantes - *Akoti*. O povo macua modificou estas palavras para *A-nkotchi* ou *Angotji* de que resultou o aportuguesamento *Angoche*. Versões antigas do topónimo referem Angoxe, Angocha ou Angoya.

Depois da independência de Moçambique, com a abolição de todos os aspectos que tivessem conotações coloniais,

¹ In “Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem”, Lourenço Marques, 1975

² A Ilha de Angoche manteve sempre o seu nome.

reverteu-se ao primitivo topónimo¹, mas preferiu-se ANGOXE².

A povoação que mais tarde viria a ser a cidade de António Enes, começou como posto militar e foi estabelecida no local chamado Parapato, no continente; foi criada por decreto de 5 de Julho de 1865, portanto ainda durante as lutas que assolaram a região. Dessas lutas, várias vezes, sofreu a povoação funestas consequências. E não obstante o nome ilustre que ostentava, foi desde sempre conhecida por Angoche, o nome da ilha que dominava a região, mesmo depois da oficialização daquele topónimo.

Já era designada Vila António Enes em 1891, embora só em 19/12/1934 tenha sido elevada oficialmente àquela categoria de vila. Uma próspera cidade à data da independência de Moçambique, em 1903 tinha apenas duas ruas cruzadas em ângulo recto, com 14 casas, sendo uma a residência do Capitão-Mor.

NOTAS BIOGRÁFICAS

O Conselheiro António José Enes (N. 15/8/1848 - Lisboa; M. 6/8/1901 - Queluz) foi jornalista, dramaturgo e notável estadista; distinguiu-se na administração ultramarina como um dos maiores estadistas do seu tempo. Foi ministro da Marinha e Ultramar e Comissário Régio em Moçambique, onde desenvolveu importante acção.

O seu empenhamento aquando do ultimato inglês foi decisivo, especialmente no que respeita à execução das cláusulas do consequente Tratado Luso-Britânico de 1891. Rodeando-se de uma plêiade de homens ilustres como Paiva Couceiro, Freire de Andrade, Augusto Galhardo, Eduardo Costa, Aires de Ornelas e Mousinho de Albuquerque foi grande obreiro da pacificação de Moçambique, dirigindo a campanha que culminou com a derrota dos vátuas e a prisão do Gungunhana.

Os seus livros sobre as guerras de África (1895) são, ainda hoje, obras do maior interesse. É famoso o seu relatório “Moçambique” (1892/93) e dão que pensar estas palavras que neste relatório escreveu: - “Para governar a África Oriental Portuguesa, como ela deve ser governada, é preciso ter aptidões e zelo de administrador, saber de financeiro e economista, muitas vezes habilidade de diplomata, sempre de actividade incansável, probidade inconcussa, muito tacto, muita prudência associada à energia, e até um

¹ Esta mudança de topónimo encontra-se oficializada pelo Decreto -Lei 10/76, de 13/3/1976, da R. P. Moçambique

² Veja-se, por exemplo, “História de Moçambique”, volume 1, Maputo, 1982.

Figs. 84 e 85



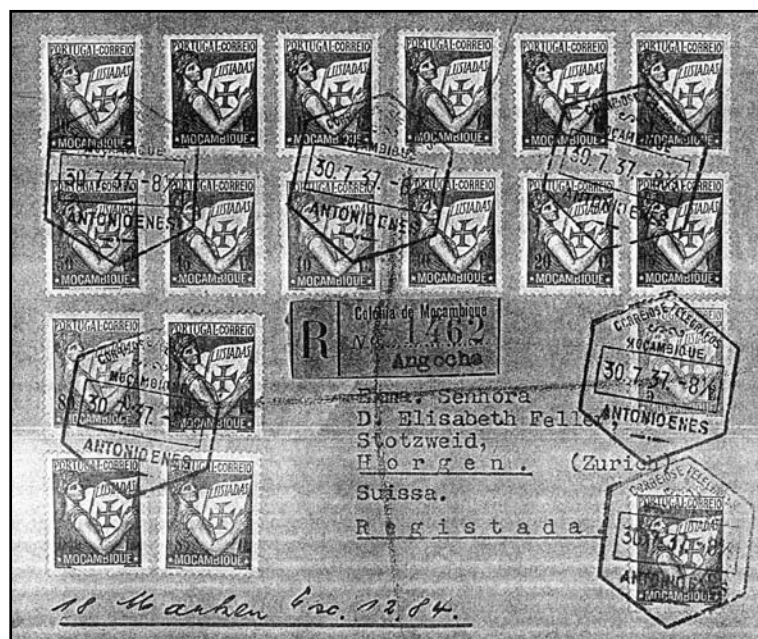


Fig. 86

¹ A portaria 93, de 14 de Maio de 1875, pôs em vigor, provisoriamente, algumas disposições de um projecto para reorganização do serviço de Correios em Moçambique. Num dos seus artigos refere que “haverá direcções do Correio na cidade de Moçambique, nas vilas de Ibo, Quelimane, Sena, Tete, Chiloane, Angoche e nos presédeos de Lourenço Marques e Bazaruto”. Manuel Lourenço

Mano, na sua notícia histórica sobre “Os Serviços dos Correios e Telégrafos da Colónia de Moçambique” (1941, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique) diz: - “Antes da criação dos selos postais havia, em cada estação do Correio um carimbo com o nome da localidade em que essa estação estava instalada, escrito em geral numa só linha e com ou sem filete de enquadramento”. Nenhum destes carimbos nominais lineares é conhecido e pouco se sabe sobre a aplicação, na prática, das disposições daquela portaria. Razão por que nos limitamos a esta simples nota sobre o assunto.

temperamento refractário às paixões do clima, aos vícios do meio social e aos estonteamentos do poder”.

António Enes, para além desta homenagem - uma cidade com o seu nome - foi ainda homenageado com a emissão de dois selos, em Moçambique, no centenário do seu nascimento (1948); por outro lado, o escudo da cidade de António Enes figura no selo de 2\$50 da série “Escudos de Armas das Cidades e Vilas de Moçambique”, saída em 1961. Finalmente, a “Rua Conselheiro Ennes”, na Beira, figura também em bilhetes-postais da Companhia de Moçambique, emissão de 1904.

HISTÓRIA POSTAL

Em Portugal o estudo da História Postal começou muito tarde e ainda hoje este interessantíssimo capítulo da Filatelia não tem muitos adeptos e estudiosos. Não admira, por isso, que por falta de bibliografia adequada surjam tantas dúvidas a cada passo. Dúvidas que certamente nunca serão resolvidas ou que dificilmente o serão, dadas as dificuldades em efectuar pesquisas localmente, em Angola ou Moçambique, por exemplo.

A história postal de ANGOCHE/ANTÓNIO ENES é um destes casos¹. Como vimos, Angoche já em 1891 era designada por Vila António Enes. Contudo, com o topónimo



Figs. 87 e 88

“Angoche” conhecemos os seguintes tipos de carimbos: 1) legenda CORREIO/DE ANGOCHE, com duas cruzes a separar os dizeres, circular, data de 17/6/05; 2) legenda C.T.T./ ANGOCHE, duplo círculo, elementos datadores inseridos num rectângulo de ângulos cortados, data de 25/6/04 (fig. 84); 3) hexagonal, tipo antigo, datas entre 1900/30 (fig. 85a); 4) hexagonal, tipo mais recente, datas dos anos 40 (fig. 85b).

Aqui, algumas questões se põem: - Por que razão os carimbos continuaram a usar o topónimo “Angoche” até uma data tão tardia em relação à adopção do novo topónimo? Houve estações postais simultaneamente na ilha e no continente? Porque não se conhecem carimbos com o nome de “António Enes” antes da década de 30?

No “Anuário Estatístico dos Correios e Telégrafos de Moçambique”, para o ano de 1943, esta estação postal é sempre mencionada com a designação de António Enes (ANGOCHÉ)¹; será que esta designação resolve as dúvidas postas anteriormente, isto é, a estação postal tinha os dois nomes?

A magnífica peça de história postal² que se mostra na fig. 86, embora tenha um cariz filatélico evidente, documenta de forma inequívoca a primeira mudança toponomástica: na etiqueta de registo vê-se o topónimo “Angoche”(parecendo dactilografado), enquanto que no carimbo (o primeiro conhecido com este topónimo) aparece “António Enes”.

¹ O que já não acontece com o relatório estatístico de 1948, p.e.

² Pertence à colecção de Lobão Tello.



Fig. 89

¹ Estes dois carimbos foram usados antes e depois da independência do país.

Fig. 90

Poderíamos agora considerar que, pelo menos a nível de Correios, a mudança se efectuou por volta de Julho de 1937, data que aliás não está muito longe da data de elevação a vila (19/12/1934); mas como explicar a utilização do carimbo da fig. 85b, com muita frequência, nos anos 40? Será que os carimbos com os dois topónimos foram usados simultaneamente apenas por comodidade? Ou pela razão antes apontada referente à legenda “António Enes (Angoche)”?

Aspectos que bem mereciam um estudo profundo, que certamente fariamos, se para isso tivéssemos condições.

Com o topónimo “António Enes” registamos ainda, além do carimbo hexagonal da fig. 86, os seguintes tipos de carimbos: 1) carimbo circular, do tipo de 1949, com pontos a ladear o nome e sem pontos (fig. 87); 2) tipo circular mais recente (fig. 88); 3) carimbo circular, de diâmetro grande, com a legenda A.ENES (fig. 89)¹; 4) carimbo quadrado, também com o topónimo grafado A.ENES (fig. 90)¹;



finalmente mostramos na fig. 91 um carimbo de vales.

A segunda mudança toponomástica está bem patente no “dramático” sobrescrito que se vê na fig. 90 . Trata-se de correspondência oficial, registada; a etiqueta de registo e o carimbo provisório de borracha ostentam o topónimo “Angoche”, vendo-se “A. Enes” no carimbo quadrado! De notar as iniciais C.T.M. (Correios e Telecomunicações de Moçambique), tanto no carimbo provisório, como no carimbo administrativo que anula o escudo nacional português.

Finalmente chamamos a atenção para o facto de que, pelo menos, três carimbos com o topónimo colonial (fig. 88 - 89 - 90) foram usados durante muitos anos após a independência de Moçambique.



Fig. 91

BIBLIOGRAFIA

(Além da já citada no texto e notas)

- “Dicionário Corográfico da Província de Moçambique”, 2º. Fascículo, Distrito de Moçambique -Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921.
- “Moçambique: O Passado e o Presente. (1890-1974)”, por Mapril Gouveia.
- «Revista Universal”, nº. 7 (2ª série) - Março/Abril, 1956.
- Recortes diversos de jornais e revistas.



Fig. 92

¹ Diversos casos de localidades moçambicanas que mudaram de nome mais do que uma vez têm sido analisados nesta série de artigos.

13: A CIDADE DE JOÃO BELO, PRINCESA DO LIMPOPO...

A antiga VILA DO CHAI-CHAI ou XAI-XAI, que fascinou muitas gerações de portugueses que por aquelas terras passaram, dona de estranho, mas agradável e sonante nome vernáculo moçambicano, que prevaleceu mesmo depois que se transformou na próspera VILA DE JOÃO BELO, Princesa do Limpopo, também sofreu as vicissitudes das mudanças toponímicas¹.

Assim: - A povoação do Chai-Chai foi criada em 11/12/1897 pela Portaria 236; foi elevada à categoria de vila pelo Alto Comissário da República em 27/10/1911, com Foral concedido em 1/7/1916; depois a Vila do Chai-Chai passou a designar-se Vila Nova de Gaza pela Portaria 307, de 2/12/1922; mas logo em 2/2/1928, o Decreto 14979, na data do “trigésimo dia do falecimento do Ministro das Colónias João Bello, o governo deseja [desejando] prestar publicamente homenagem à sua memória” (como se lê no preâmbulo do referido Decreto), estabeleceu no seu artigo 1º que:



Fig. 93

“A antiga povoação de Chai-Chai, no Distrito de Lourenço Marques, Colónia de Moçambique, actualmente denominada Vila Nova de Gaza, passe [passasse] a denominar-se Vila de João Bello”. Pela Portaria 15349, de 7/10/1961, Vila de João Belo foi elevada à categoria de cidade.

Finalmente, após a independência de Moçambique, pelo Decreto-Lei 10/76, datado de 13/3/1976, mas, como determina o referido Decreto-Lei, produzindo efeitos a partir do dia 3 de Fevereiro, Dia dos Heróis Moçambicanos, a Cidade de João Belo passou a designar-se novamente Xai-Xai, o topónimo obrigatoriamente agora grafado com “X”.

HISTÓRIA POSTAL

O conhecimento das datas certas, em termos de História Postal, é importante, como todos sabem. Pelo que, neste caso, considerando as datas, os acontecimentos e os respectivos textos legais e atendendo aos seus reflexos nos Correios, poderemos formular cinco hipóteses quanto à existência de carimbos com os seguintes topónimos ou variantes e por esta ordem: 1) Chai-Chai ou Xai-Xai; 2) Vila Nova de Gaza; 3) Vila de João Belo ou Bello; 4) Cidade de João Belo ou Bello; 5) novamente Xai-Xai.

Com datas dos primeiros anos deste século conhecemos o carimbo circular que se vê no cartão postal da fig. 93. De duplo círculo, tem 31 mm de diâmetro e a legenda toponímica GAZA-CHAI-CHAI; isto é, caracteriza-se por indicar, além da povoação, o distrito (na altura) - Gaza¹.

Da mesma época, mas apenas com CHAI-CHAI, registamos um carimbo de “Telegraphos”, também de duplo círculo e também com os elementos da data inseridos num rectângulo de ângulos cortados, mas com o diâmetro de 27 mm. Na fig. 94 reproduzimos um carimbo hexagonal, do tipo mais antigo, ainda com a legenda CHAI-CHAI. Desta primeira fase não conhecemos qualquer carimbo (e supomos que não existe) com o topónimo grafado com “X” - XAI-XAI -, versão que em documentos dessa época se encontra com frequência.

Temos depois o topónimo VILA NOVA DE GAZA. Curiosamente nunca vimos qualquer carimbo com este nome. Será que existiu? Vila Nova de Gaza perdurou seis anos e custa-nos admitir que não tivesse havido carimbos com esta designação, se não carimbos metálicos de longa duração, pelo menos carimbos de borracha, de carácter provisório.

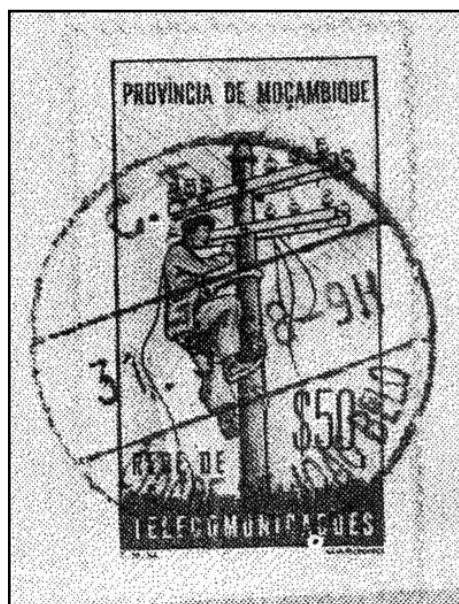


Figs. 94 e 95

¹ GAZA tem grande significado histórico, não só para Portugal, como para os povos de Moçambique. Muito pela rama referimos que o Império de Gaza incluía uma enorme área do que é hoje Moçambique, entre o rio Zambeze e a baía do Maputo. Sochangane, também conhecido por Manicusse, foi o potentado que estabeleceu as bases deste importante império, a que deu o nome do clã do seu avô Gaza. Guerreiro valente e hábil político, reinou com sabedoria e tolerância, mas ao mesmo tempo com mão de ferro, conseguindo uma notável riqueza e estabilidade que seus filhos e herdeiros, em lutas fratricidas, viriam a desbaratar e destruir. No tempo do Gungunhana, neto do Manicusse, o Império de Gaza circunscrevia-se já à região entre os rios Púnguê e Incomati. Desmoronou-se com as derrotas sofridas pelos vátuas às mãos dos portugueses e a prisão do Gungunhana nas campanhas militares de 1895. O distrito militar de Gaza foi instituído em 1897 sensivelmente com a sua área actual; depois, em 1907, a região foi incorporada no distrito de Lourenço Marques, até que em 1946 foi restabelecido novamente e definitivamente o distrito de Gaza.



Figs. 96 e 97

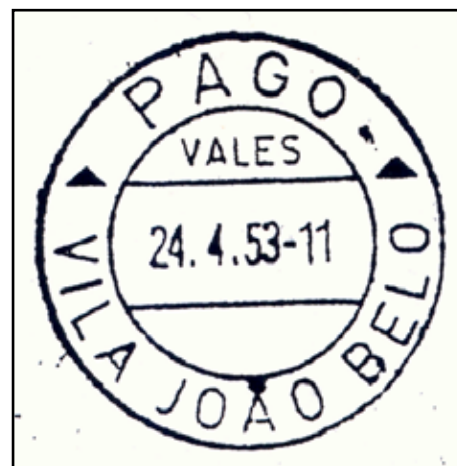


Um mistério, pelo menos para nós, que gostaríamos de ver esclarecido. Talvez algum dos nossos leitores possa dar uma achega (fig. 96).

Com o antropónimo JOÃO BELO, conhecemos vários carimbos, tanto do tipo hexagonal na versão mais moderna (legendas “CORREIOS E TELÉGRAFOS/ MOÇAMBIQUE” e “POSTA AÉREA/MOÇAMBIQUE”), como do tipo circular com ornamentos em forma de “S”, criado em 1949, e ainda outros também circulares. Desta fase destacamos o carimbo hexagonal com a legenda toponímica VILA DE JOÃO BELO (fig. 95) e o carimbo circular (fig. 97) com a legenda CIDADE DE JOÃO BELO.

Uma outra ligação à Filatelia, agora no âmbito do Correio Marítimo, pode estabelecer-se através do carimbo respectivo, que se reproduz na fig. 98. Trata-se do carimbo próprio de um pacote da Companhia Colonial de Navegação que também foi baptizado com este nome. O “João Belo” fazia a carreira de África; era um barco de 6 413 toneladas e transportava 340 passageiros; foi adquirido em 1928 e abatido em 1950. Na fig. 99 vê-se um carimbo de vales.

Cabe aqui assinalar que não conhecemos carimbos com o antropónimo BELLO, isto é grafado com dois “LL”, conforme se lê no Decreto 14979, antes mencionado. Quanto ao período pós-independência, e eliminado o topónimo CIDADE DE JOÃO BELLO, na sequência das medidas tomadas para fazer desaparecer tudo que tivesse conotações com o colonialismo português, como já referimos, aparece-nos XAI-XAI, sempre grafado com “X”. Assim pode ver-se nos carimbos das fig. 100 e 101. O primeiro destes carimbos corresponde a um tipo que se tornou extensivo a muitos correios do novo país. O segundo tipo que se regista deste período apenas foi usado em algumas localidades mais importantes e merece uma análise detalhada. Com um diâmetro de 36 mm, note-se a legenda “CORREIOS DE MOÇAMBIQUE” enquadrando o respectivo logotipo “CM”; depois vêem-se as iniciais “C.C.” (Correio Central?), de que desconhecemos o significado, mas que correspondem a um sector dentro de uma nova organização dos Correios da R.P. Moçambique, implementada por técnicos cooperantes cubanos, que na prática nunca chegou a concretizar-se inteiramente, ou pelo menos com resultados assinaláveis¹, tendo sido posta de parte mais tarde. As iniciais “E. C.” antes do topónimo traduzem-se por “Estação Central”. Curiosa também a data, expressa da seguinte forma: “22 8 83H”. Neste mesmo carimbo, noutra data, encontrámos “18 11 1982H”. Só a análise do bloco datador nos poderia dar uma resposta para estas aparentes anomalias.



Figs. 98 e 99

NOTAS BIOGRÁFICAS

O comandante João Belo que, como já dissemos, deu novo nome ao Chai-Chai, nasceu em Lisboa em 27/9/1876. Foi para Moçambique em 1895, apenas com 19 anos, com o posto de guarda-marinha. Companheiro de Mousinho de Albuquerque nas lutas contra os vátuas, mais tarde tomou parte na campanha do Barué.

João Belo permaneceu 29 anos naquele território ultramarino português, onde exerceu diversos cargos públicos com grande proficiência e zelo. Foi colaborador próximo de Brito Camacho, Alto Comissário da República. Elaborou os planos da linha férrea de Gaza, que com um percurso de 142 km tinha o seu início em Chai-Chai. Aliás, dedicou sempre especial atenção ao distrito de Gaza, onde era muito popular e querido entre as populações nativas, que o alcunharam de “Régulo de Gaza”. Natural, por isso, a homenagem que

¹ Existem diversos carimbos, especialmente de Maputo, com iniciais várias correspondentes a sectores específicos dos Correios. Dizia-se, na altura, que com tal reorganização, modelo daquilo que se praticava em Cuba, pretendia-se concentrar toda a correspondência em Maputo para efeitos de um eficiente (?) controlo postal (?). Assunto algo delicado, que na altura não esclarecemos, pois não quisemos (pudemos) aprofundá-lo, por razões óbvias...



Fig. 100 e 101 Ihe foi prestada.

Cabe aqui referir que o topónimo Chai-Chai, embora muito conhecido e tão arraigado que subsistiu como designação corrente para João Belo durante muito tempo, nunca tendo sido completamente esquecido, tem muito pouco significado na sua origem, como palavra vernácula de uma língua moçambicana. Segundo António Cabral deriva da palavra

zulo “shaya”, que quer dizer “bater”.

João Belo foi Ministro das Colónias nos primeiros anos da ditadura do Estado Novo (1926/27), tendo deixado obra válida, que se reflectiu no progresso de todas as colónias.

Morreu em 2/1/1928, repentinamente, quando ainda era ministro.

BIBLIOGRAFIA

- “Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem”, por António Cabral. Lourenço Marques, 1975.
- “História de Moçambique”, volume 1. Departamento de História da UEM, Maputo, 1982.
- Recortes diversos de jornais e revistas.
- “Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira”.
- “Portuguese Shipping Companies, Paquebot & Ship Cancellations”, pelos Professor Richard Greenwood, Dr. Romano Câmara e Philip Cockrill. Cockrill Series Booklet nº 40, 1983.

14. GOUVEIA: UM TOPÓNIMO INTERESSANTE E CHEIO DE HISTÓRIA

BARUÉ: HISTÓRIA E FILATELIA

1 Como é sabido, Moçambique, no período colonial, tal como os outros territórios ultramarinos portugueses (com excepção do Estado da Índia), atravessou várias fases administrativas, aliás sobejamente documentadas na História Postal: colónias, distritos autónomos, províncias ultramarinas, depois novamente colónias (com o Acto Colonial, de Salazar), a seguir novamente províncias ultramarinas e finalmente estados. Para facilitar (ou talvez não...), quando se generaliza, é costume usar-se a designação de «colónia/s». Nós preferimos “território/s ultramarino/s” ou “território/s do Ultramar”, o que expressa somente a situação geográfica.

Os filatelistas, especialmente aqueles que dedicam a sua atenção à História Postal dos antigos territórios ultramarinos portugueses (ou colónias, na designação mais vulgarizada¹), conhecem muito bem este topónimo, sinónimo dos célebres, raríssimo e muito valiosos sobrescritos com o carimbo do correio militar das campanhas do Barué (fig. 102), em Moçambique; é claro que estas campanhas também nos trazem à memória interessantes e relevantes episódios da nossa História.

Como os topónimos de que vamos tratar nestas notas estão

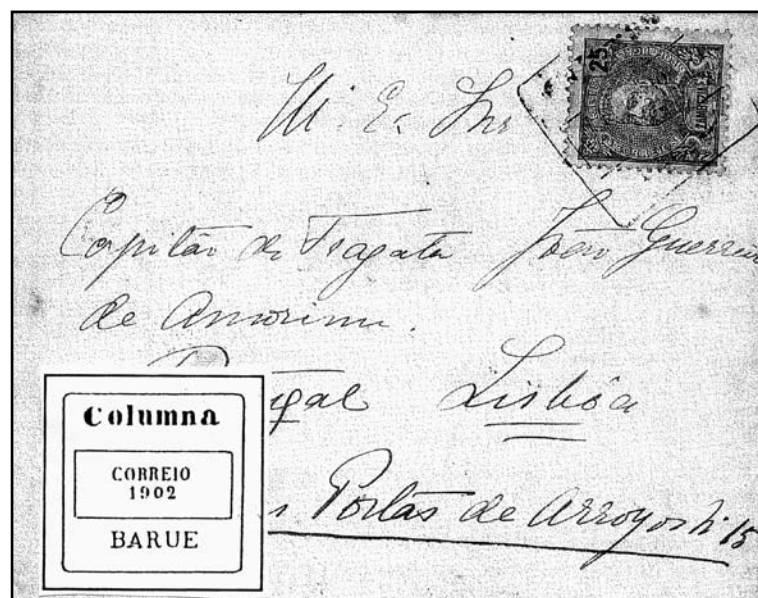


Fig. 102

intimamente ligados, histórica e filatelicamente, à região do Barué¹, supomos que não será desperdício de tempo e de espaço debruçarmo-nos sobre alguns aspectos (que poderão ter interesse para muitos) relativos a esta região, onde se inserem (ou inseriam), entre outras, as povoações de Vila Gouveia e Katandica (ou Catandica).

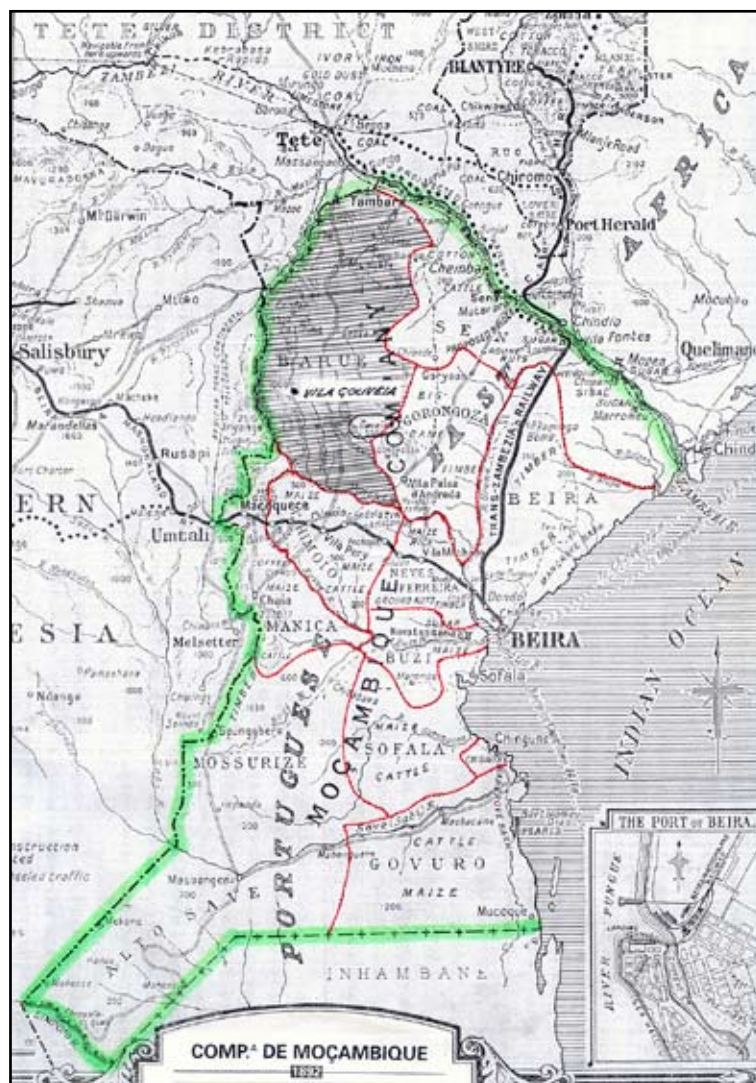
O território do Barué, palco de importantes acontecimentos históricos, alguns heróicos, outros trágicos, outros ainda bem interessantes e pouco conhecidos da generalidade dos portugueses, fez parte do imenso Império do Monomotapa², no século XIX, antes da ocupação efectiva pelos portugueses, constituía uma unidade política dependente do Estado (Império) de Gaza. Os reis do Barué tinham a designação de Macombes e aparecem mencionados já em documentos portugueses do século XVI. A região era descrita como tendo uma extensão de 370 km, desde o rio Luenha ao rio Pungué, com uma largura aproximada de 150 km. Era limitada a norte pelo rio Luenha e territórios ingleses (Rodésia); a sul e nascente pelos territórios da Companhia de Moçambique; e a poente pelo rio Pungué e Rodésia. Abrangia diversos prazos, sendo o de Massangano, pelo seu significado histórico e por outras razões, o mais importante, aspectos que aqui não vamos aprofundar, por não caberem nos limites destas notas; contudo, adiante, noutro contexto, serão aflorados.

A região do Barué estava incorporada, à data da fundação da Companhia de Moçambique (1892), nos limites territoriais da respectiva concessão, mas a Companhia Magestática nunca tomou posse efectiva do vasto território, dada a orgulhosa insubmissão dos seus aguerridos povos. Foi finalmente pacificada em 1902, com a intervenção das tropas portuguesas, durante as chamadas campanhas do Barué; nessa altura foi-lhe atribuído o estatuto militar de capitania-mor, com sede em Mungári e postos em Katandica e Inhacapura. Entretanto levantou-se um grave conflito entre o governo português e a C^a de Moçambique, que se recusou terminantemente a pagar as avultadas despesas resultantes das campanhas e da ocupação. Problemas que nunca foram resolvidos, até porque em 1917/18 verificaram-se novas revoltas daqueles aguerridos povos, pelo que o governo português tomou conta da região, abolindo mais tarde a capitania-mor, transformando-a numa circunscrição civil, integrada no distrito de Tete e com sede em Vila Gouveia. Aliás, Vila Gouveia foi criada por Portaria do Governo Português n.º 728, de 14/6/1924, em Plena vigência da C^a.

¹ Usamos as grafias Barué e Pungué. Contudo, as grafias oficiais destes topónimos, estabelecidas na “Primeira Relação de Nomes Geográficos da Província de Moçambique” (Portaria n.º 15964 de 19/3/1962), são Báruê e Púngoè. Estas formas nunca tiveram grande aceitação e não se generalizaram, sendo normalmente apenas usadas em publicações oficiais. Diz-se na “Relação” (o que resumimos): a) Para não deturpar a leitura correcta, deve usar-se o acento grave para abrir as vogais *a*, *e* e *o* (exemplo Báruê); b) Tendo sido suprimido o trema, no grupo *gu* poderá substituir-se o *u* por *o* (exemplo Púngoè).

² Em documentos antigos “Monomotapa” aparece escrito de diversas formas. Em Moçambique independente adoptou-se MUENEMUTAPA. O Império do Monomotapa atingiu o seu auge nos séculos XVI/XVII; o Império de Gaza teve um período de grande expansão nos anos de 1861/64.

Fig. 103. Mapa da Companhia de Moçambique extraído do Jornal "THE TIMES, Trade Supplement, Trans-Zambezia Section" - 6/5/1922. De notar: 1) A região do Barué, incluída nos limites territoriais da C.^a de Moçambique, foi por nós assinalada com um tracejado; 2) *Massara Gouveia* foi assinalada com um círculo. Veja-se a grafia "Guveia"; 3) Inscrevemos "Vila Gouveia", que não figura no mapa. Note-se que o mapa é de 1922 e a povoação foi "baptizada" em 1915; *Katandica* também não figura.



de Moçambique, portanto; outras Portarias de 1915, 1933 e 1944, referem-se também à situação administrativa de Vila Gouveia, conforme pode ver-se na Lista das Povoações Criadas Até 31/12/1967 e Sua Situação Legal (Boletim Oficial de Moçambique nº 31, de 5/8/68). Conclui-se, portanto, que o Barué nunca pertenceu, de forma efectiva, à Companhia de Moçambique.

Este é um aspecto importante que os especialistas de História Postal devem tomar em consideração (e que é a razão principal deste capítulo inicial), principalmente quando nas suas colecções reproduzem mapas. Lembramo-nos de ter visto uma boa colecção desta especialidade, que exibiu um mapa com este erro, aliás um erro de certo modo comum,

pois que a companhia magestática, nos mapas da época, por razões óbvias, continuava a considerar o Barué como parte do seu território (fig. 103).

Mas não ficaram por aqui as alterações administrativas da região do Barué. Com a passagem dos territórios da C^a. de Moçambique para o controle do Estado Português, em 1942, terminados os cinquenta anos da concessão, a circunscrição do Barué passou a fazer parte da província de Manica e Sofala, com excepção do posto de Changara, que continuou a pertencer a Tere¹. Na divisão administrativa de 1954², que resultou do facto de Moçambique ter passado a província ultramarina, Manica e Sofala foi classificada como distrito; posteriormente este distrito foi dividido em dois, mudando de nome: Beira e Vila Pery³. O Barué, elevado a concelho em 11 de Abril de 1964⁴ e que perdeu em 1969 a área que deu origem à circunscrição de Mungári (que passou para o distrito de Tete), ficou a pertencer ao distrito de Vila Pery. Finalmente, com a independência de Moçambique, em 25/6/1975, novamente os distritos passaram a províncias e os concelhos a distritos⁵.

Cabe ainda referir que “báruè” significa “cultivador de milho”, designando-se por “chibáruè”, o milho propriamente dito.

MASSARA/MASSARA GOUVEIA - KATANDICA (CATANDICA)/VILA GOUVEIA.

Tem muito interesse a análise destes quatro topónimos, nas diversas vertentes, incluindo a situação geográfica; são estes aspectos que agora nos propomos estudar.

Massara, actualmente uma povoação sem importância, situada junto à serra da Gorongosa, foi criada pela Ordem da Companhia de Moçambique n.º 4567, de 1/2/1924.

Mas, há muitos anos atrás (por volta de 1863) tinha fixado residência neste local o capitão-mor Manuel António de Sousa que ali construiu uma aringa, logo transformada em fortaleza natural inexpugnável⁶. Manuel António de Sousa, de que adiante daremos uma breve biografia, foi uma figura notável de líder sertanejo e aventureiro. Era conhecido pelos povos daquelas paragens como o “Gouveia”; não se conhece com exactidão a origem desta alcunha, mas alguns autores admitem ser a corrupção de “Goa”, pois que

1 Decreto n.º 31896, de 21/4/1942.

2 Decreto n.º 39858, de 20/10/1954.

3 Falta-nos a data desta alteração administrativa.

4 Portaria n.º 17730/64.

5 Decreto-lei n.º 6/75, de 18/1/1975, do Governo de Transição de Moçambique.

6 “E foi numa planura desta serra, denominada Massara, [...] que ele fixou residência e que se chamou “Gouveia” da alcunha pela qual os pretos o conheciam. Construiu aí uma aringa que era fortaleza natural e inexpugnável. Assim nasceu Massara Gouveia”. (J. M. de Aguiar Macedo, GORONGOSA - “O GOUVEIA”, in Monumento n.º 4, 1968).

o famoso capitão-mor era natural desse território da Índia Portuguesa. Assim parece ser, embora os vocábulos não tenham muita semelhança.

A aringa passou a chamar-se Massara Gouveia, por ter tomado o nome por que era conhecido Manuel António de Sousa; Massara Gouveia, “até 1891, foi sede do antigo distrito de Manica, com o nome de Vila Gouveia”¹.

Foi esta a primeira localidade de Moçambique com aquele topónimo; situava-se, portanto, na serra da Gorongosa, área da C^a de Moçambique. A segunda Vila Gouveia, com a mesma origem, e que mais directamente interessa ao nosso estudo, foi sede do concelho do Barué. Esta povoação, que se denominou antes Katandica (ou Catandica), foi criada pela Portaria n.º 728, de 14/6/1924 (do Governo Português, entenda-se); mas, anteriormente, o governador-geral de Moçambique Joaquim José Machado, havia já determinado, por Portaria de 25/1/1915, a mudança de nome para Vila Gouveia, prestando assim uma homenagem, formal e oficial, à memória do goês Manuel António de Sousa, o “Gouveia”.

Quanto ao topónimo Katandica o “Dicionário Corográfico de Moçambique” - 3.º Fascículo, ZAMBÉZIA, distritos de Quelimane e Tete (1926), regista a povoação como sendo: “Posto militar da antiga capitania-mor do Barué, distrito de Tete. Coordenadas aproximadas: latitude 17° 48’ 20” S. e longitude 33° 8’ E. (Greenwich)”. Estas coordenadas (de Katandica com “K”) aproximam-se muito das coordenadas das cartas geográficas actuais, condizendo também a restante descrição. O mesmo “Dicionário Corográfico” assinala ainda Catandica (com “C”, note-se) como pertencendo ao distrito de Tete, no prazo Chepera, mas com as coordenadas aproximadas: latitude 15° 44’ S. e longitude 30° 37’ E. (Greenwich²).

De notar também que a mesma fonte (1926) informa que Vila Gouveia “sede da circunscrição civil do Barué, distrito de Tete, [...] não vem indicada nas cartas publicadas”. O conjunto destas informações daquela obra, de certo modo divergentes, denota bem que todo o cuidado é pouco, ao analisar-se diferentes fontes, quando se investiga História Postal. Aliás, neste “Dicionário Corográfico”, notam-se erros evidentes.

A Vila Gouveia colonial passou a designar-se novamente Catandica, após a independência de Moçambique, a partir de 3/2/1976 (Dia dos Heróis Moçambicanos), por determi-

¹ In “Lista das povoações criadas até 31 de Dezembro de 1967 e sua situação legal”. Suplemento do B.O. de Moçambique, n.º 31, III Série, de 5/8/1968. Por ter perdido a sua importância, como dissemos, Massara tinha sido reclassificada como povoação de 3.ª classe, pela Portaria n.º 6354, de 16/2/1946.

² Não conseguimos apurar se esta Catandica alguma vez realmente existiu nas coordenadas indicadas, podendo ser lapso, por duplicação, no “Dicionário Corográfico”.

nação do Decreto-Lei n.º 10/76, de 13/3/76, já várias vezes mencionado em trabalhos anteriores.

E para terminar este capítulo resta dizer que o topónimo Katandica/Catandica deriva do nome (antropónimo) de um filho de Chitengo. Este Chitengo¹ foi capitão de Manuel António de Sousa.

HISTÓRIA POSTAL

Por tudo quanto acabamos de referir não temos dúvida em afirmar que, tanto no que se refere ao espaço geográfico, como à época e ainda às situações de guerra que se viviam naquelas terras, estamos perante um rico potencial, no que à História Postal respeita. Isso mesmo se infere do magnífico artigo “As Marcas Postais Manuscritas de Timor e Moçambique”, da autoria do distinto filatelista Dr. Luís Frazão, publicado no catálogo da “EBORA 94” - XVI Exposição Filatélica Nacional.

Mas, infelizmente, apesar desse potencial, é escasso o material que até nós chegou. Como é sabido, em Portugal só tardiamente surgiu o interesse por esta aliciante disciplina filatélica, razão por que, certamente, se perderam interessantíssimas peças. Várias cartas e outras peças filatélicas, é certo, encontram-se na posse de activos coleccionadores portugueses, ingleses e americanos; outras, com grande pena dos interessados, “dormem”, porventura, em colecções paradas ou jazem esquecidas nos “stocks” de comerciantes estrangeiros ou repousam ignoradas em velhos arquivos². É difícil, por isso, documentar este tão rico período da História Postal do interior centro de Moçambique, que abrange os fins do século passado e as primeiras décadas do século XX.

Na fig. 104 reproduzimos um selo solto da emissão de 1886 - D. Luís, de Moçambique, com a marca manuscrita de “Gouveia” e obliterado com um carimbo mudo de barras paralelas. Trata-se certamente de uma marca de origem militar, como nos ensina o Dr. Luís Frazão no estudo acima referido, e que atribuímos a Massara Gouveia. É claro que só o conhecimento e estudo de uma ou mais cartas inteiras, com esta marca manuscrita, poderia confirmar a nossa hipótese.

Diz-nos o referido especialista que a utilização destas marcas manuscritas teve o seu ponto alto de 1908 a 1915, conhecendo-se, no entanto, marcas do mesmo género an-

1 O Chitengo, depois da morte do capitão-mor, fixou residência na Gorongosa; deu o nome ao acampamento que servia de base ao Parque Nacional da Gorongosa, a conhecida e importante reserva de caça de Moçambique. Tudo se encontra actualmente destruído, pelos azares da guerra civil que assolou o país. Tinha correio, como pode confirmar-se pelo postal máximo, que se mostra na fig. 113.

2 Considerações, necessariamente, também válidas para os restantes territórios ultramarinos portugueses.

Fig. 104



teriores e posteriores. Infelizmente o selo em questão não tem qualquer data. Contudo, podemos considerar que a sua utilização se verificou num período de seis anos entre 1886 - data da emissão dos selos de D. Luís, fita direita, de Moçambique - e 1892, data da entrada em circulação dos primeiros selos da C^a de Moçambique¹. A partir desta data é suposto que os selos da companhia magestática passaram a ter curso na Gorongosa, onde se situava Massara Gouveia. Note-se que nenhum autor menciona a existência de qualquer estação de correios no território da C^a de Moçambique (mais concretamente em Gorongosa) com a designação de Gouveia. Como vimos, com o advento da companhia magestática, Massara Gouveia perdeu a sua importância (aliás, Manuel António de Sousa morreu em Janeiro de 1892) e a povoação, a partir de 1/2/1924 passou a chamar-se oficialmente apenas Massara, já que o nome de Vila Gouveia tinha sido atribuído em 1915 a Katandica, no distrito de Tete. Conhecem-se, isso sim, dois carimbos com o topónimo Gorongosa: tipo de duplo círculo com o nome escrito com "S" e hexagonal escrito com "Z"; mas, pelo exposto ficam-nos muitas dúvidas sobre o local onde foram usados².

¹ Estas datas coincidem com um período de grande agitação e consequente actividade militar.

² A circunscrição da Gorongosa tinha sede em Vila Paiva de Andrada, povoação criada pela Ordem da C^a. de Moçambique n.º 2716, de 16/5/1906.

Contudo, tem interesse assinalar que no curioso "Guide

GUIDE TO THE MOZAMBIQUE CO.'S TERRITORY. 29

From—	Beira.			Sofala.			Chiloane.			Buzi.		
	Postage per Kilo.			Postage per Kilo.			Postage per Kilo.			Postage per Kilo.		
	Reis.	s.	d.	Reis.	s.	d.	Reis.	s.	d.	Reis.	s.	d.
To Sofala . . .	80=0	4	1									
„ Chiloane . . .	160=0	8	1	80=0	4	1						
„ Buzi . . .	80=0	4	1	160=0	8	1	240=1	0	1			
„ Mossurize . . .	330=1	5	1	410=1	10		490=2	2		250=1	1	1
„ Fontesvilla . . .	80=0	4	1	160=0	8	1	240=1	0	1	160=0	8	1
„ Chimoio . . .	160=0	8	1	240=1	0	1	320=1	5		240=1	0	1
„ Macequece . . .	225=1	0		305=1	4	1	385=1	8	1	305=1	4	1
„ Gouveia . . .	225=1	0		305=1	4	1	385=1	8	1	305=1	4	1
„ Sena . . .	330=1	5	1	410=1	10		490=2	2		410=1	10	

From—	Mossurize.			Fontesvilla.			Chimoio.			Macequece.			Gouveia.		
	Postage per Kilo.			Postage per Kilo.			Postage per Kilo.			Postage per Kilo.			Postage per Kilo.		
	Reis.	s.	d.	Reis.	s.	d.	Reis.	s.	d.	Reis.	s.	d.	Reis.	s.	d.
To Fontesvilla . . .	410=1	10													
„ Chimoio . . .	490=2	2		80=0	4	1									
„ Macequece . . .	555=2	5	1	145=0	7	1	65=0	3	1						
„ Gouveia . . .	555=2	5	1	145=0	7	1	145=0	7	1	210=0	11	1			
„ Sena . . .	660=2	11	1	250=1	1	1	250=1	1	1	315=1	4	1	105=5	1	1

Fig. 105

to the Mozambique Co.'s Territory", datado de 1902, vêm inseridas duas tabelas de portes de encomendas postais (que se mostram na fig. 105), com a indicação dos portes de e para GOUVEIA.

Quanto a Katandica sabe-se que já tinha correio em 1906, tendo sido expedidas nesse ano 170 peças de correspondência¹. Infelizmente não podemos mostrar qualquer carimbo colonial com as legendas toponímicas de Katandica (ou Catandica). Aliás, nunca vimos qualquer carimbo com o nome escrito com "K".

Este correio utilizou também a obliteração provisória numérica 12. A estas obliterações, numeradas de 1 a 20 e distribuídas a diversas estações de Moçambique, com carácter provisório devido à dificuldade de fabricar localmente carimbos metálicos, refere-se a Ordem de Serviço dos Correios de Moçambique n.º 179, de 9/4/1908. O carimbo n.º 12 foi distribuído a Catandica em 8/7/1908. São bastante raras as cartas inteiras com estes carimbos: na impossibilidade de conseguirmos uma obliteração n.º 12 "apresentável", mesmo sobre selo solto, ilustramos estas notas com um desenho (fig. 106), que dará aos leitores que as desconhecem uma boa ideia da morfologia destas marcas.

Com os topónimos de Vila Gouveia existem carimbos hexagonais (fig. 107) e circulares com arabesco em forma de "S", do tipo de 1949; existem também carimbos provisórios de borracha (fig. 108).

À data da independência de Moçambique, Vila Gouveia era uma estação telégrafo postal de 1ª. Classe e usava o carimbo que se reproduz na fig. 109 (circular, com o diâmetro de 34 mm). Depois da independência e com a mudança de nome, entrou em serviço o carimbo com o topónimo Catandica, que se ilustra na fig. 110. Por último, como curiosidade, mostramos na gravura 111 parte de um sobrescrito onde pode ver-se este carimbo de Catandica em conjunto com uma etiqueta de registo colonial com o topónimo de Vila Gouveia; como já em trabalhos anteriores explicámos, esta prática de aproveitamento das etiquetas de registo coloniais era comum, como medida económica.

O "GOUVEIA"

Não será fácil traçar em breves linhas uma biografia desta controversa personalidade, que teve uma vida movimentada, empolgante, e que acabou por morrer ingloriamente.



Figs. 106 e 107

¹ In "Estatística Geral dos Correios da Província de Moçambique" (1906); Idem (1943): o relatório diz que Vila Gouveia é [...] "a única estação do distrito da Beira que está convenientemente instalada". Expediu nesse ano 518 vales e um número indeterminado de correspondências; Idem (1948): expediu, entre outras correspondências, 4719 cartas e 703 registos.



Fig. 108 Manuel António de Sousa, alcunhado o “Gouveia”, nasceu em Mapuçá, Bardez (Índia Portuguesa), em 10 de Novembro de 1835. Era filho de Felício de Sousa e de Doroteia Tomásia Mascarenhas. Estudou no seminário de Rachol, Salcete.

Muito jovem, em 1853, apenas com 18 anos, foi para Moçambique, a fim de gerir propriedades em Manica, legado de um seu tio, pai de Maria Anastácia Mascarenhas, portanto sua prima, com quem logo se casou. Mais tarde, por interesse político, voltou a casar “cafrealmente” (sic) com a filha de um potentado negro, o que lhe daria grande prestígio e influência na região do Barué, que viria a dominar



Fig. 109



Fig. 110

completamente. João de Azevedo Coutinho, no seu livro “A Campanha do Barué em 1902”, chama-lhe Rei do Barué.

Homem decidido e valente, astuto e muito ambicioso, pouco escrupuloso, até, hábil político, foi pesquisador de ouro, caçador de elefantes e comerciante; sobretudo comerciante. Em 1863 foi nomeado capitão-mor de Manica e Quiteve. Tinha o seu próprio exército, que manteve durante mais de 20 anos, e diz-se que chegou a reunir 30 000 homens que comandava pessoalmente, quando necessário, espalhados por 30 aringas sob a responsabilidade dos seus capitães, em que depositava muita confiança. Estas aringas constituíam uma linha de fortificações, que mais tarde haviam de impedir a expansão para norte dos vátuas de Muzila e de seu filho Gungunhana. O seu quartel-general era em Massara Gouveia, no lado norte da serra da Gorongosa.

Cedo se viu o “Gouveia” envolvido nas guerras que assolavam o centro/interior de Moçambique, a norte e sul do rio Zambeze. A pedido dos governantes, por diversas vezes prestou auxílio às forças portuguesas (pouco numerosas, mal armadas e mal treinadas) nas suas acções de pacificação dos levantamentos rebeldes, situações de instabilidade que caracterizaram a época e que muitas vezes se saldaram por pesadas derrotas dos portugueses. Massangano ficou como símbolo de vitórias, derrotas, actos heróicos,

Fig. 111





Fig. 112

massacres, dificuldades, sacrifícios imensos...

Foi assim que, com o seu prestígio, a sua autoridade, usando os seus conhecimentos e domínio das intrigas daqueles sertões, colaborou com Paiva de Andrada, Azevedo Coutinho e outras conhecidas figuras de militares, em acções que mais tarde levariam à ocupação e domínio efectivo da região. Em mais do que uma operação militar chegou a reunir o número incrível de 2 000 a 4 000 sipais armados, que comandava pessoalmente, constituindo quase sempre o grosso das forças irregulares ou auxiliares: algumas vezes saiu vencedor, sendo derrotado em várias ocasiões.

Em 11 de Maio de 1888, por influência de Paiva de Andrada, Manuel António de Sousa partiu para o Reino. Foi recebido no Paço Real pelo rei D. Luís e sua esposa D. Maria Pia e aplaudido pelo governo; a Sociedade de Geografia dedicou-lhe uma sessão solene, durante a qual falou de Moçambique e das suas potencialidades. Nessa altura foram-lhe atribuídas diversas condecorações e foi nomeado Coronel-Honorário do Exército Ultramarino (fig.112).

Entretanto, continuavam em Moçambique os revezes das tropas portuguesas. Em 1890, poucos meses depois do Ultimato, quando os ânimos andavam ainda exaltados, deu-se a invasão de Manica pelos ingleses, com o humilhante episódio da prisão do major Paiva de Andrada, de Manuel António de Sousa e de João Resende por um capitão inglês, sob o pretexto de terem violado territórios da British South Africa Company. As intrigas dos agentes da companhia magestática de Cecil Rhodes resultaram em pleno e os potentados do Barué, tendo conhecimento da prisão do "Gouveia" e de falsas notícias da sua morte, revoltaram-se. Solto pelos ingleses, depois de intensos contactos diplomáticos, o "Rei do Barué" logo encetou a movimentação para recuperar o controlo do seu "Reino". Em 20 de Janeiro de 1892, na sequência de uma derrota sofrida por Azevedo Coutinho, lançou num infeliz e precipitado ataque os seus sipais, que foram completamente destroçados, não obstante terem o apoio de diversos canhões manobrados pelo alferes-almoxarife Almeida Freire, que foi morto.

Derrotados, muitos dos sipais de Manuel António de Sousa desertaram e inexplicavelmente abandonaram-no. Ferido, refugiou-se no mato e, indefeso, acabou por ser morto por um rapaz negro, que vendo-o casualmente o seguiu. As caveiras do "Gouveia" e de mais dois soldados europeus foram encontradas, mais tarde, expostas num embondeiro.



Fig. 113

Uma morte triste e inglória para um homem valente, que muito ajudou Portugal, que soube mandar e dominar e que controlou, incontestavelmente, uma vasta área de Moçambique.

A paz à região do Barué só voltaria com a ocupação efectiva e pacificação, levadas a cabo por Azevedo Coutinho, com as campanhas do Barué de 1902, como já referimos.

Dissemos antes que seria difícil, em poucas linhas, traçar a biografia do goês Manuel António de Sousa, o “Gouveia”. Muito ficou por abordar (especialmente em relação ao contexto em que se desenvolveram as suas actividades, com aspectos positivos e outros negativos), mas julgamos que os elementos que compilámos são suficientes para os filatelistas melhor conhecerem esta personalidade que até mereceu as honras de aparecer num selo do Correio. Com efeito Manuel António de Sousa figura na primeira série (Vultos), das três que em 1956 comemoraram o 450º Aniversário da Fundação do Estado da Índia (fig. 112). O que justificará, certamente, o espaço que aqui lhe dedicamos.

BIBLIOGRAFIA

- “Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem”, por António Carlos Pereira Cabral .
- “História de Moçambique”, volume I. Departamento de História da UEM, Maputo.
- O caso de Muenemutapa, por Nogueira da Costa.
- Manuel António de Sousa, Capitão- Mor de Manica e Quiteve (1835-1892), Notícia Histórica, pelo Tenente B.Barrinhas.
- Subsídios para a história dos C.T.T. de Moçambique, por J.M.Folgosa (*In* Boletim do Clube Filatélico de Moçambique, vários números).
- PORTU-INFO, Jornal da I.S.P.P. (vários números).
- Recortes vários (arquivo pessoal do autor).

15: VILA COUTINHO OU UMA GRANDE CONFUSÃO DE TOPÓNIMOS

A DANÇA DOS TOPÓNIMOS

Já noutra ocasião usámos esta expressão ao referirmos as trocas ou mudanças, tanto geográficas como de nome, que se verificaram em diversas localidades de Moçambique. Estes são aspectos que sempre devem merecer a melhor atenção de todos quantos se dedicam à História Postal. É claro que tais contingências podem proporcionar aliciantes descobertas filatélicas e/ou motivar interessantes estudos, mas por outro lado podem constituir perigosas “cascas de banana”.

Vejamos o que se passou com Vila Coutinho, antropónimo atribuído a uma localidade de Moçambique, homenageando

Fig. 114



um dos mais ilustres colonialistas portugueses, o Vice-Almirante João de Azevedo Coutinho.

Situava-se esta Vila no concelho de Angónia (de que era a sede), distrito de Tete¹ e foi criada pela Portaria 6110, de 28/7/1945; contudo, o topónimo já existia há muitos anos antes. Ferrão Castelo Branco, em 1909, fala de Vila Coutinho ao descrever o Prazo de Angónia, havendo ainda uma outra localidade com o mesmo nome mencionada em legislação de 1922 e 1924. É assim que Vila Mousinho², povoação actualmente sem importância e que foi extinta no tempo colonial, mencionada nesta legislação, foi transferida pela referida Portaria 6110 e mudou de nome para Vila Coutinho em 1956³. Especulando um pouco, podemos admitir que esta tão tardia oficialização do topónimo, terá sido motivada por questões políticas. Na verdade, João de Azevedo Coutinho, figura notável de militar e estadista, reformou-se no posto de capitão-de-fragata em 25 de Novembro de 1910, logo após a implantação da República, dadas as suas convicções monárquicas⁴. Mas em 1942, como reconhecimento pelos seus feitos no Ultramar, foi promovido a vice-almirante honorário, tendo falecido dois anos depois.

Ainda a propósito deste topónimo, António Cabral, no seu interessante e utilíssimo “Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem”, já noutros artigos desta série citado, diz-nos: - “Vila Coutinho deveria ser a Vila Mousinho de Albuquerque, mas um engano deu em trapalhada...” É algo enigmática esta observação, que não entendemos bem!

Mas não ficam por aqui as “trapalhadas”. Maganja da Costa (ou vila de Maganja, no distrito da Zambézia) foi conhecida, pelo menos até 1913⁵, por Vila João Coutinho. A este respeito devemos dizer que encontramos no “Dicionário Corográfico de Moçambique, Zambézia - Distritos de Quelimane e Tete”, publicado 13 anos depois daquela data, em 1926, duas Vilas João Coutinho. Transcrevemos os parágrafos relevantes: 1) “Sede da circunscrição de Maganja da Costa; distrito de Quelimane”; 2) “Estação central do praso Angónia, distrito de Tete. [...] Não vem indicada nas cartas publicadas”.

Parece poder concluir-se que existiram simultaneamente duas localidades com o mesmo nome e até talvez uma terceira, pois que Marcelo Caetano no seu livro “Factos e Figuras do Ultramar” refere que “Serpa Pinto dá a Chilomo⁶ o nome de Vila Coutinho”.

¹ Salvo indicação em contrário, indicamos sempre as divisões administrativas em vigor no tempo colonial.

² Homenagem ao major Joaquim Mousinho de Albuquerque, que foi Comissário Régio em Moçambique, mais conhecido por ter vencido o chefe vátua Gungunhana.

³ P. n.º 11727/56, de 22/12/1956.

⁴ Azevedo Coutinho, juntamente com Aires de Ornelas, chefiou uma tentativa em Lisboa de restauração da Monarquia.

⁵ Segundo António Cabral, no seu já citado Dicionário.

⁶ Chilomo situava-se na confluência dos rios Ruvo e Chire, em frente de Chiromo, localidade esta da Niassalândia, antigo protectorado inglês, actualmente Malawi.



Fig. 115

Assinalamos ainda que a lista das localidades com correio, editada antes da independência pelos CTT de Moçambique (1974), menciona um posto (P.T.Postal) com a designação de Vila Coutinho-Velha (Fig. 115).

E para complementar esta grande confusão terá interesse mencionar, muito brevemente, outros topónimos relacionados com o comandante Azevedo Coutinho. Assim: 1) *Área do Forte*, localidade no concelho de Milange, onde se encontra um forte que estava classificado como monumento histórico, ligado às campanhas militares de Azevedo Coutinho; 2) *Campo*¹, sede de posto administrativo, onde se situava uma residência (“casa de campo”) daquele militar e estadista, então governador da Zambézia; 3) *Forte Coutinho*, no Barué².

Com a independência de Moçambique, e na sequência da eliminação de todos os topónimos de origem colonial, Vila Coutinho passou a chamar-se Vila de Ulongué. Desconhecemos a origem deste nome, não referido por António Cabral no seu já citado Dicionário de Nomes Geográficos e que também não está registado no Dicionário Corográfico; outras publicações consultadas não nos forneceram quaisquer pistas. Contudo, a “Primeira Relação de Nomes Geográficos da Província de Moçambique”³, exaustiva listagem de muitos milhares de nomes, menciona *Ulungué* duas vezes, como vértices geodésicos em Zumbo

¹ Teve uma estação telégrafo-postal de 3ª classe.

² Veja-se Cap. 14

³ P. 15964/62, de 19/3/1962.

e Marrupa, respectivamente nos distritos de Tete e Niassa, mas, curiosamente, várias centenas de quilómetros afastados do local onde se situa a actual Vila de Ulongué, antiga Vila Coutinho.

De notar que esta última mudança não foi oficializada pelo Decreto-Lei 10/16, de 13/3/1976, já noutras ocasiões mencionado, que altera “as designações de algumas localidades e cidades da República Popular de Moçambique”. Assim, admitimos que este topónimo tenha pouco significado, tendo sido escolhido sem qualquer critério, como aconteceu em muitos casos.

HISTÓRIA POSTAL

Tendo em conta que Vila Coutinho, pelo menos desde 1909, aparece mencionada em escritos da época, a sua História Postal não é rica, tanto quanto sabemos. No entanto, como vimos em casos anteriormente focados nesta série de escritos, e considerando a verdadeira “dança” de topónimos que aqui descrevemos, não é de desprezar a hipótese de aparecerem peças filatélicas interessantes, especialmente do período em que na região decorriam diversas campanhas militares, em que, aliás, o comandante Azevedo Coutinho foi importante interveniente, como veremos na biografia resumida que a seguir incluiremos neste trabalho.

A “Estatística dos Correios e Telégrafos” para 1943, lista Vila Coutinho, no distrito de Tete, como estação telégrafo-postal de 3^a- classe¹. Na Estatística para o ano de 1948 esta estação figura já com um movimento de 5811 cartas ordinárias expedidas e 5153 recebidas, além de outra correspondência.

Conhecemos deste correio os habituais carimbos hexagonal e circular com arabesco em forma de “S”, do tipo de 1949, este reutilizado após a independência. Existem igualmente carimbos provisórios de borracha.

Do período pós-independência reproduzimos três curiosas peças filatélicas, bem elucidativas das dificuldades que então o novo país conhecia, todas elas com etiquetas de registo de Vila Coutinho, portanto coloniais; foram utilizadas por medida económica, como muitas vezes se verificou. Temos pois: 1) Fragmento de sobrescrito com etiqueta de registo de Vila Coutinho (de notar a grande deslocação de impressão do nome) e carimbo provisório de borracha (25/8/1979), de Vila Coutinho-Velha, recuperado, onde a palavra “Velha” foi

¹ À data da independência de Moçambique (25/6/1974) era E.T.P. 1^a classe.



raspada; tem ainda a anotação manuscrita: “De: /Estação Postal de Vila Ulónguê/Angónia”, carimbos de trânsito de Tete (28/8/79) e da Beira, de chegada (1/9/79) (Fig. 116b); 2) sobrescrito com idêntica etiqueta de registo e carimbo colonial circular de Vila Coutinho, de 8/9/1981, recuperado depois de ultrapassados os seus anos de vida útil, como pode verificar-se pela data (ano), em que os dígitos referentes à hora foram aproveitados para indicar o ano de 91 (a data real é 1981); inscrição manuscrita: “EP Vila Ulónguê”; carimbos de trânsito de Tete (23/9/81) e de chegada da Beira (24/9/81) (Fig. 116a); finalmente, sobrescrito também com etiqueta de registo de Vila Coutinho e carimbo dos Correios de Moçambique independente (11/12/ 1982) com a legenda V Ulongué; carimbos de trânsito de Tete e de chegada da Beira (Fig. 117).



Fig. 116 (a, b)



Fig. 117

O HOMEM, O MILITAR, O ESTADISTA E A SUA OBRA

João de Azevedo Coutinho foi um distinto militar, estadista, explorador e até escritor. Como explorador acompanhou Serpa Pinto em viagens de carácter científico no Niassa; como estadista desenvolveu em Moçambique uma notável acção entre 1886 e 1906, tendo sido governador militar do Chire, governador da Zambézia e governador-geral. Em 1909/1910 foi ministro da Marinha e Ultramar. Reformou-se, como já referimos, em 25/11/1910, no posto de capitão-de-fragata e em 1942 foi promovido a vice-almirante honorário.

Como militar teve uma carreira brilhantíssima, de tal modo que apenas com 25 anos foi agraciado com a mais alta condecoração militar portuguesa, a Torre e Espada, tendo sido proclamado “benemérito da Pátria”. Actuando em Moçambique num período muito difícil da nossa História Ultramarina, salientou-se como profundo conhecedor da situação em que se enquadrava a sua actividade, no campo político e militar. Assim, para além de se distinguir como governante, Azevedo Coutinho tomou parte em muitas campanhas militares, nomeadamente na campanha dos Namarrais, combateu em Maganja da Costa e teve acção

decisiva no controlo definitivo pelos portugueses da região do Barué (a que fizemos referência no nosso trabalho anterior). Foi gravemente ferido em combate.

Como escritor, este notável português deixou-nos as suas “Memórias de um Velho Marinheiro e Soldado de África” (1942), livro de leitura extremamente aliciante. Outro dos seus livros “A Campanha do Barué em 1902”, é também um importante documento para quem se quiser situar no contexto da História Ultramarina daquela conturbada época.

João de Azevedo Coutinho nasceu em Alter do Chão em 1865 e morreu em Lisboa em 1944.

Um selo de Moçambique (nº 502 do Catálogo de Selos Postais das Colónias Portuguesas -AFINSA), integrado na série comum a todos os territórios do Ultramar, emitida em comemoração do centenário do Clube Militar Naval, homenageou Azevedo Coutinho. Além de um medalhão com a sua efígie, vê-se nesse selo a lancha-canhoneira “Tete” (Fig. 118).

Admirámos, em certa ocasião (já lá vão algumas dezenas de anos), uma lancha-canhoneira deste tipo a subir o Rio Zambeze. Mas não ia em viagem de soberania, como nos tempos agitados de Azevedo Coutinho: pintada de branco, destacando-se na magnífica paisagem circundante, com os seus metais polidos rebrilhando ao Sol forte, impulsionada por magestosa roda de pás à ré, com a sua pequena mas impecável tripulação de marinheiros brancos e negros alinhados em continência, mais parecendo um barco de brinquedo do que uma máquina de guerra, navegava em viagem de cortesia. Esplêndida imagem, que não mais se nos apagará na memória!

Como jamais esqueceremos o espectáculo degradante que nos impressionou profundamente, muitos anos depois: a lancha-canhoneira “Tete”, felizmente imortalizada naquele selo postal (embora pobre de expressão), jazia a apodrecer, desfazendo-se aos bocados, infestada de repugnantes ratazanas, a morrer em lenta agonia, algures no Rio Zambeze, junto a Tete, a cidade que lhe deu o nome!... (Que nos perdoem os leitores, para terminar, esta breve incursão pelas memórias dos nossos tempos de Moçambique, talvez um tanto desfazada daquilo que é habitual nos nossos escritos!).

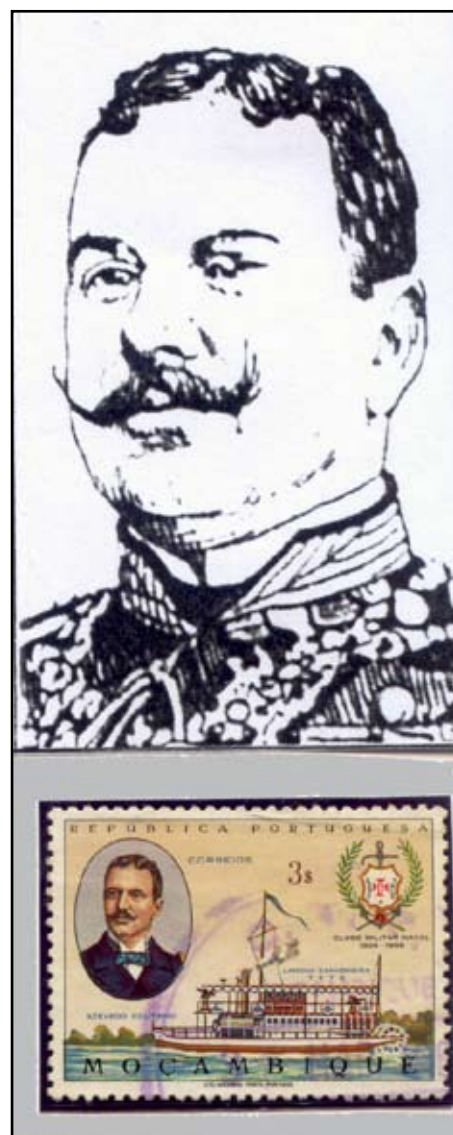


Fig. 118. João de Azevedo Coutinho e a lancha canhoneira “Tete”

BIBLIOGRAFIA

(Complementando aquela indicada no texto)

- Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique- Sua Origem-, Lourenço Marques, 1975, por António Carlos Pereira Cabral.
- Dicionário Corográfico da Província de Moçambique, 3º Fascículo, Zambézia - Distritos de Quelimane e Tete, Ministério das Colónias (Comissão de Cartografia), Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.
- Nova Enciclopédia Larousse, Círculo de Leitores.
- Primeira Relação de Nomes Geográficos da Província de Moçambique, Portaria 15964/62, Boletim Oficial, I Série - nº 11, de 19/3/62 (Suplemento) - Lista das Povoações Criadas até 31 de Dezembro de 1967 e sua Situação Legal, Boletim Oficial III Série - nº 31, de 5/8/68 (Suplemento), Direcção Provincial dos Serviços Geográficos e Cadastrais.
- Estatística dos Correios e Telégrafos, Ano de 1943, Colónia de Moçambique, Repartição Técnica de Estatística
- Relatório e Estatística dos Correios, Telégrafos e Telefones, Ano de 1948, Colónia de Moçambique, Repartição Técnica de Estatística.
- Lista das Localidades e das Estações mais Próximas que Executam os Serviços de Correios e Telecomunicações, 1974, CTT - Moçambique .
- Factos e Figuras do Ultramar, por Marcelo Caetano.

16. NOVA LUSITÂNIA, OU A IMPORTÂNCIA DE UM NOME...

UMA (NOVA) LUSITÂNIA EM ÁFRICA

Búzi, em várias línguas vernáculas moçambicanas é um vocábulo trivial, que designa, em português, o vulgaríssimo *cabrito*. Por isso não deixa de ser de certo modo curioso e até surpreendente notarmos que *Búzi* tem enorme importância em termos toponomásticos: consultada a “Primeira relação de nomes geográficos da Província de Moçambique”¹ encontramos o topónimo atribuído a uma circunscrição (depois concelho e distrito); a uma ribeira e a um rio importante; a um marco geodésico; temos ainda *Buzimuana* (*búzi* = *cabrito* + *muana* = pequeno, jovem, i.e. guardador de cabritos).

E não é tudo: *Búzi* começou por ser também a designação da povoação sede da circunscrição do mesmo nome, território onde viria a implantar-se a Companhia Colonial do Búzi (neste caso referindo-se ao rio), que pela Ordem n.º 18, de 19/9/ 1892, da Companhia de Moçambique, passou a chamar-se *Nova Lusitânia* (Lusitânia, na grafia antiga); depois da independência de Moçambique, *Nova Lusitânia* reverteu ao primitivo nome - BÚZI.

E aqui está como LUSITÂNIA, geratriz de Portugal, topónimo de altíssimo significado - tão importante que nunca deveria ter sido atribuído a uma simples povoação, por mais promissor que se anteviesse o seu futuro- transformou-se no vulgar nome de um mero animal doméstico! Malhas que o Império teceu...

Os topónimos *Búzi* e *Nova Lusitânia* constituem, assim, o



Fig. 119

1 Aprovada pela Portaria n.º 15964/62, de 19/3/62; Boletim Oficial de Moçambique, I Série n.º 11, de 19/3/1962 (Suplemento).

tema do nosso trabalho de hoje.

A COMPANHIA COLONIAL DO BÚZI

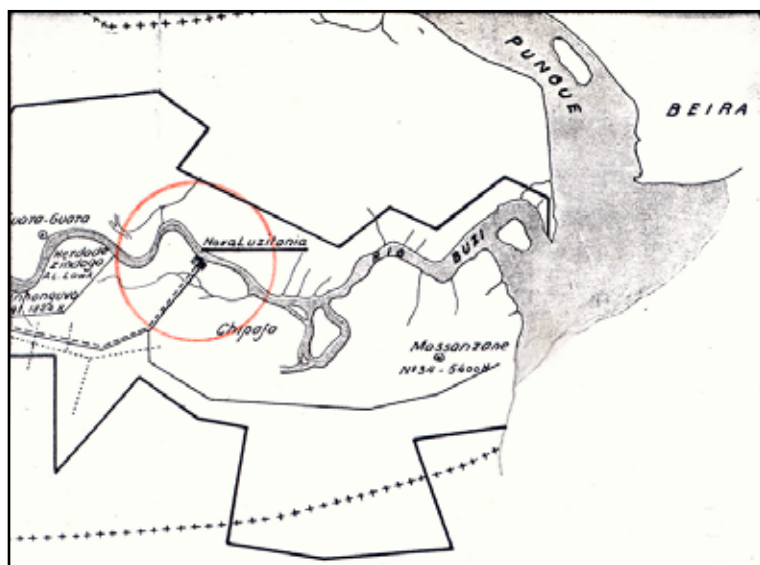
Continuando o nosso estudo e antes de passarmos ao seu contexto filatélico, julgamos que terá interesse transmitir aos leitores umas breves notas sobre a Companhia Colonial do Búzi, que bem poderia ter sido chamada “Companhia Colonial do Rio dos Cabritos”!... Criada na sequência da política de ocupação efectiva dos territórios coloniais africanos, preconizada pela Conferência de Berlim (1884-85), política essa que se apoiava nas grandes companhias de capital privado com vastos poderes, algumas vezes magestáticos, a Companhia Colonial do Búzi foi estabelecida por contrato celebrado com a magestática Companhia de Moçambique, conforme escritura de 13 de Setembro de 1898, funcionando, portanto, como sub-concessionária. Para se avaliar a extensão das áreas concessionadas¹ atente-se no mapa da figura 119, que nos mostra também a vastidão do território (administrativamente uma simples circunscrição) onde se inseriam. E para se fazer uma ideia da importância da Companhia mencionamos alguns dos seus direitos mais significativos: o direito de demarcar dentro da circunscrição, *todos os terrenos que quisesse* (com algumas excepções específicas), mediante o foro de 1 centavo por hectare; o livre exercício da agricultura, comércio e indústria nas áreas da sub-concessão; o direito a cobrar e reter 40% do tristemente célebre “imposto de palhota”; exploração de *todas as florestas* em terrenos até à data não concedidos a terceiros; o direito exclusivo à caça (pasmem-se!) dos animais bravios de grande porte (elefantes, búfalos, hipopótamos, rinocerontes, leões) em *toda a circunscrição*.

¹ Note-se que a C.C.B. tinha ainda outras grandes concessões no território da C.M., fora da circunscrição do Búzi. Julgamos que estas breves notas sobre as duas Companhias poderão ter interesse para documentação de alguns leitores, em relação à política colonial então praticada.

² O Decreto-Lei nº 6/75, de 18/1/75 (Governo de Transição), promulgado em 14/1/75, estabeleceu no seu artº único:
- Os distritos passam a designar-se províncias; os concelhos, distritos; os postos administrativos, localidades.

HISTÓRIA POSTAL

À data da independência de Moçambique o Búzi era concelho, pertencendo ao distrito da Beira, província de Sofala; o importante rio Búzi atravessa os concelhos/distritos² do Búzi, Manica, Mossurize e Sofala, sendo navegável até Nova Lusitânia (fig. 120 e 121). O primitivo nome da região era Guarragurra, nome arrevezado e mal sonante de que desconhecemos o significado. Também não sabemos a razão por que Búzi substituiu aquele topónimo.



Figs. 120 e 121

Nova Lusitânia foi classificada povoação de 3ª classe depois da passagem da Companhia de Moçambique para o controlo do Estado português, em 1941; à data da independência de Moçambique possuía uma estação telégrafo-postal de 1ª classe. Contudo, na “Estatística dos Correios e Telégrafos” (ano de 1942) dizia-se que a “estação e a moradia do encarregado [estão] instaladas num pequeno edifício da Companhia Colonial do Búzi, sem condições e de limitadíssimas dimensões”; nessa altura, curiosamente, passou de estação de 3ª, para estação de 1ª classe¹, a cargo de um funcionário do quadro, que desempenhava todos os serviços (postais, telegráficos e telefónicos). Antes, estes serviços estavam a cargo de diferenciados funcionários administrativos.

As malas da correspondência eram transportadas, a partir da Beira, por lanchas a gasolina de José Manarte².

Cabe aqui um parêntese para referir, como curiosidade, algumas notas etnográficas recolhidas na região do Búzi e publicadas em 1892, onde a certo ponto se diz: “Os indígenas que viagem como **correios** [o sublinhado é nosso] indo com este título, por todas as terras por onde passam são venerados e bem recebidos de todos e sustentados de todo o mantimento que lhe é necessário, de graça”³.

Voltando aos relatórios estatísticos, verificamos que no de 1948 dizia-se novamente, a propósito da estação postal de Nova Lusitânia, que “é do mais miserável que existe!”. Nesse ano, segundo as estatísticas postais, este correio

(Ver notas nas páginas seguintes)

Figs. 122 e 123

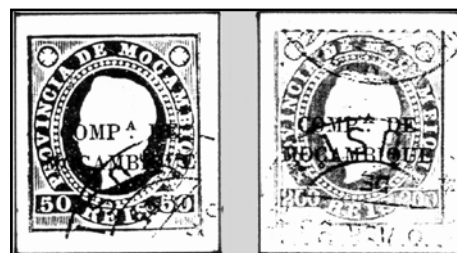




Fig. 124

1 Não compreendemos a razão por que Nova Lusitânia foi classificada nessa altura como povoação de 3ª classe, ao mesmo tempo que a categoria da sua estação postal passou de 3ª para 1ª classe.
.../...

Fig. 125a

expediu em média, por mês, cerca de 700 cartas e 130 registos. Estes números dão bem ideia das dificuldades em obter actualmente peças circuladas inteiras, de muitos correios de Moçambique.

Quanto à vertente filatélica é interessante a história postal desta localidade. Numa lista de estações de correio da Companhia de Moçambique, referida a 31 de Dezembro de 1905, encontramos BUZI com 552 selos vendidos nesse ano. Desse período são conhecidos vários carimbos: 1) Duplo círculo, com a legenda “Companhia de Moçambique/Correio” e o topónimo escrito com “S” (fig.122)⁴; 2) Carimbo do tipo comum, hexagonal, com o topónimo NOVA LUZITÂNIA, escrito com “Z”; 3) Tipo circular com a legenda “Correio” e o mesmo topónimo; 4) Tipo Circular com a legenda de serviço “Correios e Telégrafos”, carimbo este ainda usado em 1947 (fig.123).

Do período posterior à passagem da Companhia de Moçambique para o Estado assinalamos: a) carimbo hexagonal comum a toda a colónia, com o topónimo escrito



com “S” (fig. 124); b) carimbo circular do tipo criado em 1949 (diâmetro 29/30mm); c) carimbo circular (diâmetro 28mm), com a legenda C.T.T./Moçambique e com o nome da terra escrito com “S”, mas sem acento circunflexo (fig. 125a); assim como aconteceu com o carimbo da fig. 125b

Como pode ver-se nesta figura 125a, o carimbo colonial, assim como a etiqueta de registo, prevaleceram em uso muitos anos depois da independência, pelo menos até 1983.

Não conhecemos qualquer carimbo com o topónimo BÚZI, simples, de após independência, mas supomos que, entretanto, deve ter entrado em serviço. Por outro lado, na figura 126 reproduz-se um interessante sobrescrito, com carimbos batidos a vermelho e a legenda ALDEIA COMUNAL 25 DE/SETEMBRO - BÚZI. 25 de Setembro é o Dia das Forças Populares de Libertação de Moçambique, que assinala o aniversário do começo da luta armada. Oportunamente abordaremos o tema dos nomes revolucionários das aldeias comunais, dos seus postos de correio e respectivos carimbos. Note-se a etiqueta de registo com NOVA LUSITÂNIA. Carimbos de 9/3/1983 (de origem) e no verso carimbo de chegada de 24/3/1983 (Beira).



Fig. 125b

² José Manarte foi uma figura carismática e muito popular na Beira; o “anedotário” a seu respeito é deveras interessante. Começou a vida como simples catraeiro e, à custa de muitos sacrifícios e trabalho, amealhou considerável fortuna. Um dos cais do porto da Beira é conhecido como o “Cais Manarte”. Para a história postal de Moçambique interessa saber que durante muitos anos as suas lanchas transportaram malas de correio para várias localidades, nomeadamente: Nova Lusitânia, Chingune e Manbone. .../...

Fig. 126



³ Elementos etnográficos recolhidos pelo Eng. Vieira da Cunha, que incluem extractos do livro ETHIOPIA ORIENTAL (a 1ª Edição é de 1609), de Frei João dos Santos, que viajou extensivamente em Moçambique

⁴ John K. Cross, in PORTU-INFO, Nº 1- vol. 10, de Julho/1974, órgão da "International Society for Portuguese Philately".

BIBLIOGRAFIA

(Além da mencionada no texto e notas)

- Recortes vários (arquivo do autor)
- A Situação da Companhia Colonial do Búzi em 1928 (Relatório da Administração, publicado em livro, com gravuras extra-texto)
- Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique- Sua Origem, por António Cabral
- Estatística dos Correios e Telégrafos, Ano de 1943 (Colónia de Moçambique)
- Relatório e Estatística dos Correios, Telégrafos e Telefones, Ano de 1948 (Colónia de Moçambique)

NOTAS

17: PAIVA DE ANDRADA, O “MAFAMBISSA”

O “MAPA COR-DE-ROSA” E UM SONHO DA MESMA COR

A História diz-nos que em Portugal os dois últimos decénios do século XIX se caracterizaram por grande instabilidade política, social e económica. Os ministérios sucediam-se, o país vivia quase em anarquia, o povo passava mal pois as dificuldades económicas eram notórias e a dívida externa cifrava-se em muitas centenas de milhar de contos de réis!...

No Parlamento havia até quem advogasse, sem mais delongas, a venda dos territórios ultramarinos, considerados fonte de problemas e um sorvedouro sem fundo dos dinheiros da Mãe Pátria.

No Ultramar as coisas corriam de mal a pior, é bem certo. Mas a maioria dos portugueses sonhava ainda com a utopia do célebre “mapa cor-de-rosa”, ou seja a construção de um grande país, da costa à contra-costa, do Atlântico ao Índico ligando Angola a Moçambique. Invocava-se a realidade dos direitos históricos, falava-se orgulhosamente dos feitos dos grandes exploradores de África, onde sobressaía a notável expedição de Serpa Pinto (1877-1879) de Angola à contra-costa. É claro que a tudo isto contrapunham-se os interesses da Inglaterra que, através da recém criada e magestática British South Africa Company, não cessava de reclamar direitos que não tinha. A ambição desmedida de Cecil Rhodes, muitas vezes alicerçada em actos pouco honestos, baseando-se nos princípios da “ocupação efectiva”, estabelecidos na Conferência de Berlim (1884-1885), levava este “construtor de impérios” a constantes campanhas contra a soberania portuguesa que

prepotência, contra o seu mais antigo mas fraco aliado, que provocou ondas de indignação em Portugal inteiro, como nunca se viu antes.

Entretanto as vastas regiões da Matabelândia, Machona¹ e Niassalândia², territórios portugueses há vários séculos, passaram para o domínio inglês: começava a esfumar-se o sonho do “mapa cor-de-rosa”! E enquanto se discutiam os termos do Tratado Anglo-Luso, que resultou do ultimato, e que viria a ser assinado em Lisboa em 11 de Junho de 1891³, tratado tão vasto de facilidades para os ingleses, que mais parecia que as fronteiras dos seus territórios se estendiam ao Oceano, as tropas da Companhia “chartered” invadiam Manica (um dos pomos de discórdia) e ocupavam Macequece. O Tenente-Coronel Paiva de Andrada, o Barão de Resende, Intendente de Macequece e o “Rei” do Barué Manuel António de Sousa⁴ foram presos na aringa do régulo Mutasse (terras que mais tarde seriam cedidas à Inglaterra), em Novembro de 1890, por agentes daquela Companhia magestática; foram acusados de violarem o acordo de *modus vivendi*, estabelecido depois do ultimato⁵!

O objectivo da invasão de Manica e da sublevação dos regulados mais importantes das margens do rio Pungué estava à vista: a saída para o mar com a ocupação do porto da Beira, ou como hoje se diria a abertura do “corredor da Beira”.

Estes factos causaram grande irritação na Metrópole e, especialmente em Moçambique, a ocupação de Manica e aquelas prisões sem qualquer justificação exaltaram sobremaneira os ânimos; grupos de voluntários, cheios de ardor patriótico, organizam-se em Lourenço Marques e partem para castigar o inimigo traiçoeiro.

É neste cenário que se movimentam homens de grande valentia e integridade, notáveis figuras de enorme estatura moral: o General Machado, personalidade de múltiplas capacidades, que foi Governador-Geral de Moçambique; o Vice-Almirante Azevedo Coutinho, militar, estadista, explorador e escritor; Manuel António de Sousa, o “Gouveia”, por alguns chamado o “Rei” do Barué; o Conselheiro António Enes, Comissário Régio, por ventura o mais elevado expoente do colonialismo português; o Tenente-Coronel Paiva de Andrada... Isto para só falarmos de alguns daqueles que deram o seu nome a localidades moçambicanas, e que mais nos interessam sob o ponto de vista filatélico, melhor dizendo de História Postal. Os quatro

1 Depois Rodésia, actualmente Zimbabwe.

2 Actualmente Malawi.

3 Neste Tratado ficaram por acertar alguns problemas de fronteiras, especialmente na região de Manica, questões que só ficariam definitivamente resolvidas depois de complicadas negociações, alguns anos depois.

4 Ver “14: Gouveia: um Topónimo Interessante e Cheio de História”.

5 Os presos foram levados para a Cidade do Cabo, na África do Sul, e mais tarde libertados, após difíceis negociações diplomáticas

primeiros foram já objecto da nossa atenção, nesta série de artigos. O último, Joaquim Carlos Paiva de Andrada, tenente-coronel de artilharia, por alcunha o “Mafambissa”, será tema do nosso trabalho de hoje.

HISTÓRIA POSTAL

¹ O nome correcto é Andrada, mas é frequente encontrar-se o nome grafado com “E”, por lapso, tal como se verifica na recente “Nova Enciclopédia Larousse”, o que neste caso não se compreende muito bem.

² “Dicionário Corográfico de Moçambique”, 2º Fascículo, Distrito de Moçambique (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921); idem, 3º Fascículo, ZAMBÉZIA - Distritos de Quelimane e Tete (1926).

Vila Paiva de Andrada, sede do concelho (antes circunscrição) da Gorongosa, Beira, foi criada pela Ordem da Companhia de Moçambique nº 2617, de 16 de Maio de 1906. A Companhia magestática homenageou, assim, um dos seus fundadores.

Para além desta Vila existe ainda hoje a povoação de “Andrada”, no concelho de Manica, criada pela Portaria nº 227, de 11 de Maio de 1891, e que se chamou antes Macequece. Não tinha correio à data da independência de Moçambique, e cremos que nunca o teve antes.

E também existiram “Paiva d’Andrade” e “Vila Paiva d’Andrade”¹ de acordo com os registos do “Dicionário Corográfico de Moçambique”², conforme se transcreve, respectivamente: - a) “Povoação a sul dos Picos Namuli e na falda norte de um pequeno monte isolado, por cujo cume passa a fronteira S do território da Cª Mr. Macuana (M.A.) [M.A. - Segundo nota do Autor, estes elementos foram tirados dos mapas do General Massano de Amorim, apensos a um relatório de 1912]. Posto da Companhia de Lugela”; b) “Povoação do praso Lomué, distrito de Quelimane, na

Figs. 128 e 129



latitude aproximada de 15°24' S. e longitude aproximada 37° E, G., cerca de 12 quilómetros ao NW do antigo posto militar de Gurué (E.L.)” [E.L., idem, elementos obtidos no “Relatório do Governador de Quelimane” - E. Lupi, 1909]¹.

Temos, pois, quatro topónimos derivados de um só antropónimo, o que acaba por complicar as coisas, em termos de História Postal e não só. Para já, apenas se conhece a existência de correio em Vila Paiva de Andrada (Vila da Gorongosa), existindo vários carimbos com este topónimo, como vimos no Capítulo 14. Contudo não é de desprezar a hipótese de algum dia aparecerem carimbos, especialmente marcas manuscritas, daquela última localidade, que se situava perto de um posto militar.

Depois da independência de Moçambique, Vila Paiva de Andrada (ou apenas Vila Paiva, como era geralmente conhecida) passou a chamar-se Vila da Gorongosa, dentro do esquema de eliminação de topónimos com conotações coloniais, conforme já por nós focado em trabalhos anteriores.

Desconhecemos a data em que abriu a estação de correios nesta localidade, mas não nos repugna admitir que, logo após a sua criação (1906), Vila Paiva de Andrada beneficiasse deste importante serviço público.

Do tempo da Companhia de Moçambique conhecemos os seguintes carimbos:

1. Carimbo hexagonal, com as legendas: “Correio” e “Villa P. de Andrada”;
2. Mesmo tipo, mas com as legendas: “Correio” e “Villa/ Paiva d’Andrada”;
3. Mesmo tipo, mas com a legenda “V.P.D’ANDRADA”;
4. Tipo circular, com legendas: “Correio” e “Vila/Paiva d’Andrada”. Nota: este carimbo foi usado também após a passagem da C^a- de Moçambique para a administração portuguesa (Fig. 128), como aconteceu em muitos casos.

Do tempo colonial pós C^a de Moçambique registamos:

1. Carimbo hexagonal, do tipo comum a todo o território, com as legendas: “Correios e Telegrafos/Moçambique” e “Vila Paiva de Andrada” (Fig. 129);
2. Carimbo com arabescos em forma de “S”, do tipo que se vulgarizou a partir de 1949, com as legendas: “C.T.T.” e “Vila/Paiva de Andrada” (Fig. 130).



Fig. 130

¹ Na “Primeira Relação de Nomes Geográficos da Província de Moçambique”, publicada no Boletim Oficial de Moçambique, I Série, nº 11, de 19/3/1962, não figuram estes dois últimos topónimos.



Fig. 131 (a,b)

Depois da independência de Moçambique foi criado um carimbo rectangular de borracha (provisório), com as legendas: “Estação Telegrafo Postal/CTT” e “Vila da Gorongosa”. Conforme pode ver-se na figura 131a, este carimbo foi aposto no sobrescrito em conjunto com uma etiqueta de registo colonial, com o topónimo “V. Paiva de Andrada”, o que se verificou com frequência, por uma questão de economia, tornando estas peças deveras interessantes.

Este carimbo, sendo de borracha, deteriorou-se muito rapidamente, pelo que a sua utilização, em boas condições, foi curta. Conhecemos impressões completamente deformadas (fig.131b).

À data da independência de Moçambique Vila Paiva de Andrada tinha estação telégrafo-postal de 3º- classe. É interessante recordar que no tempo da Cª de Moçambique a sua categoria era de 1ª classe, sendo reclassificada de 3ª classe, logo após a passagem da Companhia para a administração do Estado português.

Resta acrescentar que são conhecidos carimbos do tempo da Companhia de Moçambique com o topónimo “Gorongosa”; mas, segundo julgamos saber, estes carimbos nada têm a ver com a actual Vila da Gorongosa, antes Vila Paiva de Andrada, como vimos.

A este propósito, e como curiosidade, mostramos nas figuras 132ab um carimbo de borracha provisório de Chitengo-Gorongosa (1968), o local onde se situavam as instalações de apoio do mundialmente famoso Parque Nacional de Gorongosa, a reserva de caça que foi completamente destruída durante a guerra civil que assolou Moçambique e que, parece, está actualmente em vias de recuperação.

PAIVA DE ANDRADA: BIOGRAFIA BREVE

“Mafambissa”, segundo testemunho de Azevedo Coutinho, era a alcunha do Tenente-Coronel Paiva de Andrada; “Mafambissa” significa, numa das línguas nacionais moçambicanas, o “homem que não pára, que anda depressa, que anda sempre”. Alcinha que denota, sem dúvida, o seu carácter enérgico e decidido, a sua enorme capacidade de trabalho¹.

Joaquim Carlos Paiva de Andrada nasceu em Lisboa em 1845 e morreu em Paris, em 1928. Militar de carreira, tirou o curso de artilharia e, como capitão, foi adido em Paris.

Foi para Moçambique já com o posto de tenente-coronel



1 Os povos de Moçambique (e certamente também de outros países de África), com um extraordinário sentido de observação e humor, demonstrando um notável conhecimento psicológico da natureza humana, tinham por costume alcunhar todos os brancos (ou melhor será dizer que lhes davam nomes nas línguas próprias), alcunhas essas que nas conversas entre si identificavam as pessoas, raramente referindo os nomes verdadeiros; essas alcunhas eram baseadas na aparência física, nas profissões, actividades ou hábitos, mas também no carácter, em qualidades, vícios ou defeitos. Alcinhas muitas vezes lisongeiras, mas em alguns casos bem depreciativas...



Fig. 132 (a,b)



Fig. 133. Tenente Coronel de Artilharia Joaquim Carlos Paiva d'Andrada

¹ O distrito de Manica, com um comando militar no Aruângua, na margem direita deste rio (também chamado Pungué) e subordinado aquele distrito, foi criado por Decreto de 14/6/1884, publicado no Boletim da Província de Moçambique de 16/8/1884.

² Porto que, pela sua capacidade e tamanho, viria a tomar-se de fulcral importância, como é geralmente sabido.

³ Paiva de Andrada era muito popular naquelas terras. Também em sua homenagem foi dado o nome de "Mafambisse" (ou "Mafambice") a um apeadeiro do Caminho de Ferro da Beira, ao seu km 45.

e ali, durante muitos anos, prestou relevantes serviços; comandou expedições na Zambézia.

Ficou na História principalmente por ter sido responsável pelo reconhecimento da foz do rio Aruângua (ou Pungué). Efectivamente, esta região, embora já há muito assinalada em mapas por navegadores e exploradores, em 1890 era praticamente desconhecida. Paiva de Andrada explorou extensivamente a região e apercebeu-se de imediato da sua importância, apostando nas suas possibilidades e divulgando-as, aspectos que, de certo modo, não tinham deixado de ser notados por Cecil Rhodes. Por iniciativa de Paiva de Andrada em 1884 tinha sido estabelecido um comando militar na foz do Aruângua¹ e em 1885 aconselhou a construção de um porto² no local onde viria a ser implantada a cidade da Beira, futura capital da magestática Companhia de Moçambique, de que foi fundador e activo promotor³.

Era importantíssimo concretizar uma via de penetração para o interior, já que nessa altura, com as suas minas de ouro, Manica era considerada o "el dorado" de Moçambique. Alguns autores são, até, de opinião que as explorações de Paiva de Andrada e o reconhecimento das potencialidades das regiões de Manica e Pungué terão sido a causa imediata do ultimato inglês.

BIBLIOGRAFIA

(Além da mencionada no texto e Notas)

- A Cidade da Beira (Moçambique) - Um Estudo Histórico-Sociológico Urbano, por Rui Costa Rodrigues
- Diário de Moçambique (Número especial, comemorativo do Cinquentenário da Cidade da Beira)
- Recortes vários (arquivo pessoal do autor)
- PORTU-INFO, Jornal da I.S.PP (vários números)
- "MOÇAMBIQUE: O Passado e o Presente (1890-1974)", por Mapril Gouveia
- Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem, por António Cabra.
- Boletim do Clube Filatélico de Portugal, nº409 - Setembro de 2005, artigo "Obliterrações da Companhia de Moçambique", por Paulo Sequeira.

18: VASCO DA GAMA: UM TOPÓNIMO COMO QUALQUER OUTRO... OU TALVEZ NÃO!...

NOTA PRÉVIA

Continuemos, abordando um tema que, se por um lado parece algo fora do tempo, por outro é sempre actual.

Na realidade, tínhamos reservado o topónimo *Vasco da Gama* - nome de uma cidade da antiga Índia Portuguesa - para em 1998 sobre ele escrevermos algo, no âmbito das comemorações do 5º Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia, acontecimento que, como se sabe, mudou a História do mundo; na altura pesquisámos os elementos necessários, fizemos a respectiva compilação, esboçamos o plano do artigo e verificámos que nos faltavam elementos importantes que não encontrámos nos documentos ao nosso dispor. Todavia, pensámos, talvez ingenuamente, que seria fácil obtê-los: o antropónimo *Vasco da Gama* seria, na União Indiana, mais um dos muitos nomes que os portugueses deixaram espalhados por toda a parte, na sua “peregrinação” pelos quatro cantos da Terra? Ou teria sido pura e simplesmente suprimido, como aconteceu em Moçambique, por exemplo?

Pedimos informações sobre o assunto à entidade que na altura nos pareceu mais apropriada para o efeito, o Congresso Filatélica da Índia. Na ausência de qualquer resposta em tempo razoável, sucessivamente e com largos intervalos de espera, dirigimo-nos ao departamento dos Correios que engloba o distrito (?) de Goa; a um organismo oficial de turismo, cujo endereço encontrámos num folheto de propaganda; persistimos e escrevemos novamente ao

Congresso Filatélico da Índia e finalmente contactámos a embaixada deste país em Lisboa.

Pois, por mais espantoso que pareça, ninguém se dignou responder até hoje, já lá vão três anos. Complexos colonialistas? É bem possível que sim e isso muito nos admira, especialmente em relação ao Congresso Filatélico da Índia, entidade que, segundo pensamos, tinha obrigação de nos prestar os esclarecimentos pedidos... Não queremos deixar de salientar que sempre tivemos o cuidado de explicar o fim a que se destinava tal informação, que no caso específico consideramos de carácter histórico-filatélico, portanto claramente cultural.

Com todas estas demoras e o passar do tempo, perdeu-se a oportunidade de contribuirmos com a nossa quota-parte (embora modestíssima) para as importantes e variadas comemorações levadas a efeito em 1998.

Mas supomos que o assunto não perdeu oportunidade, pelo que abordamos agora, em conjunto, os topónimos goês e moçambicano. Desviamo-nos, assim, um pouco da orientação que imprimimos a esta série de estudos, essencialmente dedicados a Moçambique.

AS VICISSITUDES TOPONÍMICAS

Como tudo, os topónimos, ao longo dos tempos sofrem alterações de ordem vária: as convulsões políticas, as revoluções, as mudanças dos sistemas político-económicos, o progresso implacável, as evoluções num ou noutro sentido, os acontecimentos que marcam a História, tudo isto são factores que contribuem para as mudanças toponímicas. Encontramos exemplos todos os dias, alguns mais discretos, outros bem conhecidos; uns aceites com naturalidade, outros nem tanto e até polémicos...

Mais concretamente referindo-nos a Moçambique, após a sua independência desapareceram praticamente todos os topónimos ou outros nomes com conotações colonialistas: Salazar (também em Angola), João Belo, António Enes, Gomes da Costa, entre muitos outros, no que respeita a personalidades; Nova Leiria, Nova Guarda, Nova Viseu, etc. são exemplos de topónimos compostos a partir de outros existentes em Portugal.

Por outro lado, curiosamente, muitas povoações para as quais se escolheram nomes sonantes, quase sempre de

ilustres personalidades, na previsão de grandeza futura, extinguiram-se, praticamente sem deixar rasto - aqui, às vezes, a História Postal até ajuda a levantar a ponta do véu; que o diga o ilustre pesquisador destas coisas, o nosso Amigo dr. Frazão!... - ou nunca passaram de pequenos agregados populacionais, mais ou menos obscuros. Não obstante os nomes ilustres, Vila Bocage (homenageando o cientista, eminente botânico, e não o poeta famoso), Bartolomeu Dias, Vila Mouzinho de Albuquerque, Vila Gomes da Costa, Vila Vasco da Gama, são alguns nomes eliminados do mapa de Moçambique, em alguns casos mesmo muito antes da respectiva independência, o que é importante salientar.

Nomes que, seria lógico, deveriam estar associados a importantes e prósperas cidades! Mas também o inverso aconteceu: por exemplo Lourenço Marques, um obscuro e mal conhecido navegador e comerciante/traficante do século XVI deu o nome à baía, onde num inóspito e desértico local viria a implantar-se uma das mais belas e importantes cidades da África Austral, que depois se converteria em Maputo, a capital da República de Moçambique; topónimo este na altura polémico (polémica que decorreu de forma velada), que não foi aceite por muitos moçambicanos (Maputo será tema de um futuro trabalho nosso, incluído nesta série).

Temos, pois, no antigo Estado Português da Índia, a importante cidade de *Vasco da Gama*, que não sabemos se mudou de nome e em caso afirmativo que nome tem actualmente, depois da sua integração no imenso sub-continente indiano; e em Moçambique *Vila Vasco da Gama*, povoação sem importância que depois da independência do território passou a denominar-se *Tchiputo*.

Não sabemos se no Brasil ou em qualquer outro país existe alguma terra com o nome homenageando o famoso navegador português; aliás o seu estudo não caberia no âmbito deste trabalho, senão como simples referência.

Mas talvez seja curioso referir que existiu (existirá ainda?) uma modesta ponte de alvenaria, com cerca de 100m de comprimento, a que foi dado o nome de "Ponte Vasco da Gama". Atravessava um afluente do rio Saudacae, na estrada entre Nagar-Aveli e Dadrá, territórios da antiga Índia Portuguesa; foi inaugurada com pompa e circunstância em 20 de Maio de 1898, pelo governador de Damão, coronel José Pedro de Kuchembuck Vilar, assinalando assim o 4º

Centenário da Descoberta do Caminho Marítimo para a Índia.

Uma homenagem precursora, mas um contraste evidente entre uma pequena construção de alvenaria e a majestosa e extensa ponte sobre o Tejo, importantíssima obra de engenharia que também se chama de “Vasco da Gama”, inaugurada 100 anos depois, com a solenidade que nos foi dado viver, aquando dos 500 anos daquele acontecimento, importante marco na gesta dos descobrimentos. Ponte esta que certamente lembrará o nome do grande navegador por largos anos, se não tiver a sorte da sua parceira do lado, também importante, embora mais modesta, que antes se chamou “Salazar” e agora é conhecida por “Ponte 25 de Abril”!

VILA VASCO DA GAMA (MOÇAMBIQUE)

Nos princípios da década de 60, já lá vão muitos anos, viajámos por algumas terras da região de Tete. Em tarde de calor tórrido, com uma insuportável e desconfortável humidade, que só quem andou por terras de Tete saberá compreender, parámos numa pequena povoação, que se nos apresentava sonolenta, sossegada, limpa e acolhedora. Era um posto administrativo típico, terra igual a tantas outras espalhadas pela imensidão do território: o edifício do posto, a casa do chefe de posto, um dispensário a cargo de um enfermeiro branco ou negro, umas poucas casas de habitação, a cantina, uns quantos estabelecimentos comerciais de portugueses e outros de indianos, estes omnipresentes em todas as pequenas povoações, com as suas características e inconfundíveis lojas, que tudo vendem, e pouco mais. Estávamos em *Vila Vasco da Gama*, sede do posto administrativo do mesmo nome, na circunscrição da Marávia, distrito de Tete, cuja localização pode ver-se no mapa da fig. 134.

Uma terra igual a tantas outras, como dissemos, um sonho que alguns portugueses sonharam, como tantos sonhos que com o tempo se desvaneceram, quantas vezes tornados em dura realidade; e foi um destes portugueses quem primeiro propôs o nome de “Vasco da Gama”, talvez antecipando-lhe um futuro grandioso, como foi grandioso o feito do grande navegador. De seu nome Napoleão, era fiscal de Prazos, e certamente sonhava com grandes coisas, como o seu



Fig. 134. Mapa de Moçambique com os topónimos coloniais. Comparando este mapa com aquele que se reproduz no prólogo deste trabalho, actualizado com os novos topónimos do País, obtemos um excelente ponto de referência para a localização das diversas terras.

homónimo corso.

Como não podia deixar de ser procurámos o Correio que, a cargo de um funcionário administrativo (que nos acolheu com toda a simpatia) estava instalado numa dependência do respectivo posto, como tantas vezes acontecia¹; de lá enviámos umas três ou quatro cartas (já não nos lembramos bem), adrede preparadas, para diversos endereços, entre os quais o nosso e o de um coleccionador amigo, que se dedicava à marcofilia moçambicana. Restam-nos os fragmentos que se reproduzem na Fig. 136 e fazemos votos para que algumas das restantes cartas repousem, em bom recato, em colecções da especialidade.

1.Como já foi esclarecido noutras ocasiões os Postos de Correio, geralmente estavam a cargo de comerciantes, funcionários administrativos ou até de missões religiosas.

A História Postal de *Vila Vasco da Gama* obviamente nada tem de especial, salvo pelo interesse que o topónimo suscita. Contudo, supomos que os carimbos, que aliás têm cabimento também em colecções temáticas de “Descobrimientos”, não são vulgares.

¹. É provável que já antes de 1965, esta estação tivesse a categoria de Estação Telégrafo-Postal de 3ª

O estatuto do Correio, começou por ser de Posto Postal, como é natural, mas desconhecemos a data da sua abertura; em 1965¹ era já uma Estação Telégrafo-Postal de 3ª, categoria que mantinha em 1974; processava, como tal, apenas correspondência ordinária e registada. Tinha serviço telegráfico. Aliás, a necessidade da ligação telegráfica entre *Fingoé* (sede da circunscrição de Marávia) e *Vila Vasco da Gama* era já preconizada na “Estatística dos Correios e Telégrafos”, referente ao ano de 1943.

O carimbo do tipo hexagonal que mostramos ampliado e retocado, é o único que conhecemos.

Vila Vasco da Gama foi criada pela Portaria n.º 728, de 14/6/1924 e chamava-se antes *Chiputo*, nome a que reverteu, depois da independência de Moçambique com a grafia correcta de *Tchiputo*, já que *Chiputo* era o aportuguesamento daquela designação. Supomos que o topónimo *Vasco da Gama* foi instituído por Despacho de 10/1/1925, o que não tivemos oportunidade de conferir.

Tchiputo figura na “Primeira Relação de Nomes Geográficos da Província de Moçambique” (Portaria n.º 15964, Boletim Oficial de Moçambique, I Série – n.º 11, de 19/3/1962) com a indicação de ser um “Vértice Geodésico”; António Cabral, no seu utilíssimo “Dicionário de Nomes Geográficos de



Fig. 135

Moçambique - Sua Origem”, transcreve uma informação atribuída a J. E. Mullan, sobre a origem do topónimo, que bem se enquadra nos comentários que acima formulamos, relativamente às vicissitudes toponímicas: “Em 1561 o Monomotapa era um jovem e o seu meio irmão revoltou-se contra ele. Tchiputo, o seu meio irmão, tomou o título de Quiteve¹ e apoderou-se de um largo território ao longo da costa desde Sofala até ao rio Tendacula”.

E aqui está como um nome de âmbito universal - Vasco da Gama - acabou por ser substituído por um outro - Tchiputo -, obscuro, mas que até está certo, pois que pertence à Cultura Moçambicana, cultura que estudámos e que muito respeitamos e apreciamos.

Resta-nos, num futuro próximo, ter o prazer de incluir na nossa colecção um carimbo dos Correios de Moçambique, com este nome.

1. Quiteve era um título de chefes africanos, em determinadas regiões; ou seja, pequeno rei, talvez superior a régulo.

Fig. 136





Figs. 137 e 138

VASCO DA GAMA (ÍNDIA PORTUGUESA)

Por falta de elementos de consulta, pouco podemos adiantar sobre a cidade de *VASCO DA GAMA*, no antigo Estado Português da Índia. Segundo julgamos saber, *Mormugão* passou a chamar-se *Vasco da Gama*, ou pelo menos este nome foi dado a uma cidade muito próxima, talvez satélite, continuando aquele topónimo a identificar a barra e o porto. O Caminho de Ferro de Mormugão tinha o seu início e sede na cidade do mesmo nome.

Não sabemos em que data o novo topónimo foi atribuído, nem conhecemos carimbos antigos com o nome de *Vasco da Gama*; aliás o aprofundamento deste aspectos estaria um pouco fora do âmbito do nosso trabalho, essencialmente dedicado a Moçambique.

Também consideramos que não cabe aqui a referência ou listagem dos inúmeros selos, carimbos especiais ou comemorativos e outras peças filatélicas com relação directa ou indirecta com Vasco da Gama, emitidos em Portugal, territórios ultramarinos (fig. 135) e até no estrangeiro. Igualmente julgamos que não valerá a pena aqui inserir algumas notas biográficas referentes a Vasco da Gama, mesmo muito resumidas, tão conhecidas são a sua vida e feitos.

Contudo referimos que os vários autores que escreveram sobre a História Postal dos territórios que constituíram o antigo Estado Português da Índia - Goa, Damão e Diu -, estudam com bastante pormenor as reformas postais ali ocorridas, dando-nos listas das estações postais e suas categorias nas diversas épocas. Em relação ao regulamento para o Correio, onde foram estabelecidas as regras para o serviço de ambulâncias postais, aprovado por portaria de 24/2/1888, Guedes de Magalhães, na lista que publica das estações postais ao longo do Caminho de Ferro, menciona: *Mormugão-Porto e Mormugão* (in "Marcas Postais do Estado da Índia, 1799-1900"); já no seu livro "Marcofilia do Serviço Postal Ambulante de Portugal e Ultramar", escrito posteriormente, o mesmo autor regista: *Mormugão-Porto e Mormugão (Vasco da Gama)*. Mas até 1900 não relaciona qualquer carimbo de *Vasco da Gama*.

João Augusto Marinho, no livro "Subsídios para a História Postal da Índia Portuguesa", afirma que segundo o referido regulamento de 1888, *Mormugão* era Administração Distrital

e *Vasco da Gama* estação de 2ª classe, acrescentando em nota: - “As estações Postais de 2ª. Classe eram chefiadas por professores, regedores, etc.”

A ocupação em 18/12/1961 de Goa, Damão e Diu, pelas forças armadas indianas, trouxe, como é natural, profundas alterações nos serviços de Correios. Segundo o Catálogo Simões Ferreira a venda de selos portugueses cessou em 28/12/61 e a sua retirada de circulação ocorreu a 7 de Janeiro do ano seguinte.

Assim, conforme nos diz João Augusto Marinho no seu já citado livro, deste período de transição, depois da integração dos territórios portugueses na União Indiana, conhecem-se peças filatélicas com características anómalas, a saber: a) Selos e carimbos portugueses; b) Carimbos sobre franquias mistas (Selos do Estado da Índia e da União Indiana); c) carimbos portugueses sobre selos indianos.

A última situação referida, parece-nos, verificou-se durante bastante tempo. Na Fig. 137 pode ver-se um carimbo português sobre selos indianos, que se descreve: C.T.T. / 25.ABR.962 / ESTADO DA ÍNDIA / MORMUGÃO; o carimbo da Fig. 138 tem as seguintes legendas: ESTADO DA ÍNDIA / 18.4.62 / CTT / GÔA.

Para terminar, mais directamente relacionados com o nosso estudo mostramos nas Fig. 139ab carimbos com o topónimo VASCO DA GAMA, mas já da União Indiana: o primeiro deles tem as legendas P.& T. / 30 May 63 / VASCO DA GAMA; no segundo lê-se; P.& T. / 10 JAN 63 / VASCO DA GAMA (em letras de tamanho muito pequeno) / AIR MAIL (em letras grandes). Salientando a existência do topónimo colonial em carimbos da União Indiana datados de 1963, transcrevemos do já citado livro de João Augusto Marinho a seguinte informação; - “Assim pretenderam alterar o nome da cidade de Pangim para “PANAGI” , mas o povo não aceitou a nova designação. Quiseram ainda modificar o nome da cidade de Vasco da Gama para “SAMBAJINAGAR” mas, da mesma forma nada conseguiram”. Não pudemos confirmar esta asserção que, aliás, fazia parte dos pedidos de esclarecimento a que acima aludimos.



Fig. 139 (a,b)

19: SALAZAR: UM TOPÓNIMO QUE DUROU POUCO

UMA MUDANÇA QUE SE IMPUNHA

No preâmbulo do Decreto-Lei n.º 10/76, de 13 de Março, já antes muitas vezes referido nesta série de artigos ao analisarmos os topónimos com fortes conotações colonialistas, como são aqueles que homenageavam conhecidas personalidades portuguesas, diz-se: [...] “O sistema colonial ao impor essas designações, não só manifestou o maior desrespeito pela cultura e personalidades moçambicanas, como até procurou consagrar sinistras figuras do regime fascista português. Importa, por isso, eliminar imediatamente tais nomes que, por demais odiosos, representam um insulto à dignidade do nosso povo [...]”.

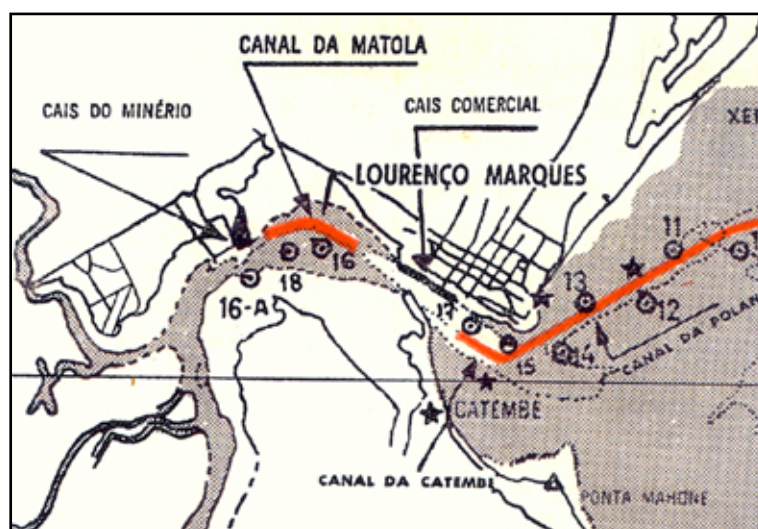


Fig. 140



Fig. 141

Nunca conseguimos entender a razão por que não figuram neste Decreto-Lei muitas localidades que bem poderiam enquadrar-se, segundo o ponto de vista das autoridades do novo país, naqueles qualificativos. Efectivamente não foram considerados importantes centros populacionais como *Vila Machado (Nhamatanda)*¹, *Vila Pery (Chimoio)*, *Salazar (Matola)*, entre muitos outros. Por outro lado, foram incluídos topónimos de localidades pouco conhecidas, sem qualquer expressão, como: *Oliveira (Lipilichi)*, *Valadim (Mavago)* ou *Miranda (Macaloge)*²

Os critérios seguidos são para nós um mistério, que poderia levar-nos a especulações de ordem vária. A realidade é que, mesmo sem o suporte de qualquer documento legal, na prática os nomes foram praticamente todos mudados na altura, independentemente daquele Decreto-Lei, não sabemos sob a responsabilidade de quem.

Um caso muito flagrante é aquele de que vamos tratar hoje: *SALAZAR (MATOLA)*, uma mudança que se impunha. Será difícil, neste caso, admitir um esquecimento do legislador, tanto mais que *Salazar* era quase um subúrbio de *Lourenço Marques*, a capital, que passou a designar-se *Maputo*, contemplada, neste caso sim, com direito, naturalmente, a

¹ Entre parênteses indica-se sempre o nome moçambicano, que substituiu o topónimo colonial.

² Em futuros trabalhos debruçar-nos-emos ainda sobre algumas destas mudanças toponímicas.



Fig. 142 um Artigo exclusivo, o primeiro do referido Decreto-Lei.

Mas antes, supomos ser conveniente repetir brevemente algumas considerações já anteriormente expressas, considerando que esta série de artigos vem a ser publicada já há alguns anos, na Filatelia Portuguesa.

Convém, por isso, que os leitores tenham em mente que estas alterações toponímicas apressadamente implementadas logo após a independência de Moçambique, causaram sensíveis perturbações nos Correios e Telecomunicações, como não podia deixar de ser. No que às marcas do Correio respeita (e aqui não nos referimos às normais marcas-do-dia apenas), impunha-se, como é evidente, a sua rápida substituição; o que nem sempre aconteceu, dadas as conhecidas dificuldades, em diversos campos, que se verificaram.

Assim, na confusão que se seguiu, muitas coisas aconteceram: marcas-do-dia que foram “ressuscitadas”; carimbos provisórios adaptados de diversos modos, algumas vezes com as legendas toponímicas raspadas; franquias mecânicas com os nomes coloniais raspados também, usadas durante largos anos após a independência, assim como carimbos ainda com os nomes coloniais; etiquetas de registo aproveitadas, com as necessárias emendas algumas vezes, mas nem sempre; etiquetas de registo com os novos topónimos usadas em conjunto com as marcas-do-dia antigas ou vice-versa. E assim por diante... São interessantes e curiosas peças filatélicas, com algum valor para a História Postal!



ALGUMAS DATAS E UM POUCO DE HISTÓRIA POSTAL

Figs. 143 e 144

Matola (Fig. 140) era a sede do concelho com o mesmo nome. A povoação foi criada pela Portaria n.º 928, de 12/10/1918, tornando-se com o passar dos anos um importante centro industrial e ferroviário. Situando-se a poucos quilómetros de *Lourenço Marques* (*Maputo*) e prolongamento natural do seu porto, foram ali construídas importantes e moderníssimas (na altura) instalações de manuseamento de minérios e

¹ A Portaria 21181, de 20/4/1986 expressa bem o ambiente que na época se vivia em Moçambique, conforme pode ver-se no seu conteúdo, que transcremos na parte que interessa:

Representou a Câmara Municipal da Matola no sentido de ser alterada a designação de VILA DA MATOLA para VILA SALAZAR por ter sido aprovada, por aclamação, a proposta em tal sentido apresentada, em sua sessão ordinária de 4 de Outubro de 1967, traduzindo o desejo da respectiva população.

outras (fig.141). Pela Portaria n.º 21181, de 20/4/1968¹, *Matola*, que era vila desde 1/2/1958 (Portaria n.º 12332), passou e denominar-se *Vila Salazar*, até que pela Portaria n.º 83, de 5/2/1972, foi elevada a cidade com o nome de *Salazar*. Depois da independência, como vimos, e sem que para isso fosse necessária qualquer disposição legal (tanto quanto sabemos), foi recuperado o antigo topónimo - *MATOLA* -, que aliás tem profundas raízes históricas, como veremos, e que verdadeiramente nunca deixou de ser usado por muita gente, brancos e negros.

Embora a povoação da *Matola* tenha sido criada em 1918, o seu assinalável desenvolvimento económico só se verificou bastante mais tarde. Assim não sabemos da existência de carimbos nos seus primeiros anos de existência e não temos referências quanto à data da abertura do seu primeiro Correio.

Mesmo assim podemos ilustrar, em termos de História Postal, as várias fases da sua evolução toponomástica:

1) Nas fig. 142 e 144, podemos ver, com o topónimo *Matola*, mas agora “ressuscitado”, o carimbo usado no tempo colonial, circular com rectângulo para a data e ornamentos em forma de “S” (criado em 1949) e na fig. 143 um outro carimbo, de tipo que se vulgarizou posteriormente, caracterizando-se pela legenda *Moçambique* e pelo espaço para a data delimitado por dois traços horizontais tocando a circunferência.

2) A legenda *Vila Salazar* aparece-nos no carimbo provisório de borracha (Fig.145), usado cinco meses depois da mudança de nome, enquanto que na fig.146ab pode ver-se um carimbo metálico com o diâmetro de 34 mm, portanto de tamanho maior do que o usual. Note-se as etiquetas de registo com as legendas *SALAZAR* e *VILA SALAZAR*. Conhecemos também um carimbo provisório de borracha com as legendas: *Estação Telégrafo Postal/do/Bairro do Fomento Vila Salazar* (Fig.147).

3) O carimbo da fig.148, provisório, datado de 21/12/1972, documenta, com a sua legenda *Matola-Gare*, que a estação de caminho de ferro não mudou de nome; o que aliás se comprova pela lista das estações de Correios e Telecomunicações, oficial, editada em 1974, onde figura como *E.Postal de 3ª classe*.

4) Depois da elevação a cidade o topónimo passou a ser simplesmente *Salazar*, como pode ver-se pelo carimbo da

Fig. 145





fig.149.

5) Finalmente, após a independência de Moçambique, o nome, como já vimos, reverteu para o antigo *Matola*.

Reproduzimos nas fig. 142 e 144 o “velho” carimbo circular (tipo de 1949), apressadamente recuperado, quando tinha já terminado os seus anos de vida. Nota-se nitidamente que os dígitos necessários para compor o ano de 1975 já não existiam, aparecendo no seu lugar duas impressões rectangulares, sem qualquer gravação. O carimbo que se mostra tem a data de 25/8/1975, exactamente apenas dois meses depois da declaração da independência, que como é sabido ocorreu a 25/6/1975. Como exemplo de carimbo genuinamente da República (Popular) de Moçambique, pode ver-se na fig. 150 um sobrescrito oficial dos C.T.T. do novo país, que nos oferece, acessoriamente alguns “saborosos condimentos”: para além do carimbo metálico de novo tipo, podemos ver o escudo da R.P. de Moçambique encimando as iniciais CTM (Correios e Telecomunicações de Moçambique) e também um carimbo administrativo, ostentando, curiosamente, duas legendas, uma delas perfeitamente escusada e até errada: *ESTAÇÃO POSTAL DE MATOLA* e *C.T.T. – MATOLA*. Saliente-se a discrepância entre as iniciais *C.T.T* deste carimbo administrativo e *CTM* do sobrescrito.

6) Por último, analisemos com mais cuidado os documentos



Fig. 146 (a,b)

das fig. 143 e 144, já antes referidos, que ilustram com toda a propriedade as duas mudanças toponímicas, e que consideramos duas interessantes peças de História Postal!

Assim, na fig 143 temos um sobrescrito oficial dos Correios, datado de 14/6/1968, apenas dois meses após a mudança de *Matola* para *Vila Salazar*; o carimbo metálico e a etiqueta de registo continuam a ter a legenda toponímica *Matola*; no carimbo provisório de borracha, infelizmente muito mal batido e por isso pouco perceptível, lê-se já *Vila Salazar*. No verso, carimbos de trânsito de *Lourenço Marques* (15/6/1968) e de chegada, *Inhamitanga* (26/6/1968).

Documenta-se, assim, a primeira mudança!

Depois da independência, como já vimos, a cidade de *Salazar* reverteu ao seu antigo nome. Na fig. 144 reproduz-se um outro sobrescrito dos C.T.T. corroborando esta nova mudança; do mesmo modo, mas agora inversamente, na etiqueta de registo lê-se o nome de *Salazar*; o carimbo metálico “ressuscitado”, como acima o apelidamos pelas razões apontadas, de 25/8/1975, (muito perto da data da independência, portanto), tem a legenda *Matola*. No verso, carimbo de chegada da Beira - 27/8/1975.

¹ Era, muito provavelmente, o local da Matola actual, segundo nota de Ilídio Rocha, à margem do livro que adiante referiremos.

A ORIGEM DOS DOIS TOPÓNIMOS

Fig. 147



A origem do topónimo *Salazar* não oferece quaisquer dúvidas, razão por que não vamos alongar-nos sobre o assunto. Registe-se apenas que ao dar-se a *Matola* o nome de *Salazar*, pretendia-se homenagear o Dr. António de Oliveira Salazar, professor universitário e estadista, que foi ministro desde 1928 e primeiro-ministro de Portugal, de 1932 a 1968. Salazar nasceu no Vimieiro (Santa-Comba-Dão), em 28/4/1889; morreu em Lisboa, em 27/7/1970.

Por outro lado, *Matola*, topónimo de que aliás não conhecemos a etimologia, já apresenta algumas dificuldades de investigação, pelo que vamos debruçar-nos sobre este nome com mais vagar.

“Às seis horas da manhã chegámos à primeira povoação da Matola, onde os pretos entraram cantando. No dia seguinte partimos às seis e meia da manhã e chegámos à povoação da rainha regente¹ às cinco e meia da tarde. Dali via-se o rio de Lourenço Marques e o sítio da povoação. Encontrámos a



Fig. 148

rainha com uma formidável bebedeira de aguardente. [...] Tanto caçadores como carregadores passaram toda a noite a cantar e dançar, sendo acompanhados neste divertimento pelos rapazes e raparigas da povoação. Partimos no dia seguinte às sete horas e chegámos finalmente a Lourenço Marques às nove e meia da manhã no dia 9 de Julho de 1891". [...]

Assim se expressava Diocleciano Fernandes das Neves no seu livro de memórias *Itinerário de uma Viagem à Caça de Elefantes*¹, ao regressar a Lourenço Marques, depois de uma longa, aventureira e perigosa viagem, de caça e negócios, numa época em que quase toda a região sul de Moçambique se encontrava a ferro e fogo, devido à cruenta guerra civil pela disputa do trono do Império de Gaza; guerra que envolvia também as autoridades portuguesas de Lourenço Marques, então uma simples vila, completamente dependente da capital - a Cidade de Moçambique.

O régulo Matola estava, necessariamente empenhado nestas lutas. O povo de Matola pertence ao clã Ronga, da étnia Tonga, que se fixou na região em época recuada.

Vejamos, cronologicamente e de forma breve, alguns acontecimentos em que participaram o régulo Matola e as suas gentes, constatação da importância deste potentado negro, na altura considerado rei.

¹: Diocleciano Fernandes das Neves, nome actualmente praticamente desconhecido, mas cuja biografia vale a pena ler, comerciante e caçador, profundo conhecedor da terra e das gentes, de uma honestidade a toda a prova, patriota e grande amigo dos moçambicanos (que lhe retribuía a amizade com profunda .../...

Fig. 149



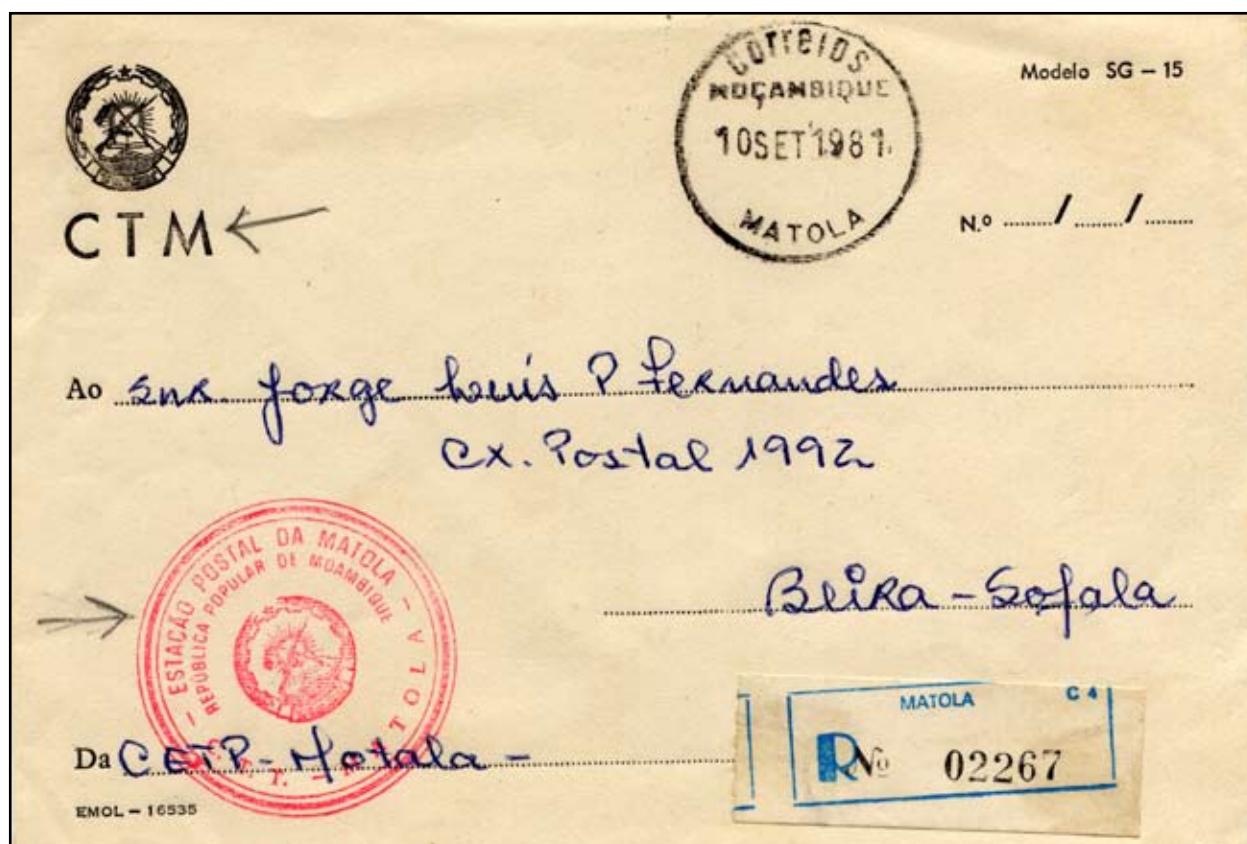


Fig. 150

dedicação e respeito) publicou este livro em 1878; foi reeditado em 1987 sob o título *Das Terras do Império Vátua às Praças da República Boer*, integrando a versão original e correcções, notas e um posfácio (biografias de Diocleciano Fernandes das Neves e de João Albasini), da autoria de Ilídio Rocha.

⁶ Manicusse foi o notável fundador do Império de Gaza; quando morreu (1858), o seu filho Maueva, considerando-se com direito ao trono, matou vários de seus irmãos e, à força, tomou conta do poder; seguiu-se uma guerra civil entre Maueva e outro seu irmão, o Muzila, que segundo o direito consuetudinário também tinha direitos de sucessão. Muzila, com a ajuda dos portugueses e devido também à acção preponderante de Diocleciano Fernandes das Neves, acabou por derrotar Maueva, por todos considerado déspota e cruel. Gungunhana era filho de .../...

Alexandre Lobato, no seu livro LOURENÇO MARQUES, XILUNGUINE diz-nos. “Joaquim de Araújo, o *Fundador*, que no dia de S. José de 1782 inaugurou o Presídio [Lourenço Marques], arvorou a bandeira das armas reais num reduto cercado de estacas e caniço, dentro do qual estavam as palhotas e barracas de capim do destacamento. A verdade é que o Matola, que detinha o senhorio maior da terra, por ser o Mafumo seu vassalo, recebera a expedição tão bem que “*não podia dar maior demonstração de afabilidade, e cordeal afecto pelos Portugueses*”. Joaquim de Araújo “*foi bem recebido pelo dito Rey e seus apaniguados*”.

Depois há notícia de que Manicusse⁶, o criador do grande Império de Gaza, teria passado por terras de Tembe e Matola, onde esteve de 1820 a 1822.

Mas em 26 de Junho de 1833 a vida no Presídio complicou-se: segundo um documento atribuído a António José Nobre,⁷ iniciou-se nesse dia um feroz ataque a Lourenço Marques, que se prolongou por algum tempo, de que resultou a morte do próprio governador Dioniso António Ribeiro e de quase todos os moradores, brancos e negros. Esta guerra foi

levada a cabo pelos “reis vátuas do Cabo Natal, Machacana da Matola, Massacana do Maputo e mais reis vizinhos do presidio da Baía de Lourenço Marques”.

Contudo, em 1855 a situação era diferente, já que, por essa altura, o régulo Matola está amigo dos portugueses, que apoiava. Nesse ano o regulo de Moamba atacou Matola, tendo a sua população procurado refúgio no Presídio; o mesmo aconteceu em 1858, quando as povoações da Matola foram destruídas e saqueadas. Entretanto, a Coroa Portuguesa tinha no distrito de Lourenço Marques oito régulos vassalos, que protegia, portanto, e que ajudavam os portugueses nas lutas contra os Vátuas. O régulo Matola encontrava-se entre os vassalos de Portugal.

Esta situação mantinha-se ainda aquando da morte de Manicusse e durante a terrível e destruidora guerra civil (1858 a 1864), que já referimos. O régulo Matola e as suas gentes tiveram papel preponderante nesta época difícil para os portugueses, na ajuda que lhes prestou com os seus guerreiros.

Foi este topónimo - *Matola* - que em 1968 foi substituído por *Salazar* é claro que não vamos aqui estabelecer comparações, que aliás não teriam cabimento, nem vamos discutir a razão de ser da homenagem ao ditador português e da sua oportunidade. Mas, convenhamos, a substituição daquele topónimo tão conhecido e antigo, com profundas raízes moçambicanas, constituiu (constituiria sempre, qualquer que fosse o novo nome escolhido...), sem dúvida, um desrespeito pela cultura e tradições do país!...

Muzila. O autor conta, no livro citado, que o Maueva, durante a viagem, lhe moveu diversas “guerras” e emboscadas, que só ultrapassou devido à sua valentia e profundo conhecimento daqueles sertões e das gentes.

⁷. Citado por Ilídio Rocha; ver nota anterior.

BIBLIOGRAFIA

- Lourenço Marques, Xilunguine (Biografia da Cidade, Tomo I - A Parte Antiga), por Alexandre Lobato; Agência Geral do Ultramar - Lisboa, 1970.
- Das Terras do Império Vátua às Praças da República Buer, por Diocleciano Fernandes das Neves e Ilídio Rocha; Publicações D. Quixote - Lisboa, 1987.
- Usos e Costumes dos Bantos (Tomo I), por Henrique Junod; 2ª Edição, Imprensa Nacional de Moçambique - Lourenço Marques, 1974.
- Publicações diversas dos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique - Secção de Propaganda e Publicidade.

20: DIVERSAS MUDANÇAS TOPONÍMICAS E MUITAS DÚVIDAS

UM ESCLARECIMENTO E UM PEDIDO

Reunimos no nosso trabalho de hoje uns quantos exemplos de mudanças toponímicas em Moçambique, que tem a particularidade de todas elas nos apresentarem dúvidas; são aspectos efectivamente aliciantes, mas denotam muitas falhas, que gostaríamos de ver resolvidas.

Por isso as juntámos e por isso aqui deixamos aos leitores o nosso pedido de colaboração e ajuda: todos juntos, cada um com a sua achega, por pequena que seja, por insignificante que pareça, poderemos resolver difíceis problemas. Nós assim procedemos e sabemos por experiência própria que podem alcançar-se bons e gratificantes resultados!...

Este tipo de colaboração pratica-se na Filatelia de muitos países; quando se torna pública uma dúvida há sempre inúmeras respostas.

Os portugueses, de um modo geral, são avessos a esta colaboração: por preguiça, por desinteresse, por egoísmo, por antipatias, por invejas mesquinhas ou rivalidades, quiçá até por espírito de maldade. É, supomos, uma questão cultural que, necessariamente, se reflecte também na Filatelia; e que pode tornar-se desencorajante.

E desencorajante porquê? Se ninguém se manifesta, se não há resposta aos nossos apelos (passe o exagero da palavra), o cepticismo começa a instilar-se no nosso espírito: será que alguém nos lê? Valerá a pena continuar? Justificar-se-á o nosso esforço, o nosso trabalho?



Fig. 152

¹. Em Moçambique colonial, de harmonia com os sucessivos estatutos do território - província ultramarina, colónia, depois novamente província e finalmente estado -, a divisão administrativa obviamente mudava: i.e. os distritos passavam a província e vice-versa. Para facilitar o nosso estudo, geralmente adoptamos a divisão administrativa imediatamente anterior à independência, com excepção, claro está de casos muito concretos; por vezes indicamos as duas situações.

O discernimento do leitor fará o resto. Talvez tenha interesse referir, especialmente para os mais novos, que no tempo colonial existiam os postos e circunscrições administrativas; estas passavam a concelhos, quando o seu desenvolvimento económico o justificava.

Depois da independência de Moçambique, o Decreto-Lei n.º 6/75, de 18/1/1975, determinou no seu Artigo único que: "Os distritos passam a designar-se províncias; os concelhos passam a designar-se distritos; os postos administrativos passam a designar-se localidades". Desapareceram, assim, os concelhos.

². Portaria n.º 15964, de 19/3/1962, publicada no Boletim oficial de Moçambique, I Série – n.º 11, de 19/3/1962 (4.º Suplemento). Esta Lista é um instrumento de trabalho da maior utilidade para os filatelistas que se dedicam à História Postal deste território; completíssima e muito extensa compreendendo 207 páginas compactas, com milhares de nomes.

sabido, Moçambique não fugiu à regra. Não sabemos se a *Belém*, pequena povoação da circunscrição (na altura) de Mandimba, distrito do Niassa (actualmente província),¹ tem algo a ver com a sua homónima de Lisboa, mas no fim de contas a origem bíblica de ambas é a mesma.

A *Belém* (de Moçambique) chamou-se antes *Congerenge-Estação* e foi criada pela Portaria n.º 8111, de 3/12/1949; era uma estação do Caminho de Ferro de Nacala (Fig. 151). Após a independência de Moçambique foi denominada *Mitande*, não sabemos por que razão. Na "*Primeira Relação de Nomes Geográficos da província de Moçambique - 1962*",² *Mitande* figura como nome de um monte existente no local; talvez seja esta a origem do topónimo.

À data da independência, *Belém* era uma Estação Telégrafo-postal de 2ª classe; conhecem-se carimbos do tempo colonial, um dos quais se mostra na Fig. 152, usado em 1982, vários anos após a mudança de nome. Curiosamente, uma notícia de Maio de 1980, publicada nos jornais locais, refere que a província do Niassa tinha em actividade 8 estações de correios e telecomunicações de 1ª classe, 3 de 2ª classe (estando *Mitande* incluída neste número) e nada menos do que 101 de 3ª classe.

Não conhecemos qualquer carimbo de *Mitande*. Fazemos notar ainda que o registo do sobrescrito que se reproduz (parte) tem o número seis, o que denota o pouco movimento da estação; seis registos em um mês e alguns dias.

CALDAS XAVIER E O “MONTE CARECA”

Já fizemos notar noutros artigos desta série que nomes de personalidades, atribuídos a algumas terras em certas circunstâncias, poderiam vir a ser substituídos por topónimos sem expressão e até ridículos. É o caso presente!...

Quem diria que o topónimo *Caldas Xavier*, homenageando um ilustre militar português, viria a transformar-se, após a independência de Moçambique, num arrevesado *Cambolatize*, *Cambulaze*, *Cambulatsisse* ou *Cambulatsitsi*? Vimos já todas estas versões do mesmo nome, mas fixemo-nos no *Cambolatize*, já que esta é a forma que foi oficialmente adoptada¹ e que significa “monte careca”, o mesmo que é dizer-se “monte pelado”, isto é sem vegetação.

V. *Caldas Xavier* foi, pois, o nome dado pelos portugueses a uma estação do Caminho de Ferro de Tete, progressiva povoação no concelho de Moatize, distrito de Tete. A sua criação integra-se nas normas fixadas pela Lei n.º 2001, de 16/5/1944.

À data da independência, *Vila Caldas Xavier* era servida por uma E.T.P. de 3ª. classe. Utilizou o carimbo circular com ornamentos em forma de “S”, do tipo criado em 1949, que gostaríamos de reproduzir, mas não possuímos um exemplar apropriado; usou ainda um carimbo provisório de borracha, que podemos ver na Fig. 153. Desconhecemos a existência de carimbos com o topónimo depois adoptado - *Cambolatize* (?). Quem poderá informar-nos?

Alfredo Augusto Caldas Xavier nasceu em Lisboa (1853) e morreu em Lourenço Marques (1896), vítima de uma daquelas doenças tropicais que não perdoavam, comuns na época. Engenheiro, abraçou a carreira militar em 1871; fez os estudos para a construção do Caminho de Ferro de Lourenço Marques (1876-1881) e construiu também o Caminho de Ferro de Mormugão, na antiga Índia Portuguesa; a partir de 1890 fez parte da Comissão de Delimitação de Fronteiras, onde desenvolveu uma notável acção. Tanto assim é que no pedestal da estátua que em sua honra foi erigida na cidade da Beira (Moçambique), apeada após a independência deste país (Fig. 154), se podia ler a evocação “Herói da Integridade de Moçambique”.

Caldas Xavier tomou ainda parte em diversas acções militares, que culminaram com a derrota de Gungunhana



Fig. 153

¹. Portaria mencionada na Nota 2. É comum existirem diferentes versões do mesmo nome. Isto tem a ver com um deficiente conhecimento das muitas línguas africanas, da maneira como os ouvidos europeus registavam os sons etc. Os portugueses oficializaram/vulgarizaram e adoptaram inúmeras palavras completamente deturpadas, simplesmente por que não as interpretaram correctamente, especialmente não tendo em conta formas verbais, género e número e outros aspectos. Uma dificuldade acrescida para os filatelistas.

Fig. 154





Fig. 155
Gungunhana

(1895), assumindo depois o comando da coluna que actuou no norte de Moçambique.

A OLIVENÇA DE MOÇAMBIQUE

É bem conhecida dos portugueses a cidade espanhola de *Olivença*, que se situa junto à fronteira com Portugal (Alentejo) e que, conquistada aos mouros por D. Afonso Henriques, foi considerada portuguesa pelo célebre tratado de Alcanises (12/9/1297); também é sobejamente conhecido que *Olivença* foi ocupada pelos espanhóis em 1801, durante as guerras napoleónicas, nunca voltando à soberania de Portugal, apesar de os direitos históricos do nosso país

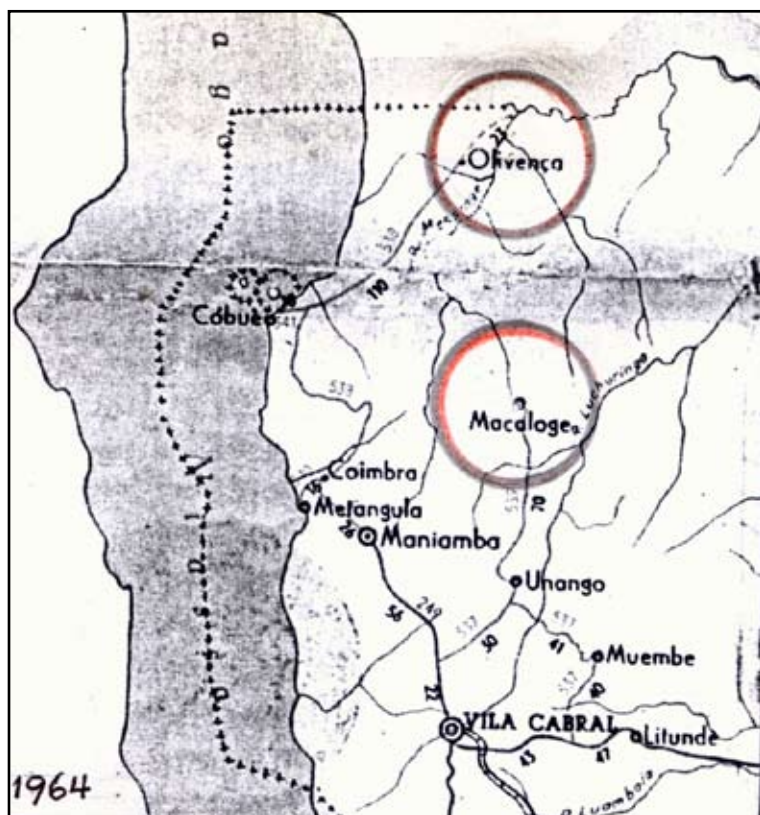


Fig. 156

terem sido reconhecidos em diversas ocasiões

Mas o que não é do conhecimento geral é que existiu em Moçambique uma *Olivença*, assim baptizada em homenagem à sua homónima europeia. Era sede de um posto administrativo, na circunscrição de Lago, no distrito ou província do Niassa (mapa da fig. 156).

Pelo Decreto-Lei n.º 10/76, de 13/3/1976,¹ da República [Popular] de Moçambique, *Olivença* passou a designar-se *Lipilichi*, topónimo que não encontramos nos mapas antigos consultados e que também não figura na *Relação de Nomes Geográficos*, já mencionada antes. Desconhecemos, por isso, a sua origem.

À data da independência *Olivença* era uma Estação Postal de 3ª. classe, mas em 1981 encontrava-se encerrada; não sabemos se reabriu posteriormente. Muito gostaríamos de reproduzir um carimbo do correio com este topónimo, para apreciação dos nossos leitores, pelo seu evidente interesse, dada a sua origem e significado histórico, mas a verdade é que nunca vimos qualquer exemplar.

¹: Decreto-Lei que oficializa diversas mudanças toponímicas, mas longe de conter uma listagem dos topónimos efectivamente mudados, como foi explicado com algum pormenor em capítulo anterior.

QUEM FOI MIRANDA?

O Decreto-Lei n.º 10/76, acima mencionado, determinou que *Miranda*, sede da circunscrição de Sanga (Niassa) passasse a chamar-se *Macaloge*, revertendo ao seu antigo nome; a primeira alteração, isto é de *Macaloge* para *Miranda* aconteceu em data que desconhecemos, mas antes de 1967¹ e depois de 1964 (Fig. 156)

Na *Relação de Nomes Geográficos de Moçambique* figura *Macaloge*, como povoação, mas em local diferente, algo afastado. *Miranda* não figura nesta Relação.

Mas quem foi *Miranda*? Temos uma vaga ideia de que se trata de um cientista (botânico?) ou explorador, que visitou a região do Lago Niassa. Quem poderá dar-nos uma achega?

Por outro lado poderíamos admitir que este topónimo homenageasse o tenete Aníbal Augusto Sanches de Miranda, companheiro de Mousinho de Albuquerque nas campanhas de 1895, no sul de Moçambique. Ora acontece que a localidade de Miranda/Macaloge se situa bem no norte do país. Esta origem do topónimo é possível, mas parece-nos pouco provável. Falta-nos elementos biográficos que nos ajudem a compreender por que razão se homenagearia no norte de Moçambique um militar que se distinguiu no sul.

¹. “*Lista das Povoações Criadas até 31/12/1967 e sua Situação Legal*”, publicada no Boletim Oficial de Moçambique, III Série - n.º 31, de 5/8/1968 (Suplemento). Lista com muita utilidade para estudos desta natureza, pois relaciona as povoações por circunscrições, concelhos e distritos (nesta data não existiam províncias), com indicação das portarias que as criaram, mudanças de diversa ordem, nomeadamente alterações de nomes, povoações extintas, etc.

Fig. 157a

Macaloge, à data da independência figurava numa “*Lista*





Fig. 157b

das Localidades e das Estações mais Próximas que Executam os Serviços dos Correios e Telecomunicações” (1974),¹ como possuidora de Posto Telefónico Público (possivelmente a cargo de um comerciante), enquanto que *Miranda* era classificada, na mesma lista, como E.T.P. de 3ª classe.

Mostramos um carimbo de *MIRANDA* (fig. 157C), certamente raro; quanto a *Macalogue* reproduzimos na Fig. 157a um curioso sobrescrito, à primeira vista fácil de explicar: a carta foi “postada” na *Aldeia Comunal de Chicuedo*, em 4/2/1981, transitou por *Lichinga* em 17/2 e tem carimbo de chegada da *Beira* de 19/2/1981. Mas note-se que a etiqueta de registo é de *Macalogue* (nome manuscrito); isto faz-nos supor que o Correio da aldeia comunal não tinha este serviço (o que é natural), tendo o registo sido efectuado em *Macalogue* (Fig. 157b).

¹ Esta Lista, editada antes da independência, contém informação de muito interesse sobre os Correios de Moçambique.

Fig. 157C

S. MARTINHO [DO BILENE]

Esta Povoação, criada Pela Portaria n.º 6234, de 15/12/1945, foi sempre vulgarmente conhecida por *S. Martinho do Bilene*; contudo, na *Relação de Nomes Geográficos* e na lista de estações dos C.T.T. de Moçambique (1974), já antes referidas, o topónimo apareceu sempre apenas





Fig. 158

como *S. Martinho* e assim é que deve ser considerado. O que é lógico, pois que em Moçambique não existia outra *S. Martinho*, que pudesse provocar confusões. Para já referimos que no carimbo que se mostra na Fig. 158, o nome foi grafado como *S. Martinho Bilene* (sem a preposição), enquanto que na etiqueta de registo do sobrescrito da Fig. 8 foi preferida a forma mais vulgarizada - *S. Martinho do Bilene*.

Enfim, depois da independência, a povoação, que pertencia ao concelho do *Bilene*, distrito de Gaza, passou, naturalmente, a chamar-se simplesmente *Bilene*. Uma das mais lógicas alterações toponímicas verificadas em Moçambique independente!

Quanto à origem dos dois nomes (*S. Martinho* + *Bilene*) é fácil perceber que no primeiro caso estamos a falar do popular Santo que, sendo ainda soldado romano, um dia partilhou o seu manto com um pobre, cortando-o ao meio. *S. Martinho* nasceu c.315 e morreu no ano de 397; foi bispo e apóstolo da Gália.

Já *Bilene* é um topónimo com grande interesse histórico e

Fig. 159



vale a pena dedicar-lhe alguma atenção.

Reza a História que em época remota estabeleceu-se na margem direita do Rio Limpopo uma tribo vinda das terras do Reino do Monomotapa, que tinha como chefe supremo Bila, homem pacífico e austero, que governou bem o seu povo. Foi do nome deste chefe - Bila = Bilene - que derivou o topónimo atribuído à região e nos tempos modernos ao concelho ou distrito e sua sede, como veremos.

Pela Portaria n.º 30 do governo do distrito militar de Gaza, datado de 3 de Outubro de 1897, depois confirmada pelo Comissário Régio de Moçambique, foi criado o comando militar do Bilene; este comando militar deu origem ao concelho do mesmo nome, oficializado pela Portaria n.º 12178, de 9/11/1957.

Bila, em língua Changana, significa planície, o mesmo que largo espaço sem arvoredo.

S. Martinho do Bilene tinha, à data da independência, uma E.T.P. de 2.ª classe. Usou primeiramente o carimbo circular metálico do tipo criado em 1949; depois foi provida com o carimbo que se mostra na Fig. 158, maior do que o normal, e que tem o diâmetro de 34 milímetros.

Na Fig. 159 reproduz-se um interessante sobrescrito, já de Moçambique independente, onde podemos apreciar um bonito carimbo com o novo topónimo (data: 15/10/1981; carimbos de transito: Macia, 19/10 e Maputo, 28/10; chegada: Beira, 30/10/81. De notar que este carimbo foi usado em conjunto com uma etiqueta de registo colonial (com o número de ordem emendado), a que já se fez referência, com o topónimo *S. Martinho do Bilene*, aproveitada por razões económicas, como aconteceu em muitos casos.

BIBLIOGRAFIA

(Além da mencionada no texto e notas)

- Recortes diversos (arquivo de recortes do autor)
- Mapas de Moçambique de épocas diferentes
- Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem, Lourenço Marques/1975, por António Carlos Pereira Cabral

21: QUANDO VILA PERY PASSOU A CHAMAR-SE CHIMOIO OU UM BAPTIZADO AO MAIS ALTO NÍVEL!...

AS MUDANÇAS E AS DATAS

Também no caso de *VILA PERY/CHIMOIO*, vamos encontrar- como já tantas vezes foi referido noutros capítulos desta série – várias mudanças toponímicas e diferentes localizações de terras.

Vila Pery chamou-se primitivamente *Chimiala* e depois *Mandigos*. Contudo, dizemos desde já que num mapa de Moçambique datado de 1904 aparece-nos o topónimo *Chimoio* como sendo uma “*Villa ou povoação importante*”, segundo a respectiva legenda; um outro mapa, este de 1914, regista também *Chimoio* (igualmente com o símbolo de *vila ou povoação importante*) e muito perto, aparece-nos *Mandigos* apenas com a indicação de *povoação* (carimbo



Fig. 160

da fig.161).

Para complicar as coisas temos depois *Vila Barreto*,¹ que se situava nas proximidades de *Chimoio* ou *Mandigos* (depois *Vila Pery*) e era sede da circunscrição de *Chimoio*, criada em 24/2/1893 (Ordem n.º 90, da Cª de Moçambique). *Vila Barreto*, enquanto foi estaleiro e término do caminho de ferro, durante a construção da linha que ligou a cidade da Beira a Umtali (na fronteira da Rodésia), era um local florescente, com numerosa população e vários hotéis e bares; perdeu toda a sua importância depois que a linha avançou para Manica, na fronteira, acabando por desaparecer completamente.²

A povoação de *Mandigos* foi criada pela Ordem da Cª de Moçambique n.º 25, de 30/10/1895; pela Ordem n.º 3388, de 15/7/1916, “*por desejo manifestado pela população, especialmente pelos agricultores de Chimoio*”³ foi o topónimo mudado para *VILA PERY*, homenageando João Pery de Lind, governador do Território. É curioso referir-se que esta foi uma homenagem em vida, honra de que muito poucos se podem gabar, pois que Pery de Lind ocupou aquele cargo de 1910 a 1921. Teve foral em 1956 (Portaria n.º 11582, de 4 de Maio) e foi elevada a cidade pela Portaria n.º 22258, de 17/7/69,⁴ mantendo a designação de *Vila*, o que não é inédito, como se sabe.

Depois da independência de Moçambique, *Vila Pery* passou a chamar-se *CHIMOIO*. Julgamos ser de interesse saber-se como se efectuou esta mudança: *Samora Machel*, Presidente da FRELIMO e da República [Popular] de Moçambique, na sua famosa (por vários motivos) viagem triunfal de Rovuma ao Maputo, que antecedeu a independência do país (25/6/1975), chegou ao local em 12 de Junho de 1975; neste dia, num comício popular, anunciou – como já tinha acontecido em *Porto Amélia*/



Fig. 161

1. Desconhecemos a origem deste nome. António Cabral, no seu utilíssimo “Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem”, sugere que poderá referir-se ao Major Mário Barreto, representante de Portugal numa disputa relativa ao território de Gaza, no sul de Moçambique, em 1890.

2. A construção da linha férrea para a Rodésia, de via reduzida (0,607m) iniciou-se em 1893; em fins de 1896 a linha atingiu Nova Macequece (Manica), na fronteira (esta linha, logo a seguir, foi modificada para a bitola normal de África - 1,067m). Dai ter-se verificado um acentuado declínio de Mandigos e o desaparecimento de Vila Barreto, por um lado. Por outro lado, Manica e a sua região viveram um rápido surto de crescimento e progresso, para o que também contribuiu a descoberta de ouro. Disto resultou a criação da circunscrição de Manica (de que Pery de Lind foi chefe), sendo a circunscrição de Chimoio baixada a sub-circunscrição.

3. Segundo António Cabral. Ver Nota 1 para a referência bibliográfica.

4. O distrito de Manica e Sofala foi dividido em três distritos: Beira, Tete e Vila Pery. O concelho de Chimoio passou, assim, a distrito de Vila Pery, com sede na cidade do mesmo nome.

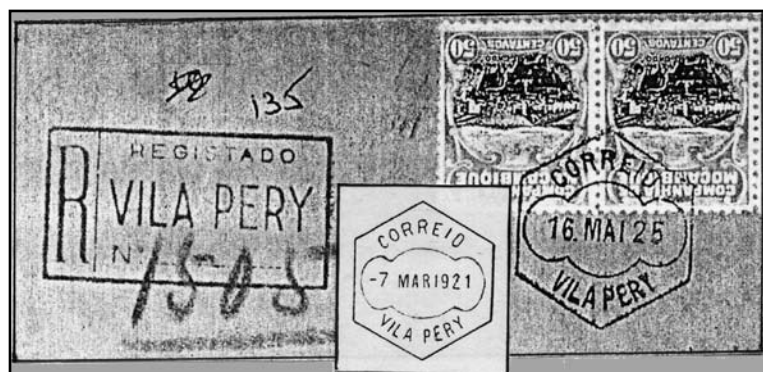


Fig. 162



Figs. 163 e 164



Pemba – a mudança de nome da cidade de *Vila Pery* para *Chimoio*. Este “baptismo”, sempre muito celebrado, marca, por conseguinte, a data oficial da nova designação e consequente eliminação do topónimo colonial, sendo de salientar, contudo, que a mudança não foi oficializada pelo Decreto-Lei 10/76, de 13/3/1976, que alterou o nome de várias localidades do novo país, mas ignorando muitas, por razões que desconhecemos.

Convém ainda referir que as estações ferroviárias no tempo colonial chamadas *Chimoio* e *Vila Pery*, por despacho do Ministro dos Transportes e Comunicações,¹ datado de 2/4/1980, foram denominadas *Estação Matsinho* e *Estação Chimoio*, respectivamente.

E para terminar este capítulo, nada melhor, para nos situarmos no tempo, no espaço e no contexto, do que extrairmos alguns elementos de um “GUIDE TO THE MOZAMBIQUE CO. “TERRITORY”, datado de 1902. Pois diz-nos o Guia que *Mandegos* (SIC, o erro é óbvio) era a sede da circunscrição de Chimoio e tinha bom clima, facto bem conhecido por todos que por lá passaram; *comércio*: um hotel, cantinas e algumas lojas de Baneanes (indianos); *população*: 32 europeus, dos quais 10 portugueses e 16 ingleses (o que é sintomático), 25 asiáticos e 6364 negros (muito gostaríamos de saber a fonte para este número, tão exacto!).

HISTÓRIA POSTAL

Não é importante a história postal destas terras, no tempo colonial.

¹ Foi atribuída competência a diversas entidades para efectuarem as alterações toponímicas que se justificassem, nas áreas respectivas. Daí a enorme dificuldade em se obterem elementos credíveis, neste campo.



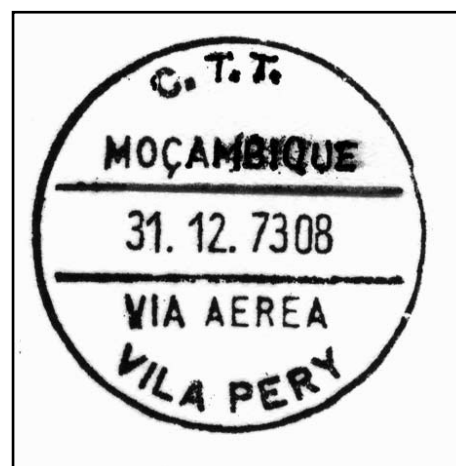
Fig. 165

Durante a administração da C^a de Moçambique (1892-1942), *Mandigos* usou um carimbo hexagonal (fig.161) do tipo daquele que se mostra na fig.162, de *Vila Pery*, sendo este o primeiro carimbo com tal nome; a segunda marca, em relação ao formato, com o topónimo de *Vila Pery*, circular, reproduz-se na gravura 163, assinalando-se ainda um carimbo deste tipo com a legenda de serviços “Correios e Telégrafos”.

Do período referente à administração pelo Estado português, isto é, depois de terminada a concessão de 50 anos à C^a Magestática, o que se verificou em 18/7/1942, conhecem-se vários carimbos com o topónimo *Vila Pery*: tipo hexagonal, comum a toda a província/colónia (fig. 164); tipo circular, com rectângulo para a data e ornamentos em forma de “S” (criado em 1949), mostrando-se este carimbo nas fig.172ab e 171, neste caso usado após a independência do país, com o topónimo raspado; conhece-se ainda um carimbo circular da estação central dos correios de *Vila Pery*, com o n.º 1, aproveitado como carimbo de recurso também, usado até 1981-1982.

O sobrescrito da fig.165, carimbado em 22/10/76, documenta com propriedade a utilização de elementos pós independência em perfeita harmonia com o topónimo colonial *Vila Pery*; assim, temos 1) Carimbo administrativo, rectangular, com o escudo da R.P.M., do Governo da Província de Manica (distrito no tempo colonial); 2) Carimbo

Fig. 166





Figs. 167 e 168, anteriores, e 169, seguinte

como o anterior, mas redondo, da Administração Civil de Chimoio; 3) Por último um carimbo de propaganda revolucionária, muito pouco visto nos correios, com o slogan “VAMOS FAZER COOPERATIVAS/nas aldeias comunais/nos bairros comunais/nos locais de trabalho”; afecto ao serviço de vales, como pensamos, registamos um carimbo provisório de borracha. (fig.167).

Têm bastante interesse dois carimbos gêmeos (mas não “gêmeos idênticos”) que podemos ver nas fig. 166 e 173 (este raspado) e 175. São marcas maiores do que as usualmente utilizadas em Moçambique, sendo uma de “Via Aérea” - os dígitos do ano e hora, que aparecem estranhamente como 7308, por falta de um qualquer elemento de separação, deve entender-se por “1973” e “8 horas” - e outra com a legenda “Via Superfície (no caso que se ilustra utilizada pós independência). Esta última indicação de serviço é muito raramente vista em marcas postais de época mais recente, especialmente no Ultramar Português.

Na fig. 168 mostra-se um outro carimbo, igualmente de um tipo usado posteriormente em vários correios.

Após a independência de Moçambique, com o novo topónimo foram criados os modelos de carimbos que se mostram nas fig. 169 e 170. O primeiro destes tem as legendas “C.T.T./MOÇAMBIQUE/Chimoio” e no segundo pode ler-se “CORREIOS DE MOÇAMBIQUE”, um logotipo formado com as letras “CM [Correios de Moçambique] e “Chimoio”; este logotipo pode apreciar-se melhor no timbre do sobrescrito. Registamos que existem carimbos da C^a de Moçambique com o topónimo CHIMOIO, mas que certamente não foram



utilizados nos correios de MANDIGOS/VILA PERY.

Do conturbado período vivido após a independência do país (falando aqui, tão somente, em termos postais), ficaram-nos de *Vila Pery* e *Chimoio*, interessantes peças filatélicas (de História Postal), na mesma linha de outras já estudadas em capítulos anteriores publicados nesta Revista, e que passamos a descrever sucintamente.

Nas gravuras 171, 172ab e 173 podem ver-se carimbos/marcas-do-dia com os topónimos raspados. Na primeira das cartas apresentadas a etiqueta de registo tem o topónimo *Vila Pery* eliminado com traços de caneta esferográfica, sem que outro nome fosse indicado, e o número de registo alterado, denotando o seu aproveitamento, certamente por motivos de ordem económica; o carimbo raspado é datado de 11/10/80, com carimbo de chegada à Beira de 14/10. O interesse adicional advém do carimbo administrativo da Secção de Registos, único elemento que confirma a proveniência da carta registada - *Chimoio*. A segunda carta (Fig.172a), além do mesmo carimbo raspado, ostenta a etiqueta de registo já com o novo topónimo (*Chimoio*). Também tem interesse chamar a atenção para a carta da fig. 172b: trata-se de um sobrescrito timbrado, que foi aberto e virado do avesso, e assim utilizado, dada a escassez de papel que se verificava. Muito curiosa é a carta que se reproduz na fig.174 (parte). Possuímos ou vimos, outros exemplares muito parecidos deste correio, com este interessante tratamento postal de emergência. Os selos estão obliterados com um carimbo provisório de



Fig. 170

Fig. 171





Fig. 172 (a, b) borracha de *Vila Pery*, bastante deteriorado pelo uso e por isso sempre mal impresso; além disso, o que é importante, sobre os selos foi ainda aplicado um carimbo nominal de *Chimoio*, procedimento não registado em qualquer correio do novo país. A data de saída é de 23/5/79, com carimbo de chegada à Beira, de 29/5.

Lembramos que, ao contrário do que seria de esperar,



recorreu-se muito pouco a este expediente de raspar os topónimos coloniais (com excepção do que respeita às máquinas de franquiar, que adiante abordaremos). O uso de carimbos nominais de emergência, aliás mais fáceis de fabricar, é muito raro. Além de *Chimoio*, apenas assinalámos casos de carimbos raspados em *Maputo*.

Finalmente, referimos que também as franquias mecânicas Figs. 173 e 174





Fig. 175 e 176

¹. Foram também eliminados ou substituídos os cunhos com legendas de propaganda ou publicidade de origem colonial.

tiveram os topónimos com conotações coloniais raspados, nos respectivos cunhos,¹ neste caso o procedimento foi generalizado, embora tardio, pois só se verificou por volta de 1981, conforme já salientámos em artigos anteriores. Na fig.176 pode ver-se a franquia mecânica da máquina FRANCOTYP usada em *Vila Pery*, com data de 21/8/1976, ainda com o nome colonial, acompanhada do carimbo “Via Superfície”, atrás referido, também com o topónimo colonial. A etiqueta de registo é de “VILA MANICA”, com o nome riscado (mas não foi escrito o nome actual) e certamente foi pedida por “empréstimo” a este correio vizinho, que aliás não teve mudança de topónimo. Carimbo de chegada à Beira, em 24/8, denotando uma apreciável eficiência na transmissão das correspondências, considerando as difíceis condições existentes.

Em contrapartida, na fig.175 mostra-se um sobrescrito (parte), com a mesma franquia mecânica, agora já com o topónimo raspado; tem a data de 28/6/1981. Etiqueta de registo de *Chimoio*, com o número emendado, certamente

aproveitada de refugio. Carimbo de chegada à Beira, em 2/7/81.

Resta-nos acrescentar que a estação telégrafo-postal de *Vila Pery* tinha a categoria de 1ª classe na altura da passagem da Cª de Moçambique para a administração do Estado Português, que manteve depois, até à data da independência e posteriormente, decerto.

E para se avaliar o progresso económico da terra, julgamos de interesse registar alguns dados estatísticos referentes aos correios: em 1906 a estação postal de *Mandigos* vendeu 2659 selos de várias taxas; em 1948 a estação de *Vila Pery* expediu 67261 peças de correspondência ordinária e recebeu 67463; recebeu e expediu ainda 25201 correspondências registadas, ordinárias e por via aérea, no mesmo ano.



Fig. 177. JOÃO PERY DE LIND, GOVERNADOR DO TERRITÓRIO DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE
Fotografia obtida de um fotograma do primeiro documentário cinematográfico feito em Moçambique: Dondo (Beira), 14 de Setembro de 1920 - Início dos trabalhos de construção da Trans-Zambezia Railway
(Fonte: Africana Museum, Joanesburgo, RSA)

O HOMEM E A SUA OBRA

João Pery de Lind, como dissemos já, teve a honra de em vida ver o seu nome ligado a uma importante terra, que foi a paixão da sua vida. Privilégio de que poucas pessoas se podem orgulhar¹; honra merecida, segundo todos os seus biógrafos, pois muito fez pelo desenvolvimento, especialmente agrícola, da região do Chimoio, durante os onze anos do seu governo.

Generais, almirantes, outras altas patentes do Exército e Armada, conselheiros, professores, nobres, enfim, personalidades ilustres bem conhecidas, algumas famosas pelos seus feitos militares, como os generais Alves Roçadas, Joaquim José Machado, Massano de Amorim, o Almirante Magalhães Correia ou o Capitão-Tenente Corrêa da Silva (Conde de Paço d'Arcos), governaram a C^a de Moçambique durante os 50 anos da sua existência. Mas foi Pery de Lind, talvez por estar mais próximo do homem comum, que os agricultores “exigiram” que o seu nome fosse atribuído àquela bela terra, foi Pery de Lind, dizíamos que contribuiu decisivamente para que *Vila Pery* se tornasse uma grande cidade e a sua região se convertesse no importantíssimo centro agrícola de Moçambique, bem conhecido.

¹. Não falando, claro está, dos regimes totalitários.

². Não se percebe a razão por que sendo *Pery de Lind*, sabidamente, nome de família, à localidade foi atribuído o nome de *Pery*, apenas.

João Pery de Lind,² que pode ver-se, na fotografia que se reproduz, era filho do General Gerardo Augusto Pery de Lind e de Rita Pery de Lind; nasceu em Lisboa em 1 de Novembro de 1861 e morreu na mesma cidade a 10 de Abril de 1930. Foi educado no Colégio Militar.

Era funcionário superior das Alfândegas de Portugal, quando em 1900 foi contratado pela C^a. de Moçambique para proceder à organização dos Serviços Aduaneiros do Território de Manica e Sofala. Dotado de uma lúcida inteligência e enorme capacidade de trabalho, depois de exercer diversos cargos foi nomeado Governador do Território, interino, em 16/11/1910, tornando-se efectivo em 16/11/1911; foi governador até 7 de Julho de 1921, sendo o seu mandato o mais longo da história da Companhia Magestática e, segundo cremos, foi o único governador saído dos quadros da Companhia. Era detentor das mais altas condecorações, portuguesas e estrangeiras.

Foi notável a obra deste grande administrador colonial, especialmente no sector agrícola. E não podemos esquecer que, com extraordinária visão do futuro, determinou, pela Ordem n.º 4178, de 2/3/1921, a criação de uma reserva

de caça, que pela sua potencialidade, viria a tornar-se no mundialmente famoso Parque Nacional da Gorongosa, notável pela sua riqueza e variedade faunística e beleza natural. Decisão tanto mais importante por ter sido tomada naquela recuada época, em que as questões da protecção da Natureza eram letra morta.

NOTA FINAL

Não nos foi possível averiguar a etimologia do topónimo “Chimoio”, apesar dos esforços dispendidos na consulta de muitas publicações; disto temos bastante pena, já que para o nosso estudo os topónimos de cariz local têm tanto interesse, como aqueles com evidentes conotações coloniais, independentemente do seu significado ou origem.

BIBLIOGRAFIA

(Além da mencionada no texto e notas)

- Recortes diversos (arquivo de recortes do autor)
- Mapas de Moçambique de diferentes épocas
- Relatório Estatístico dos CTT (Moçambique) - Ano de 1948
- PORTU-INFU(International Society for Portuguese Philately), COMPANY GOSSIP, Compilação de Glen Carr.

22: UMA MUDANÇA TOPONÍMICA CURIOSA: DE BENFICA (NOME DE CLUBE DESPORTIVO) A BAIRRO JORGE DIMITROV (UM POLÍTICO REVOLUCIONÁRIO)

UM TOPÓNIMO APARENTEMENTE COMO TANTOS OUTROS...

Fig. 178



No decorrer desta série de artigos encontramos topónimos com as mais diversas origens, particularidade que sempre salientámos; faltava um nome desportivo, melhor dizendo, relacionado com um clube desportivo. “Descobrimo-lo” aliás por mero acaso!

Quando há muitos anos nos deparámos com o topónimo moçambicano *BENFICA* não lhe ligámos grande importância e passámos adiante, convictos de que seria mais um nome adoptado a partir de outro/s já existente/s em Portugal Continental. Mas aconteceu que ao folhearmos casualmente o “Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem”,¹ fomos surpreendidos com a informação de que este *Benfica* foi “obra” de Custódio da Graça, que na povoação que viria a ter aquele nome fundou um estabelecimento comercial e que era [...] “um dedicado amigo do Sport Lisboa e Benfica e daí a sua luta para que o local fosse designado com o nome do clube lisboeta” (fig. 178).

A História Postal, como o sabem todos os investigadores, tem destas surpresas, mesmo nas questões mais simples, e nunca nos devemos fixar nas primeiras impressões; É preciso sempre dar uma segunda olhadela... O que nos parecia um topónimo vulgar, revelou-se afinal uma inesperada homenagem ao popular Clube português. É claro que gostaríamos de também “descobrir” uma localidade que tivesse o nome homenageando outro grande do desporto português - o Sporting ou o Futebol Clube do Porto -, mas julgamos que o caso hoje aqui focado é único.² Por esta razão, e como a Revista tem âmbito nacional, sem dúvida, julgamos que ninguém se pode queixar!...

O NOME COLONIAL E A ALTERAÇÃO TOPONÍMICA REVOLUCIONÁRIA

*Benfica*³ era povoação do Concelho de Lourenço Marques; situada nos arredores da capital, com a expansão urbana passou a integrar um dos seus bairros, sendo referida na Lei n.º 2001, de 16/5/1944.

Manteve o nome até 1981, vários anos após a independência



Figs. 179 e 180



¹ Livro, da autoria de António Carlos Pereira Cabral, editado em Lourenço Marques (1975).

² É evidente que não estamos aqui a falar de ruas, pois que existem muitas pelo país fora homenageando clubes desportivos.

³ De Moçambique, claro; como é sobejamente conhecido, em Lisboa existe outro Bairro de Benfica e supomos, aliás, que este topónimo tem uma expressão mais vasta no nosso país.

⁴ O Decreto-Lei 10/76, de 13 de Março de 1976, alterou alguns topónimos que tinham conotações colonialistas; posteriormente essa competência passou para as diversas entidades que directamente se relacionassem com os topónimos a mudar. As alterações eram feitas por simples despacho.

de Moçambique, portanto. Por despacho do Conselho Executivo da cidade de Maputo,⁴ publicado no Suplemento do B.R. n.º 41 - 1ª Série, de 12/10/1981, passou a chamar-se *Bairro Jorge Dimitrov*, nome de um líder revolucionário búlgaro.

A HISTÓRIA POSTAL

Do tempo colonial conhecemos apenas o carimbo que se reproduz na fig.180, com a legenda *Benfica*. É um carimbo provisório de borracha, muito apropriadamente usado com tinta vermelha (a cor do Clube lisboeta, como é sabido). Coincidência ou não, trata-se de um curioso pormenor, digno de realce. Nós preferimos acreditar em acção propositada, pois sendo vulgares as tintas preta, violeta e menos vulgar a azul, usadas com os carimbos de borracha, consideramos que a tinta vermelha era raramente utilizada.

Este carimbo é datado de 22/4/1968.

À data da independência de Moçambique, *Benfica* era uma E.T.P. de 3ª classe.

Após a independência foi criado um carimbo metálico, ainda com o topónimo *Benfica*, que pode ver-se na fig.181. As cartas reproduzidas nesta fig.181 e na fig. 182, merecem-nos alguns comentários, na medida em que ambas, uma com o carimbo obliterador de *Benfica* e a outra com o carimbo da estação do *Bairro 25 de Junho* (a data da

Fig. 181



independência do país, pelo que o significado do nome do Bairro é óbvio), ostentam uma etiqueta de registo com o topónimo *Benfica* manuscrito. A data dos carimbos de origem é a mesma (21/9/1981) e os números de registo são em sequência (n.ºs 737 e 738). Vejamos o que nos escreveu na altura¹ o chefe da estação postal do *Bairro Jorge Dimitrov, ex-Benfica* (fig.183), esclarecendo algumas das nossas dúvidas com uma cordialidade e proficiência dignas de registo: “Informo que o Bairro do Choupal passou a chamar-se por bairro 25 de Junho, mas não me recordo [...] a data em que se procedeu à mudança. [...] Por isso uma das cartas vai com o carimbo do B. 25 de Junho e a outra terá o carimbo do Bairro Jorge Dimitrov, ex-Benfica, onde se encontra sediada a estação postal. Apenas o carimbo ainda continua com a escrita que diz Benfica, em virtude de não se terem satisfeito ainda as requisições do novo carimbo com o novo nome”.

Estas informações são elucidativas; contudo, fica por explicar a razão da existência na estação do *Bairro Jorge*

¹ Carta datada de 24/9/1981; como o Despacho do Conselho Executivo de Maputo foi publicado no B.R. de 12/10/1981, fica provado que já antes da sua publicação, a localidade era conhecida pela designação de Bairro Jorge Dimitrov.

Fig. 182





Fig. 183

Dimitrov (ex-Benfica) de um carimbo da estação do Bairro 25 de Junho (ex-Choupal). As hipóteses que podemos considerar são: 1) Por falta de pessoal habilitado, a estação do Bairro Jorge Dimitrov servia também a população do Bairro 25 de Junho, encontrando-se esta estação fechada; 2) O chefe da estação do Bairro Jorge Dimitrov seria igualmente responsável pela outra estação, que continuaria aberta ao público, tendo acesso aos dois carimbos.

Em qualquer dos casos são peças interessantes, bem reveladoras das dificuldades existentes. naquela altura nos Correios de Moçambique, problemas que o pessoal, empenhadamente, procurava resolver da melhor maneira, o que pessoalmente testemunhámos muitas vezes.

Lamentamos não poder aqui reproduzir qualquer carimbo com a legenda *Bairro Jorge Dimitrov*, desconhecendo a sua existência; muito provavelmente foi posto em uso, a avaliar pela informação, na altura (que acima transcrevemos), do chefe da respectiva estação, que falava da sua oportuna requisição.

BIOGRAFIAS BREVES

É óbvio que será escusado, neste contexto, falar do Sport Lisboa e Benfica, um grande Clube português, tão conhecido ele é.

Quanto a Custódio da Graça sabemos que nasceu em 1906, em Chão de Maças, e faleceu em Lourenço Marques (actualmente Maputo), em Setembro de 1971.

Começou a sua actividade comercial com um estabelecimento na localidade que, por sua iniciativa, viria a chamar-se *Benfica*, homenageando o Clube lisboeta, como foi dito, Clube de que foi sócio-correspondente com o n.º 18046¹; muito empreendedor, dedicou-se ainda à agricultura em grande escala, tendo sido activo dirigente de duas importantes cooperativas agrícolas e também da Associação Comercial de Lourenço Marques.

Custódio da Graça, toda a sua vida foi grande entusiasta pelo desporto, tendo sido durante vários anos presidente da direcção do Grupo Desportivo de Lourenço Marques, onde deixou obra de relevo. Este importante Clube moçambicano tinha uma forte ligação ao Sport Lisboa e Benfica, de que foi filial. Como curiosidade diremos que o emblema daquele Clube moçambicano era exactamente igual ao do Benfica, diferindo apenas, como é lógico, nas iniciais do nome.

Jorge Dimitrov, (ou Georgi) foi, segundo a “Nova Enciclopédia Larousse”, um político e líder comunista búlgaro; nascido em Radomir (1882) faleceu em Moscovo (1949). Foi presidente do Conselho da República da Bulgária, de 1946 a 1949. Antes, de 1935 a 1943 tinha sido Secretário-Geral do Komintern.

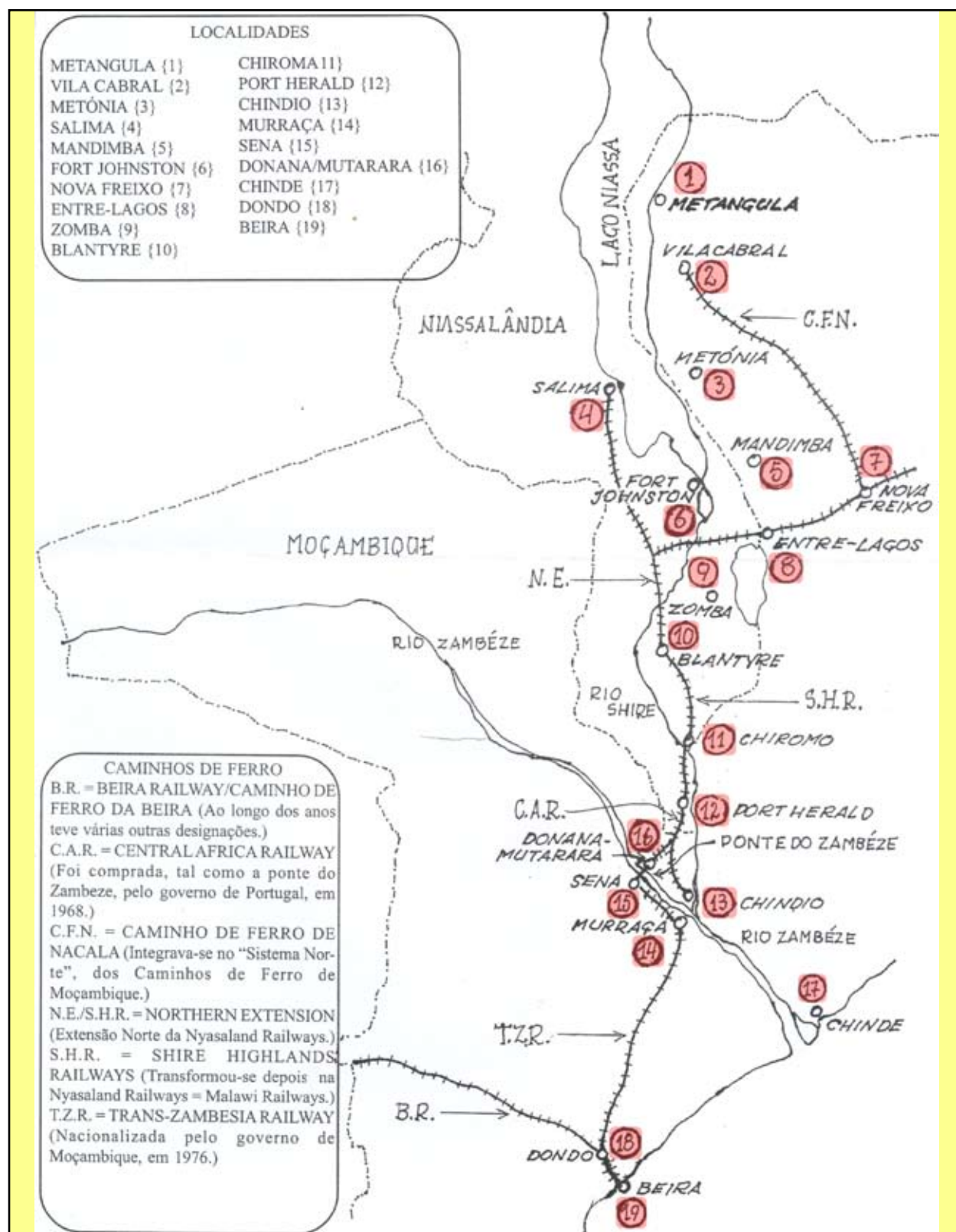
¹ Agradecemos à Direcção do Sport Lisboa e Benfica algumas informações, que amavelmente nos facultou sobre este sócio seu.

23: METANGULA: UM TOPÓNIMO RICO DE TRADIÇÕES E DE HISTÓRIA OU COMO A HISTÓRIA POSTAL SE INTEGRA NA VERDADEIRA HISTÓRIA

1ª. PARTE

BREVES NOTAS HISTÓRICO- GEOGRÁFICAS

Corria o ano de 1868, da Era de Nosso Senhor Jesus Cristo. Um ano como qualquer outro? Talvez para grande parte da Humanidade... Mas, sem dúvida, um ano importante para as humildes populações das margens do rio Zambeze, em Moçambique, território ultramarino português. Foi 1868, na tradição oral dos povos negros, que se perpetua na memória dos tempos pela boca dos famosos contadores de histórias, o ano do “*vapori*”, o ano em que o imponente rio africano registou uma grande cheia, a cheia do “*vapori*”. E chamou-se o ano do “*vapori*”; porque nesse tempo - coisa nunca vista - o famoso explorador David Livingstone (1813-1893), missionário protestante escocês, subiu os rios Zambeze e Chire num barco a vapor, o primeiro do género que apareceu por aquelas paragens; daí que o ano do “*vapori*” tenha ficado na memória dos povos, tal como aconteceu, por exemplo, com 1888 quando um cometa foi visto: o ano “*Nyentyeza*”, ou do cometa. Livingstone ia a caminho do Lago Niassa, que descobriu ou pelo menos assim o pensou e fez constar, com o apoio das influentes Sociedades de Geografia (de



AS ALTERAÇÕES TOPONÍMICAS

Como já tem sido dito ao longo desta série de artigos, existem muitas versões diferentes de topónimos moçambicanos, variando conforme as épocas e as respectivas cartas geográficas ou outros documentos. Também se verificaram alterações de ordem política: mudanças efectuadas pelos portugueses (a que chamamos topónimos com conotações colonialistas) e posteriormente as alterações impostas após a independência de Moçambique (e no caso presente também da Niassalândia/Malávi). Duas advertências: 1) a lista que se segue, de topónimos relacionados com este artigo, não tem pretensões de se encontrar completa e absolutamente correcta; 2) não tivemos a preocupação de situar determinada versão dos topónimos na correspondente época em que estes vigoraram (tradicional ou oficialmente), ao longo das diversas fases deste artigo. Seria demasiado complexo; daí a razão de ser desta lista, que servirá também como exemplo das dificuldades a ter em conta pelos estudiosos da História Postal de Moçambique.

* NIASSA - NYASSA - NYASA (à maneira inglesa) - NHASSA - NHIASSA - NHIANZA - NIANZA - NYANZA - NHANJA MUENZO MARAVI (nome mais antigo - MARAVI terá dado MALÁVI (em português) e MALAWI (em inglês) - Nome actual: NIASSA (forma usada em Moçambique) e MALAWI OU MALAWI (este o nome oficial do lago e do país, que aparece nas cartas geográficas).

* M'TANGULA - M'TENGULA - M''TENGULI - METENGULA - METANGUIA - Chamou-se depois AUGUSTO CARDOSO: actualmente METANGULA

* ANKUABE - ANCUABE

* CUAMBA - Chamou-se depois NOVA FREIXO; actualmente CUAMBA

* FORT JHONSTON - Actualmente MANGOCHI

* MAHUA - MAÚA

* MESA - MEZA

* MONTEPUEZI - MONTEPUÉS - MONTEPUEZ

* M'SALUA - M'SALO - MUSSALO - MESSALUA

* M'TARICA - METARICA

* M'TÓNIA - METÓNIA

* MWALIA - MUÁLIA

* POMUNE - POMANE - PONEME (?) .

* PORTO AMÉLIA - Actualmente PEMBA

* PORT HERALD - Actualmente N'SANGE

* SHIRE (nome inglês) - CHIRE (nome português)

* VILA CABRAL, actualmente LICHINGA

Fig. 184 (a - página anterior -, b)

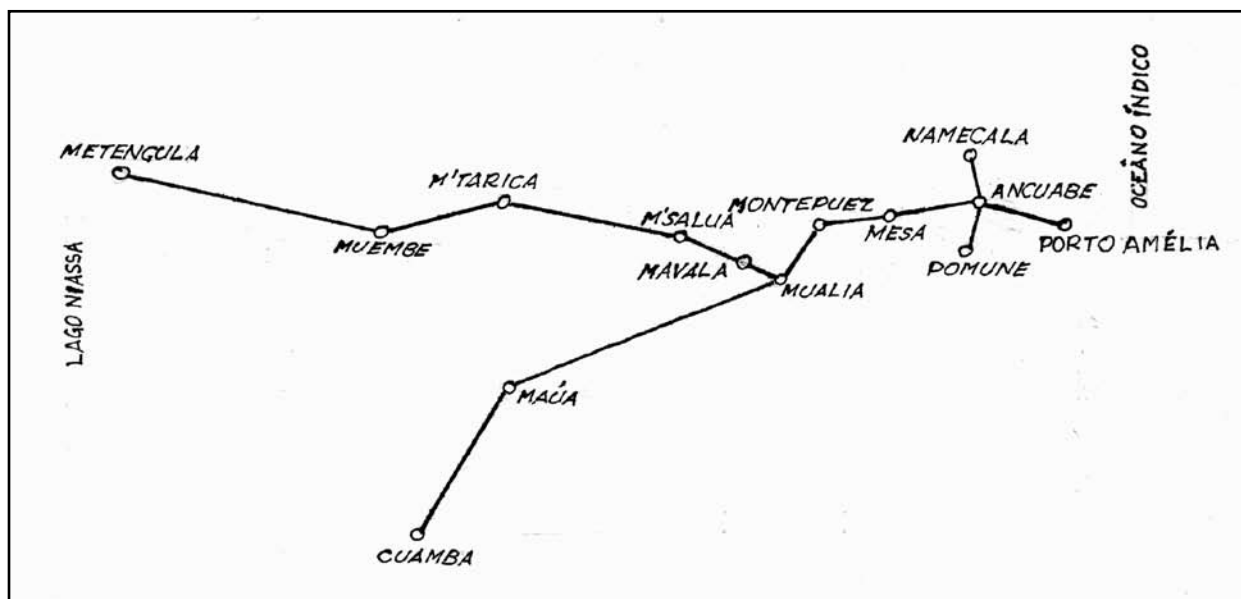


Fig. 185

origem inglesa, é claro!).

Livingstone, na realidade um grande explorador, não “descobriu” o Lago Niassa; nem sequer o “redescobriu”, como alguns pretendem. O que fez, isso sim, foi divulgar a sua existência nos meios científicos ou não, interessados cultural, política e economicamente nos mistérios e riquezas de África. O terceiro maior lago do Continente Negro e um dos maiores do mundo, o lago Malawi, como hoje é designado, há séculos que era conhecido dos portugueses, andarilhos das sete partidas, como por todos os autores tem sido reconhecido, pois é uma realidade histórica.

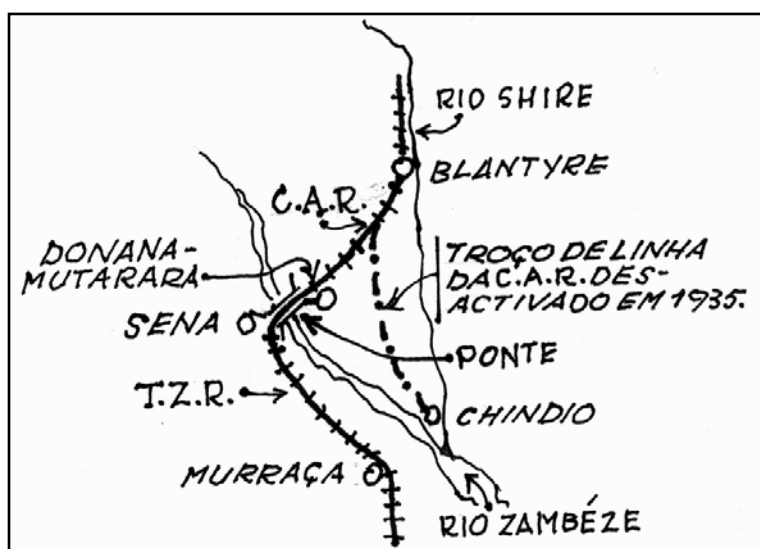


Fig. 186

Vejamos apenas um exemplo, que transcrevemos com todo o sabor da época, do “Dicionário Corográfico da Província de Moçambique”, segundo uma informação colhida em 1889:- “Grande lago a N do distrito de Cabo Delgado e a NNE da vila de Tete da qual fica afastado 500 quilómetros aproximadamente e de que Livingstone teve a pretensão de se julgar o primeiro explorador, quando já anteriormente os padres João dos Santos [Frade dominicano, missionário, escritor (N.c.1500 - M.1625; escreveu a narrativa “Etiópia Oriental e Várias Histórias de Coisas Notáveis do Oriente” (Évora, 1609), notável obra de referência, ainda hoje muito consultada, sobre cultura, religião, geografia, fauna e flora das terras que visitou.] e Manoel Godinho [Possivelmente refere-se ao Padre Manuel Godinho (1630-1712), jesuíta, escritor e que foi missionário na Índia.], o capitão general Sebastião Xavier Botelho [Capitão-General de Moçambique (1768-1840), escreveu “Memória Estatística sobre os Domínios Portugueses na África Oriental” (1835).], o major Gamito [António Cândido Pedroso Gamito (1860-1866), militar e explorador] e o Dr. Lacerda [cientista e explorador] haviam feito a sua descrição, chamando-lhe Nhanja Muenzo Maravi e Nhanja Grande. O próprio Livingstone quando ali foi, havia antes recebido dele informação do capitão Cândido da Costa Cardoso. Modernamente tem sido visitado este lago por diferentes viajantes estrangeiros, e pelo nosso explorador Augusto Cardoso”. (Mais tarde, METANGULA viria a ter o nome deste militar e explorador.)

Não restam quaisquer dúvidas: com as suas inúmeras designações, em diversas épocas e nas várias línguas da região, o lago NIANZA ou NYANZA (que significa “toalha de água” e era o seu verdadeiro nome, segundo alguns historiadores, embora esta opinião seja discutível), pela sua vastidão e importância, sempre mereceu as atenções, desde há muitos séculos, de quantos por aquelas terras passaram.

E não admira! Basta atentar no que, na sua frieza expressiva, dizem os números: superfície – 30800km^2 ; comprimento – cerca de 576km ; largura – varia entre 35 e 80km ; altitude, em relação ao nível médio das águas do mar – 470m .

Quando a Companhia do Niassa tomou posse daquelas vastas terras, uma boa porção destas, junto à margem oriental do Lago, estava em plena rebelião; aliás foi aquela região de Moçambique a última a ser efectivamente ocupada e controlada pelas autoridades portuguesas.

O poderoso régulo Mataka, que dominava enormes áreas daquele sertão, foi sempre um feroz inimigo de Portugal e diversas expedições foram organizadas para o bater - “pacificar”, era o eufemismo na altura usado -, nos fins do século XIX, princípios do seguinte; o que não aconteceu, aliás, sem que as forças portuguesas de ocupação sofressem alguns graves reveses. Nos primeiros anos do século XX foram estabelecidos diversos postos militares, que garantiam a segurança das zonas ocupadas. Em *Metangula*, a razão de ser deste nosso estudo, o posto militar estabeleceu-se em 1900.

Segundo uma descrição da época (1907), o forte foi construído numa península, formando um pequeno porto. O forte estava bem construído, em pedra e terra e era defendido com uma metralhadora; no centro havia algumas casas confortáveis, nomeadamente um edifício de pedra para o secretário administrativo e o comandante; quatro pequenas casas serviam de armazéns, paiol e prisão.

Cedo se reconheceram as potencialidades do Lago e da região e a conveniência de se estabelecer a sua ligação com o mar, através dos rios Chire e Zambeze e porto do Chinde. Como resultado do Ultimato da Inglaterra de 1890 e consequente tratado anglo-luso de 1891, Portugal viu-se obrigado a aceitar humilhantes condições. Foi cedida aos ingleses uma parte do território a ocidente do lago Niassa, que viria a integrar-se na Niassalândia, e que sempre estivera sob a influência portuguesa. Por outro lado foram também concedidas amplas facilidades de navegação nos rios Chire e Zambeze, acompanhadas de isenções de impostos e licenças aduaneiras. Neste sentido, foi criada a Concessão Britânica do Chinde. Falamos, é claro, desta região de Moçambique, já que idênticas imposições foram fixadas para outros pontos.

O decreto de 18/5/1892 aprova o “Regulamento Geral de Navegação e de Trânsito de Mercadorias pelos Rios Zambeze e Chire e Através dos Territórios Portugueses Situados Além da Foz do Chire e do Luenha” que, na prática, permitia a liberdade de navegação naqueles rios, ligando a Niassalântia com o mar. Liberdade de circulação de pessoas e bens!.. As mercadorias, vindas do exterior, eram baldeadas no porto da Beira, seguiam em navios costeiros até ao Chinde onde eram descarregadas na Concessão Britânica, livres de impostos e formalidades aduaneiras; depois eram novamente embarcadas nos barcos fluviais da

“The African Lakes Corporation” que subiam o Zambeze, tocavam no Chindio e seguiam pelo Chire até onde fosse possível a navegação.

É evidente que estes arranjos viriam, necessariamente, a ter reflexos na circulação das correspondências, proporcionando à Filatelia um legado de excelente material de História Postal, para regalo dos coleccionadores vindouros. Assim, por o julgarmos do maior interesse, alargamos um pouco o âmbito e alteramos as habituais características desta nossa série de trabalhos, como adiante se verá; contudo, a nossa atenção não deixará de se centralizar no tema: as mudanças toponímicas METANGULA / AUGUSTO CARDOSO / METANGULA.

A DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Ao longo dos anos, a região do Niassa, administrativamente, sofreu várias alterações, tornando-se bastante difícil situar, no tempo e no espaço, toda uma complicada situação inerente às províncias, distritos, circunscrições ou concelhos e localização de muitas povoações; até por que várias terras mudaram de nome e local e outras extinguíram-se ou perderam importância, por circunstâncias várias. Isto para não falar das diversas grafias utilizadas em cartas geográficas ou documentos, ao longo dos anos, como em separado explanaremos. “Niassa” é um caso paradigmático.

Durante a vigência da Companhia do Niassa, que obteve o seu estatuto de Companhia privilegiada em 16/3/1893, o território estava dividido em circunscrições e estas em postos administrativos. A circunscrição do *Lago*, que mais interessa para este artigo, tinha a sua sede em *Metangula*.

Com a extinção da Companhia, o que aconteceu por força do Diploma Legislativo n.º 182, de 14/9/1929, depois de um completo fracasso económico e administrativo — a região muito pouco progrediu, em termos de praticamente todas as actividades económicas e sociais —, no território, agora sob administração directa do Estado, foram criados dois distritos (igualmente divididos em circunscrições) - *Cabo Delgado e Niassa*.

O “Acto Colonial” trouxe novas e profundas alterações na divisão administrativa. A antiga Província Ultramarina, agora Colónia de Moçambique foi dividida em províncias e estas em distritos, mantendo-se a divisão básica em concelhos

e circunscrições e estas em postos.

Assim, a partir de 1/1/1935, o distrito do *Niassa* foi extinto, criando-se a província do *Niassa*, com os distritos de *Cabo Delgado e Moçambique*. Neste esquema, por Portaria Ministerial n.º23, de 9/9/1945, foi criado, nesta província, anos depois, o novo distrito de *Vila Cabral*, com sede na localidade, em franco progresso, do mesmo nome. Mas logo no ano seguinte (Decreto n.º 35733, de 4/7/1946), este distrito passou a chamar-se distrito do *Lago*.

Nova e profunda alteração ocorreu com a “Lei Orgânica do Ultramar Português”. Acabaram-se as Colónias (pelo menos oficialmente), que passaram a designar-se, como antes, Províncias Ultramarinas, necessariamente divididas em distritos. É assim que, por força do Decreto n.º3985, de 20/10/1954, o distrito de *Lago*, volta a designar-se distrito do *Niassa*. Mas apesar de estas alterações, a circunscrição do *Lago*, com sede em *Metangula*, manteve sempre o seu estatuto de circunscrição e mais tarde concelho.

E assim se manteve até à data da independência de Moçambique. Só com a diferença de que, pela Portaria n.º17320, de 21/12/1963, *Metangula* teve o seu nome alterado para *Augusto Cardoso*, revertendo após a independência do país ao antigo *Metangula*.

Durante o período de transição, antes da independência de Moçambique, de acordo com Decreto-Lei n.º6/75, de 18/1/1975, foi alterada a divisão administrativa, de novo: os distritos passaram a designar-se províncias; os concelhos passaram a distritos, desaparecendo, portanto, aqueles. Assim, o concelho de *Lago*, passou a distrito, com sede em *Metangula*.

Registe-se ainda que, no período colonial, *Metangula* foi criada pela Portaria n.º 3497, de 24/8/1938, mas a povoação era conhecida pelo menos desde os fins do século XIX, tendo ali sido instalado um posto militar provavelmente em 1900, como vimos antes; posto militar que, como tantas vezes aconteceu, deu origem à povoação, que viria a ser a sede da circunscrição do *Lago*, criada pela C.^a do *Niassa*.

HISTÓRIA POSTAL

AS VIAS DE TRANSPORTE POSTAL PARA O LAGO NIASSA

Podemos considerar, nas primeiras décadas do século XX, a existência de três rotas postais¹ que serviam as regiões limítrofes da parte do Lago Niassa sob a soberania portuguesa: uma rota terrestre, a partir de Porto Amélia; outra, mista: fluvial, terrestre e através do Lago (que se convencionou chamar “*Via Chinde*”); e outra terrestre, essencialmente ferroviária, também com passagem pelo Lago Niassa, conhecida por “*Via Beira*”. Enquanto a primeira rota seguia inteiramente por território moçambicano (ver esquema, fig. 185), as outras duas faziam-se atravessando também o Protectorado da Niassalândia².

As vias fluviais, rios Zambeze e Chire, primeiro, e os caminhos de ferro, depois, tiveram papel de grande importância nas comunicações do mar com o interior, nesta região de África. A Niassalândia dependia (e ainda depende, em parte) das comunicações com o mar, através de Moçambique, primeiro pelo porto do *Chinde* e depois pelo porto da *Beira*. Uma análise atenta do mapa que se mostra na fig. 184a, conjugado com a “legenda explicativa” (fig. 184b), mostra-nos claramente a situação geográfica do Lago Niassa e ajudar-nos-à a interpretar facilmente, em termos de História Postal, os caminhos seguidos pela correspondência.

São conhecidas as grandes vias fluviais mencionadas; mas já o mesmo não podemos dizer dos caminhos de ferro. Impõe-se, por isso, começar por analisar os seus percursos e reter as datas em que os diversos troços foram abertos à circulação, para o que elaborámos (ou para melhor dizer, adaptámos) os já mencionados mapas ou esquemas e “legenda” respectiva (ver fig. 184, 185 e 186)³

Assim, temos:

- 1907 – **SHIRE HIGHLANDS RAILWAYS (S.H.R)**: o primeiro troço desta linha foi aberto ao tráfego, entre BLANTYRE {10} e CHIROMO {11}.
- 1908 – **S.H.R.**: reconhecidas as dificuldades de navegabilidade no Rio Chire ou Shire, logo no ano seguinte foi construído novo troço de linha, entre CHIROMO {11} e PORT HERALD {12}. Estes dois troços somaram 113

¹. Rotas que serviam também o tráfego de passageiros e mercadorias, como é evidente.

². Actualmente Malawi ou Malávi. O Protectorado da Niassalândia constitui um território pobre e pouco desenvolvido, no passado esquecido na imensidão do Império Britânico; antes da sua independência, em 1964, esteve ligado à Rodésia, numa federação que durou pouco.

³. No mapa e respectiva legenda os nomes das terras são sempre acompanhados, solidariamente, de um número que se apresenta entre chavetas (p.e. METANGULA{1}). Este sistema, embora pareça pouco ortodoxo, convenhamos, permite uma eficiente e rápida percepção/ligação entre o topónimo e a sua localização geográfica relativa.

milhas, tendo sido considerada a data oficial da inauguração deste Caminho de ferro, na sua totalidade, 29/3/1908.

- 1915 – **CENTRAL ÁFRICA RAILWAY (C.A.R.)**: agravando-se as dificuldades de navegação nos rios Zambeze e Chire, tornou-se necessário prolongar o S.H.R para sul, tendo-se formado uma nova Companhia a C.A.R., que começou a operar em 1915, com a maior parte do percurso em território de Moçambique; assim: troço PORT HERALD {12} à FRONTEIRA (16 milhas); troço FRONTEIRA a CHINDIO {13} (45 milhas).
- 1922 – **TRANS-ZAMBESIA RAILWAY (T.Z.R.)**: inaugurou-se este Caminho de ferro em 1/7/1922. Inteiramente em território moçambicano, corria de MURRAÇA {14} ao DONDO {18}. *Murraça* situava-se na margem sul do

Fig. 187



Rio Zambeze em frente do *Chindio* (na margem norte, necessariamente), efectuando-se o transbordo de malas postais, passageiros e mercadorias por um sistema de “ferries”, que era difícil, moroso e dispendioso. Estava assim completa a ligação da Niassalândia com o mar, através do porto da *Beira*, trazendo a linha, também, apreciáveis benefícios para Moçambique, como é evidente. A ligação do DONDO {18} com a BEIRA {19} fazia-se pela *Beira Railway*.

É claro que, devido às dificuldades de transbordo *Murraça-Chindio*, não se considerava que o Caminho de Ferro trabalhasse com a máxima eficiência e há muito que se pensava na ligação das duas margens do Zambeze com uma ponte. Mesmo assim, devido às más condições de operacionalidade do porto do CHINDE {17}, em progressivo assoreamento, a T.Z.R. foi um importante impulso para o melhoramento das comunicações na região, dadas as enormes potencialidades do porto da *Beira*. Estes factos levaram ao abandono da Concessão Britânica do Chinde, o que ocorreu logo em 1923.

- 1935 – **PONTE SOBRE O RIO ZAMBEZE**: aberta à circulação ferroviária em Julho, esta importante obra de engenharia, com os seus 3677,102^m de comprimento, estabeleceu a ligação **directa** da Niassalândia com o mar. Esta famosa obra de engenharia serviu de tema para dois selos da C^a de Moçambique (mostra-se um ensaio) e mais dois selos de Moçambique. A sua inauguração foi assinalada com um voo comemorativo, entre Beira (Moçambique) e Blantyre (Niassalândia), que teve lugar em 20 de Agosto de 1935. A peça de Aero-

Fig. 188. No postal ilustrado podemos apreciar um barco do rio, típico daquela época. Estes característicos e belos barcos davam aos rios moçambicanos uma nota de cor e exotismo, que olhamos com certa nostalgia.



filatelia que reproduzimos é bastante rara. Construída entre SENA {15} e DONANA-MUTARARA {16}, a ponte obrigou a algumas alterações nos traçados ferroviários de aproximação, da T.Z.R. e C.A.R., conforme se pode ver na gravura 186. A T.Z.R., do *Dondo* a *Sena*, ficou a ter 291km de comprimento, integrando-se a ponte na C.A.R.

- **NYASALAND RAILWYS - NORTHERN EXTENSION**¹: com a inauguração deste troço de linha em 1935, a norte, de BLANTYRE {10} a SALIMA {4}, , com término junto à margem ocidental do Lago Niassa ficou finalmente estabelecida a ligação **directa** do grande Lago com o mar, inteiramente por caminho de ferro.

Em face das peças de História Postal pertinentes, quando seja possível a leitura dos respectivos carimbos de origem e chegada e quando existam carimbos de trânsito; sabendo-se as datas em que começaram a operar os diferentes caminhos de ferro ou troços, é fácil estabelecer-se as vias de transporte das correspondências. Estão incluídas neste caso as peças filatélicas de/para *Lago/Metangula* (e outras localidades da margem portuguesa do Lago Niassa), aspecto que directamente diz respeito a estas notas.

AS TRÊS ROTAS

1) A VIA TERRESTRE DE PORTO AMÉLIA² AO LAGO/METANGULA

Num excelente trabalho de John K. Cross, elaborado com base em documentos oficiais, publicado em PORTU-INFO³, boletim da International Society for Portuguese Philately, podemos aprender que a viagem entre a Costa e o Lago Niassa demorava, em Janeiro de 1913, 24 dias, incluindo períodos de repouso; tempo que em 1917 estava já reduzido para 16 dias, agora sendo usado o sistema de estafetas ou patamares⁴, como na altura se dizia. Em 1913 os correios saíam de PORTO AMÉLIA duas vezes por mês, nas tardes dos dias 14 e 29; de METANGULA {1} partiam nas manhãs dos dias 5 e 20.

Os correios cumpriam o percurso que pode ver-se na gravura 185. O esquema que se mostra não foi feito à escala, mas está baseado em mapas (e documentos) de 1889, 1904 e 1914. Por isso, pode não estar rigorosamente correcto, especialmente devido às dificuldades conhecidas em rela-

¹. Ao longo dos anos as designações dos Caminhos de ferro e sua estrutura administrativa ou económica, sofreram alterações de ordem vária, não havendo interesse em aqui aprofundá-las, apesar de termos na nossa biblioteca elementos que permitiam fazê-lo; assim, geralmente, indicamos as suas designações à data da inauguração.

². Actualmente PEMBA.

³. N.º 85, de Julho de 1987 e n.º 86, de Outubro do mesmo ano. John K. Cross é um distinto estudioso da História Postal de Portugal e Colónias, devendo-se-lhe inúmeros trabalhos de grande valia, que muito têm contribuído para o conhecimento da Filatelia Portuguesa no estrangeiro. Sempre pronto a prestar a sua colaboração, quando solicitada ou não, esperamos que John K. Cross continue a enriquecer a Filatelia Portuguesa com os seus estudos de investigação.

⁴. O termo “patamar” referia-se, antigamente, tanto ao sistema, como às pessoas (correios).

ção à localização de certas terras e leitura dos respectivos topónimos, com grafia antiga.

	1913	1917
	Dias	
Porto Amélia – Ancuabe	2	1
Ancuabe – Mesa	2	1
Mesa – Montepuez	2	1
Montepuez – Mualia	1	parte
Mualia – Mavala ¹	1	parte
Mavala – M'Salua	2	1
M'Salua – M'Tarica	7	6
M'Tarica – Muembe	2	2
Muembe – Metagula	4	4

Havia ainda dois percursos complementares: o primeiro de Ancuabe para Pomune e Namecala e o segundo de Mualia para Maúa e Cuamba. Estes percursos estão também assinalados no esquema da fig. 185.²

Infelizmente não nos é possível mostrar uma carta inteira, comprovadamente viajada neste percurso; supomos que não existirão muitas.

2) AS CORRESPONDÊNCIAS “VIA CHINDE”

Antes da inauguração da T.Z.R. (1/7/1922), as correspondências para a região do Lago Niassa eram encaminhadas “Via Chinde”, seguindo a via fluvial do Zambeze e Chire³ a via terrestre por ZOMBA {9} e FORT JOHNSTON {6}, subindo depois o Lago até METANGULA {1}. Com a construção da S.H.R (1908) e C.A.R. (1915), o trânsito fazia-se utilizando os comboios nos percursos CHINDIO {13} - PORT HERALD {12} - BLANTYRE {10} (ou vice-versa, obviamente).

Deste período são conhecidas cartas com vários carimbos de trânsito, documentando o percurso da melhor maneira e constituindo, assim, interessantes peças de História Postal.

Nas fig. 189 reproduz-se uma carta (frente e verso) que, embora não tenha carimbo de trânsito do CHINDE {17}, pode considerar-se que seguiu esta via, dado que a T.Z.R. (sempre considerada em relação com a “Via Beira”) só foi inaugurada em 1922.

¹. Em vários mapas e livros antigos consultados, não encontramos o topónimo MSULA, conforme a grafia do artigo de John K. Cross, mas sim M'SALUA ou MESSALUA (?), situado em coordenadas que fazem sentido; por esta razão optámos pelo “nosso” topónimo.

². É obvio que as correspondências de ou para o exterior normalmente vinham ou seguiam de barco, utilizando rotas que para o nosso caso não interessam; o que aqui está em causa são as vias de penetração/saída do país.

³. Os transportes fluviais eram efectuados por várias empresas, com especial destaque para a “African Lakes Corporation”. No postal ilustrado vê-se um barco típico daquela época.



Fig. 189 (frente e verso)

Assim:

LISBOA - 17/9/1921 (note-se o endereço: “Lago Niassa/Fort Johnston”); CHINDE {17} - em data que se desconhece, por falta do respectivo carimbo de trânsito, seguindo a via fluvial até CHINDIO {13}; nesta localidade apanhou o comboio da C.A.R./S.H.R., chegando a BLANTYRE {10}, término da linha nesta altura, onde foi carimbada a 27/10/1921; seguiu depois a via terrestre por ZOMBA {9} (carimbo de 28/10/1921) e FORT JONHSTON {6} (carimbo de 31/10/1921); chegou a LAGO/METANGULA {1} em 1/11/1921.

Conhecemos ainda uma interessante carta, a seguir descrita, que seguiu também o percurso da carta anterior, mas que está dirigida a METÓNIA {3}, com a mais valia de ter carimbo do CHINDE {17}:



Fig. 190 (frente e verso)

(?) – (FRANÇA) - 10/11/1921; carimbos de trânsito de CHINDE {17} - 18/ 12/1921, BLANTYRE {10} - 22/12/1921, ZOMBA {9} - 23/12/1921 e FORT JOHNSTON {6} - 27/12/1921. Não tem carimbo de chegada a METÓNIA {3}, sendo o seguinte o seu endereço: (?) [ilegível] “Nyasa/ Metónia/(Via Chinde)/Afrique Orientale Portugaise”. De notar a importante indicação “Via Chinde”. saliente-se ainda uma anotação com letra completamente diferente do remetente, certamente da autoria de qualquer funcionário: “Try Fort Johnston”, o mesmo que é dizer-se “Tente Fort Johnston”. Antes do topónimo “Nyasa” encontra-se uma indicação que aqui mostramos em decalque

Proga Nyassa

Parece-nos também um topónimo, mas não conseguimos identificá-lo ou decifrá-lo, apesar de a caligrafia ser de boa qualidade.

Referente ao percurso inverso, reproduzimos uma bela carta (fig. 190, frente e verso) que devemos à amabilidade de Altino da Silva Pinto,¹ não obstante o seu cariz filatélico

(Ver nota na página seguinte)

Fig. 191



é uma magnífica peça de História Postal, com os seus nada menos do que seis carimbos de trânsito e chegada! O seu percurso não oferece, por esta razão, quaisquer dúvidas. Temos pois:

LAGO/METANGULA {1} - 11/5/1908, carta registada com a etiqueta de registo de LAGO e carimbo circular pouco legível, da Companhia do Niassa; carimbos de trânsito da Niassalândia: FORT JOHNSTON {6}- 13/5/1908 e ZOMBA {9} - 16/5/1908; CHINDE {17} 22/5/1908, carimbo da estação de correios da Concessão Britânica (B.C.A. - British Central Africa); carimbo de trânsito por LONDRES - 19/6/1908; carimbo de trânsito e chegada aos Estados Unidos da América de CHICAGO E MILWAUKEE, ambos datados de 21/6/1908.

Torna-se claro que esta carta circulou por caminho de ferro de BLANTYRE {10} para PORT HERALD {12} (o último troço do S.H.R., para sul, foi inaugurada em 29/3/1908); seguiu depois a via fluvial até ao CHINDE {17} e daí por barco, "Via Londres", para os Estados Unidos.

3) AS CORRESPONDÊNCIAS "VIA BEIRA"

Com a inauguração da T.Z.R., em 1/7/1922 ficou estabelecida a ligação da Niassalândia com o porto da *Beira*. Uma simples olhadela ao mapa que se reproduz e tendo em conta o constante assoreamento do Rio *Chire* e as péssimas condições do porto do *Chinde*, com a sua foz em constante mudança e verificando-se, de um modo geral, um rápido assoreamento de todo o delta do Zambeze, por tudo isto, dizíamos, é fácil de entender a mudança de encaminhamento das correspondências da "*Via Chinde*", para a "*Via Beira*".

Conhecem-se muitas cartas com origem nos correios de LAGO, com especial incidência nos anos de 1925 a 1930. Vejamos dois exemplos:

1) LAGO/METANGULA {1} - (?)/1926, carimbo hexagonal da Companhia do Niassa; FORT JOHSTON {6} - 11/1/1926; ZOMBA {9} - 13/1/1926; LONDRES - 15/2/1926; não tem carimbo de trânsito da *Beira*, mas no remetente pode ler-se "Lago-Metangula/Fort Johnson/Via London-P.E.Africa".

2) A carta que se mostra na fig.197², saída de LAGO/METANGULA {1}, com carimbo hexagonal datado de 1/10/1928, é dirigida à Costa do Ouro; no verso tem carimbo de trânsito de FORT JOHNSTON {6}- 6/10/1928; e de

¹. Aqui agradecemos publicamente a Altino da Silva Pinto a valiosa colaboração que prestou a este nosso trabalho, permitindo a reprodução de esta e outras peças filatélicas de interesse. Realçamos o seu empenhamento e espírito de entre-ajuda demonstrados, ao atender da melhor maneira as nossas solicitações.

². Ver a gravura na 2ª parte deste artigo. Note-se que diversas gravuras, que dizem respeito aos textos desta 1ª. parte, podem ver-se na 2ª. parte.

chegada com data de 22/11/1928. O remetente indica no seu endereço: "Lago-Metengula/Via Beira Port Johnston/África Oriental Portug^a".

Reproduz-se ainda, na gravura 191 (frente e verso), uma magnífica carta de região do Lago¹ dirigida a Lisboa. É registada, com carimbo hexagonal de METÓNIA {3}, mas no seu remetente indica-se claramente MANDIMBA {5}, o que dá que pensar.

¹ Colecção de Lobão Tello

Transcreve-se o encaminhamento desta carta e o endereço completo do remetente.

METÓNIA {3} - 6/5/1929; FORT JOHNSTON {6} - 8/5/1929; ZOMBA {9} - (?)/5/1929; BEIRA {19} - 14/5/1929, carimbo de trânsito; LISBOA - 11/6/1929, carimbo de chegada; remetente: "Mandimba [sublinhado com dois traços, como pode ver-se na gravura]/Via Beira - Fort Johnston/África Oriental".

Esta questão das cartas encaminhadas por MANDIMBA {5}, assim como o facto de a peça anteriormente analisada (conhecem-se outras nas mesmas condições), ter remetente de *Mandimba* e carimbo de *Metónia* são coisas que nos oferecem muitas dúvidas e que, suponho, necessitam de esclarecimentos. Contamos um dia voltar ao assunto.

Fig. 192



Para já, sobre este último aspecto, lembramos que a Ordem n.º 24, publicada no “Boletim dos Correios, Telégrafos e Telefones de Moçambique”, n.º 315/Fevereiro de 1930¹, estabelecia, dadas as demoras que se verificavam com o correio enviado “Via Porto Amélia” para a região do Lago (circunscrições de Amaramba, Lago, Metarica e Metónia), mais exactamente para as localidades de Catur, Coboé, Cuamba, Litunde, Luconge, Macaloge, Mahua, Mecanhelas, Mecula, *Metangula*, Metónia, Muembe e Unango, a referida Ordem, dizíamos, estabelecia que as correspondências deviam ser encaminhadas “Via Beira-Mandimba”.

¹. Citado por John K. Cross no já referido artigo, publicado em PORTU-INFO

². Coleção de Altino da Silva Pinto.

Na fig. 192 reproduz-se uma carta registada de METANGULA {1},² datada de 17/1/1931, franquada com selos de Moçambique, já que a Companhia do Niassa tinha passado em 1929 para a administração directa do Estado Português. É dirigida à Austria e tem carimbos de trânsito de MANDIMBA {5} - 31/1/1931 e BEIRA {19} - 9/2/1931, mostrando-se assim de acordo com a Ordem atrás referida. Certamente esta carta foi transportada entre *Blantyre* e *Beira* pelo caminho de ferro (não vemos outra maneira), embora não apresente os habituais carimbos de trânsito dos correios de *Zomba* e *Fort Johnston*, como as descritas anteriormente. Supomos que a explicação está no facto de as correspondências, de acordo com a Ordem nº24, serem transportadas em mala fechada para MANDIMBA {5}, Aliás, John K. Cross, no artigo atrás referido, mostra uma carta de MANDIMBA {5}, datada de 24/2/1932, dirigida para a Alemanha que, não obstante a indicação do remetente “Mandimba (Niassa)/ Via Beira Fort Johnston”, apenas apresenta carimbo de transito da BEIRA {19} .

A importância de FORT JOHNSTON {6} no contexto das comunicações postais através do Lago Niassa, pode inferir-se das informações contidas na “Estatística Geral dos Correios da Província de Moçambique” referente a 1906. Neste documento diz-se que a primeira mala postal entre *Metangula* e *Fort Johnston* ocorreu em 4/1/1906 e que se despachavam malas destas localidades nos dias 1 e 15 de cada mês; por sua vez, *Fort Johnston* trocava malas semanalmente com *Zomba*, utilizando-se correios a pé . O que também acontecia em relação a outras localidades, em território moçambicano, para além de *Metangula*.

As malas de *Fort Johnston* para *Metangula*, seguiam por barco. Mais tarde a “Nyasaland Railways/Malawi Railways” passou a fazer a operação de um indispensável serviço

de navegação no Lago (conhecido por “Lake Service”), utilizando barcos de apreciável tonelagem; o “Ilala, p.e. era um navio-motor com mais de 600 toneladas.

É fácil de compreender, por conseguinte, a razão por que existem tantas cartas de ou para a região do Lago Niassa, com carimbos daquelas duas localidades da Niassalândia.

Como nota final desta primeira parte do nosso trabalho, e à margem do assunto tratado, pois refere-se a época bastante posterior, resta acrescentar que em Dezembro de 1969 completou-se o Caminho de Ferro de Nacala¹ com a inauguração do troço CATUR a VILA CABRAL {2}, ligando *Nacala* à região do Lago Niassa, num percurso de cerca de 800^{km}; atravessa, por isso, todo o país, de oriente para ocidente. Um ramal, com 78km, concluído em 1970, a partir de NOVA FREIXO {7}, passando por ENTRE-LAGOS {8} (na fronteira), ligou esta importante linha ao sistema ferroviário do Malávi (antes Niassalândia), ficando assim este país com duas ligações directas para o mar, através de Moçambique.

¹. A construção deste caminho de ferro iniciou-se em 1913 e em 1930 a linha atingiu Nampula!...

2ª. PARTE

Na primeira parte deste trabalho analisámos interessantes factos histórico- geográficos e estudámos, também, com algum pormenor, a História Postal de *Metangula* e das regiões limítrofes do Lago Niassa.



Fig. 193, 194 e 195, respectivamente



Fig. 196

Abrimos esta segunda parte com a reprodução de três gravuras, que têm muito a ver com o nosso trabalho e que ajudarão o leitor a situar-se no tempo e no espaço, complementando os mapas e esquemas antes divulgados.

Assim, na fig. 193 podemos apreciar um selo da Niassalândia que nos mostra, com bastante pormenor, a posição deste país em relação a Moçambique (identificado como "Portuguese East Africa"), o Lago Niassa, algumas localidades mencionadas neste artigo e o caminho de ferro no seu percurso aproximado, da froteira moçambicana à margem ocidental do Lago.

David Livingstone, missionário escocês e grande explorador africano, que pretensamente descobriu o Lago Niassa, é homenageado num selo do Malavei (fig.194), que tem a particularidade de ter sido carimbado em CHICHIRE-BLANTYRE, localidade várias vezes referida antes.

Finalmente, uma vista de *Metangula* é mostrada na fig.195. Trata-se de um inteiro postal da República de Moçambique; pela legenda, no verso, podemos constatar que no novo país continua a chamar-se "*Niassa*" ao grande lago.

Fig. 197a





Fig. 197b

HISTÓRIA POSTAL: OS DIVERSOS CARIMBOS

Segundo já foi referido, *Metangula* teve correio pelo menos a partir de 1906, pois que há notícia oficial de que a primeira mala postal entre esta localidade e *Fort Johnston* aconteceu em 4/1/1906.¹

De início, os carimbos e etiquetas de registo tinham o nome do Concelho - LAGO -, o que não é caso único. Na carta que se mostrou na fig. 190, na primeira parte deste trabalho, datada de 1/5/1908, foi usado um carimbo circular da Companhia do Niassa, com este topónimo. Depois, ainda com o topónimo *Lago*, temos o carimbo hexagonal que se mostra na fig. 197a, de um tipo que se generalizou em todo o território da Companhia; enquanto que na fig. 197b se mostra uma carta com “tripla concordância” (!): vê-se este

¹. Ver a primeira parte deste capítulo.



Fig. 198



Fig. 199 e 200

carimbo de *Lago*, uma marca de registo impressa, com o mesmo topónimo e ainda um carimbo linear, administrativo, do Concelho de *Lago*. Ainda com este topónimo, e segundo informação de Altino da Silva Pinto, o carimbo administrativo da fig.196 conhece-se usado como obliterador.

Já que não é conhecida a existência de qualquer carimbo do correio, do tempo da C^a do Niassa, com o topónimo *Metangula*, supomos que a aparição deste nome, com expressão postal, se verificou logo após a passagem dos territórios desta Companhia privilegiada para administração directa do Estado, o que se verificou a partir de 14/9/1929, como já foi dito. O interessante sobrescrito que pode apreciar-se na gravura 198, certamente terá relação com esse período de transição postal, pois que ostenta uma obliteração manuscrita com o topónimo *Metangula*, repetida cinco vezes, aparecendo ainda este nome, também manuscrito, na etiqueta de registo; a data é de 19/6/1930¹.

Assim, logo depois, o correio de *Metangula* passou a usar o carimbo hexagonal (fig.199) comum a todo o território sob administração do Estado Português, seguido, na devida altura, pelo tipo circular com ornamentos em forma de “S”, genérico também, criado em 1948/49 (fig. 200). Tudo normal, portanto, neste período.

Uma nova e importante modificação ocorreu em 1963: pela Portaria 17320/63, de 21 de Dezembro, *Metangula* passou a chamar-se *Augusto Cardoso*, homenageando Augusto de Melo Pinto Cardoso, notável oficial de marinha e cientista, muito ligado à região. Mas, não obstante esta realidade, o antropónimo não teve grande aceitação pelas populações, que continuaram a usar o antigo nome, facto que, aliás, pessoalmente constatámos noutros casos.² Não terá sido certamente por esta razão, mas a verdade é que este topónimo tem pouquíssima representação na Marcofilia moçambicana: no período de 1963 a 1975 apenas foram utilizados, segundo cremos, carimbos provisórios de borracha, não sendo conhecido qualquer carimbo metálico, de longa duração. Facto deveras estranho, que nos custa a aceitar!... Estaremos enganados? Qualquer informação adicional será, obviamente, bem-vinda.

Ainda em relação aos carimbos provisórios, acrescentamos que se conhecem três tipos, com poucas diferenças entre si, batidos nas cores violeta, azul e preta (fig.201ab).

Após a independência de Moçambique, tendo sido

¹. Colecção do Dr. Luís Frazão. “Ostentação” é a palavra certa para esta carta, encaminhada através de *Mandimba*, pois é uma peça espectacular

². Facto também constatado pelo Dr. Altino Pinto, nas suas andanças por aquelas terras.

Fig. 201a



eliminados praticamente todos os topónimos com conotações coloniais, *Augusto Cardoso* passou a chamar-se novamente *Metangula*. Com este nome, logo após a independência, foi posto em uso um carimbo circular com a legenda “C.T.T.” (fig.202), seguido por um outro com os dizeres “Correios de Moçambique” e o logotipo “CM” (fig.203).

Tem interesse referir, à margem deste trabalho, que durante a 1ª Grande Guerra esteve estacionado em *Metangula* um contingente de tropas aliadas: os militares usaram nas suas correspondências selos da Cª do Niassa, inutilizados com um carimbo inglês de correio militar de campanha, com a designação “NYASALAND/FF2” (fig.204ab). Existem muitos selos carimbados de favor,¹ sendo raras as cartas efectivamente circuladas, com esta marca a partir de *Metangula*.

Ainda em relação com as rotas postais de/para o Lago Niassa (ver a 1ª parte), julgamos que é importante referir



Fig. 201b

(Ver nota na página seguinte)

Fig. 202





Fig. 203, em cima, e 204 (a,b)

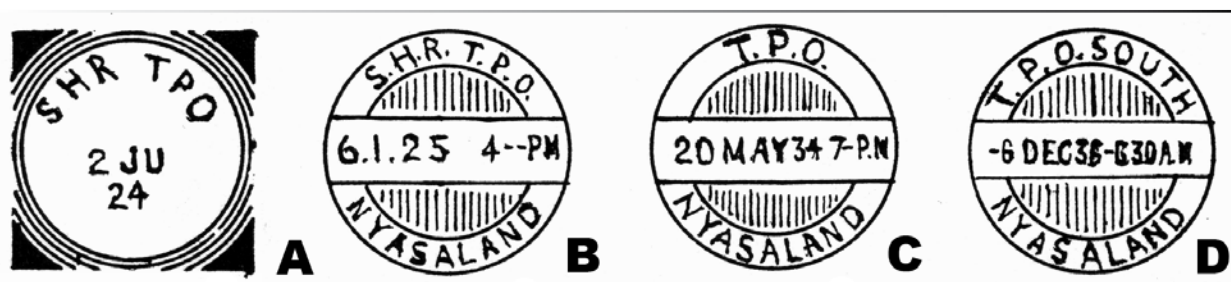


que nas linhas ferroviárias da Niassalândia circularam ambulâncias postais. Pelo seu evidente interesse e por julgarmos que são praticamente desconhecidas no nosso país, reproduzimos os carimbos utilizados ao longo dos anos: atenção! pois há boas probabilidades de aparecerem (existirem) correspondências de Moçambique com estes carimbos, já que as ambulâncias penetravam em território moçambicano, como se verifica facilmente analisando os elementos, desenhados ou escritos, que transmitimos na 1ª parte deste estudo.

Assim: o carimbo da fig.205a, com a legenda “SHR TPO” (“Shire Highlands Railways - Train Post Office”), foi utilizado no percurso BLANTYRE {10}/CHINDIO {13}, entre 1923 e 1930; este carimbo foi substituído por aquele que se apresenta na fig. 205b em uso a partir de 1930 (?)² até 1934; na fig.205c mostra-se um carimbo que esteve em serviço somente um ano (1935); nesta data foi inaugurada a “Northern Extension”, de BLANTYRE {10} a SALIMA {4} passando a ser utilizados dois carimbos do tipo que se apresenta na fig.205d, em toda a extensão das linhas entre Sena e Salima: no percurso SENA {15}/BLANTYRE {10}, com a legenda “T.P.O. SOUTH” e no percurso BLANTYRE

¹. Chegou a aventar-se a hipótese de este carimbo funcionar como uma espécie de “sobrecarga”, devido às autoridades portuguesas não aceitarem a utilização de selos da Niassalândia, no local; o que não nos parece muito provável.

². Estes elementos foram extraídos da revista “The South African Philatelist”; embora no texto se refira que o carimbo da fig.20B foi posto em serviço a partir de 1930, na gravura reproduz-se o desenho de um carimbo com a data de 6/1/1925.



{10}/SALIMA {4}, legendado “T.P.O. NORTH”.

Fig. 205 (a, b, c, d)

Estas ambulâncias postais foram extintas em 1956.

Finalmente assinalamos que se conhecem vários selos obliterados com carimbos administrativos da Trans-Zambesia Bailway, mas que nada têm a ver com este serviço de ambulâncias. Sabemos por experiência própria que se trata de carimbos relacionados com transporte de favor de correspondência.

AS ORIGENS DOS TOPÓNIMOS “METANGULA” E “AUGUSTO CARDOSO”

Muito pouco conhecemos sobre o topónimo *Metangula*. António Cabral, no seu utilíssimo “Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem”, a que tantas vezes recorremos, diz-nos apenas: “Segundo J.E.Mullan, os Senzi [um clã] vieram para Sena de um lugar chamado Metangoni, que parece identificar-se com Metangula, na margem oriental do Lago Niassa”.

O topónimo *Augusto Cardoso* homenageou Augusto de Melo Pinto Cardoso, oficial de Marinha, que prestou relevantes serviços em Moçambique. Augusto Cardoso nasceu em Lisboa a 19 de Agosto de 1859 e faleceu em Inhambane, em 1930.

Foi para Moçambique em 1881, com o posto de guarda-marinha. Fez extensas viagens de exploração, a partir da Costa até ao Lago Niassa, percorrendo 2500Km. Relacionados com as suas explorações elaborou valiosos estudos de carácter científico nas áreas da Matemática, Astronomia e Meteorologia; foi ainda jornalista, distinguindo-se também na administração pública, onde ocupou lugares de relevo: Governador do Distrito de Inhambane, capitão do porto de Lourenço Marques, entre outros.

Fig. 206



À acção do Comandante Augusto de Cardoso e aos seus vastos conhecimentos da região do Lago Niassa, ficou a dever-se o relevante facto de não ter sido contestado o traçado das fronteiras naquela parte de Moçambique, fronteiras essas que foram reconhecidas pelo tratado Anglo-Luso de 1891, que se seguiu ao tristemente célebre ultimato inglês.

BIBLIOGRAFIA

(Além da mencionada no texto e notas, das duas partes deste capítulo)

- Recortes Diversos (Arquivo do autor)
- PORTU-INFO: Boletim da Internacional Society por Portuguese Philately (Vários números)
- Nova Enciclopédia “Larousse”
- The South African Philatelist. Agosto/1959
- Diário De Moçambique (Número especial comemorativo do Cinquentenário da Cidade da Beira, 20/08/1957)
- Dicionário dos Nomes Geográficos de Moçambique – Sua Origem, por António Carlos Pereira Cabral
- Dicionário Corográfico De Moçambique (1º Fascículo, Territórios de Cabo Delgado – Companhia do Niassa)
- Portos, Caminhos de Ferro e Transportes de Moçambique Propaganda e Publicidade (Diversas publicações).

24: LOURENÇO MARQUES/ MAPUTO E AS FRANQUIAS MECÂNICAS; UM ASPECTO PARADIGMÁTICO

MUDANÇAS DE NOME

Em artigos anteriores abordámos as vicissitudes toponímicas, consequência de acontecimentos que marcaram a História.

A famosa *Constantinopla*, capital do Império Romano do Oriente, antiga *Bizâncio*, actualmente *Istambul*, foi fundada a partir do nada pelo primeiro imperador romano cristão, Constantino I, o *Grande*, em 324 a.C. O seu nome glorificava o fundador e comemorava as suas vitórias. Alexandre Magno fundou *Alexandria*, no Egipto, em 332 a.C.; verdadeiro monumento ao seu imenso poder, a cidade ficou célebre pelo seu farol com mais de 120m de altura, uma das sete maravilhas do mundo antigo, e pela importantíssima biblioteca de 700 mil volumes, famoso centro literário e artístico da antiguidade. *Alexandria* (em árabe *Al-Iskandariya*) manteve o nome até hoje. Outro *Grande*, Pedro I, construiu a partir de 1703, uma moderna e importante cidade na foz do rio Neva, que chegou a ser capital da Rússia, *Sampetersburgo*. Construída em terrenos inóspitos e desérticos, à custa de trabalho forçado, era espelho de uma ambição: Pedro I queria mostrar a abertura do seu país ao mundo. Chamada *Petrogrado* de 1914 a 1924, o regime bolchevique denominou-a *Leningrado*, antropónimo que em 1991 reverteu ao primitivo *Sampetersburgo*.

Mas avancemos para o que mais directamente nos interessa.

Com a independência de Moçambique, *Lourenço Margues*

passou a chamar-se Maputio. Maputo é o nome de um rio que desagua na baía que no tempo colonial se chamava de Lourenço Marques, e que atravessa o espaço do então concelho de Bela Vista. Maputo era também a designação de um regulado que se situava na margem direita do mesmo rio (antes conhecido por Lisuto). Este topónimo vem de Maputio (ou melhor Maputyó), pois assim se chamava o filho predilecto do poderoso régulo Nuagobe, que recebeu de seu pai aquelas extensas terras¹.

¹ A muitas localidades de Moçambique, que mudaram de nome, foi-lhes atribuída a designação tradicional antiga, quase sempre correspondente ao regulado da região

² Ver capítulo anterior.

Lourenço Marques, como vimos antes² foi um obscuro navegador do século XVI, que deu o nome à baía onde séculos depois viria a implantar-se a progressiva e bela cidade que tomou o seu nome, um dos melhores e mais importantes portos da África Austral.

O Art.º n.º 1 do Decreto-Lei nº 10/76, de 13 de Março de 1976, diz textualmente: “A capital da República Popular de Moçambique passa a designar-se Maputo.” No Artº 3 pode ler-se: “O presente diploma produz efeitos a partir do dia 5 de Fevereiro de 1976, Dia dos Heróis Moçambicanos” (B.R. nº 30 - 1ª Série, de 13/3/1976).

Parece que o nome escolhido para a capital do novo país não foi bem aceite por todos os moçambicanos e, em nossa opinião, não foi muito feliz. Voltaremos ao assunto em próxima oportunidade.

Um contraste evidente faz a diferença entre estas importantes cidades, mas com algo em comum: as três primeiras urbes foram fundadas por grande homens, glorificando a sua vida e obra, mas sofreram diversas alterações nos seus nomes, ao longo dos séculos, marcadas profundamente por acontecimentos que fizeram História. *Lourenço Marques* também teve o seu nome alterado; a grande diferença é que esta cidade deve os seus dois nomes a dois obscuros personagens, assim homenageados séculos depois de morrerem.

AS FRANQUIAS MECÂNICAS COM O TOPÓNIMO LOURENÇO MARQUES RASPADO

No que aos Correios respeita, Lourenço Marques (ou Maputo, como se queira), em vertentes de ordem diversa, terá sido um dos mais difíceis problemas a resolver, como

resultado da mudança de nome. Para além dos muitos carimbos, havia que mudar o nome colonial nos cunhos das franquias mecânicas, quer das máquinas que funcionavam nas estações postais da cidade, quer nas máquinas utilizadas por particulares¹. A solução encontrada, neste caso, foi raspar nos cunhos os topónimos com conotações coloniais.

Impõe-se aqui uma breve retrospectiva em relação a esta forma de franquiar correspondência, em rápido desaparecimento, graças às novas tecnologias.

A legislação sobre as máquinas de franquiar remontava ao tempo colonial - Decreto n.º 41538, datado de 26/2/1958, publicado no Boletim Oficial de Moçambique n.º 11 - I Série, de 15/3/1958. Com a independência de Moçambique manteve-se em vigor este antigo regulamento.

Insistimos no que já afirmámos no Cap. 4:

“Verifica-se, assim, que nos casos apontados, as correspondências circulavam [...] sem indicação de localidade de origem. E se é fácil identificar, em muitos casos, a origem das correspondências que utilizavam franquias mecânicas particulares (e necessariamente sobrescritos timbrados) e ainda as localidades de onde provêm as correspondências registadas, por intermédio das respectivas etiquetas [...], o mesmo já não acontece no que respeita às correspondências ordinárias, franquizadas mecanicamente nos Correios. [...]”

Apesar de todos os inconvenientes, certamente devido a problemas económicos e/ou de ordem técnica, somente em princípios de 1979, segundo os nossos registos, começaram a aparecer em Maputo máquinas de franquiar com os topónimos eliminados por raspagem; também por essa altura, nos casos em que isso se justificava, foram substituídos ou na maior parte das vezes eliminados, os cunhos das legendas ou “slogans” de publicidade. Constatase assim que os topónimos com conotações coloniais prevaleceram durante mais de três anos. Quanto aos cunhos com nomes raspados, esses mantiveram-se durante muitos anos, supondo-se que já não subsistem; podemos, contudo, afirmar que existiam em 1987.

Nota-se também que, em muitos casos, os cunhos da parte respeitante à marca-do-dia, depois de eliminados os topónimos, foram montados ao contrário (Fig.217-220).

Nesta brevíssima análise das franquias mecânicas de Moçambique, no período colonial e após a independência do território e antes de passar á fase seguinte deste trabalho,

¹ Classificámos de particulares todas as máquinas de franquiar usadas fora dos Correios, mesmo considerando o caso de entidades oficiais.

resta-nos assinalar que as marcas das máquinas utilizadas eram: UNIVERSAL/PITNEY BOWES (Fig.209), que se distinguem facilmente por as suas impressões terem a letra “U” antes do número da licença; FRANCOTYP (Fig.210-211) caracterizadas por um “I” no mesmo lugar; e SATAS (Fig. 212), que não tem qualquer elemento identificativo de referência, mas com características gerais diferentes das anteriores. Destas três máquinas existem diversos tipos e sub-tipos.

O seu estudo exaustivo obviamente não caberia no âmbito deste trabalho.

1.- MÁQUINAS UTILIZADAS COM O TOPÓNIMO LOURENÇO MARQUES, PÓS INDEPENDÊNCIA¹

1.1.- DOS CORREIOS

Segundo cremos, todas as máquinas de franquiar utilizadas nos Correios de Maputo eram do tipo UNIVERSAL/PITNEY BOWES² de que mostramos dois exemplos:

¹ Para fácil compreensão lembramos que a data da independência de Moçambique foi 25 de Junho de 1975.

² A marca Pitney Bowes engloba a antiga Universal, dado que as duas empresas se fundiram; desconhecendo-se a data da fusão e as datas da concessão de quase todas as licenças, torna-se impossível fazer a destrição, razão por que optámos por indicar as duas designações juntas.

- Com a barra por baixo da taxa medindo 13,5 mm (Fig.207) e a data enquadrada por dois traços horizontais; data da marcação em 12/8/76, notando-se a etiqueta de registo já de Maputo, em contraste com Lourenço Marques;
- Com a mesma barra medindo 9,5 mm e com a data não enquadrada com os traços; data 15/9/76 (Fig. 208).



Fig. 207



Fig. 208

1.2.- UTILIZADAS POR PARTICULARES

- ▶ Máquina UNIVERSAL/PITNEY/BOWES data: 1/12/75; licença U.160, concedida à Inspeção de Crédito e Seguros (Fig. 209).
- ▶ Máquina FRANCO TYP; utilização em 16/7/75, data muito próxima da independência do país, mas anterior à mudança oficial do topónimo, que se verificou em 3/2/76, como vimos. Licença 1-15, concedida à SHELL PORTUGUESA (Fig. 210). Note-se o selo de imposto postal, dito de “Telecomunicações”, taxa que posteriormente foi integrada no porte.
- ▶ Máquina FRANCO TYP; utilização: 24/1/78; licença I-99, concedida à SONAREP - Sociedade Nacional de Refinação de Petróleos (Fig. 211), empresa entretanto nacionalizada e que foi substituída pela PETROMOC - Empresa Nacional de Petróleos de Moçambique, E.E. (Empresa Estatal), que passou a usar esta máquina. Note-se a legenda publicitária da SONAREP, com conotações nitidamente coloniais.

2. - COM O NOVO TOPÓNIMO – MAPUTO

- ▶ Máquina SATAS; data: 23/10/81. Licença 176, concedida à Embaixada da República Federal da Alemanha (Fig. 212).

Fig. 209





Fig. 210 e 211

3.- MÁQUINAS COM O TOPÓNIMO RASPADO

Como já dissemos noutro artigo publicado nesta Revista, as máquinas de franquiar com o topónimo Lourenço Marques raspado, tanto as utilizadas nas diversas estações de correio de Maputo, como as particulares, começaram a aparecer em princípios de 1979.

Fig. 212

Relacionamos a seguir as diferentes máquinas que



conhecemos nestas condições; fazemo-lo com perfeita consciência de que esta listagem está bastante incompleta. Mesmo assim acreditamos na sua utilidade, já que se trata de assunto que não temos visto tratado nas revistas portuguesas da especialidade, o que lamentamos¹.

3.1.- MÁQUINA NA UNIVERSAL/PITNEY BOWES

3.1.1.- DOS CORREIOS

- ▶ Com a legenda UCTT, por debaixo da taxa (Fig. 213); note-se um aspecto curioso: a carta registada tem ainda uma marco-do-dia tipo hexagonal da “Posta Aérea”, também com o nome eliminado, mas na etiqueta de registo lê-se já o novo topónimo - MAPUTO. Esta situação verificava-se frequentemente e também existem cartas do mesmo género com outros carimbos de Maputo, o que torna estas peças muito interessantes (também Fig. 216).
- ▶ Com uma barra medindo 9,5 mm antecedida da letra “U”, no mesmo local da anterior.
- ▶ Idem, com a barra medindo 11,5mm mas sem a letra “U” e com traços horizontais enquadrando a data.
- ▶ Idem, com a barra medindo 9,5,mm mas sem traços horizontais na data (Fig. 214).
- ▶ Com a legenda “LM7”, no mesmo local. (Fig. 215).

¹. Nunca vimos qualquer escrito sobre as mudanças toponímicas nos outros antigos territórios ultramarinos portugueses e a sua influência nos respectivos Correios. Em Angola, por exemplo, certamente que se verificaram (verificam ainda?) casos dignos de registo, importantes para a Filatelia. Cada dia que passa torna mais difíceis as pesquisas e os preciosos elementos acabarão por se perder. O que será uma pena!.

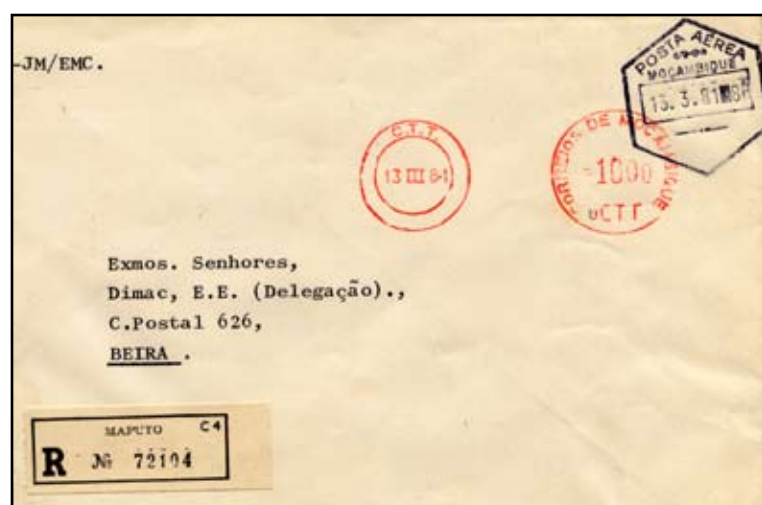


Fig. 213

3.1.2.- MÁQUINAS UTILIZADAS POR PARTICULARES

Relacionamos estas máquinas de franquiar pela ordem de numeração das licenças. Escusamo-nos de referir os respectivos tipos (marcas comerciais), pois a sua identificação é fácil, conforme referimos anteriormente.

- ▶ Licença U.22, concedida à Direcção Nacional de Serviços de Finanças; continuou nestes Serviços (Fig. 221).
- ▶ Licença U.28; concedida ao Rádio Clube de Moçambique



Fig. 214, 215 e 216, respectivamente



bique (Fig. 216) passou para a Rádio Moçambique, que substituiu aquela entidade. Note-se o carimbo de borracha de Maputo (carimbo de recurso).

Fig. 217

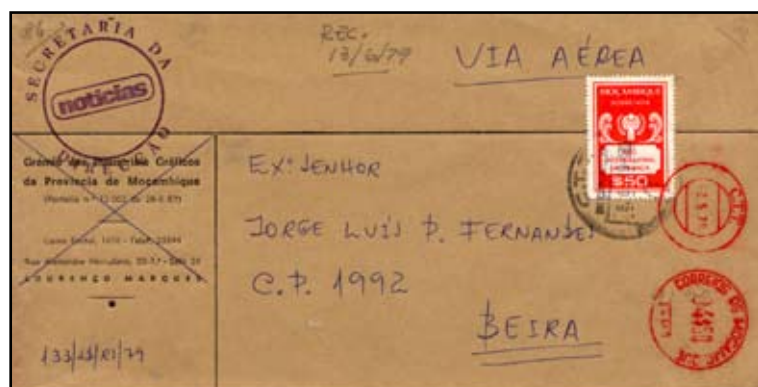
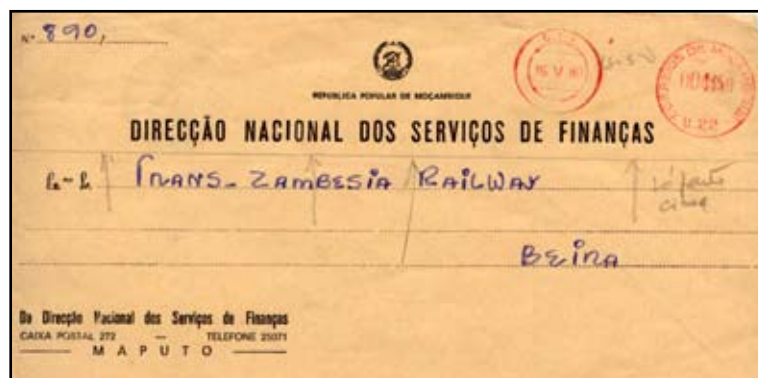
- Licença U.44, concedida à Companhia de Seguros Tranquilidade, passou para a EMOSE – Empresa Moçambicana de Seguros, E.E.(Fig. 222). Note-se também o carimbo de Maputo raspado.
- Licença I-56; concedida à SONAP DE MOÇAMBIQUE - Sociedade Nacional de Petróleos (Fig. 217), passou para a PETROMOC (já antes mencionada), que utilizou também a máquina com a licença I-99, adiante descrita. Note-se quatro aspectos de interesse: 1) O cunho da marca-do-dia montado em posição invertida, após a eliminação do nome; 2) A legenda de publicidade do



Fig. 218



Fig. 219 e 220 nesta coluna, respectivamente, e 221 a 224 na coluna à direita, respectivamente.



tempo colonial; 3) A etiqueta de registo de Maputo; 4) A marca-do-dia (6/8/79), de recurso, do tempo colonial, com as legendas “Estação Itinerante/Moçambique” a obliterar um selo do correio de \$50, funcionando como taxa de “Telecomunicações”. Tudo isto em sobrescrito timbrado da PETROMOC

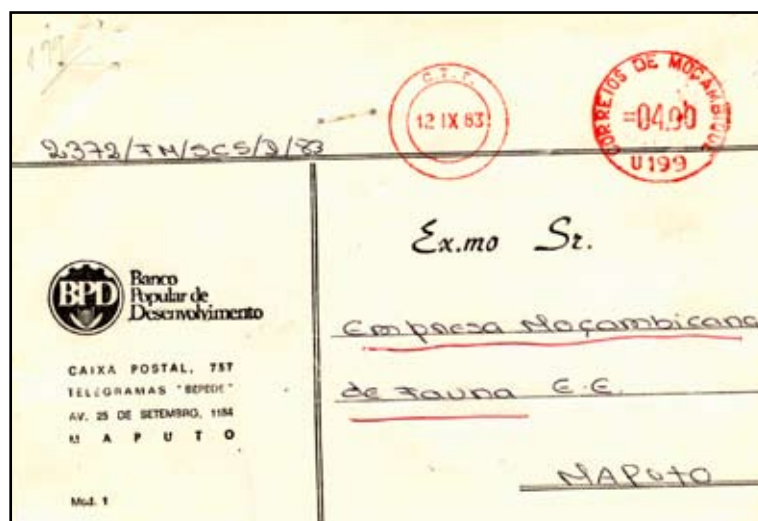
- Licença I-78; concedida à Companhia de Cimentos de Moçambique, continuou na Empresa. O cunho da marca-do-dia foi recolocado invertido (Fig. 223). O topónimo raspado da franquia mecânica foi suplementado com um carimbo provisório de borracha, do Maputo.
- Licença 1-86, concedida à Sociedade do “Notícias” (jornal diário), continuou ao serviço do jornal (Fig. 224).
- Licença I-95, concedida a Spence Portuguesa (LM), Lda., continuou na firma (Fig. 225).
- Licença I-99; já anteriormente referida com a legenda publicitária de origem colonial, passou agora a ser utilizada com legenda publicitária da PETROMOC, embora com o topónimo eliminado. Vê-se aqui também em

Figs. 225 e 226



sobrescrito timbrado daquela Empresa Estatal moçambicana (Fig.218).

- ▶ Licença I-143, concedida à firma J.A.Carvalho & C^a. Lda. (Livraria Minerva Central), continuou na firma.
- ▶ Licença I-144; concedida à Empresa de Seguros A Mundial de Moçambique, inexplicavelmente passou a ser utilizada por DIMAC - Distribuidora de Materiais de Construção, E.E. Duas entidades que parece não terem qualquer relação entre si (Fig. 226).
- ▶ Licença I-164; concedida ao Banco Standard Totta de Moçambique. Tem o cunho invertido (Fig. 219), como já foi referido para outras máquinas.
- ▶ Licença I-174; utilizada pela Empresa de Filatelia e Numismática, E.E. Tem o cunho invertido e desconhece-se a sua origem (Fig. 220).
- ▶ Licença U.199, utilizada pelo Banco Popular de Moçambique. Desconhece-se a sua origem (Fig. 227).



Figs. 227 e 228

- Licença I-209, utilizada pelo jornal “Notícias”. Desconhecemos a quem foi atribuída (Fig. 228).

BIBLIOGRAFIA

- Vários trabalhos do autor sobre esta temática.
- Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem, por António Carlos Pereira Cabral, Lourenço Marques - 1975.
- Memória do Mundo - Das Origens ao Ano 2000, edição do Circulo de Leitores.

25: QUANDO SE CHAMAVA “DELAGOA BAY” A LOURENÇO MARQUES



Fig. 229

1.^a PARTE

BREVES CONSIDERAÇÕES TOPONIMICAS E HISTÓRICAS

Baia do Lagoa, Lourenço Marques, Delagoa Bay (ou simplesmente *Delagoa*), *Xilunguine* (ou *Chilunguine*), *Mafumo* (ou *Camfumo*, existindo ainda outras variantes de grafia) e

finalmente (mas não consensualmente) Maputo são tudo topónimos que dizem respeito à grande e bela cidade, com o seu magnífico porto, capital do país à beira do Índico que actualmente é a República de Moçambique. *Lourenço Marques* foi ainda a capital do território que, sob a soberania portuguesa, administrativamente começou por ser província ultramarina, depois colónia, para passar novamente a província e a seguir a estado; foi baptizada com o nome de Maputo em 3 de Fevereiro de 1976, depois da independência do país! (Fig.229).

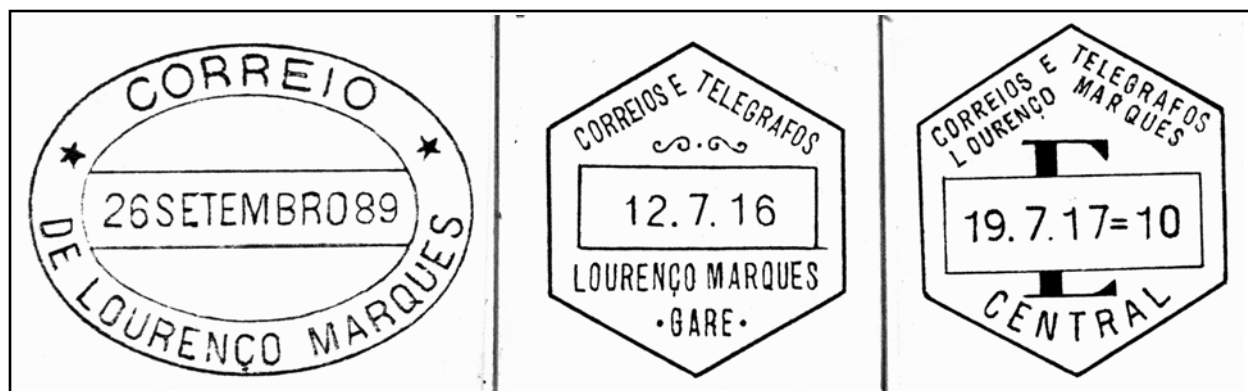
Muitos daqueles nomes e as sucessivas mudanças administrativas tiveram e continuam a ter expressão na Filatelia, o que bem demonstra a importância deste passatempo, eminentemente cultural, nas suas diversas vertentes (isto, usando um estafado, mas sempre verdadeiro e actual lugar comum).

Vem a propósito referir que os primeiros selos do território, do tipo “Coroa”, têm simplesmente a legenda “*Moçambique*”; logo a seguir as emissões de D. Luis aparecem com a designação de “*Província de Moçambique*”; depois, nos selos de D.Carlos vemos “*Portugal/Moçambique*”¹, passando novamente ao comum “*Moçambique*”, que perdurou largos anos; com o Acto Colonial de Salazar temos a emissão evocativa das vitórias de Mouzinho de Albuquerque (1930/31) que leva inscrita a designação “*Colónia de Moçambique*”, logo seguida, em 1938, das séries comuns a todos os territórios ultramarinos portugueses com a “imponente”, mas pouco duradoura legenda, no selos, entenda-se, “*Império Colonial Português*” voltando-se ter depois à simplificação de “*Moçambique*”; esporadicamente aparecem as emissões comemorativas do Centenário do Selo Postal de Portugal com a inédita legenda “*Ultramar Português*” (que não voltou a repetir-se), fixando-se logo a seguir, até à independência, a



Figs. 230

¹ Fizemos neste espaço um breve resumo do assunto, pouco exaustivo e, conseqüentemente, com falhas de pormenor.



Figs. 231a



Fig. 231b

¹ Lourenço Marques foi elevada à categoria de cidade por Decreto de 10 de Novembro de 1887, no reinado de D. Luís I.

forma “República Portuguesa/Moçambique”. Curiosamente, entretanto, os selos de imposto postal tipo “Pelicano” e outros levaram, primeiro, a legenda “Colónia de Moçambique”, ressuscitando, depois, a “velha” inscrição das emissões monárquicas “Província de Moçambique (fig. 230)”.

Por outro lado, se no tempo colonial o topónimo *Lourenço Marques* teve grande expressão, obviamente, no panorama filatélico, nos selos propriamente ditos, o mesmo aconteceu nos variadíssimos carimbos dos Correios (Fig. 231ab) usados durante muitos anos; e não nos esqueçamos, que o respectivo Distrito teve os seus próprios selos, emitidos de 1893 a 1921. A mesma importância, no âmbito filatélico, verifica-se em relação a *Maputo*, após a independência, sendo interessante lembrar que uma emissão da República de Moçambique, de 1987, comemorou o centenário desta cidade que necessariamente em 1887¹ se chamava *Lourenço Marques* (Fig. 232ab)

Mas deixemos de lado *Xilunguine* e *Mafumo*, nomes sem interesse filatélico objectivo e fixemo-nos no topónimo *Delagoa Bay*, que os ingleses “inventaram” a partir da portuguesa e muito antiga *Baía da Lagoa*, nome polémico que fez correr tanta tinta e que ainda, actualmente, por vezes é referido num contexto que demonstra ignorância sobre o seu real significado. Não é conhecido qualquer carimbo dos Correios com este nome que, contudo, aparece com grande frequência nos endereços das correspondências dos fins do século XIX e princípios do século XX, respeitantes a Lourenço Marques.

A Baía de Lourenço Marques foi descoberta por navegadores portugueses, logo após a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, aparecendo já referenciada em 1502, no célebre mapa de Cantino. Era conhecida, nesses primeiros tempos, por *BAIA DA LAGOA*, pois acreditava-se, que os



Fig. 232a
(Ver legenda na figura seguinte)

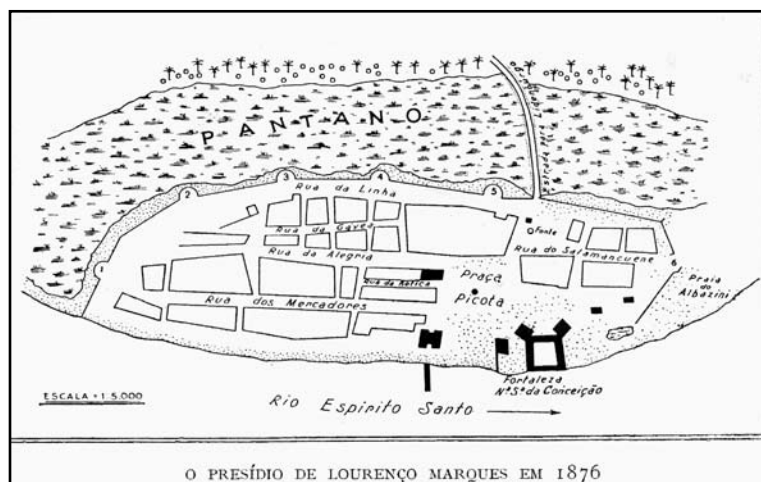


Fig 232. O motivo do selo mostrado em 232a é Lourenço Marques em 1876. Planta do Presídio com a Linha de Defesa. O desenho é similar àquele que se apresenta em 232b.

vários rios que nela desaguavam provinham de uma grande lagoa existente no interior¹. O seu reconhecimento geográfico só viria a ser feito em 1544, no reinado de D. João III, por um obscuro navegador, chamado Lourenço Marques, piloto das naus da Índia e negociante (tratante, como então se dizia, isto é a pessoa que fazia tratos ou negócios), por ordem, segundo se crê, do Capitão de Sofala e Moçambique, João de Sepúlveda. Supõe-se, embora não sejam conhecidas provas documentais, que foi D. João III, que havia mandado explorar a região reconhecendo a sua importância para o trato do comércio, lhe deu o nome de Lourenço Marques, homenageando aquele navegador.

Mas não tendo havido uma ocupação efectiva dos portugueses, a Baía começou a ser frequentada por navegadores de outras nacionalidades, holandeses, ingleses e franceses, chegando mesmo a haver tentativas de estabelecimento de

¹ Segundo Alfredo Pereira de Lima, historiador moçambicano, que foi responsável pelo Gabinete de História da Câmara Municipal de Lourenço Marques.

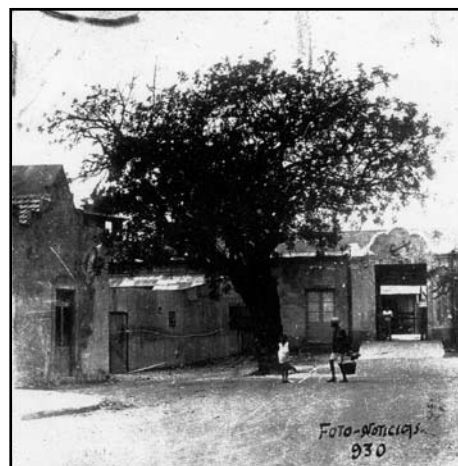
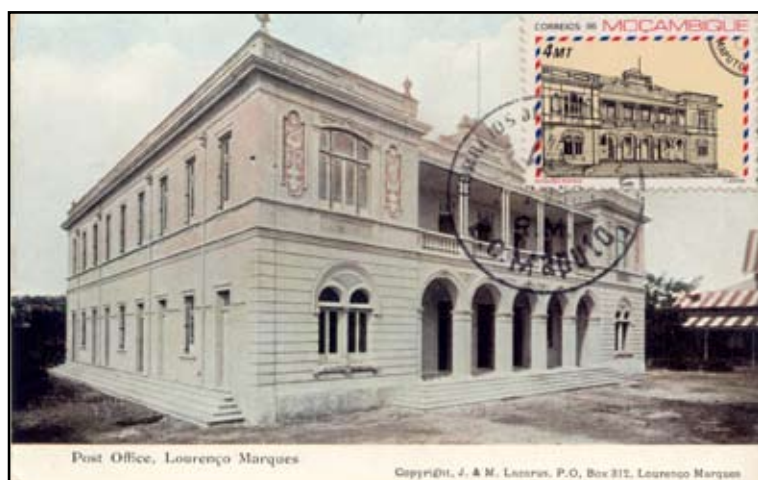


Fig. 233. Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, onde esteve instalada a primeira estação postal. Junto da grande árvore a entrada da fortaleza, o feitor do presídio distribuía o correio aos residentes.

Fig. 234. Neste postal máximo o magnífico edifício do Correio de Lourenço Marques / Maputo.

feitorias, que fracassaram, por holandeses e austríacos, no século XVIII.

A soberania portuguesa foi restabelecida quando em 1782 desembarcou na Baía o primeiro governador de Lourenço Marques, Joaquim de Araújo, fundando com um reduzido destacamento de homens mal preparados e equipados, o presídio de Nossa Senhora da Conceição, no local do “providencial estuário [do rio] do Espírito Santo [onde se] pode à “piori” concluir que esse lugar estava predestinado para base de um empório comercial, apenas ali se cruzassem com as correntes do “hinterland” as do tráfego oceânico¹. Sítio inóspito e constantemente ameaçado pelos ataques dos regulados vizinhos, onde nasceu a povoação, depois vila (1876), mais tarde cidade (1887) e capital (1898), com o seu importante porto, que se chamou *Lourenço Marques* e que alguns teimavam em designar por Delagoa Bay. Teimosamente ou por iconfessados dos interesses (Fig.235)

¹ Segundo Jaime Cortesão, citado por Alfredo Pereira de Lima.

Fig. 235: LOURENÇO MARQUES / Delagoa Bay. Vista do Cais Gorjão no princípio do século XX. São bem conhecidas peças filatélicas deste local.



DELAGOA BAY UM TOPÓNIMO QUE TARDOU A DESAPARECER

Segundo o historiador Dr. Alexandre Lobato¹, na segunda metade do século XVIII a designação internacional de Lourenço Marques era *Delagoa*; e tanto assim era que os holandeses, que tentaram instalar uma feitoria no local, construíram uma fortificação a que chamaram *Forte Lagoa*. E nos fins do século XIX acentuava-se a influência inglesa na região, graças à política de intrigas que então se praticava com os chefes indígenas, à influência exercida pelas companhias majestáticas; enfim todos os meios eram utilizados para minar os interesses portugueses e contestar a soberania, que se consolidou definitivamente em 1875 com a sentença arbitral de MacMahon². Houve até um jornal que se intitulava "*Delagoa Bay Gazette*" Vejamos o que a este propósito escreveu o citado historiador moçambicano: -"Estava-se no esplendor da influência britânica. A Inglaterra tornara a fazer mão-baixa do Transval. Vivia-se a época faustosa das grandes companhias inglesas de *Delagoa Bay*, pois Lourenço Marques voltara a chamar-se *Delagoa*, como vinha escrito nos caixotes que a alfândega despachava". Nos caixotes e nas correspondências, acrescentamos nós (Fig. 236, 237, 238).

Este estado de coisas chegou a um ponto tal que, diz-

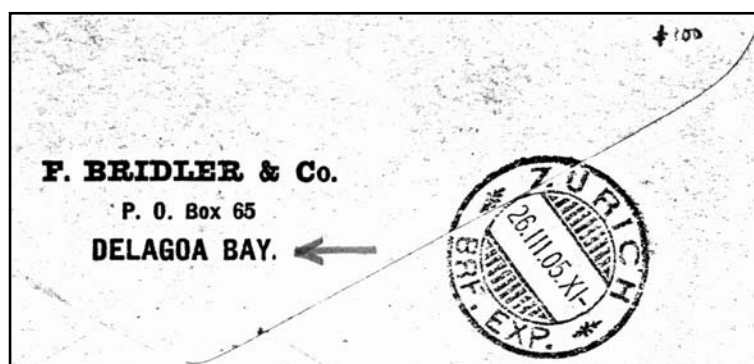
¹ Alexandre Marques Lobato, ilustre historiador; nasceu em Lourenço Marques (1915) e faleceu em Lisboa (1985). Publicou vários livros e valiosos estudos sobre a história de Moçambique.

² O presidente da República Francesa, Marechal Mac-Mahon, por sentença arbitral, decidiu a favor de Portugal o litígio com a Inglaterra sobre os direitos de soberania destes territórios, no sul de Moçambique.



Figs. 236

Fig. 237



se, um governador do Distrito, aborrecido e ofendido nos seus brios patrióticos de bom português com o teimoso e abusivo uso de *Delagoa*, deu instruções para que toda a correspondência endereçada com esta designação fosse imediatamente devolvida. Não anotámos, infelizmente, a origem da referência lida algures, há muitos anos, e por isso nunca conseguimos confirmar este facto, que seria de muito interesse para a história Postal de Moçambique. Desconhecemos, assim, se existe algum documento oficial. Mas a verdade é que uma carta da época devolvida ao remetente, com anotações que explicassem a razão da devolução, seria uma peça de história postal (e não só...) extremamente interessante! Pode ser que um dia apareça ainda tão sensacional documento filatélico - no lugar próprio e em mãos certas-, que se encontre esquecido em velho arquivo ou que faça parte de uma colecção, devidamente resguardado, é certo, mas sem que seja notada a sua importância....¹

¹ Versão anedótica ou histórica diz-se que aconteceu o mesmo em relação a outra localidade, que já referimos.

Ilustremos estas notas, talvez não tão filatélicas como é habitual nos nossos escritos, com alguns exemplos, dos muitos que são conhecidos por todo o lado: Na gravura 236, em carta de 1899, nota-se o endereço do remetente com as duas designações - *LOURENÇO-MARQUES/DELAGOA BAY*, repare-se que as letras de *Delagoa Bay* são maiores do que as de *Lourenço Marques*. Por outro lado, numa carta de 1905 (Fig. 237), omite-se pura e simplesmente o topónimo da cidade, considerando-se que *Delagoa Bay* apenas, era mais do que suficiente para a correspondência chegar ao seu destino, sem problemas; como usual, o remetente é uma importante firma inglesa, aliás muito conceituada em Moçambique pelos tempos fora. Um curioso bilhete-postal ilustrado de 1906, que reproduz uma vista da Ponta Vermelha (Bairro de grandes tradições na cidade), tem a legenda impressa *Lourenço Marques* (Fig. 238), a que o remetente



Fig. 238

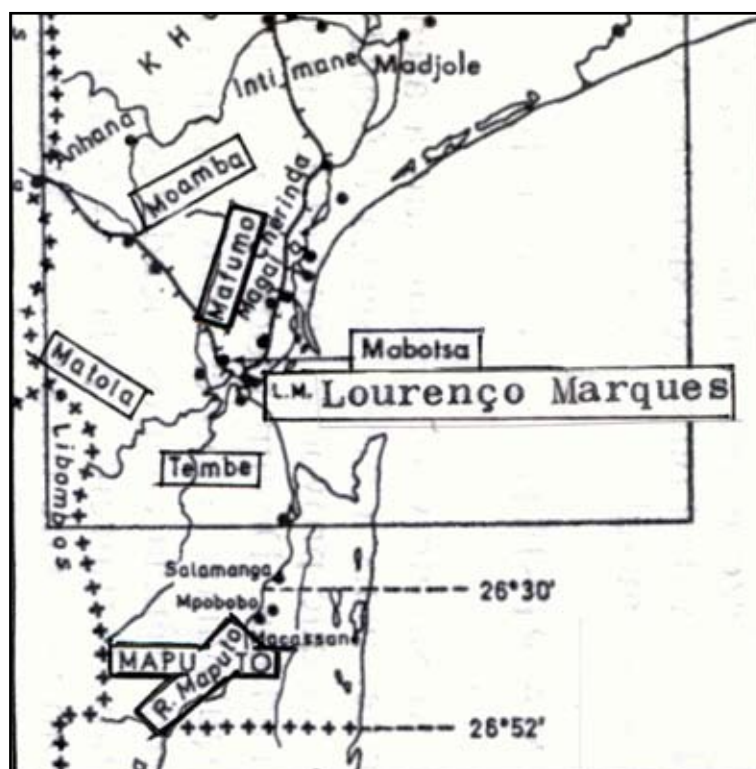
entendeu por bem, à cautela, acrescentar o famigerado (*Delagoa Bay*), na sua letra, com parenteses e tudo!

A terminar, salientamos que a *Baia de Lourenço Marques*, foi desde sempre também conhecida como *Baía da Lagoa*, o que nada tem a ver, evidentemente, com a abusiva *Delagoa* (palavra, aliás, de morfologia errada), referindo-se à cidade. Um mapa de 1899, por exemplo, grafa com todos os pormenores: *Lourenço Marques* para a cidade/capital; *Rio de Lourenço Marques ou do Espírito Santo*; *Bahia de Lourenço Marques ou da Lagôa*.



Fig. 239

Figs. 240



QUANDO SE CHAMAVA XILUNGUÍNE E MAFUMO A LOURENÇO MARQUES

2.^a PARTE

NOTA PRÉVIA

Na primeira parte deste capítulo referimos que os nomes XILUNGUÍNE e MAFUMO não tinham interesse filatélico objectivo, já que não existe qualquer marca de Correios com estes nomes; mas esta asserção não significa que os topónimos não mereçam a nossa atenção, dada a sua evidente importância histórica e directa ligação com *Lourenço Marques* e *Maputo*, estes sim bem conhecidos dos coleccionadores. O seu estudo tem a maior relevância para a compreensão das razões por que, após a independência de Moçambique, foi escolhido para a capital do novo país o nome de MAPUTO. Já num capítulo anterior abordámos,

embora de forma breve, esta escolha, que só não foi polémica porque na altura as condições políticas não eram propícias a discussões públicas deste género. Prometemos então voltar ao assunto, o que agora fazemos.

Assim, este subcapítulo fecha a série de estudos que ao longo de muitos anos realizámos e sobre os quais escrevemos.

Desejamos ainda, para finalizar esta introdução, realçar com muita convicção o facto de que, de modo algum, consideramos, esgotado o tema que respeita às alterações toponímicas em Moçambique e o seu reflexo nos Correios; se nos permitem os colegas mais ortodoxos, dizemos que consideramos importante o seu valor para a História Postal do país. Contudo, não podemos deixar de lamentar que apenas tivéssemos o apoio e colaboração de dois ou três filatelistas - a quem publicamente agradecemos -, apesar de várias vezes termos feito apelos nesse sentido. Salvo algumas breves referências em contextos vários, nada vimos até hoje publicado sobre este aliciante tema, para além dos nossos modestos trabalhos.

E se para Moçambique ficam lançadas as bases, em relação aos outros antigos territórios do Ultramar Português, rigorosamente nada foi estudado ou publicado, ao que saibamos. A área de estudo é aliciante (atrevíamo-nos a dizer, até, que historicamente é relevante), especialmente

Fig.241A - Um sobrescrito interessante: carimbo administrativo com a legenda C.T.M Correios e Telecomunicações de Moçambique anulando o escudo português; carimbo administrativo dos Correios de Maputo, com o escudo da R.P.M.(batido no verso e mostrado na frente em sobreposição); carimbo hexagonal de Lourenço Marques com o topónimo raspado, junto com etiqueta de registo de Maputo.





Fig. 241b

no que se refere a Angola. Nestes quase 30 anos de independências muitos elementos perderam-se - é quase certo - e um estudo preciso e bem documentado, está, parece-nos, irremediavelmente comprometido. No futuro, os estudiosos e colecionadores de História Postal neste âmbito, jamais perdoarão à nossa geração tal desinteresse, apatia e incúria na recolha de elementos e peças filatélicas, tarefa que não teria sido difícil na altura...

HISTÓRIA; GEOGRAFIA E TOPONÍMIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Informa-nos António Cabral, no seu utilíssimo “Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem”, de que nos socorremos frequentemente, que *Lourenço Marques* era conhecida por LOLENZOMAGUI (corruptela do topónimo), XILUNGUÍNE ou CHILUNGUÍNE (o lugar dos brancos) e CAMFUMO (de KA-MPFUMO, o lugar do

governo, do poder - governo e poder dos régulos, entenda-se, pois o topónimo/antropónimo, nome do rei ou sede do regulado¹, era já usado pelos naturais antes da fundação de *Lourenço Marques*).

Tínhamos aqui duas hipóteses para o novo nome de *Lourenço Marques* (excluindo à partida a corruptela, obviamente). Contudo, XILUNGUÍNE, dada a evidente conotação colonialista, também estava fora de causa. Melhor colocadas (digamos até com todas as hipóteses) estavam as versões portuguesas CAMFUMO/CAFUMO/MAFUMO, ou o vernáculo KA-MPFUMO/KA-MFUMO da língua Ronga.

Mas porque razão foi escolhido MAPUTO? (Fig. 241ab). É a resposta a esta questão, que vamos tentar descortinar.

Como pode ver-se na nota publicada na época pelo “Diário de Notícias”, que se transcreve, e por conhecimento pessoal, a designação CAMFUMO² chegou a ser considerada, tendo sido usada pelos correspondentes dos jornais portugueses presentes nas cerimónias de independência de Moçambique, o que é um pormenor de muito interesse. A partida, o pequeno artigo, assinado “G. de M.”, que parece serem as iniciais de Guilherme de Melo, ilustre poeta moçambicano (leia-se nascido em Moçambique) radicado em Portugal, contém vários erros, de que destacámos dois: um de somenos importância, mas que convém assinalar, refere-se ao *dialecto Ronga*, falado no sul de Moçambique; não se trata de um dialecto, mas sim de uma *Língua*, actualmente uma das línguas nacionais do país. O segundo erro, este bastante grave, é dizer-se que CAN FUMO ou KAPHUMO (sic) (nas versões do autor), era o “régulo Maputo, o senhor das terras onde em 1763 se estabeleceu a primeira feitoria portuguesa” (Fig. 239). Isto não é de todo verdade, como veremos.

A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE MAFUMO E MAPUTO

Existem várias versões do topónimo que, na opinião de muitos, deveria ter sido o nome da capital da República Popular de Moçambique³, mas que não o foi, diz-se, por expressa vontade de Samora Machel.

Assim: a) Na versão mais vernácula: KA-MPFUMO, sendo este o nome que muitos consideram correcto; KA-

¹ Os nomes dos régulos ou regulados confundem-se muitas vezes; era comum falar-se dos régulos MAFUMO ou MAPUTO, por exemplo, sem ter em conta o nome do indivíduo que em determinada altura exercia a chefia; em muitos casos ignora-se até os seus nomes próprios.

² Adiante referiremos várias designações para o mesmo topónimo; por uma questão de metodologia, usaremos MAFUMO sempre que a boa compreensão do texto não exija o uso de outra variante.

³ O nome do país foi posteriormente alterado para República de Moçambique, i.e. foi eliminado “Popular”.

MFUMO, KA-FUMO e KA-PHUMO (versão pouco vista), b) Nas versões mais usadas pelos portugueses: MAFUMO, CANFUMO e CAFUMO, sendo CANFUMO a designação mais corrente, embora alguns historiadores modernos tenham optado por MAFUMO.¹

Não restam quaisquer dúvidas de que o regulado KA-MPFUMO, com a sua Sede, se situava exactamente no local onde, em 1782, foi fundado o presídio² de *Lourenço Marques*.

Alguns exemplos, dentre os muitos que poderíamos citar:
- Um mapa datado de 1780 tem como título “Part of the District Called Mafumo”; noutro mapa de 1825 assinala-se o rio *Mafumo*, que depois se chamou do *Espírito Santo* e que desagua na baía de *Lourenço Marques* (Baía do *Maputo*, depois da independência); sabe-se que os austríacos tentaram implantar uma feitoria no local em 1777³, firmando tratados de soberania com os régulos das duas margens do rio *Mafumo*; Diocleciano Fernandes das Neves e Ilídio Rocha, no livro “Das Terras do Império Vátua às Praças da República Boer”⁴ referem-se várias vezes a KA-MFUMO, como sendo *Lourenço Marques*, chamando-lhe até o régulo maior do distrito; também modernamente, Alexandre Lobato, refere abundantemente este facto.

Citemos agora alguns elementos referentes à localização das terras do régulo MAPUTO, que se situavam no extremo sul de Moçambique, o que pode verificar-se no mapa que se reproduz, onde foram enquadradas, para fácil referência, os diversos nomes mencionados neste trabalho.

Assim, na “História de Moçambique” de René Pélissier, lê-se a certo passo: “Vê-se que as gentes do Maputo eram “vizinhos” difíceis para os portugueses e é manifesto que o Maputo, a sul do paralelo 26° 30’ e do rio Maputo”... Também no livro “Usos e Costumes dos Bantos” podemos aprender que: “Os verdadeiros Rongas são, parece-me, os clãs *Mafumo* e *Matola*, situados a este da baía [*Lourenço Marques*]. Ao sul da baía encontra-se o clã *Tembe* e os seus dois subclãs, que se tornaram independentes: *Matatuíne* e *Maputo*. Ao norte de *Lourenço Marques* existem os clãs *Maiota* e *Magaia*”... (o sublinhado é nosso).

Modernamente existiam, administrativamente, no sul de Moçambique, entre outros, os concelhos de *Lourenço Marques*, com sede na cidade do mesmo nome, e *Maputo*, com sede em *Bela Vista*.

¹ P.e. Alexandre Lobato. Como se viu MAFUMO vem de KA-MPFUMO, da língua Ronga, sendo que KA significa “para onde”; MPFUMO designa “chefe” e transformou-se em “fumo”, designação que com o mesmo significado sempre foi usada no tempo colonial.

² “Presídio” significa, nesta acepção e sempre que é usado neste trabalho, “praça de guerra ou forte e a gente que a guarnece”, embora a palavra também possa referir-se a prisão.

³ Tentativa que resultou num fracasso total, tendo a guarnição sido completamente dizimada pelas doenças e ataques dos régulos.

⁴ Este livro integra duas partes: “Itinerário de uma Viagem à Caça dos Elefantes; livro da autoria do primeiro dos autores mencionados, publicado em 1878; e um extenso Posfácio, escrito por Ilídio Rocha, em 1986, com o título de “Dois Portugueses na História da África Oriental.

Por estes sucintos exemplos é fácil notar que, geograficamente, MAFUMO e MAPUTO, nada tinham de comum. E se considerarmos que as mudanças toponímicas na República [Popular] de Moçambique, na maior parte dos casos, se fizeram revertendo ao antigo nome (p.e. Matola/Salazar/Matola (nome de regulado); Búzi/Nova Lusitânia/Búzi (Búzi significa cabrito!); Xai-Xai/João Belo/Xai-Xai (onomatopeia?); Angoche/Antonio Enes/Angoche (nome do sultanato e da ilha)¹; se tivermos em conta estes exemplos concretos, dizíamos, só podemos considerar que a decisão de Samora Machel dar o nome de MAPUTO à cidade capital, com a qual muitos não concordaram, foi puramente política. Estávamos em Moçambique na altura e tivemos a oportunidade de ouvir (confidencialmente, claro!) muita gente a discordar do nome; mas como é óbvio, na circunstância, discordar em “família” era uma coisa, expressar o seu pensamento publicamente era outra...

Se tivesse sido considerada a lógica dos factos apontados, no que concerne à localização geográfica dos regulados, certamente hoje não teríamos carimbos de correio com o nome de MAPUTO, mas sim CANFUMO ou CAFUMO (ou até, quem sabe? o difícil vernáculo KA-MPFUMO). Coisa que certamente não nos causaria estranheza!

Posto isto só podemos aventar que a decisão política poderá ter sido tão simplesmente pelo facto de que o regulado MAFUMO, naquele período de guerras entre clãs com os portugueses pelo meio; intrigas e traições de vária ordem (estratégia muito usada na altura); prepotências e violência de ambas as partes, com lutas, massacres e inúmeros sacrifícios de militares e das populações branca e negra, aquele regulado, dizíamos, apoiou muito fortemente os portugueses. Por outro lado o MAPUTO manteve-se como território independente, território este que se estendia para fora das fronteiras oficiais portuguesas, estabelecidas por sentença arbitral do presidente da República Francesa, Marechal Mac Mahon, em 1875. O regulado do MAPUTO nunca se subjugou e sempre enfrentou Portugal. Vejamos pois, para terminar, mais alguns “prós e contras”, baseados em factos históricos, abordados de forma sintética, como convém nestes casos.



Fig. 242

¹ Ver outros capítulos deste livro.

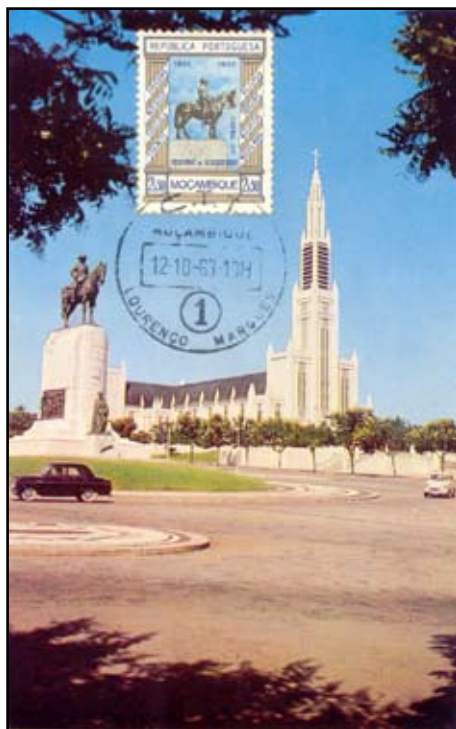


Fig. 243. Estátua de Mousinho de Albuquerque em Lourenço Marques, na praça que tinha o seu nome (postal máximo considerado raro)

MAFUMO, O AMIGO

Lourenço Marques estava implantada em território Tsonga ou Tonga, sendo os regulados mais importantes da zona: Mafumo, Tembe, Maotas, Magaia e Matola. Todos estes régulos eram vassallos de Portugal e pagavam tributo. Como se vê, o régulo MAPUTO, não fazia parte deste grupo, que constituía as chamadas *Terras da Coroa*.

Efectivamente a expedição de Joaquim de Araújo, que em 1782 fundou o presídio foi tão bem recebida que o régulo *Matola* “não podia dar maior demonstração de afabilidade e cordial afecto pelos portugueses. [... Joaquim de Araújo] foi bem recebido com toda a gente pelo dito Rey e pelos seus apaniguados”.¹

Sabe-se também que o MAFUMO, que pagava agora tributo no rei da *Moamba*, em 1805, depois da fundação de *Lourenço Marques*, portanto, tornou-se espontaneamente vassallo de Portugal, apoiando as forças portuguesas na guerra contra o MAPUTO e outros régulos.

Como se verifica por esta brevíssima resenha, o régulo MAFUMO era amigo e aliado de Portugal; isto, não obstante ter atacado e assolado *Lourenço Marques* algumas vezes, devido a intrigas que levavam a alianças pontuais.

MAPUTO, O INIMIGO

Em fins do século XIX a influência de Portugal no extremo sul de Moçambique era praticamente nula. O regulado do MAPUTO, independente, lutava contra os portugueses, atacando frequentemente o presídio, provocando mortes e devastação, aterrorizando as populações, como aconteceu p.e. em 1833 e 1872/73. Intrigas, lutas, protestos amargos do MAPUTO, que se queixava das traições dos governantes portugueses, levaram a que estes, mais do que uma vez, fossem humilhados e insultados.

Mas com as vitórias e avanços de Mousinho de Albuquerque (fig.243), tornando-se cada vez mais consistente a ocupação efectiva do Império de Gaza, o regulado do MAPUTO perdia influência. Mousinho de Albuquerque instalou-se em Bela Vista e exigiu a submissão de todos os chefes de povoação e o pagamento de vultosas indemnizações de guerra. Ninguém apareceu ou enfrentou Mousinho, que em Fevereiro de 1896, deu início a razias em toda a região, castigando a insubordinação dos régulos. Tudo em vão!

¹ Nessa altura o MAFUMO era aliado (súbdito?) do régulo Matola.

Afinal de contas o régulo maior e os seu homens tinham passado a fronteira, continuando a resistir, num ultimo desafio. Mas a independência do MAPUTO tinha chegado ao fim.

Supomos que estes factos históricos, muito resumidos e aqui superficialmente analisados, terão influenciado o Presidente Samora Machel: em 3 de Fevereiro de 1976, sensivelmente sete meses depois da independência do país, *Lourenço Marques* oficialmente passou a chamar-se MAPUTO!

Esta parte do nosso estudo sobre a mudança de nomes da capital de Moçambique não tem grande expressão filatélica. Obviamente, para ser bem compreendida, deve ser considerada como um complemento da 1ª parte, antes publicada nesta Revista. Julgamos que, no contexto global, estas notas têm algum interesse.

Fig. 244. Os guerreiros que combateram os portugueses.





Fig. 245. Lourenço Marques em fins do séc. XIX

BIBLIOGRAFIA

- Jornal "Noticias" (Lourenço Marques), número especial, Natal de 1966.
- Colecção de recortes do arquivo do autor.
- Vários trabalhos do autor sobre esta temática,
- Dicionário de Nomes Geográficos de Moçambique - Sua Origem, por António Cabral, *Lourenço Marques* - 1975.
- Lourenço .Marques, Xilunguine - Biografia da Cidade, por Alexandre Lobato, Lisboa - 1970. O desenho da cidade antiga que se reproduziu anteriormente, pertencia à colecção deste historiador.
- História de Moçambique, por René Pélissier (Vol. 1 e 2), Imprensa Universitária nº 62, Editorial Estampa - Lisboa.
- Usos e Costumes dos Bantos, por Henrique A. Judot (Tomos 1 e 2), Imprensa Nacional de Moçambique, *Lourenço*

Marques - 1974.

- Das Terras do Império Vátua às Praças da República
Boer, por Diocleciano Fernandes das Neves e Ilídio Rocha,
Publicações Dom Quixote, Lisboa - 1987.

Apontamentos do editor

1. As imagens constantes deste livro foram integralmente fornecidas pelo autor. Na composição do livro fizeram-se ajustamentos à sua dimensão, tendo sempre o cuidado de manter a proporcionalidade. No quadro seguinte indica-se a percentagem dos lados das imagens em relação ao documento original.

Imagem	% do lado
1	81,5
2	124,0
3	93,9
4	133,7
5	89,2
6	86,4
7	100,6
8	120,2
9	118,2
10a	95,3
10b	84,7
11	99,0
12	76,4
13	104,8
14	87,1
15	72,3
16	63,0
17	96,4
18	94,9
19	92,5
20	108,6
21	106,5

22	104,5
23	76,5
24ab	70,4
25	75,9
26	75,9
27	105,0
28a	125,9
28b	77,0
29	94,4
30	91,4
31	60,0
32	138,5
33	148,7
34	120,5
35	109,7
36	76,5
37	195,8
38	64,8
39	110,0
40a	100,0
40b	102,7
41a	207,8
41b	181,7

41c	180,8
42a	113,4
42b	95,6
43	78,6
44	101,2
45	68,7
46	159,6
47	137,5
48	74,4
49	88,7
50a	102,2
50b	81,3
51a	100,6
51b	88,1
52	64,3
53	94,4
54	100,0
55	100,0
56	109,2
57	84,0
58	81,7
59	97,2
60	100,0
61	88,7
62	92,5
63	102,8
64	85,2
65	108,8
66a	107,5
66b	150,5
67	107,0
68	111,1
69a	103,2
69b	107,3
70a	114,6
70b	112,1
71	104,8
72	104,9

73	153,3
74	108,6
75	103,4
76	100,0
77	85,2
78 frente	72,7
78 verso	71,9
80ab	88,2
81	104,4
82	103,3
83	87,4
84	241,3
85	89,8
86	68,8
87	86,6
88	103,3
89	74,8
90	105,5
91	166,0
92	80,8
93	69,2
94	145,5
95	160,7
96	121,6
97	179,4
98	131,0
99	156,1
100	103,1
101	103,3
102	79,5
103	107,1
104	201,9
105	137,1
106	171,6
107	155,6
108	109,5
109	100,7
110	104,4

111	85,7
112	165,6
113	111,2
114	74,8
115	84,0
116a	85,9
116b	84,2
117	101,5
118	131,4
119	75,9
120	82,4
121	172,0
122	81,6
123	215,4
124	76,3
125a	104,4
125b	157,1
126	110,4
127	104,5
128	102,4
129	113,1
130	161,7
131a	107,0
131b	83,2
132a	83,7
132b	94,1
133	107,5
134	100,0
135	79,8
136	118,9
137	157,4
138	139,5
139a	133,5
139b	141,2
140	114,5
141	135,8
142	103,9
143	72,8

144	76,2
145	77,2
146a	113,1
146b	88,0
147	116,4
148	111,0
149	166,6
150	104,0
151	94,12
152	119,4
153	95,1
154	112,8
155	80,4
156	128,1
157a	107,1
157b	106,6
158	106,9
159	104,7
160	89,5
161	207,2
162	74,6
163	125,0
164	71,9
165	76,6
166	152,0
167	80,4
168	91,7
169	102,4
170	82,0
171	61,5
172a	76,9
172b	102,4
173	69,9
174	105,6
175/176	104,7
177	91,2
178	38,2
179	112,7

180	109,2
181	105,8
182	104,4
183	102,3
184a	92,1
184b	118,8
185	89,2
186	131,0
187	71,8
188	49,4
189f	72,7
189v	72,3
190f	50,1
190v	76,4
191	84,3
192	82,2
193	72,0
194	71,9
195	67,5
196	127,2
197a	115,4
197b	67,2
198	64,6
199	137,2
200	141,4
201a	82,2
201b	84,7
202	104,9
203	64,9
204a	95,1
204b	78,2
205	111,5
206	72,8
207	62,2
208	115,3
209	77,2
210	101,9
211	76,6

212	149,0
213	62,3
214	61,9
215	111,3
216	46,7
217	77,8
218	47,2
219	93,2
220	90,9
221	46,5
222	49,9
223	46,7
224	46,1
225	78,0
226	77,6
227	64,2
228	152,4
229	81,8
230	80,1
231a	100,0
231b1	163,3
231b2	117,8
232a	73,9
232b	67,5
233	55,8
234	71,1
235	118,8
236	78,0
237	98,9
238	102,4
239	56,4
240	75,5
241a	77,0
241b	103,7
242	101,7
243	115,6
244	72,5
245	103,9

2. Este livro foi fortemente baseado no conjunto de artigos que ao longo de vários anos o autor escreveu na revista do Clube Nacional de Filatelia. Contudo o livro resulta de uma revisão pormenorizada desses artigos, de uma reordenação de algumas matérias e de uma organização diferente das imagens.

Apresenta-se de seguida uma listagem dos artigos originais, por ordem cronológica:

- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. I - Notas preliminares”, *A Filatelia Portuguesa*, II:11:Out./1986. Pag. 15/17
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. II - Relação das terras que mudaram de nome”, *A Filatelia Portuguesa*, II:12:Dez./1986. Pag. 26/29
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. III - As correspondências registadas”, *A Filatelia Portuguesa*, III:14:Abr./1987. Pag. 15/20
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. 4 - As franquias mecânicas”, *A Filatelia Portuguesa*, IV:23:Out./1988. Pag. 3/7
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. V - A Dança dos topónimos: FontesVilla / Vila Fontes / Vila Fontes Velha”, *A Filatelia Portuguesa*, V:25:Fev./1989. Imagem da capa + Pag. 19/250
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. VI - General Machado: Um insigne português; três topónimos”, *A Filatelia Portuguesa*, V:27:Jun./1989. Pag. 5/13
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. VII - Cinco topónimos; duas mudanças de nome”, *A Filatelia Portuguesa*, VI:31:Fev./1990. Pag. 17/25
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. VIII - Dois topónimos que se desdobram em cinco”, *A Filatelia Portuguesa*, VI:33:Jun./1990. Pag. 11/18
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações

toponímicas e os carimbos do correio. IX - O famoso chá de Gurué”, *A Filatelia Portuguesa*, VII:37:Fev./1991. Imagem da capa + Pag. 7/9

- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. X - Três mudanças toponímicas: duas no Norte, uma no Sul”, *A Filatelia Portuguesa*, VII:40:Ago./1991. Pag. 5/11
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XI - Uma «colonia-lista» chamada Amélia”, *A Filatelia Portuguesa*, VII:41:Out./1991. Pag. 9/14
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XII - Do Sultanato de Angoche à cidade de António Enes”, *A Filatelia Portuguesa*, VIII:47:Out./1992. Pag. 9/14
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XIII - A cidade de João Belo, princesa do Limpopo”, *A Filatelia Portuguesa*, IX:51:Jun./1993. Pag. 5/10
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XIV - Gouveia: um topónimo interessante e cheio de história”, *A Filatelia Portuguesa*, XIII:78:Jun./1997. Pag. 35/49
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XV - Vila Coutinho ou uma grande confusão de topónimos”, *A Filatelia Portuguesa*, XIV:80:Jun./1998. Pag. 35/42
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XVI - Nova Lusitânia, ou a importância de um nome”, *A Filatelia Portuguesa*, XIV:83:Jun./1998. Pag. 29/35
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XVII - Paiva de Andrada, o «Mafambissa»”, *A Filatelia Portuguesa*, XV:86:Abr./1999. Imagem da Capa + Pag. 31/39
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XVIII - Vasco da Gama: um Topónimo como qualquer outro... ou talvez não”, *A Filatelia Portuguesa*, XVII:101:Dez./2001. Pag. 16/19
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XIX - Lourenço

Marques/Maputo e as franquias mecânicas; um Aspecto Paradigmático”, *A Filatelia Portuguesa*, XVIII:102: Jan../2002. Pag. 20/24

- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XX - Salazar: um Topónimo que durou pouco”, *A Filatelia Portuguesa*, XVIII:104:Mar../2002. Pag. 6/10
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XXI - Diversas mudanças toponímicas e os carimbos dos correios”, *A Filatelia Portuguesa*, XVIII:106:Mai../2002. Pag. 13/18
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XXII - Quando Vila Pery passou a chamar-se Chimoio ou um baptizado ao mais alto nível”, *A Filatelia Portuguesa*, XVIII:108: Julho../2002. Pag. 19/23
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XXII - Metangula: um topónimo rico de tradições e de história ou como a história postal se Integra na verdadeira História”, *A Filatelia Portuguesa*, XVIII:110:Out../2002. Pag. 8/15
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XXIII - Metangula: um topónimo rico de tradições e de história ou como a História postal se integra na verdadeira História (2ª Parte)”, *A Filatelia Portuguesa*, XVIII:112:Dez../2002. Pag. 15/18
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XXIV - Uma mudança toponímica curiosa: de Benfica (nome de clube desportivo) a Bairro Jorge Dimitrov (um político revolucionário)”, *A Filatelia Portuguesa*, XIX:114:Fev../2003. Pag. 4/6
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XXV - Quando se chamava «Delagoa Bay» a Lourenço Marques (1ª Parte)”, *A Filatelia Portuguesa*, XIX:116:Abr../2003. Pag. 5/8
- ▶ “República Popular de Moçambique. As alterações toponímicas e os carimbos do correio. XXVI - Quando se Chamava Xilunguine e Mafumo a Lourenço Marques (2ª Parte)”, *A Filatelia Portuguesa*, XXI:124:Jan../2005. Pag. 10/13

ISBN: 972-99937-6-9

ISBN (13 dígitos): 978-972-99937-6-3